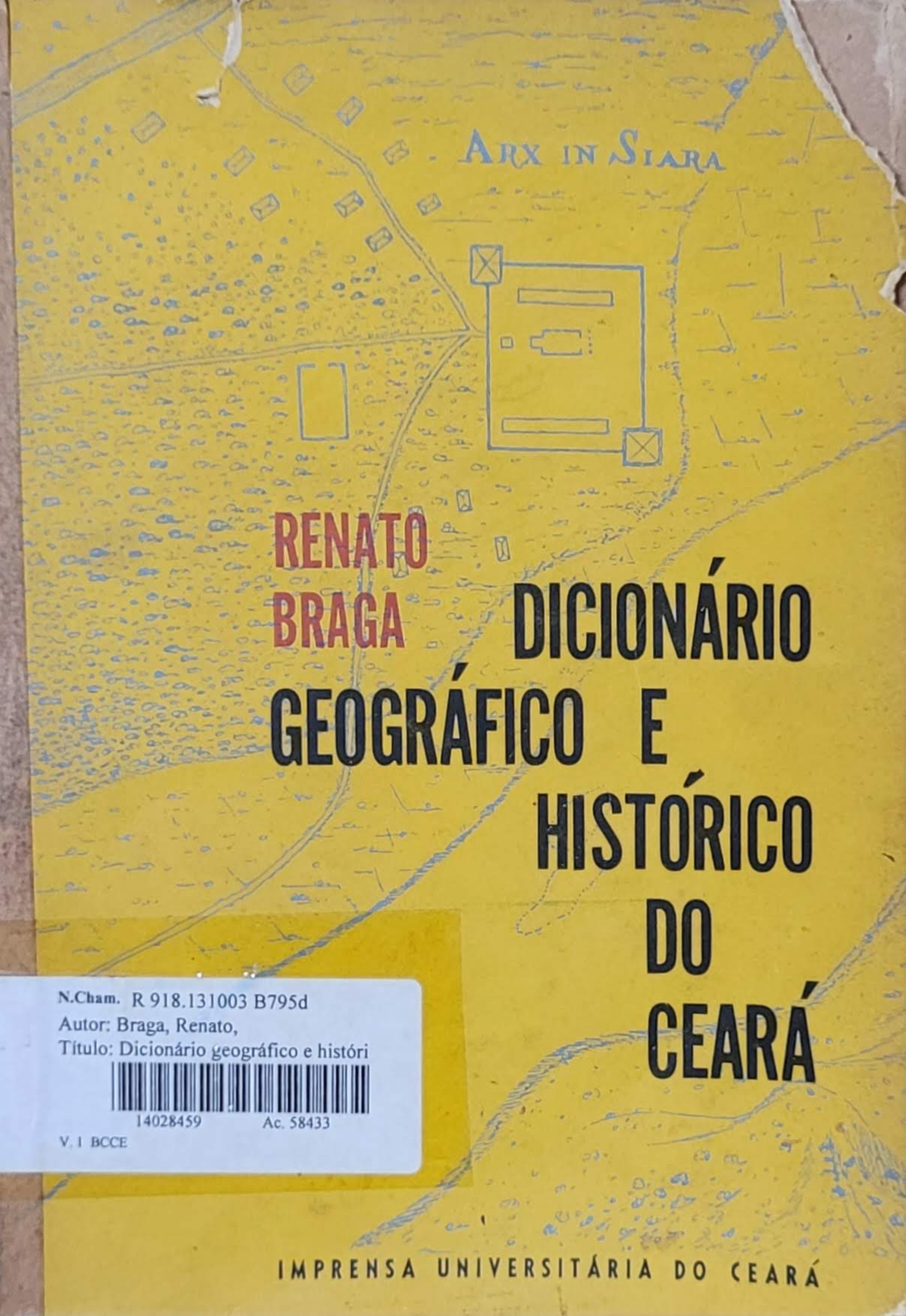

RENATO BRAGA

DICIONÁRIO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO CEARÁ

N.Cham. R 918.131003 B795d
Autor: Braga, Renato,
Título: Dicionário geográfico e histór
14028459 Ac. 58433
V. 1 BCCE

IMPRENSA UNIVERSITÁRIA DO CEARÁ

Ac: 58433
R 140284 59 (11 v.1 ex.1

PERGAMUM
BC CE/UFC

RENATO BRAGA

Do Instituto do Ceará e da Academia
Cearnse de Letras

Dicionário Geográfico e Histórico do Ceará

IMPRENSA UNIVERSITÁRIA DO CEARÁ
1964

Universidade Federal
do Ceará
BIBLIOTECA do C. C. P.
No. do Tombo 2462/67

R
918.31
B795d

X
910.3
B795
dic

Façamos, ainda que mal, tudo aquilo que merece, de fato, que se faça.

G. K. Chesterton

À memória de meu Pai

Antônio Bruno de Almeida Braga

A minha Mãe

Maria José Rosa Braga

A meus filhos

Antônio
Otávio
Maria Luíza
Maria José

À memória de *José Henrique*

RAZÕES

Em setembro de 1861, aparecia na Capital do Império, publicado por Eduardo & Henrique Laemmert, o *Dicionário Topográfico e Estatístico da Província do Ceará,* de Tomás Pompeu de Sousa Brasil, o futuro Senador Pompeu, como viria a ser conhecido no mundo político e das letras o iniciador dos estudos cearenses.

Ao trabalho pioneiro de Pompeu seguiu-se, quarenta e dois anos depois, em 1903, o *Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Estado do Ceará,* de Álvaro Gurgel de Alencar, editado em Fortaleza por Louis C. Cholowieski. Logrou 2.ª edição, em 1939, pela Tipografia Minerva, também desta cidade.

Em 1935, Pedro Ferreira deu à luz da publicidade o *Dicionário Histórico e Geográfico da Ibiapaba,* até hoje o único dicionário geográfico regional a figurar na bibliografia cearense. Ramos & Pouchain foram os seus editôres, em Fortaleza.

* * *

O *Dicionário Topográfico* tornou-se raridade. O de Álvaro de Alencar acha-se esgotado. Ambos preencheram o seu destino. De minha parte, havia assumido o compromisso, há bastante tempo, de escrever obra congênere, talhada em linhas mais amplas e precisas do que as trilhadas pelos meus ilustres predecessores. Um trabalho que reunisse fatos de ontem e de hoje. Não fugi à promessa e nem me arrependo das horas empregadas em cumpri-la. Colhi o material destinado à sua tessitura em fontes diversas: viagens, informações e extensa bi-

bliografia. Transcrevi o melhor. Incluí valiosas colaborações. E, para tornar a caminhada do consulente mais convidativa, amenizei, por vêzes, a secura dos verbetes, com o frescor de uma ramagem literária.

Tenho a certeza que num "Dicionário" dêste tipo, elaborado por uma só pessoa, há muito a corrigir. Para desenvolvê-lo convenientemente se fazia preciso a colaboração de grupo adestrado em tal mister. Por outro lado, não desci a minúcias toponímicas, mais bem situadas em monografias locais. Registei o essencial.

• • •

O *Dicionário Geográfico e Histórico do Ceará*, pelos informes que encerra, não se molda, como pensei, no início, a um só volume. Ficaria de manuseio demasiado incômodo. Comportará mais de um. O último, dedicado a uma visão geral do Estado, será seguido do *Suplemento*, para as correções e acréscimos necessários.

• • •

Agradeço aos amigos que se prontificaram a redigir certos verbetes, que aparecem devidamente assinados, bem como aos escritores que me autorizaram a transcrever, no todo ou em parte, trabalhos seus já publicados.

• • •

Enfim, aqui estão muitos anos de labor, de investigação honesta e desinteressada, que, para alegria minha, concretizam um projeto acalentado na juventude e norteado no único desejo de servir ao Ceará.

Renato Braga

Cidade de Fortaleza
Rua Senador Alencar, 1076
Dezembro de 1962

ABREVIATURAS

Aç.	Açude
Afl.	Afluente
Alt.	Altura, altitude
Ant.	Antigo
Av.	Aviso
B.	Barra
Bço.	Braço
Boq.	Boqueirão
Cap.	Capela
Cat.	Categoria
Cf.	Conforme
Cid.	Cidade
Com.	Comarca
Comp.	Comprimento
Const.	Construído
Cór.	Córrego
Coop.	Cooperação
Corr.	Corrutela
Dec.	Decreto
Dist.	Distrito
Doc.	Documento
Ens.	Enseada
Ent.	Entrância
Esc.	Escola
Est. f.	Estação ferroviária
Estr. car.	Estrada carroçável
Estr. rod.	Estrada de rodagem
F.	Farol
Faz.	Fazenda
Freg.	Freguesia
Gov.	Govêrno
Grp. esc.	Grupo escolar
Hab.	Habitantes

Inv.	Invocação
La.	Lagoa
Larg.	Largura
Lim.	Limite, limitado, limitada
Loc.	Local, localidade
Lug.	Lugar
M. dir.	Margem direita
M. esq.	Margem esquerda
Mt.	Monte
Mo.	Morro
Mun.	Município
Part.	Particular
P.	Pico
Pç.	Poço
Pt.	Ponta
Pop.	População
Pôr.	Pôrto
Pôst. fisc.	Pôsto fiscal
Pov.	Povoado
Pr.	Praia
Prof.	Profundidade
Prop.	Propriedade
Prov.	Provincial
Púb.	Público
Rch.	Riacho
R.	Rio
S.	Santa, Santo, São
Sa.	Serra
Ste.	Serrote
Sít.	Sítio
Sup.	Superfície
Tel.	Telefone, telefônico, telefônica
Telég.	Telégrafo, telegráfico
Trib.	Tributário
Vár.	Várzea
V.	Vila
Vert.	Vertente
Vol.	Volume

ABREVIATURAS RELATIVAS ÀS OBRAS E AOS ÓRGAOS PÚBLICOS MAIS CITADOS

D S. — *Datas de Sesmarias*, publicação do Govêrno do Estado do Ceará, 1-14 v., Tipografia Gadelha, Fortaleza, 1920 a 1928.

DAER — Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem.

DNER — Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

DNOCS — Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas.

Dic. — Álvaro Gurgel de Alencar — *Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Estado do Ceará*, 2.ª ed., Tipografia Minerva, Fortaleza, 1939.

Dic. Top. — Tomás Pompeu de Sousa Brasil — *Dicionário Topográfico e Estatístico da Província do Ceará*, Eduardo & Henrique Laemmert, Rio de Janeiro, 1861.

EFB — Estrada de Ferro de Baturité.

EFS — Estrada de Ferro de Sobral.

IFOCS — Inspetoria Federal de Obras Contra as Sêcas.

MIN — Estado do Ceará. Mapa mandado organizar e publicar pelo Instituto do Nordeste (Fortaleza). Direção técnica de Cêurio de Oliveira, cartógrafo do Conselho Nacional de Geografia. Rio de Janeiro, 1955.

RIC — Revista do Instituto do Ceará.

Voc. — Paulino Nogueira — *Vocabulário Indígena em Uso na Província do Ceará*, Revista do Instituto do Ceará, 1 v. (4.º trimestre de 1887), Fortaleza.

A

ABA. — Rch., nasce na sa. do Camará, na localidade de seu nome, nos limites do Ceará com o Rio Grande do Norte. Corre no sentido do poente, ir ·lo desaguar à m. esq. do Brum, com cêrca de 20 km de curso. Recebe pela dir. o Madeira e pela esq. o Boaventura, ambos no trecho serrano. Na sua foz incidem os limites dos mun. de Icó, Jaguaribe e Pereiro.

ABA. — Lugarejo, sôbre a sa. do Camará, mun. de Pereiro, nos limites do Ceará com o Rio Grande do Norte. Foi o primeiro local a ser povoado na sa. do Camará, por volta de 1777, com refugiados da sêca, que, nesse ano e no seguinte, abrasou a Capitania, reduzindo-lhe a menos de um oitavo o rebanho, riqueza então existente.

ABA DA SERRA. — Rch. (da), vem da sa. de S. Antônio e depois de 15 km de curso vaza no rch. S. Gonçalo, afl. do Banabuiú, no sít. S. José, mun. de Mombaça. No divisor de suas águas com as do rch. Cangati incidem os limites dos mun. de Acopiara e Mombaça.

ABA DA SERRA. — V. CANINDÈZINHO (dist. e v. do mun. de Várzea Alegre).

ABAIARA. — Topônimo registado pelo pe. Luís Figueira na *Relação da Missão do Maranhão* (RIC, 17 (1903), 126), com o qual os Tupi da sa. da Ibiapaba designavam certo lug. ao sopé da mesma.

Aí estêve o primeiro jazigo do pe. Francisco Pinto, trucidado pelos Carariju, na manhã de 11-1-1608, quando se preparava para abandonar a Ibiapaba em busca do mar, fugindo à insídia dêsses selvagens. Após o morticínio, o pe. Luís Figueira transportou o corpo do inditoso companheiro de jornada evangélica para o pé da serra e o enterrou "em hu logar q' particularmente se chama Abayara ao longo de hu rio dentro de hu mato". A cova, assinalada por um monumento de pedras sôltas e uma cruz à cabeceira, ficou entre as dos dois índios que morreram em defesa do padre. O sepultamento deu-se em um ponto qualquer da vertente nordeste da Ibiapaba, talvez mesmo um pouco para o norte, junto a uma das veredas abertas pelos índios nas suas comunicações da montanha com a praia, ou melhor, com o Camucim.

Em 1611, guiados pelo roteiro que lhes deixou o pe. Luís Figueira, os índios do Jaguaribe trasladaram os ossos do pe. Pinto para a sua aldeia, próxima ao fortim português do r. Ceará, afirma Studart, e não para Parangaba, como queria Paulino Nogueira. (Barão de Studart, *Geografia do Ceará*, Fortaleza, 1924, 15-18; Paulino Nogueira, *O Padre Francisco Pinto ou a Primeira Catequese de Índios no Ceará*, RIC, 18 (1904), 44-49.)

"Tamanha era a estima em que tinham aquêle precioso depósito que nem o Padre Figueira pôde transportá-los (ossos) para Pernambuco nem o chefe Camarão para suas terras do Rio Grande.

Tentou havê-los, mas debalde também, em 1614, o Pe. Manuel Gomes e por suspeitarem que o Vigário Baltazar Correa os levava consigo para Pernambuco saíram-lhe ao encalço e o deixaram prosseguir na viagem sòmente depois de bem verificado que nada levava do que pertencera ao Amanaiara." (Barão de Studart, *Ib.*, 16.)

Conservaram essas relíquias por muito tempo e as tinham na mais alta conta. Quando surgia ameaça de sêca saíam com elas pelas veredas *ad petendam pluvium*. O pe. Pinto, em vida, era olhado pelos índios como propiciador de chuvas. O apelidaram de *Amanaiara*, o senhor das nuvens, ou da chuva.

O nome do local da primitiva sepultura do pe. Pinto não pode ser *Ubajara*, como já escreveram. A forma do topônimo

é a que lhe deu o pe. Luís Figueira, insigne tupinólogo, autor da *Arte da Lingva Brasilica*, havida como a melhor de tôdas, cuja 1.ª edição é de 1621, Lisboa.

Etim.: *abá*, homem, *iara*, senhor, dono — o senhor dos homens.

ABAIARA (Ex-SÃO PEDRO, ex-PEDRO SEGUNDO). — Mun. e cid.

Aspectos Físicos

Situação. — Na Zona do Cariri.

Limites. — A linha divisória do mun. de Abaiara é a seguinte:

a) — a oeste, com o mun. de Missão Velha.

Começa no pontal da sa. de S. Felipe; segue pelo divisor das águas entre as vertentes dos rch. dos Porcos e Missão Velha, até alcançar a nascente do rch. do Ôlho d'Água Comprido, no espigão da sa. do Mãozinha; desce por êste rch. até o ponto em que êste é atravessado pela rodovia que liga Milagres a Missão Velha.

b) — ao sul, com o mun. de Brejo Santo.

Começa no pontal da sa. de S. Felipe; daí segue, em linha reta, em direção à foz do rch. do Oitizeiro, no rch. Porteiras, até o ponto em que esta linha atinge a rodovia Transnordestina.

c) — a leste e ao norte, com o mun. de Milagres.

Começa na parte final da alínea anterior, seguindo pela rodovia que vai a Missão Velha, até o ponto em que esta cruza com o rch. Ôlho d'Água Comprido. (Lei n.º 3.921, de 25-11-1957, D.O. de 29-11-1957.)

Superfície. — É um dos menores do Estado, conta apenas 186 km2.

Acidentes geográficos. — Apresenta a configuração de um ângulo reto, formado pela bifurcação das sa. de S. Felipe e do

Mãozinha, ramos da do Araripe, que se dirigem para L e N, respectivamente, penetrando a primeira no mun. de Brejo Santo e a segunda nos mun. de Missão Velha e Milagres. O principal curso d'água é o rch. do Sabonete, que vem do sopé da sa. do Mãozinha e verte no Salgado.

Riquezas naturais. — A flora e a fauna acham-se grandemente devastadas. Oiticicas bordam as margens dos riachos. Abunda o gêsso e a argila plástica. A sua maior riqueza reside na fertilidade do solo, em parte regado por fontes perenes que alimentam a frescura de glebas canavieiras.

Clima. — Oscila entre 21 e 32 graus centígrados.

Vias de comunicação. — Liga-se aos mun. circunvizinhos por estradas carroçáveis, de tráfego precário no período das chuvas. Através de Milagres recebe e transmite a sua correspondência postal-telegráfica.

ASPECTOS ECONÔMICOS

A lavoura e a criação constituem as atividades básicas do município.

Canaviais, entremeados de cafeeiros e fruteiras, derramam-se pela meia-encosta das serras e, sòzinhos, se prolongam por alguns quilômetros de *brejos*, enquadrados de coqueiros, em plena planície. Nas terras sêcas há lavouras de algodão, cereais e legumes. Diversos engenhos a vapor fabricam rapadura e aguardente. Entre as propriedades agrícolas destacam-se: Grutas, São Pedro, Gangorra, Livramento, Oitis, sendo esta última um modêlo de organização agropecuária e industrial. Cria-se em escala regular. Já foi mesmo predominantemente pastoril. Quando morreu o coronel Joaquim Pereira de Maria, um dos potentados da terra, em 1912, deixou aos seus sucessores um rebanho de tal ordem que, em certa fase da partilha, o juiz autorizou aos interessados: "De hoje em diante, o gado ainda existente no campo, ficará pertencendo aos herdeiros que mandarem fazer a *pega* por sua própria conta."

A produção agrícola, em 1959, foi avaliada em 1.500.000 kg de algodão, 2.000.000 kg de milho, 2.000.000 kg de

feijão, 1.500.000 kg de arroz, 36.000 kg de farinha, 400.000 rapaduras de 800 gr, 10.000 cachos de banana, 500.000 laranjas, 100.000 côcos.

O rebanho existente em 1960 constava de 4.224 bovinos, 1.095 eqüinos, 587 asininos, 383 muares, 2.812 suínos, 1.958 ovinos, 1.805 caprinos e 12.161 aves domésticas. O seu valor aproximava-se da casa dos vinte milhões de cruzeiros.

POPULAÇÃO

O recenseamento de 1960 apurou 5.783 habitantes, sendo 411 na sede e 5.372 na zona rural, distribuídos em 1.067 domicílios.

ASPECTOS CULTURAIS E ASSISTENCIAIS

No campo da cultura e nos domínios da assistência quase nada apresenta o município. Não há organismo algum que cuide da saúde do povo. Possuía, em 1960, 22 unidades escolares primárias, sendo 2 estaduais, 19 municipais e 1 particular, freqüentadas por 871 alunos.

ASPECTOS URBANOS

A cid. fica situada ao pé da sa. do Mãozinha, ladeada pelo rch. de S. Pedro. Inexpressiva, mal construída, sem calçamento, estende-se por dois planos acidentados. Tem duas capelas. Comércio pequeno. Feira aos domingos. Possui três logradouros públicos iluminados por 43 lâmpadas.

ASPECTOS HISTÓRICOS

A origem de Abaiara remonta à metade do século passado. As primeiras casas surgiram na parte baixa da cid., onde Joaquim Leite da Cunha, contando com o apoio do pe. José

Antônio de Araújo, erigiu a capela de S. Pedro, que consolidou o lugarejo, graças à assistência dêsse sacerdote, morto em 1867. Posteriormente, arruinando-se o pequeno templo, foi reconstruído por José Júlio Sampaio.

A parte alta nasceu em tôrno de outra capela, a do Sagrado Coração de Maria, erguida pelo povo, em junho de 1869, sob o impulso evangélico do pe. José Antônio de Maria Ibiapina, durante a sua estada em Milagres, pregando e construindo a Casa da Caridade.

O primeiro estabelecimento comercial da localidade pertenceu a José Bento. O primeiro engenho, a José Dantas de Morais, que também foi o maior proprietário urbano.

Chamou-se inicialmente São Pedro e assim passou à cat. de dist., por Ato provincial de 27-3-1873. Pelo Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1938, tomou o nome de Pedro Segundo e posteriormente o de Abaiara, pelo Dec.-lei n.º 1.114, de 30-12-1943, designação túpica em que está implícita a homenagem ao nosso segundo Imperador.

O mun. foi criado, desmembrado do de Milagres a que pertencia como dist., pela Lei n.º 3.921, de 25-11-1957. A primeira Câmara Municipal constituiu-se de Leônidas Leite Sampaio, presidente; Joaquim Alves de Medeiros, secretário, e José Evangelista Dantas, Válter Pereira Martins, José Sampaio de Medeiros, Benjamim Dantas Xavier e José Martins, vereadores. Para prefeito foi eleito o cidadão José Filomeno Filho.

Depende de Milagres no tocante à Justiça e à Religião.

Filhos Ilustres

João Alves Grangeiro (1901-1960). Oriundo de família modesta, lutou desde a juventude para sobreviver e estudar. Em 1919 ingressou no Exército como simples soldado, tendo atingido o pôsto de coronel, ao ser transferido para a reserva, em 1955. Católico de convicção, fundou e dirigiu em Fortaleza a União Católica dos Militares e, ao falecer, exercia o cargo de presidente de Conselho Metropolitano da Sociedade de São Vicente de Paulo.

ABELHAS. — Rch. (das), nasce no ste. Santa Maria, dist. de Uruquê e deságua no rch. dêste nome, entre as faz. Umari e Alegre.

ABELHAS. — Rch. (das), no dist. de Miraíma, mun. de Itapipoca. Nasce no ste. do Chapéu e derrama-se à m. esq. do Garrote, por sua vez trib. do Aracatiaçu.

ABELHAS. — Ôlho d'água (das), sôbre a sa. da Ibiapaba, no mun. de S. Benedito, dist. de Graça, ao S do baixio do Cocal, para onde se dirigem as suas águas.

ACAMAÇU. — V. ACAAMAÇU.

ACAAMAÇU. — Tribo do grupo étnico-lingüístico Tarairiú. Habitava entre o Coreaú e a Ibiapaba, perto do mar.

Pouco antes de 1666 essa nação assaltou e matou o principal tobajara *André Coroataí* e a muitos dos seus, quando descia a Ibiapaba para fundar nova aldeia em Jericoacoara. Aí residia *Maraguim,* outro chefe tobajara, como aquêle, aliado aos portuguêses. Tomando conhecimento do morticínio e não se sentindo seguro, solicitou ao capitão-mor Melo Gusmão que o defendesse. Êste, baldo de recursos para enfrentar os Acaamaçu em suas terras, recomendou-lhe a retirada para junto da Fortaleza, onde viveria seguro e livre de inimigos. Foi portador da mensagem o ajudante Felipe Coelho de Morais à frente de 15 soldados, 50 índios frecheiros e mais o gentio Jaguariguara. Levava também a incumbência de varrer a ferro e a fogo os Guanacé, que, situados no caminho, estavam criando obstáculos às comunicações.

O pe. Ascenço Gago, conhecedor de perto dos Acaamaçu, por êle chamados de Aconguaçu, traça vivo retrato de seus costumes na *Carta Anua do que se tem obrado na missão da Serra da Ibiapaba desde o ano de 93 até o presente de noventa e 5:*

"É esta nação dos *Aconguaçus* também gentio de corso. Habita aquela ponta da Serra de Ibiapaba, que fica mais vizinha ao mar. Nos

costumes não difere muito do Tapuia Reriiú. Não comem carne humana, mas os ossos dos seus defuntos os desenterram ao cabo de 6 meses e moídos e desfeitos os comem com mel de abelhas, em sinal de amor que lhes têm. Costumam prantear os seus defuntos um ano inteiro; e os viúvos se não tornam a casar senão depois de ano. É também gentio guerreiro e com singularidade destro na frecha, com a qual não perde tiro, e se alguma vez viram as costas ao inimigo, correndo disparam a seta e empregam o tiro." (Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, III, Rio de Janeiro, 1943, 43.)

Eram "agigantados no corpo", traziam "arcos e frechas nas mãos" e o "ijocu, ou pau de matar pendente do ombro direito". Viviam em guerra com os Tobajara e Reriiú e dominavam o caminho da sa. da Ibiapaba para a costa do mar. O pe. Manuel Pedroso, "depois de várias diligências e incríveis sustos", conseguiu pacificá-los com os demais beligerantes. Daí em diante os jesuítas começaram a assisti-los de quando em vez e por fim se tornaram moradores da antiga aldeia da Ibiapaba. (*Ib.*, 45, 46, 65.)

Há diversas variantes do nome dessa tribo: *Acamaçu, Acanhamaçu, Camaçu, Camamu*. Os jesuítas chamavam-na de *Aconguaçu* e *Guaconguaçu*. A grafia do verbete é a do *Regimento que ade goardar o Ajudante Phelipe Coelho de Moraez nesta ocazião que vay a Jericoaquara*, registado a 12-12-1666. (RIC, 4 (1890), 134.) Parece ser o primeiro documento a assinalar-lhe o nome.

As formas acima prestam-se a diversas interpretações. Para *Acanhamaçu*, T. Pompeu Sobrinho (RIC, 33 (1919), 211) apresenta as seguintes: *acan*, caroço, *á*, o que procede, *maçu* por *muçu*, liso, escorregadio — o que se extrai do caroço liso, a amêndoa do côco. *Acanha* por *acanga*, cabeça, *muçu*, lisa — a cabeça lisa, calva. Ambas me parecem forçadas, especialmente a primeira. Se *Acaamaçu, Acamaçu* forem alterações de *camaçu*, teremos *cama*, peito, *açu*, grande — o peito grande, o peitudo. *Camamu* é corrutela de *cama-m-un* — o peito negro. *Aconguaçu* provém de *acanga*, cabeça, *guaçu*, grande — o cabeçudo.

ACANHAMAÇU. — V. ACAAMAÇU.

ACARÁ. — R., denominação do Acarape (Pacoti) na sesmaria de Roque Rodrigues e Violante Lopes, concedida pelo capitão-mor Gabriel da Silva Lago, em 22-2-1709. Os requerentes afirmaram que o rio se encontrava deserto e nunca fôra povoado de brancos, cabendo-lhes a primazia do seu descobrimento. (D.S., v. 2.º, n.º 101, 59.)

Etim.: de *aca-rá*, o cascudo, o escamoso. *Cará*, por abreviação. Nome comum a pequeninos peixes abundantes em nossos cursos d'água (*Cichlasama bimaculatum* L., *Geophagus surinamensis* Bloch.). Para a etimologia, vide ainda *Acarape*.

ACARÁ. — La. (do), entre o Curu e o Caxitoré. Figura na sesmaria de três léguas concedida ao ajudante Manuel Coelho de Andrade pelo capitão-mor Domingos Simões Jurdão, em 16-1-1736 (D.S., v. 13.º, n.º 20, 38.)

ACARACU. — Nome antigo da foz, da costa e bancos contíguos, posteriormente extensivo a todo o r. e ao pov. de pescadores localizado ao fundo de sua bôca — *Barra do Acaracu*, elevado a freg. e depois a v. com a denominação de *Acaracu*.

O topônimo vem dos primeiros dias do Ceará. Em 1614 anotou-o Diogo de Campos Moreno, na *Jornada do Maranhão*. Quase três séculos seguintes, a Lei provincial n.º 1.814, de 22-1-1879, mandou escrever *Acaraú*.

A nova grafia encontramos ao lado da primitiva, designando o rio e a ribeira, pelo menos desde o princípio do século 18. Mas a mudança não se deu por êste motivo. Teve a sua causa em fato bem diverso. Em julho de 1866 apareceu a primeira emissão de selos postais com a estampa de D. Pedro II. A partir de então, o final de *Acaracu* passou a incidir desrespeitosamente sôbre a efígie do Imperador ao carimbar-se as cartas expedidas dessa localidade. O remédio era substituir-se a designação inquinada. Eis a causa oculta que apagou por completo o velho topônimo.

A respeito do étimo leia-se o verbete *Acaraú*, em *Topônimos Indígenas dos séculos 16 e 17 na costa cearense* (RIC, 59 (1945), 160), onde T. Pompeu Sobrinho analisa as interpretações de Martius, frei Francisco dos Prazeres Maranhão, José de Alencar, Paulino Nogueira, Teodoro Sampaio e João Mendes de Almeida, concluindo, por fim, que *Acaraú*, alteração de *Acaracu*, tanto pode ser comedouro de acarás, como comedouro de garças, de *acará*, peixe ou garça branca, e *cu*, comer ou beber.

Opinamos pela primeira interpretação. A costa acarauense, rasa e pesqueira, atraiu de tal modo a atenção dos primeiros navegantes, que passou a figurar na cartografia quinhentista como *terra da pescaria*. No comêço do século seguinte, a 12-10-1615, Manuel Gonçalves Regefeiro, pilôto da capitânea da armada de Alexandre de Moura, que ia à conquista do Maranhão, passa pelo *parcel dos acaraqus* e o assinala no seu *Roteiro de Pernambuco ao Maranhão* (RIC, 19 (1905), 335), como "comedouro de peixe grosso". A leitura dêsse *Roteiro* provàvelmente levou Pompeu Sobrinho à primeira versão acima aludida, pois em trabalho anterior lhe parecia "bebida das garças" a melhor tradução.

O topônimo, evidentemente, nasce da riqueza piscícola dêsse trecho do litoral cearense, propiciador de abundantes pescarias aos índios e aos navegadores que, de quando em raro, o perlongavam. Não vem de *acará*, relativo a garça, encontradiça nas várzeas e lagamares, e nem tampouco dos pequeninos carás fluviais, mas dos carás marinhos que cardumavam nos parcéis, cuja terminologia popular ainda lhes guarda as denominações tupis: *Caramucu, Caranha, Carapeba, Carapicu, Carapinima, Carapitanga, Carapitinga, Caraúna* e outros.

ACARACU. — V. ACARACUZINHO (La.)

ACARACUZINHO. — La. (do), ou aç. (do), por haver sido barrado o sangradouro. Permanente. Fica no dist. de Maracanaú, quase nos limites com o de Parangaba.

Chamou-se primitivamente *Acaracu, Caracu* e talvez *Acaraú*, sendo as duas últimas formas simplificações da pri-

meira. O topônimo *Acaracu* manteve-se na forma diminutiva, hibridado, lutando com *Acaraùzinho*, como chamam às vêzes a la., o rch. e o pov., até em publicações oficiais, haja vista o *Roteiro Rodoviário do Ceará*, 77, editado em 1953 pelo Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem.

O Dec. n.º 5.536, de 23-7-1873, concedeu a Joaquim da Cunha Freire, José Joaquim Carneiro e Francisco Gonçalves da Silva a permissão para explorarem chumbo e outros metais nas adjacências dessa lagoa. As supostas minas só existiam na imaginação dos concessionários.

ACARACUZINHO. — Rch. (do), desaguadouro da la. de seu nome. Antigo "corgo do Caracu".

ACARACUZINHO. — Pov., à marg. da rodovia Fortaleza-Baturité, no dist. de Mondubim, a 14 km de Fortaleza e a 4 da sede distrital, com escola pública e elegante capela dedicada a N. S. da Conceição, construída pela família Diogo Siqueira.

Também conhecido por Monte Alegre, de um lug. que lhe fica próximo.

ACARAPE. — Sa. (do), braço da Ibiapaba, alongado para NE, através dos mun. de Tianguá e Viçosa do Ceará.

"Na serra grande da Ibiapaba, na ladeira que se diz Acarape, há umas antigas escavações, donde se extraía uma mina, que ali há de cobre, na persuasão de ser prata, cujo trabalho decaiu depois de conhecido o engano, e talvez por se haverem consumido dinheiros sem proveito, como é constante entre aquêles habitantes. Esta mina de cobre se encontra em estado de *sulfate*, em veeiros, em uma pedra cinzenta, vitrescível e rija, cujo banco decorre para SE. até onde se chama — *Ubajara* —, e ali, entranhando-se pela serra, vai aparecer seis léguas ao O. da Vila Nova de El-Rei, no lugar que se chama — *Corcundas*, já pertencente ao Piauí, donde os habitantes extraem êste metal, de que se servem para obras de arreios, na persuasão de ser de prata: esta mina merece particular atenção pela sua qualidade e importância do metal tanto mais porque com efeito me persuado conter também a matriz alguma porção de prata." (João da Silva Feijó, *Memória sôbre a Capitania do Ceará*, RIC, 3 (1889), 15.)

A respeito dos trabalhos de mineração efetuados na sa. da Ibiapaba, durante o período colonial, consulte-se Studart em *Notas Para a História do Ceará*, Lisboa, 1892, 461 a 474, e *Datas e Fatos Para a História do Ceará*, 1.º vol., Fortaleza, 1896, 211, 212, 213, 216.

Acarape vem de *acará* (pequeninos peixes fluviais) e *pe* (onde, em, caminho) — *nos acarás* ou *no caminho dos acarás*. Esta interpretação, a meu ver, satisfaz melhor do que a adotada por Paulino Nogueira, no seu valioso *Voc.*, 212, tomada a José de Alencar, de *caminho das garças*, em virtude de *acará* também significar garça branca.

O topônimo *Acarape* refere-se a dois cursos d'água, com trechos nas sa. do mesmo nome, onde não existem garças, mas condições propícias à vida dos carás, ainda hoje, como no tempo dos índios, muito apreciados pelos ribeirinhos.

ACARAPE. — Sa. (do), no mun. de Redenção. Entronca-se ao maciço de Baturité e separa-se da sa. da Aratanha por acidentado vale de 20 km de largura. Com quebradas íngremes, vales estreitos e boa cintura de solos coluviais, presta-se ao cultivo do algodão, cana, cereais, legumes, fumo, etc. Nos trechos altos e abrigados, refrescados por olhos d'água, há pequenos pomares, plantios de bananeiras e um pouco de café, lavoura outrora predominante.

ACARAPE. — Rch. (do), nasce no sít. de seu nome, no mun. de Tianguá, a 12 km ao N desta cid. e ladeia pelo O a sa. homônima, indo desaguar no Quatiguaba, da bacia do Coreaú.

ACARAPE. — R., nome do Pacoti em certo trecho de seu curso. Compreende a seção sôbre a sa. do Acarape e a que se lhe segue, na planície, no chamado *vale do Acarape*. Êste, num recôncavo montanhoso, aberto para leste, formou-se à custa dos sedimentos transportados pelas aluviões. Cobre o vale extenso canavial, pontilhado de fruteiras, onde emergem boas residências e apontam as chaminés dos engenhos e de

uma usina de açúcar. É uma das glebas mais agrícolas do Ceará.

Tomás Pompeu, no *Dic. Top.*, 7, escreveu o seguinte: "*Acarape* — Rio que nasce na serra dêste nome, e da de Baturité; passa na povoação do Acarape, e engrossa o Pacoti." Seguindo as pegadas de Pompeu, diversos autores incidiram no engano de considerarem o Acarape afluente do Pacoti. Ainda em 1939, 78 anos depois, Álvaro de Alencar, *Dic.*, 13, repete Pompeu sem alteração.

ACARAPE. — Pov., ao poente da sa. dêsse nome, à m. da BR-22, no mun. de Tianguá, com 75 casas. Outrora, São José do Ôlho d'Água.

ACARAPE. — Antigo nome da atual cid. de Redenção.

ACARAPE (Ex-CALA-BÔCA). — Dist. e v. de igual nome, pertencente ao mun. e com. de Redenção.

Banhado pelo r. Acarape (Pacoti), possuidor de terras de primeira ordem, com boas vias de comunicação, perto da Capital, é um dos dist. mais progressistas do Estado. Tem como principais fontes de riqueza a cana-de-açúcar e o algodão. Para beneficiamento dêste último produto conta com a Fábrica S. João e a The Ceará Cotton. No seu conjunto industrial destaca-se a Usina Cariri, para açúcar e álcool, aliás, a única existente no Ceará. Outro importante setor é o da fabricação de aguardente, em diversos engenhos a vapor, da qual se exporta regular quantidade para os Estados vizinhos. Merece ser posta em relêvo na vida econômica do dist. a produção de cereais e legumes, notadamente a de arroz, beneficiada em duas fábricas particulares e na Usina Apolônio Sales, do Fomento Agrícola Federal. As suas possibilidades no campo da fruticultura são enormes e pode ser um grande centro leiteiro.

A pop. do dist. soma 6.401 hab. e a da v. 2.715 hab. (urbana e suburbana), maior do que a da cid. de Redenção. Possui cêrca de 400 casas. No dist. há 1.225 domicílios.

A v., perto da m. esq. do Acarape, dista 3 km de Redenção, por est. de rodagem. A sua estação ferroviária foi inaugurada a 26-10-1879 e fica no km 67,657, a 76,437 m de altitude. É cortada pela rodovia Fortaleza-Baturité (km 60), dispõe de estação postal-telefônica de 4.ª classe. Comércio e indústria superiores aos da sede municipal.

A instrução primária em 1960 fazia-se através de 9 escolas públicas, sendo 6 municipais, com matrícula efetiva de 401 alunos.

Sede de paróquia desde 6-1-1943, consagrada a S. João Batista, com as capelas sufragâneas de S. Sebastião (Curupira), S. José (S. José), S. Pedro (Barreira).

O núcleo inicial de Acarape nasceu da construção da estrada de ferro e chamou-se por muito tempo Cala-Bôca, nome com que foi criado o dist. por Ato de 27-12-1883. Pela Lei n.º 2.396, de 18-9-1926, o pov. passou a chamar-se Acarape, que aliás era o da estação ferroviária. Engana-se Álvaro de Alencar, *Dic.*, 67, quando afirma que São João do Acarape foi o nome dado por êste diploma legal.

ACARAPÉ. — La. no dist. de Mondubim, mun. de Fortaleza.

ACARAPE DO MEIO. — Aç., no curso superior do Pacoti (r. Acarape), sôbre a sa. do Acarape, no boq. de seu nome, a 142 m de alt., a 12 km da cid. de Redenção, em cujo mun. se acha encravado, e a 60 de Fortaleza.

Foi estudado pelo eng. Bernardo Piquet Carneiro, em 1904. O projeto, posteriormente modificado, era para uma barragem de 47 milhões de metros cúbicos. Destinava-se a irrigar o vale do Acarape. A construção terminou a 10-6-1924. A 9 de março do ano seguinte, o Govêrno da União, contrariando o seu destino inicial, entregou-o ao Estado, para o abastecimento d'água de Fortaleza. Custou cêrca de 8 mil contos de réis.

Os seus principais dados relativos são:

Área da bacia hidrográfica	21.120	ha
Área da bacia hidráulica	246,50	ha
Volume armazenado	34.104.582	m³
Volume disponível para abastecimento ..	29.403.054	m³
Altura molhada da barragem	30	m

A barragem principal, de alvenaria ciclópica, com 244 m de comp. e 33 de alt., tem a forma de arco de círculo, com a convexidade para dentro. Prende-se por um dos seus extremos à ombreira esq. do boq. e por uma barragem auxiliar, reta, também de pedra e cimento, à ombreira oposta.

A represa estende-se cêrca de 4 km para montante, seguindo o curso do Pacoti, com os seus confluentes, sa. de Baturité acima, numa extensão aproximada de 40 quilômetros.

Além de abastecer Fortaleza e suprir os chafarizes públicos das localidades situadas no percurso da linha adutora, o aç. atende ainda à irrigação do vale do Acarape.

O serviço de abastecimento d'água de Fortaleza foi projetado em 1910 pelo eng. João Felipe Pereira, sendo presidente o dr. Antônio Pinto Nogueira Acióli. Naquele tempo, Fortaleza contava uma população de mais ou menos 50.000 habitantes. O volume d'água que serviu de base à elaboração do projeto foi o de 5.360 m3 diários, sendo 5.000 para a Cap. e 360 a serem distribuídos pelas localidades ao longo da linha adutora. Pequenas alterações feitas na execução do projeto fizeram subir a 5.720 m3 diários o volume aduzido. Êste volume dava uma média aproximada de 120 litros por habitante e atendia às necessidades de então.

Mas entre o projeto e o término das obras, a 19-11-1927, quando foram inauguradas, no govêrno do des. Moreira da Rocha, sob a superintendência do eng. Vitoriano Borges de Melo, decorreram 17 anos e a cid. quase triplicou de população. As condições já eram outras e em pouco tempo ficou patenteada a deficiência do abastecimento d'água em Fortaleza. Coube ao interventor Menezes Pimentel, dez anos mais tar-

de, ampliar o aludido serviço, entregue ao Escritório Saturnino de Brito. A adução foi aumentada para 18.000 m3 diários, segundo projeto do eng. Luís Vieira, que além de poupar 12.760 m de percurso da adutora em seu trecho superior, com o traçado pelo boq. do Araticum em vez de Redenção, duplicou a linha de tubulação entre Guaiúba e Fortaleza. O governador Raul Barbosa promoveu a complementação dêsses trabalhos, através do referido Escritório, construindo novos filtros e caixas d'água, ampliando a rêde distribuidora citadina, revisionando a linha de adutoras, cujas características vêm abaixo especificadas.

O trecho superior é constituído por um aqueduto de concreto armado, com seção de 0,70 x 0,80 m e extensão de 5.327 m, com 4 sifões = 550 mm, ao qual se segue um túnel com 1.582 m de comprimento, de perfil transversal em ferradura, com 2,00 x 2,10 de dimensões extremas, tendo no seu interior o aqueduto, com seção de 0,90 x 0,80. Êsse trecho conduz a água à caixa de partida, logo à saída do túnel.

Segue-se o trecho médio, construído em tubos de ferro fundido, de 550 mm de diâmetro, com 21.155 m de extensão, até Guaiúba, onde se bifurca numa peça em Y.

O trecho inferior da adutora origina-se nesta peça e é formado por uma dupla linha de tubos de 381 mm (15") de diâmetro, tendo 37.900 m e 34.400 m, respectivamente, sendo que a última, assentada quase tôda em linha reta, foi construída com tubos retirados da parte superior da primitiva adutora.

Tal como se acha, a adutora permite aduzir 18.000 m3 por dia. O aqueduto superior tem capacidade para 25.660 m3, fora os sifões. Nas caixas dêstes ficaram preparadas bôcas para se assentarem segundas linhas de sifões. O aqueduto dentro do túnel ficou construído para aduzir 30.000 m3 por dia, ou seja, pràticamente o máximo com que o aç. poderá suprir a cidade. Atualmente são abastecidas perto de 14.000 casas, com um consumo diário de 15.000 m3. Estão em andamento, iniciadas pelo governador Parsifal Barroso, novas obras para ampliação da rêde abastecedora de Fortaleza.

A irrigação de cêrca de 3.000 ha faz-se pelo próprio leito do rio. Apesar da pouca largura do vale do Acarape, de os terrenos a irrigar começarem a 6.500 km da barragem, da topografia favorável, a falta de canais tem se revelado contraproducente no que diz respeito à economia d'água. A elevação da capacidade do aç. e a construção de barragens suplementares, ao longo do vale, têm sido as providências alvitradas no intuito de assegurar simultâneamente o abastecimento da cap. e a irrigação.

ACARAPE DO MEIO. — V. SÃO GERARDO.

ACARAÚ. — Bancos (do), parcéis de areia fronteiros à costa do mesmo nome. Estendem-se da barra da Almofala à pt. de Jericoacoara, a poucas braças de profundidade. São ricos de pescado.

ACARAÚ. — Mo. (do), duna à m. esq. da foz do Acaraú. Serve de baliza à navegação.

ACARAÚ. — R., origina-se no centro da sa. das Matas, a 5 km das nascentes do Quixeramobim. Corre a princípio de L para O até a altura do ste. do Feiticeiro e daí, na parte mais importante do seu curso, segue de S a N, quase paralelo à sa. da Ibiapaba. Banha Tamboril, Macaraú (ex-Entre-Rios), Groaíras (ex-Guimarães), Sobral, Tuína (ex-Remédios), Santana do Acaraú, Morrinho, Marco, Acaraú.

Recebe diversos tributários, entre os quais se destacam: Feitosa, Macacos, Jucurutu, Groaíras, Madeira, pela dir.; Juré, Jatobá, Jaibara, Acaraú-mirim, pela m. esquerda.

Após um percurso de 320 km lança-se no mar por dois braços — Cacimbas e Mosqueiro —, formando pequeno delta a 2°52'36" de lat. S e 3°0'12" de long. L do Rio de Janeiro. A bifurcação efetua-se a 6 km do Atlântico, em Cacimbas. A variante maior dá acesso a pequenas embarcações nas marés vivas que fazem sentir os seus efeitos até 36 km rio acima.

A bacia do Acaraú, com uma superfície avaliada em 14.500 km2, é a segunda do Estado, apenas 6 vêzes menor que a do Jaguaribe. Acha-se encravada entre o Oceano, as sa. da Meruoca, das Matas, Ibiapaba e o alto sertão de Crateús.

"A quase totalidade da bacia é de rochas do *Complexo Cristalino* com abundantes intrusões graníticas que, muitas vêzes, assinalam pequenas serras (*Meruoca, Rosário, etc*) e numerosos serrotes (serra do *Corrente, da Camabadeira, do Barriga, serrotes do Pajé, dos Picos, da Bajada, do Feiticeiro, etc*). A oeste, em geral as cabeceiras dos rios da vertente esquerda estão em terreno sedimentar, que são as encostas e escarpas da *Ibiapaba*; ao longo do rio, da altura da cidade de Santana para o norte, existem restos de uma formação sedimentária, provàvelmente cretácea e relacionada com os estratos da Ibiapaba.

A vegetação da zona litorânea, que, tanto na vertente esquerda como na direita, avança muito para o interior, é de tabuleiros arenosos; no sertão, domina a caatinga mais ou menos acentuadamente xerófila, conforme a natureza do solo; nas serras, pelos vales relativamente frescos, a vegetação comum é de capoeiras, mais ou menos fina, sendo raras as relíquias de matas dríticas, outrora abundantes.

As várzeas de aluvião, fertilíssimas e consideráveis, avultam sobretudo da barra do Groaíras para jusante e, em geral, estão ou estiveram cobertas de carnaubal e matas ciliares." (T. Pompeu Sobrinho, *O Nordeste e as suas feições geográficas mais características*, RIC, 52 (1938), 128)

A presença da cordilheira sedimentária da Ibiapaba nos limites ocidentais desta bacia e a orientação do Acaraú em relação àquele acidente geográfico dão-lhe feição hidrológica especial quando comparada à do Jaguaribe. Proporcionalmente, é mais abundante em águas, pois enquanto o coeficiente de escoamento do Jaguaribe alcança 6,5%, o do Acaraú sobe a 20%, três vêzes superior ao do maior curso d'água cearense.

Para uma precipitação média anual de 951 mm, conforme três anos de observações realizadas em Sobral, o Acaraú transporta u'a massa d'água cujo volume médio anual atinge a 1.633.000.000 de metros cúbicos. É o menos torrencial dos nossos rios. Não deixa de correr por certo tempo, mesmo nos anos secos, alimentado pelas poucas chuvas que caem na Ibiapaba. O aç. Araras, construído em seu leito, o tornará perene de Cariré para baixo.

ACARAÚ. — Pôrto (do), à foz do r. homônimo, no braço denominado Cacimbas, a 6 km da cid. de Acaraú e a 2°52'36" de lat. S e 30°0'12" de long. L do Rio de Janeiro.

Já gozou de certa importância. Hoje se encontra pràticamente obstruído por bancos de areia. Nas marés vivas dá acesso a embarcações de pequeno calado. Para combater-lhe o assoreamento foi alvitrada a construção de uma barragem no Mosqueiro, um dos braços do rio, o que faria derivar, por ocasião das cheias, maior volume d'água para o Cacimbas, com ímpeto bastante para rasgar-lhe as areias. Trata-se de idéia antiga. A Lei n.º 791, de 26-9-1856, autorizava o presidente da Província despender a quantia de 3:000$000 com a barragem do braço denominado Presídio, e mais 300$000 com a abertura de pequeno canal no lugar Canoé, a fim de melhorar as condições dêsse ancoradouro. Dois anos depois, o eng. Adolfo Herbster, designado para examinar e dar direção a essas obras, manifestou-se contrário às mesmas, por serem inúteis ao fim desejado.

O estabelecimento do pôrto é às 5 horas.

ACARAÚ (Ex-ACARACU). — Mun. e cid.

Aspectos Físicos

Situação. — Encravado na Zona do Litoral, é o mais setentrional dos mun. cearenses. A pt. de Jericoacoara, que se projeta na sua costa aos 2°46'48" de lat. S e 40°29'18" de long. W. Gr., assinala o extremo N do Estado.

Limites. — Ao N, com o Atlântico; ao S, com os mun. de Bela Cruz e Marco; a L, com o de Itapipoca, e a O, com o de Camucim. Sôbre as divisas, vide as Leis nos. 1.153, de 22-11-1951, e 3.528, de 23-2-1957.

Superfície. — 2.560 km².

Formação horizontal. — A costa se estende desde a foz do Guriú até a ens. dos Patos, na embocadura do Aracatiaçu. Corre de Jericoacoara a Itapajé de O para L, depois se inclina para sueste.

R140284591/11
PERGAMUM
BC CE/UFC
U1 ex.1

As águas litorâneas são rasas, semeadas de grandes bancos de areia e muito piscosas. Estas características não passaram despercebidas da cartografia quinhentista. No mapa de Pedro Reinel (1516), figura a foz do Acaraú com o nome de "b. dos parces" (barra dos parcéis). A costa vizinha vem denominada de "tra de pescaria" (terra da pescaria) na carta de Gaspar Viegas (1534).

Na costa se encontram as ilhotas dos Bois, das Vacas, do Guajiru, do Mangue Sêco, do Rato, da Coroa Grande e do Mosquito.

A praia mostra-se baixa, arenosa, orlada de um cordão de dunas, às vêzes interrompido por lagamares e alagadiços. Os seus acidentes principais são as pt. de Jericoacoara e Itapajé, providas de faróis, a ens. de Jericoacoara, a b. do Acaraú e a b. ou ens. dos Patos.

Formação vertical. — A topografia do mun. não apresenta acidentes de relêvo. Os terrenos são planos ou ligeiramente ondulados. Não existem serras. Há apenas um ste., se assim se pode chamá-lo, o de Jericoacoara, na pt. do mesmo nome, formado por dois grandes morros de areia vermelha, um de 110 metros de alt. e outro com cêrca de 90, sôbre uma base de arenito ferruginoso.

Hidrografia. — O Acaraú, segundo r. do Ceará em importância, corta o mun. de S a N, oferecendo o seu vale amplas coroas e várzeas de magníficas terras agrícolas. Já perto do mar, a 6 km mais ou menos, divide-se em dois braços — Cacimbas e Mosqueiro —, formando pequeno delta. Tem a barra entulhada de areias, mas o Cacimbas dá acesso a pequenas embarcações até a cid. do Acaraú, por ocasião das marés vivas, que fazem sentir os seus efeitos 36 km rio acima. Na fronteira com Itapipoca situa-se o trecho inferior do Aracatiaçu e entre êste e o Acaraú fica o Aracatimirim, conhecido na região simplesmente por Mirim.

Nos tabuleiros litorâneos encontram-se diversos córregos perenes. Dos rch. temporários destacam-se o Paraguai, Vaca Braba, Inhanduba e da Prata.

As la. principais ficam perto do litoral, alinhando-se como

mais importantes as do Guriú, Caiçara, Jijoca, Castelhanos, Monteiros, Jenipapeiro e outras. A mais valiosa é a da Jijoca, a O do mun., no distrito de Jericoacoara, com talvez 56 km de circunferência. Perene e piscosa, as suas margens prestam-se a culturas de *vazantes*. Serve de refrigério à população pobre nas crises climáticas.

Solos. — Predominam os sílico-argilosos. Na zona litorânea e tabuleiros convizinhos o solo é silicoso e pobre, e ácido nos baixios dos córregos. Contudo, encontram-se intrusões de boas manchas argilosas ou sílico-argilosas.

No interior, as variantes vão do arenoso ao argiloso, raso ou profundo, às vêzes pedregoso.

As melhores terras são as aluviais das várzeas e coroas de rios e riachos.

Vegetação. — Foram totalmente destruídas as matas que outrora acompanhavam certos trechos das margens dos rios e córregos perenes. Desapareceram as madeiras de lei. Catingas degradadas e capoeiras cobrem o centro e o sudoeste do município. A sueste encontram-se grandes extensões abertas. A carnaúba, a mais importante riqueza vegetal da comuna, adensa-se em palmares nas várzeas do Acaraú e do Aracatimirim. A oiticica pestaneja os rios e riachos principais. O cajueiro, ao lado do murici, reina nos tabuleiros, invade mesmo o domínio das dunas, não raro fixando-as. As dunas que bordejam a costa do dist. de Itarema estão quase tôdas cobertas pela Asclepiadácea conhecida por *hortênsia* ou *ciúme*.

Clima e salubridade. — Ameno no litoral, já no interior participa do clima do sertão. Predominam os ventos de sueste e nordeste. No litoral, não raro, aparecem febres intermitentes.

Aspectos Econômicos

Vias de comunicação. — Até bem pouco tempo nenhuma rodovia cortava o município. As comunicações se faziam através de carroçáveis, cujo trânsito ficava interrompido total ou parcialmente por ocasião dos invernos mais pesados. Só a par-

tir de 1952, com a construção do trecho rodoviário Itapipoca-Acaraú, é que a sede municipal ficou ligada a Fortaleza, da qual dista 251 km. O trajeto, a partir da Capital, faz-se pela BR-22 até o km 91 (Umari), e daí em diante pela Ce-30. Esta estrada atravessa o mun. de S a N, dividindo-o quase pela metade. A rêde rodoviária municipal é de 227 km.

A cid. de Acaraú também pode ser atingida por via aérea. Possui excelente campo de pouso em um dos seus subúrbios, construído pela Aeronáutica, para o Correio Aéreo Militar.

A b. do Acaraú acha-se obstruída, de modo a não permitir a entrada de navios, mesmo costeiros, que ancoram ao largo. Faz-se em canoas o transbordo das mercadorias e passageiros para a cidade. Os outros ancoradouros, freqüentados por barcaças, no transporte de farinha, goma, cereais, peixe sêco, cêra de carnaúba e notadamente sal, são o dos Patos, o do Barco e a ens. de Jericoacoara.

A estação telegráfica foi inaugurada a 31-12-1902 e a agência dos Correios data de 1865.

Lavoura. — Cultiva-se rotineiramente. As máquinas agrícolas, inseticidas, fungicidas e boas sementes são desconhecidas. Nos baixios dos tabuleiros a cana recebe uma adubação orgânica rudimentaríssima. Não existe nenhum órgão de fomento agrícola federal, estadual ou municipal.

A sua principal produção agrícola, em 1953, foi a que se segue:

Mandioca	33.600.000 kg
Cana	1.535.000 kg
Feijão	1.050.000 kg
Milho	900.000 kg
Batata-doce	1.040.000 kg
Algodão	121.000 kg
Côco	540.000 côcos
Banana	55.000 cachos

Pelo valor, os cinco primeiros lugares pertencem à mandioca, feijão, milho, côco e banana.

Pecuária. — Ao findar 1960 existiam em Acaraú 16.414 cabeças de bovinos, 4.076 de eqüinos, 2.543 de asininos, 1.258 de muares, 7.745 de suínos, 4.134 de ovinos, 5.729 de caprinos e 90.000 aves domésticas.

Produção extrativa mineral. — Neste setor conta exclusivamente com o sal, obtido em 10 salinas disseminadas pela costa, estando a maior, com uma área aproximada de 830.000 m², em Cacimbas, no distrito-sede. A colheita de 1956 foi computada em 8.600 toneladas, valendo Cr$ 1.720.000,00. Pertence-lhe a liderança da indústria salineira estadual.

Produção extrativa vegetal. — Em 1960, ocupa o primeiro lugar a cêra de carnaúba, com 175.000 kg, valendo Cr$ 58.500.000,00. Logo em seguida aparece a castanha do caju, com 600.000 kg, no valor de Cr$ 3.600.000,00. A produção de oiticica foi de 250.000 kg, por Cr$ 2.000.000,00. A de tucum 14.000 kg e a de paina 11.000, valendo, respectivamente, Cr$ 520.000,00 e Cr$ 570.000,00.

A paina provém dos tufos de pêlos alvos e sedosos que envolvem as sementes da hortênsia ou ciúme (*Calotropis gigantea* R. Br. e *Calotropis procera* R. Br.), encontrada no litoral, principalmente sôbre as dunas do dist. de Itarema, onde se colhem anualmente para mais de 5.000 quilogramas. (Nicodemus Araújo, *Município de Acaraú*, 218.)

Produção de carne. — Segundo o Departamento Estadual de Estatística abateram-se, em 1953, 1.327 bovinos, 1.966 suínos, 1.252 ovinos e 1.461 caprinos, com 179.145, 117.960, 15.024 e 14.610 quilogramas de carne, respectivamente.

O valor da carne foi o seguinte: Cr$ 2.223.585,00 para bovinos, Cr$ 1.901.664,00 para suínos, Cr$ 104.141,00 para ovinos e Cr$ 88.676,00 para caprinos.

Produção de peixe. — Em 1960, foi avaliada em 2.115.000 kg, no valor de Cr$ 68.595.000,00.

Dos peixes ocorrentes, o mais importante, pela abundância e tamanho, é o camurupim. Aproxima-se bastante da costa e chega a penetrar nos rios e lagoas.

A pesca do camurupim, no trecho emparcelado, faz-se, na sua quase totalidade, por meio de currais, cujo número ascen-

de a 698, e mais ainda 430 *covos*, armadilhas equivalentes a um pequeno curral. Em Jericoacoara, com águas mais profundas, emprega-se de preferência o anzol.

Goza o camurupim das regalias de peixe de primeira qualidade, apesar da carne gordurosa e de cheiro um tanto ativo. Salgado e sêco, alimenta pequeno comércio de exportação. Registo, a título de curiosidade, que os norte-americanos têm o camurupim na conta de peixe inferior, sem mercado e, por conseguinte, sem valor.

Ocupam-se nas fainas pesqueiras 2.634 pescadores profissionais, afora os adventícios, que não são poucos, mormente ao tempo dos cardumes.

Nas pescarias movimentam-se 318 canoas, 317 jangadas e 6 botes. Ao contrário do que acontece no restante do nosso litoral, aqui as jangadas cedem a primazia às canoas. A pesca próxima da costa, por meio de currais, justifica a preferência de uma embarcação sôbre a outra.

Indústrias de transformação. — Conforme os dados estatísticos, estão representadas por 26 estabelecimentos, com uma produção industrial, em 1954, de Cr$ 6.600.000,00, entre os quais se destaca uma fábrica de peixe enlatado. Em 1960 a produção de aguardente foi de 60.000 litros.

Comércio. — Tanto o de importação como o de exportação têm apresentado sensível progresso, quer na sede, quer nos distritos. Na cid. de Acaraú, existem 25 estabelecimentos varejistas e 3 atacadistas.

Finanças públicas. — A arrecadação da receita federal, estadual e municipal foi a seguinte, no período 1950/55:

Anos	Federal Cr$	Estadual Cr$	Municipal Cr$
1950	227.553,20	538.982,90	493.171,90
1951	406.687,90	458.094,30	598.587,30
1952	469.024,10	464.352,70	738.865,50
1953	416.762,00	661.295,60	1.092.886,60
1954	337.801,60	603.781,30	885.015,80
1955	338.000,00	723.000,00	1.146.000,00

População

Era de 55.385 hab. em 1960, dos quais 49.259 encontravam-se na zona rural.

A distribuição urbana e suburbana apresentava os seguintes efetivos:

ACARAÚ	3.042
Aranaú	313
Cruz	770
Itarema	1.127
Jericoacoara	874

Aspectos Culturais e Assistenciais

Em 1960 havia no mun. 86 unidades escolares de ensino primário fundamental, sendo 16 estaduais, 46 municipais, 24 particulares, com a matrícula de 3.638 alunos: 894 nas estaduais, 1.752 nas municipais e 992 nas particulares.

A primeira escola do sexo masculino foi criada pela Lei n.º 492, de 14-8-1849, e a do sexo feminino pela de n.º 769, de 14-8-1865. As Escolas Reunidas foram instaladas a 10-3-1917, passando a Grupo Escolar, sob a denominação de "7 de Setembro", a 2-2-1927. Funciona em prédio próprio, inaugurado a 7-9-1934.

O primeiro ciclo do curso secundário faz-se através da Escola Normal Rural Virgem Poderosa e do Ginásio Acarauense.

O Tiro de Guerra 203 encarrega-se da preparação de reservistas para o Exército.

A assistência médica conta com um Pôsto de Saúde, mantido pelo Estado. Está quase terminada a Maternidade Dr. Moura Ferreira, junto à qual vem funcionando um Pôsto de Puericultura, a cargo da União. No dist. de Itarema há um Subpôsto de Saúde, igualmente estadual.

Aspectos Urbanos

A sede do mun. demora à m. dir. do Acaraú, a 6 km do mar, em chão arenoso e plano, que não excede a 10 m de altitude. Dista da Cap. 202 km em linha reta, 251 por rodovia e 105 milhas por via marítima. É a mais setentrional das cid. cearenses. Fica a 2°52'62" de lat. S e 40°07'22" de long. W.Gr.

Goza de clima excelente, graças à proximidade da praia. A geografia local, no que concerne ao litoral e ao trecho inferior do rio, concorre favoràvelmente para o seu abastecimento de pescado, abundante e diverso, com possibilidades de industrialização, tendo diante de si um grande mercado em potencial.

Iluminada a luz elétrica, a cid. tem cêrca de 620 prédios, distribuídos em 10 ruas, 4 praças e um jardim público. Ressente-se da falta de pavimentação. Além da matriz, uma das melhores igrejas da Diocese de Sobral, destacam-se os seguintes edifícios: Correios e Telégrafos, Grupo Escolar, Pôsto de Saúde, Pôsto de Puericultura, Escola Normal Rural.

Aspectos Históricos

O Barão de Studart deu guarida à velha tradição de que os fundadores e primeiros habitantes do Acaraú eram pescadores, vindos do Sul, atraídos pela fartura dos bancos pesqueiros, como o foram os índios que perambulavam por essas paragens. A princípio situaram-se em plena costa, no lugar denominado Presídio, refluindo mais tarde para local mais bem abrigado, ao fundo do delta do rio, justamente no sítio onde se ergue a cidade. (Barão de Studart, *Geografia do Ceará*, 317.)

A êsses pescadores vieram juntar-se os criadores que, dos fins do século 17 e começos do 18, estabeleceram-se com os seus gados na *ribeira do Acaracu*. Pescadores e criadores foram, por conseguinte, os primeiros habitantes do Acaraú. Alguns dêles, talvez pescadores e criadores ao mesmo tempo, como ainda hoje existem no litoral cearense. Donos de currais de gado e currais de pesca. Donos de bois e de jangadas.

O núcleo inicial, assentado na Barra do Acaracu, viveu anônimamente certo tempo. Depois, por servir de ancoradouro às embarcações que demandavam o rio, tomou o nome de *Pôrto dos Barcos do Acaracu*. Pelo mesmo motivo, Aracati, quando povoação, já se chamou de *Santa Cruz do Aracati do Pôrto dos Barcos*.

Quando surgiu a indústria da carne-sêca, em tôrno da qual girou tôda a economia setecentista do Nordeste pastoril, coube a êsse lugarejo centralizá-la ao norte da Capitania. Para tanto lhe permitia a excepcional situação geográfica. Plantado na embocadura de uma ribeira rica de gados, onde o sal abundava e as navegações encontravam acesso seguro, tornou-se não só grande centro de fabrico de carnes, como entreposto das que vinham de Sobral.

Passou a chamar-se *Oficinas*, nome encontrado por êsse tempo em mais de um ponto do litoral nordestino, dedicado aos centros de beneficiamento de carnes-sêcas.

Para *Oficinas*, durante a safra, rumavam as boiadas, rechinavam os carros de Sobral entupidos de carne-sêca e navegavam as sumacas. Estas transportavam carne, couros e solas com destino a Pernambuco e Bahia.

O povoado acordou para uma nova vida. Já não dependia do mar e sim do sertão. O boi vencera o camurupim. Palhoças e taipas derramaram-se à roda dos currais e matanças. Mas veio a sêca de 1790-93, conhecida na crônica sertaneja pelo nome pouco eufônico de *sêca grande*. Durou três anos, matou os gados, morreu muita gente de fome e acabou de uma vez por tôdas com a indústria da carne-sêca.

O povoado regrediu e voltou-se para a pesca. A denominação *Oficinas* não sobreviveu à crise, afogou-se com ela. Foi substituída pela de *Barra do Acaracu*.

A povoação foi crescendo preguiçosamente e ao findar a metade do século passado, no ano de 1846, tôdas as suas casas ainda eram de taipa, inclusive a igreja que lhe servia de ma-

triz. (Antônio Bezerra, *Notas de Viagem ao Norte do Ceará*, 2.ª ed. 355)

Formação administrativa. — O pov. da Barra do Acaracu foi elevado a v. pela Lei n.º 480, de 31-7-1849, com a denominação de *Vila do Acaracu* e, conseqüentemente, a mun., desmembrado do de Sobral, tendo por limites os mesmos das freg. do Acaracu e Santana.

A instalação do mun. deu-se a 5-2-1851, com a Câmara Municipal, que realizou a sua 1.ª sessão no dia seguinte, presidida por José Victor Memória, como se vê da seguinte:

"Acta da installação da Camara Municipal e Villa da Barra do Acaracû, Creada pela Ley provincial numero 475 de 31 de Julho de 1849 da Comarca de Sobral Provincia do Ceará.

A. Anno do Nascimento de nosso Senhor Jezus Christo de mil e oitocentos e cincoenta e hum trigessimo da Independencia e do Imperio do Brazil. Aos sinco dias do Mez de Fevereiro, nesta villa da Barra do Acaracû Comarca da cidade de Sobral, da Provincia do Ceará creada por Ley provincial numero quatrocentos setenta e sinco de trinta e hum de Julho de mil e oitocentos e quarenta e nove, na caza destinada para o paseo da Camara Municipal, da mesma Villa que tem de ser hoje installada, onde se axava o Prezidente dadita Camara Municipal, já legalmente conhecido comigo Secretario interino por elle nomiado e adiante declarado, forão ay prezentes os resctivos Vereadores, Simplicio de Araujo Costa, Tiotonio Francisco De Menezes, que foi xamado em lugar do Veriador Manoel de Araujo Costa por axar-se este empedido por ser mano do Veriador Simplicio de Araujo Costa e os Veriadores supplentes José da Costa Gadelha Joaquim Domingues da Silva Terceiro por não comparecerem os Veriadores nactos convocados officialmente e por Edital de trinta e hum de Janeiro proximo passado neste corrente anno para prestarem juramento e tomarem posse dodito cargo de conformidade da Ley citada e dos Decretos de tres de Novembro de mil oitocentos e trinta e dois e devinte e dois de Julho de mil oitocentos e trinta e tres e mais desposições e ordens expedidas arespeito. Reconhecido os diplomas dos referido Veriadores, e procedidos as mais formalidades da Ley e do estilo deferio-lhe o dito Prezidente aceda hum o juramento dos santos Evangelhos segundo a forma estabelecida no artigo deseçacete da Ley de primeiro de outubro demil oitocentos e vinte e oito com o que lhe ficou transferida a respectiva posse do cargo, depois destes actos lavrou-se termos especiais no livro competente. E depois de Selebrada, e concluida solenemente esta religioza serimonia houve osobredito Prezidente da Camara a mesma Camara foi installada e juntamente a referida Villa por montada na conformidade dos decretos para gozar de todas asprerogativas, e regalias concedidas em direito as demais villas do Imperio; e Ordenou que seproseguisse nostermos ulteriores do acto e conforme a desposição dos precitados decretos e que ficava assignado o dia seguinte para a primeira reunião da Camara, e deu por orde dodia as nomiações, dos seus officiais e empregados de sua competencia, e para assignar-se operiodo ordinario de suas Sessões E para constar mandou lavrar este Acto que assignou com os Sinhores Veriadores e que em seguida se transcrevesse por escala regular todas as pessôas a que se refere. Eu Vicente Alves Linhares, o escrevi. aa) José Victor Memoria — Prezidente, Simplicio de Araujo Costa Tiotonio Francisco de Menezes José da Costa Gadelha Joaquim Domingues da Silva. Auto de continuação, o sinhor Araujo Costa requereu com urgencia para que na presente Sessão fosse nomiado o Secretario e Porteiro desta Camara afim de entrar logo em exercicio, depois de prestar o juramento de estillo o que foi aprovado; e tendo proposto o Secretario, teve Luiz Antonio Penna o seu favor os votos dos Senhores Araujo Costa, Gadelha, Domingues Terceiro e do Senhor Prezidente, e contra o do Senhor Menezes, e por ter maioria de votos foi nomiado o dito Luiz Antonio Penna Secretario; e para Porteiro teve o seu favor João José da Costa, os votos de todos os seus veriadores, e foi nomiado Porteiro, os quais foram xamados para prestar o juramento do estillo, e entrar em exercicio, comparecendo prestarão juramento e entrarão no Exercicio; e por não aver mais a tratar feixou o senhor Prezidente e lavrou-se o prezente acto em que assignarão. Eu Vicente Alves Linhares Secretario o escrevi. (aa) José Victor Memoria, Prezidente Simplicio de Araujo Costa Tiotonio Francisco de Menezes José da Costa Gadelha Joaquim Domingues Terceiro."

A Lei n.º 1.814 (art. 1.º, § 6.º), de 22-1-1879, mandou escrever *Acaraú*, pelo motivo exposto no verbete *Acaracu*, onde vem a sua etimologia.

Passou à cat. de cid. pela Lei n.º 2.019, de 19-9-1882, com a simples denominação de *Acaraú*.

No quadro fixado pelo Dec.-lei est. n.º 448, de 20-12-1938, da divisão administrativa e territorial do Estado, a vigorar no qüinqüênio 1939/43, o mun. compõe-se dos seguintes dist.: Acaraú (sede), Aranaú, Bela Cruz (ex-Santa Cruz), Itarema, Jericoacoara, que permanecem os mesmos nos quadros para 1944/1948 (Dec.-lei est. n.º 1.114, de 30-12-1943), 1949/1953

(Dec.-lei est. n.º 1.153, de 22-11-1951), porém se altera no seguinte, perdendo o dist. de Bela-Cruz, elevado à cat. de mun. pela Lei n.º 3.538, de 23-2-1957.

Notas. 1 — Em *Divisão Territorial do Brasil*, quadro vigente em 31-XII-1954, IBGE — Conselho Nacional de Estatística, 28, não consta o dist. de Aranaú, que figura, entretanto, no Índice Alfabético-Remissivo dos Distritos, constante do mesmo trabalho, 140.

2 — Em Álvaro de Alencar, Dic., 11, figura, por engano de revisão, 16 de setembro em vez de 19, na data da Lei n.º 2.019, que criou a cid. de Acaraú.

Formação judiciária. — O têrmo foi criado pela Lei n.º 480, de 31-7-1849. Foi elevado a com. pela Lei n.º 1.115, de 27-10-1864, abrangendo os têrmos do Acaraú e de Santana. O seu primeiro juiz de direito foi o dr. Francisco Urbano da Silva Ribeiro, nomeado por ato de 16-3-1865 do dr. Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo, presidente da Província. A 27-11-1868 a Lei n.º 1.237 transferiu a sede da com. do Acaraú para a v. de Santana da mesma com., e tomou êste último nome pela Lei n.º 1.980, de 9-8-1882. O Dec. n.º 196, de 5-6-1891, suprimiu a com. de Santana, passando o têrmo de Acaraú à jurisdição da de Granja. Pela Lei nº. 445, de 8-8-1898, a com. foi restaurada, com sede em Acaraú. Pouco depois, a Lei n.º 595, de 30-7-1900, transferiu para a cid. do Acaraú o juizado substituto de Santana. O Dec. n.º 206, de 6-6-1931, novamente extinguiu a com. do Acaraú e subordinou o têrmo à de Camucim. Pela Lei n.º 1.271, de 29-5-1934, o têrmo de Acaraú foi transferido da com. de Camucim para a de Itapipoca, situação que manteve o Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1938. O art. 22 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Estadual, de 23 de junho de 1947, transformou em com. todos os têrmos judiciários, o que se efetivou pela Lei n.º 213, de 9-6-1948, que dispõe sôbre a Organização Judiciária do Estado.

O Primeiro Cartório de Órfãos dêste mun., hoje acumulando o Serviço de Registo Civil e Registo Geral de Imóveis,

foi criado pelo Dec. n.º 2.000, de 21-10-1857, e instalado a 11-11-1865. O Segundo Cartório foi criado e conservado pelas Leis nºs. 756, de 3-7-1865, e 2.388, de 21-8-1926.

Formação eclesiástica. — Pelo Dec.-geral de 5-9-1832 foi criada a freg., desmembrada da de Sobral, com a transferência, para a povoação da Barra do Acaracu, da freg. de Nossa Senhora da Conceição de Almofala, instituída pela Provisão de 12-9-1766, na antiga Missão dos Tremembés.

Por motivos políticos, a sede da freg. foi transferida para a capela de Santana, elevada a freg., filial à matriz de Sobral, pela Lei n.º 139, de 10-9-1838, que também restaurou a de Almofala. A Lei n.º 283, de 15-12-1842, transferiu definitivamente a freg. de Santana para a capela da Barra do Acaracu, com a denominação de Nossa Senhora da Conceição da Barra do Acaracu, tendo sido supressa a de Almofala e conservados os limites anteriores.

Notas. 1 — Pompeu, no *Dic. Top.*, 5, e no *Ensaio Estatístico*, II, 202, bem como Dom José Tupinambá da Frota, *História de Sobral*, 128, dão 4 de setembro para a criação desta freguesia. O mesmo o faz o Barão de Studart, *Geografia do Ceará*, 310 e 316, tendo, porém, anteriormente, nas *Datas e Fatos Para a História do Ceará*, II, 70, assinalado o dia 5, que é a data certa.

2 — Em *O Ceará*, 2.a ed., 26, por um lapso de revisão, figura, em vez de 12 de setembro, 12 de novembro, para a data da Provisão que instituiu a freg. de Almofala.

O patrimônio da matriz de Acaraú tem a seguinte história. A 23-12-1793, José Monteiro de Melo adquiriu, pela quantia de um conto e duzentos mil réis, o sít. Oficinas, com mais de uma légua de comprido e meia de largura, no Pôrto dos Barcos do Acaracu, deixando-o, por sua morte, ocorrida em 1806, a Nossa Senhora da Conceição, padroeira da freg., sediada nesse tempo em Sobral.

Criada a freg. do Acaracu, o sít. não lhe foi transferido, manteve-se incorporado ao patrimônio da de Sobral. O povo jamais concordou com isso e em 1908 resolveu deixar de pagar à de Sobral as rendas das terras que lhe eram aforadas. Levada a questão, por intermédio do padre Antônio Tomás, vigá-

rio local, à Nunciatura Apostólica do Brasil, esta, no mesmo ano, a 1.º de dezembro, deu decisão favorável aos acarauenses. Mandou passar o patrimônio para o orago da freg., mediante indenização a ser arbitrada pelo bispo diocesano do Ceará, D. Joaquim José Vieira, que a julgou em três contos de réis, imediatamente satisfeita por subscrição popular. Êste assunto vem miùdamente explanado no livro de Nicodemus Araújo — *Município de Acaraú* — Tip. d'"O Acaraú", 1940, 77-93.

Afora a matriz, há, na cid., as capelas de São Benedito e de São Sebastião. A de São Benedito foi benta em 1873, pelo padre Jerônimo Tomé da Silva, mais tarde Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil. Nessa capela se realizam os festejos mais populares da cidade.

Existe um núcleo de protestantes fundado em 1937 pelo pastor Horácio Murfin.

Filhos Ilustres

Antônio Gomes Pereira Júnior. Nasceu em fevereiro de 1854 e bacharelou-se em direito no Recife. Promotor público de Baturité (1875), secretário da Província nas administrações José Júlio e Pádua Fleuri. Presidente da Província de Goiás. Lente da Academia de Direito do Recife a partir de 31-3-1891. Jornalista e advogado na cap. pernambucana, onde prestou relevantes serviços à causa abolicionista e veio a falecer em 29-9-1904.

Padre Antônio Tomás. Nasceu a 14-9-1868 e recebeu o presbiterato a 6-12-1891, no Seminário de Fortaleza. Paroquiou Trairi e por longos anos foi vigário de sua terra natal. Faleceu a 16-7-1941, em Fortaleza, sendo sepultado, no dia seguinte, na matriz de Santana do Acaraú.

"Poeta simples e espontâneo. O singelo lirismo de seus sonetos granjeou-lhe enorme popularidade, sendo eleito justificadamente *príncipe dos poetas cearenses*. Foi uma tocante homenagem que veio despertar mais atenção sôbre a sua mo-

desta figura de sacerdote, entregue a uma existência de anacoreta, escondido no seu melancólico retiro de Acaraú, sem o confôrto do menor estímulo." (Mário Linhares, *História Literária do Ceará*, Rio de Janeiro, 1948, 98.)

"Nunca publicou os seus versos. Eram os amigos que levavam à imprensa cópia de suas produções. Deixou a proibição de que fôssem os mesmos enfeixados em livro. Não quis, ao menos que um epitáfio marcasse a sua mansão mortuária." (Dinorá Tomás Ramos, *Padre Antônio Tomás*, Fortaleza, 1950, 203.)

Humberto Sales de Moura Ferreira. Nasceu a 17-8-1903. General do Exército e engenheiro civil. Por muitos anos foi diretor das Docas do Recife. Representou o Estado de Pernambuco na Câmara dos Deputados, por duas legislaturas consecutivas. Foi também deputado federal pelo Ceará, onde ocupou as funções de Secretário de Estado de Polícia e Segurança Pública, no govêrno do des. Faustino de Albuquerque. Dirigiu, igualmente, o parque ferroviário cearense (RVC).

Joaquim Frederico Rodrigues de Andrade. Nasceu a 20-7-1867 e faleceu em Fortaleza a 16-11-1928. Farmacêutico e químico de nomeada. Foi lente de Botânica e Zoologia da Escola de Farmácia de São Paulo. Deputado à Assembléia Estadual, na legislatura 1913/1914. Professor de Geometria e Trigonometria do Liceu do Ceará. Notável professor de Química Analítica da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará e de Química Agrícola da Escola de Agronomia, das quais foi um dos fundadores. Homem de letras, inspirado poeta, publicou em Fortaleza, em 1925, o livro de versos *Asas de Inseto*, afora outras publicações de sua especialidade. Também é de sua pena o poema — *A Espada de Ouro*, contundente sátira ao então interventor federal no Estado, coronel Setembrino de Carvalho.

Landri Sales Gonçalves. Nasceu em 19-7-1904. General do Exército. Foi destacada figura da Revolução de 1930 e,

como interventor, dirigiu os destinos do Piauí com muita honradez e operosidade. Por duas vêzes foi Diretor Geral dos Correios e Telégrafos.

Odorico Rodrigues de Albuquerque. Nasceu em... e faleceu em Ouro Prêto a 18-11-1948. Engenheiro civil e de minas pela tradicional Escola de Minas, onde se diplomou em 1907.

"No início de sua carreira, trabalhou na construção do ramal férreo de Sabará e Caetés; foi ainda fiscal do serviço de eletricidade em Belo Horizonte, e chefe da Comissão encarregada de estudar as condições de navegabilidade do rio Paracatu. Ingressando no magistério, como professor substituto da 4.ª secção da Escola de Minas, em 1913, sucedeu a COSTA SENA como catedrático de Geologia, no ano de 1919, cargo que exerceu até a data do seu falecimento.

Participou de várias comissões de estudos do Serviço Geológico, destacando-se as viagens de estudos que realizou, em 1912, a países da Europa. Ùltimamente chefiou a delegação brasileira ao II Congresso Pan-Americano de Engenharia de Minas e Geologia, sendo eleito vice-presidente honorário do mesmo. Dirigiu ainda os estudos geológicos no Planalto Central, para a escolha do local da futura capital do país. Recentemente, realizou estudos sôbre o carvão do Piauí. Era membro da Academia Brasileira de Ciências. Publicou várias monografias, dentre as quais assinalamos: *Boletim n.º 3 do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, Reconhecimentos Geológicos no Vale do Amazonas; Boletim n.º* 19, *Relatório dos Estudos Geológicos e Mineralógicos da Bacia do Rio Doce,* 1926; *Notícias Sôbre a Geologia dos Rios Jequitinhonha e Pardo.*

Pela sua integridade espiritual e moral, é o Prof. ODORICO, digno de figurar entre os vultos imperecíveis de GORCEIX, COSTA SENA, MEDRADO e outros que fundaram e mantiveram a Escola de Minas." (*Revista Brasileira de Geografia,* ano XI, n.º 1, 155.)

A C A R A Ú

Revejo em sonho a terra estremecida
Do Acaraú, seus vastos tabuleiros,
A minha casa, os belos companheiros
Que lá deixei na hora da partida.

Vejo o Mercado, as pontes, a Avenida,
O rio, o pôrto, os mangues altaneiros;
Ouço o rugir do vento nos coqueiros
E, além, do mar queixoso a voz sentida.

Do velho sino os graves tons escuto,
E, lá do torreão no cocuruto,
De andorinhas avisto inquieto bando.

Entro na Igreja — a minha Igreja outrora —
E vejo em seu altar Nossa Senhora,
Com seu olhar piedoso me fitando...

Padre Antônio Tomás.

ACARAÚ-MIRIM. — Rch. (do), afl. da m. esq. do Acaraú, no mun. de Santana do Acaraú, drena as vertentes N e L da sa. da Meruoca.

ACARAÚ-MIRIM. — Aç. (do), no mun. de Santana do Acaraú, sôbre o rch. do seu nome, com as seguintes características:

Área da bacia hidrográfica	460 km2
Perímetro da bacia hidrográfica	110 km2
Área da bacia hidráulica	8,82 km2
Perímetro da bacia hidráulica	56 km2
Capacidade da bacia hidráulica	61.000.000 m3
Profundidade máxima	16 m
Profundidade média	7 m

Extensão da represa	10 km
Comprimento da barragem de terra	442 m
Altura da barragem	18 m
Talude nas duas saias	2:1
Volume da barragem (aproximado) ..	230.000 m3

O Govêrno Federal iniciou a construção a 30-11-1900, com o fim de remediar a situação aflitiva da pop. ribeirinha, açoitada pelos efeitos da sêca dêsse ano. O crédito inicial foi de 180 contos, aumentado posteriormente para prosseguimento das obras, ultimadas em 1907, que custaram um pouco mais de mil e duzentos contos de réis.

ACARAÚ-MIRIM. — V. IPAGUAÇU.

AÇAANACEÇAÇU. — Tapuias. Talvez aparentados aos Anacé. Viviam junto à costa.

ACARI. — Rch. (do), afl. da m. esq. do Conceição, desemboca no lug. Santa Maria, dist. de Quixariú, mun. de Campos Sales.

Etim.: nome de um peixe cascudo da família *Loricariidae*.

ACARIJU. — Tapuias pertencentes ao grupo étnico-lingüístico *Tarairiú*. Também conhecidos por *Acarisu*. Hervás chamou-os de *Caratiú*. Estanciavam na sa. da Ibiapaba, perto de sua extremidade setentrional e circunvizinhanças. (RIC, 53 (1939), 232.)

Corr. de *acari-yu*, o acari espinhoso.

ACARISU. — V. ACARIJU.

Corr. de *acari-açu*, o acari grande.

ACENDE-CANDEIA. — La., pequena e transitória, nos tabuleiros do Pecém, no lug. de seu nome, mun. de S. Gonçalo do Amarante.

O topônimo aparece, pela primeira vez, no registo da data de sesmaria de Lourenço Coelho de Morais, concedida pelo capitão-mor Domingos Jurdão, em 14-6-1737. (D.S., v. 13.°, n.° 81, 167.)

ACI. — Braço do Acaraú, no qual desemboca o Acaraú-mirim. Dêste ponto até o lug. Gregório separa os mun. de Massapê e Santana do Acaraú.

Corr. de *aci-y*, *aci*, doença, *y*, água, bebedouro, rio — rio da doença.

ACIMI. — Ou *Azimim*, tribo tapuia, talvez *Tarairiú*, vivia perto da extremidade norte da sa. da Ibiapaba, descambando para os lados do Piauí.

Com o nome de *Azimim* ainda hoje há um sít. no mun. de Viçosa, a relembrar a tribo extinta. Foi descoberto e apossado por um índio, o mestre de campo d. Felipe de Sousa e Castro, e, com a morte dêste, ocupado por outro índio, o capitão-mor Manuel de Sousa, que, passando-se para o Piauí, veio a falecer. Então tomou conta da posse, pelas alturas de 1784, o padre Bonifácio Manuel Antônio Lelau, vigário da freg. de Nossa Senhora da Assunção da Vila Viçosa Real, que em 1-10-1796 a conseguiu por sesmaria, dada pelo capitão-mor Luiz da Mota Feo e Tôrres. (D.S., v. 8.°, n.° 660, 149.)

ACOANÇU. — Tribo tapuia.

Corr. de *acoã-açu*, acauã grande.

ACOCI. — Rch. (do), no mun. de Campos Sales. Nasce na sa. das Vertentes, derrama-se na m. dir. do Riachão, da bacia do Bastiões.

ACOCI. — Tribo tapuia, estanciava nas cabeceiras do Bastiões, de preferência no rch. de seu nome.

ACONGUAÇU. — V. ACAAMAÇU.

ACOPIARA (Ex-Lajes, ex-Afonso Pena). — Mun. e cid.

Aspectos Físicos

Situação. — Zona do Sertão do Salgado e Alto Jaguaribe.

Limites. — A O, com os mun. de Saboeiro e Catarina; ao N, com os de Mombaça, Piquet Carneiro e Solonópole; a L e ao S, com o de Iguatu; e ainda ao S, com o de Jucás.

Superfície. — 2.048 km². É o maior de sua zona fisiográfica.

Formação vertical. — Tem topografia bastante movimentada, mas sem acidentes de significativo relêvo. As ondulações sucedem-se umas às outras, cortadas por vales estreitos, que só se alargam para L, nas proximidades das planícies iguatuenses. O principal acidente orográfico é a sa. do Maia, nos limites com Mombaça, cuja altitude não excede a 500 metros. A sa. do Luna não passa de um chapadão argiloso, sulcado e erodido, alto para os lados de Piquet Carneiro e esbatendo-se rumo ao rch. do Faé. Não vai além de 300 metros.

Hidrografia. — A drenagem faz-se por meio de afluentes do Jaguaribe, que desaguam pela m. esq., no mun. de Iguatu. O maior de todos é o Truçu, vindo da sa. da Catarina. Lagoas raras e insignificantes. Fontes permanentes não existem. No leito dos principais cursos d'água encontram-se poços, alguns afamados pela resistência às longas estiagens.

Solos. — Predominam os argilosos. Não se encontram áreas salinas. São raros os pedregosos em excesso. Profundo nas *chapadas* e *baixios*, êstes ricos de pingues aluviões. A água não é escassa. Quase sempre potável. Em alguns *baixios* o lençol freático possibilita a lavoura canavieira e pomareira sem os artifícios da rega.

Vegetação. — A dominante é a catinga fechada, degradada nas suas espécies nobres, ou reduzida a meras capoeiras nos trechos de maior incidência dos roçados. Não se encontram carnaubais. É pouca a oiticica. Outrora, abundavam essências apropriadas à construção, carpintaria e marcenaria. Veja-se, por exemplo, o madeirame da coberta das antigas casas de fazenda ou a estacada de pau-a-pique de madeira de lei de velhos currais. Até metade do século passado, comboios e comboios de toras de cedro, leves e perfumadas, saíam dêsses chãos com destino a Icó, que por sua vez as exportava para o Recife, através do Aracati. A riqueza florestal era de tal ordem que, ao passarem os trilhos da ferrovia, Acopiara tornou-se, por longos anos, o maior fornecedor de dormentes à EFB Assim dissipou um rico patrimônio natural, sem levar em conta a economia da terra.

Clima e salubridade. — Quente e sêco, como em todo o sertão, com a média de 28 graus centígrados. Noites agradáveis. As madrugadas tornam-se friorentas nos meses de junho e julho. A precipitação pluviométrica é da ordem de 700 milímetros. As febres tifóides e a amebíase, veiculadas pelas águas poluídas dos açudes e poços, registam-se com certa freqüência.

Aspectos Econômicos

Vias de comunicação. — Possui três estações da EFB — Luna, Acopiara e Quincuê. Estradas carroçáveis, numa extensão de 520 km, geralmente bem conservadas, mantêm as comunicações internas e circunvizinhas. Em construção acham-se rodovias em direção a Iguatu, Mombaça e Solonópole, integrando o mun. nos sistemas rodoviários estadual e nacional. Ao lado da cid. encontra-se um pouso para pequenos aviões. O quadro das comunicações se completa com uma agência postal-telegráfica, instalada em prédio próprio, uma estação do Serviço de Radiocomunicações da Polícia Militar, uma rêde interdistrital com três telefones, afora as agências telegráficas da ferrovia.

Lavoura. — A fertilidade do solo, a configuração especial dos vales aos trabalhos de açudagem, a tradição e o ânimo empreendedor da população fizeram de Acopiara um dos mun. mais agrícolas do Ceará.

É notável a sua lavoura algodoeira. Talvez a maior do Estado. Infelizmente, por falta de assistência técnica, vem sendo mal conduzida. A ela se deve, pela erosão, a perda de boas terras agrícolas de chapadas e encostas, transformadas em *escalvados*. Segue-se-lhe em importância a lavoura da cana-de-açúcar, feita nos brejos dos açudes, para o fabrico da rapadura, principalmente. A produção de mandioca, cereais e legumes atende ao consumo local e, nos anos regulares, sobra para exportação. Em 1955, o Departamento Estadual de Estatística estimou a produção agrícola em mais de 53 milhões de cruzeiros, sobressaindo-se o algodão, com 33 milhões, vindo logo depois a cana-de-açúcar, com 7,5 milhões de cruzeiros.

A safra de 1961 ultrapassou a 75 milhões de cruzeiros. O algodão participou com mais de 50 milhões.

Há no mun. mais de meia-centena de açudes particulares, totalizando cêrca de 25 milhões de metros cúbicos, que sustentam a lavoura de cana, a produção do pescado, a produção de frutas e a água prestadia aos homens e animais.

Pecuária. — Em 1960 existiam em Acopiara 20.000 bovinos, 4.000 eqüinos, 3.000 asininos, 2.500 muares, 12.000 suínos, 32.000 ovinos, 18.000 caprinos e 25.000 aves domésticas. Tudo avaliado em 120 milhões de cruzeiros. A produção de leite foi estimada em 1.500.000 litros e a de ovos em 110.000 dúzias, avaliadas, respectivamente, em 15 e 4 milhões.

Figura, estatìsticamente, como exportador de gado, mas não o é de fato. O gado que exporta, na quase totalidade, é em trânsito ou refeito em suas capoeiras. Nos anos maus, muitas reses dos Inhamuns, Jaguaribe e Riacho do Sangue se salvam em seus roçados e mangas. O mesmo quanto à produção de ovos, em grande parte oriunda de lugares fora de suas fronteiras.

Produção extrativa. — É pequena. Consta de exploração de madeira, no valor de mais de um milhão de cruzeiros; de aproveitamento do calcário e argila, em cal, tijolos, telhas e um pouco de "louça de barro", avaliados em Cr$ 600.000,00. A produção de peles silvestres andou beirando um milhão de cruzeiros, em 1960.

Produção de carne e de peixe. — O peixe obtido nos açudes foi de 20.000 kg, no valor de Cr$ 550.000,00. Nesse mesmo ano de 1960, abateu para consumo público 284 bois, 252 vacas, 283 porcos, 243 ovinos e 237 caprinos, pesando, respectivamente, 42.600 kg, 30.242 kg, 21.225 kg, 3.645 kg e 2.841 kg.

Indústria de transformação. — O Registo Industrial arrolou em 1956 sòmente 11 estabelecimentos, dos quais dois ocupavam mais de 5 pessoas e em nove trabalhavam menos de 5 empregados, inclusive proprietários. Os dois mais importantes estão localizados na sede do mun. e ocupam-se do descaroçamento de algodão, trabalhando intermitentemente, em função

do maior ou menor volume da safra. Em 1960, o Departamento Estadual de Estatística estimou a produção de rapadura em 750 toneladas e a da farinha em 12.000 sacos de 60 kg, valendo 9 milhões e 3 milhões e 600 mil cruzeiros, respectivamente. Nesse mesmo ano a produção de queijo e manteiga foi de 7 toneladas, no valor de 840 mil cruzeiros.

O mun. mantém pequena usina para produção de energia elétrica destinada ao consumo público e particular.

Comércio. — A cabeça do mun., com mais de oitenta estabelecimentos entre varejistas e grossistas, vive do comércio motivado pelo algodão. Já gozou dos foros de entreposto de trocas de extensa área, o que lhe granjeou fortunas e meios para rápido desenvolvimento. Vê-se agora ameaçada de perder as vantagens decorrentes de sua posição em benefício de Iguatu. Esta praça exerce sôbre as vizinhas, através da rêde rodoviária e bancária, um centripetismo do qual elas não poderão fugir. Comercial e industrialmente, Acopiara marcha para tornar-se satélite da principal cidade do alto Jaguaribe, se já não o fôr. Dispõe de uma cooperativa mista desde 1948.

Finanças públicas. — No período de 1956/60 a arrecadação foi a seguinte:

Receita arrecadada

Anos	Federal Cr$	Estadual Cr$	Municipal Cr$
1956	414.052,10	3.154.473,00	1.606.425,80
1957	555.731,60	4.683.502,00	2.173.347,20
1958	560.080,20	3.153.451,60	2.527.338,10
1959	1.294.091,30	6.375.569,50	2.349.363,30
1960	1.689.767,40	10.375.964,50	3.652.766,00

ASPECTOS POPULACIONAIS

A pop. de Acopiara, em 1960, atingia a 32.413 hab., distribuídos pelos seus 4 dist., do seguinte modo:

Distritos	Total	Urbana	Rural	Domicílios
ACOPIARA	12.903	3.958	8.950	2.303
Isidoro	6.736	149	6.587	1.183
Quincuê	5.239	52	5.187	880
Truçu	7.535	315	7.220	1.247
	32.413	4.469	27.944	5.613

ASPECTOS CULTURAIS E ASSISTENCIAIS

Havia, em 1960, 109 unidades escolares primárias, sendo 10 estaduais e 99 municipais, com a matrícula efetiva de 2.985 alunos: 567 nas primeiras e 2.418 nas segundas. Dessas unidades, 59 funcionavam no distrito-sede, sendo 5 estaduais, congregadas em um grupo escolar, e 59 municipais, freqüentadas por 1.831 alunos, ou sejam, 406 nas estaduais e 1.325 nas municipais.

Mantida por um grêmio literário, há a Biblioteca Capistrano de Abreu, com pouco mais de 1.000 volumes, funcionando precàriamente.

No campo da assistência médico-sanitária existe um Pôsto de Puericultura, a cargo da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, que funciona em prédio próprio e está aparelhado para o seu mister. Há, ainda, o Hospital São Francisco, construído pelo saudoso médico dr. Tibúrcio Soares. Dois médicos, quatro dentistas e dois farmacêuticos exercem as suas atividades na cidade.

Nos domínios da assistência social funciona o Círculo Operário, cuja finalidade precípua é a beneficência mutuária. A Associação de São Vicente de Paulo, fundada em 1912, atende à velhice desamparada e à pobreza envergonhada, nos limites de seus minguados recursos.

ASPECTOS URBANOS

A cid. de Acopiara tem as seguintes coordenadas geográficas: 6º 06'48" de lat. S e 39º 27'26" de Long. W. Gr. Dista da capital 280 km, em linha reta.

Assenta o seu núcleo principal em uma lombada de terra avermelhada, a 290 m de alt., limitada ao N e a L pelo rch. do Quincuê, donde declina rumo à estação ferroviária e galga o alto fronteiro a esta.

As ruas e praças ascendem a 27 e o número de prédios a 1.101, sendo 658 exclusivamente residenciais, conforme dados colhidos em 1959. É iluminada a luz elétrica durante 5 horas e conta com 500 ligações domiciliares. O principal logradouro público, a Praça da Matriz, onde se levanta a elegante igreja de N.S. do Perpétuo Socorro, apresenta-se pavimentado a paralelepípedo e regularmente arborizado, bem como algumas ruas. O aspecto da cid., em geral, é limpo e acolhedor. Garante o abastecimento d'água uma barragem de pedra e cal, no leito do Quincuê, nas raias N da cid., com capacidade superior a 2 milhões de metros cúbicos.

A pop. é de 4.000 habitantes.

ASPECTOS HISTÓRICOS

O povoamento da região data do início do século 18, com a entrada dos primeiros sesmeiros. Homens de poucas posses, dedicaram-se à lavoura de subsistência e a uma pecuária de pequeno vulto. Trabalhadores, econômicos, afilharados, pacíficos, não riscaram a crônica local com lutas de clãs nem tropelias de cangaceiros. Os trilhos abriram aos moradores novas perspectivas ao ser inaugurada a estação ferroviária em 10-7-1910, ao sopé do humilde povoado nascido ao influxo do avanço da estrada de ferro. O povoado e a estação tomaram da fazenda onde se situaram o nome de Lajes.

Formação administrativa. — Dist. policial por Ato de 17-6-1908. Vila e mun., com território desmembrado do de Iguatu, pela Lei n.º 1.875, de 28-9-1921. A instalação do mun. deu-se a 14-1-1922, com três dist.: Lajes, São José e Bom Sucesso. Pelo Dec. n.º 156, de 4-12-1933, o mun. e a v. de Lajes passaram a denominar-se Afonso Pena. Em divisão administrativa de 1933, o mun. compreendia os dist. iniciais, convindo notar que o de Bom Sucesso foi criado por Ato de

21-10-1874. Essa divisão territorial manteve-se até 31-12-1943. O Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1938, deu a Bom Sucesso o nome de Truçu e a São José o de Quincuê, apelidos originados dos cursos d'água que banham essas vilas. O Dec.-lei n.º 1.114, de 30-12-1943, mudou-lhe o nome de Afonso Pena para Acopiara. Ainda por êste Dec., o mun. passou a constituir-se de 4 dist.: Acopiara, Isidoro, Quincuê e Truçu, sendo o de Isidoro formado com parte do distrito-sede. Essa divisão territorial não sofreu alteração até a presente data.

Formação judiciária. — A Lei n.º 1.875, de 28-9-1921, que criou o mun., instituiu o têrmo judiciário, pertencente à com. de Iguatu. Essa situação perdurou até 1947, quando o art. 22 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição do Estado do Ceará o transformou em sede de com. de 1.ª entrância, o que veio a se efetivar pela Lei n.º 213, de 9-6-1948. O primeiro juiz do têrmo foi o dr. Epifânio Leite e o da com. o dr. Carlyle Martins, ambos poetas de nomeada.

Formação religiosa. — A freguesia, desmembrada da de Iguatu, sob a invocação de N. S. do Perpétuo Socorro, foi criada em 12-10-1921, por Dom Quintino Rodrigues de Oliveira, primeiro bispo do Crato, que nomeou vigário o padre Leopoldo Rolim, servindo na capelania desde 1916. A matriz, elegante em suas linhas, deve-se ao dinamismo do padre João Antônio de Araújo, que por longos anos paroquiou a freguesia com grande proveito da religião. Destacam-se ainda as seguintes capelas: S. Francisco (Hospital S. Francisco), São José (Luna), São Miguel (Isidoro), S. Francisco (Barra do Ingá), N.S.da Conceição (Truçu), N. S. da Conceição (São Paulo), N. S. das Dores (Solidão). Há 7 associações religiosas girando em tôrno das atividades paroquiais.

Na fazenda Logradouro existe um núcleo protestante, talvez o mais antigo do interior, fundado na penúltima década do século passado por Lacy Wardlaw, norte-americano, natural do Tennessee, bacharel em ciências e letras e ministro do Evangelho, que realizou no Ceará o primeiro culto protestante, no antigo Hotel do Norte, na Praça dos Mártires, hoje Passeio Público, em Fortaleza, fins de 1881.

TOPONÍMIA

Chamou-se Lajes, da fazenda onde fincou os alicerces, que, por sua vez, tirou o nome de uns lajedos superficiais perto da moradia dos proprietários, da família Pereira da Silva, também alcunhados de Lajes. Durante 10 anos teve a denominação de Afonso Pena. Finalmente, pelo Dec.-lei n.º 1.114, de 30-12-1943, passou a denominar-se Acopiara. A palavra é de origem tupi e significa o lavrador, o plantador, de *aco*, roça, roçado, plantio, *pi* de *pina*, limpar ou tratar, e *ara*, prefixo que indica agente, donde o que cultiva, isto é, o lavrador.

ACRIÚ. — Tapuias do vale do Acaraú. Aderiram ao levante de 1713 dos Paiacu, Anacé e Jaguaribara, quando assolaram a ribeira em que viviam, obrigando os fazendeiros a se refugiarem na Ibiapaba. Foram aldeados na barra do rch. Guimarães.

Se o nome fôr contração de *acariú*, decompõe-se em *acari-u* — o comedor de acari, de *acari*, pequeno peixe fluvial, e *ú*, comer.

ACUMA. — "É o nome que se dá ao rio Juá no mapa de Johannis van Keulen (1682) e noutros de confecção holandesa do XVII século. Nos mapas de Albernaz está *Asumame* ou *Asumeme*, porém, no que existe apenso ao livro "Rezão do Estado do Brasil", que é o mais antigo que regista o topônimo, lê-se *Acuceme*. Evidentemente o vocábulo é de origem tapuia, provàvelmente tarairiú." (T. Pompeu Sobrinho, *Topônimos indígenas dos séculos* 16 *e* 17 *na costa cearense*, RIC, 59 (1945), 163.)

AÇUDE. — Rch. (do), no mun. de Sobral. Afl. da m. esq. do Pajé, nasce no ste. da Lagoa do Mato.

AÇUDE. — Rch. (do), no mun. de Canindé. Afl. da m. esq. do Batoque, forma-se nas alturas do ste. do Arirão, drenando águas dêste e da sa. da Pitombeira.

AÇUDE. — Rch. (do), no mun. de Canindé. Afl. da m. esq. do alto Xoró.

AÇUDE. — Pov., no mun. de Uruburetama, com 22 habitações.

AÇUDE DE NOSSA SENHORA. — V. BANGUÊ.

AÇUDINHO. — Rch. (do), no mun. de Tauá, afl. do Carrapateira.

AÇUDINHO. — Aç. part., no mun. de Baturité, const. em coop. com a IFOCS. Capacidade de 764.250 m3. Prêmio de 83:505$129. Barragem de terra. Iniciado a 1-7-1928 e concluído a 28-5-1935.

AÇUDINHO. — Denominação anterior do atual pov. de São Benedito, mun. de Tauá.

AÇUDINHO. — Pov., no mun. de Guaraciaba do Norte.

AÇUDINHO. — V. ALFREDO DUTRA.

ADÃO. — Ste. (do), na linha de limites dos mun. de Crateús e Independência.

ADÃO. — R., um dos formadores do Poti, vem do mun. de Independência e entra no de Crateús pela faz. de seu nome, recebendo o Tourão nos subúrbios da cid. de Crateús.

AFONSO PENA. — V. ACOPIARA.

AFUIICOU. — Nome primitivo do rch. Fofô, afl. do Quixeramobim. Assim figura na data de sesmaria de 3 léguas concedida pelo capitão-mor Gabriel da Silva Lago ao coronel Gregório de Brito Freire e capitão Francisco da Gama, em 21-8-1706. (D.S., v. 3.º, n.º 145, 27.)

AGRESTE. — Sa. (do), entre as cabeceiras do Cangati e Xoró.

AGRESTE. — Pov., no dist. de Quixelô, mun. de Iguatu, perto da sa. do Franco.

ÁGUA. — La. (da), no sít. de seu nome, no dist. de Araripe, com cêrca de 75.000 m2.

ÁGUA BOA. — Sa. (da), no mun. de Canindé, à m. esq. do curso superior do Xinuaquê, afl. do Curu.

ÁGUA BOA. — Pov., no mun. de Canindé, com 100 habitações.

ÁGUA BOA. — V. RINARÉ.

ÁGUA BRANCA. — Sa. (da), contraforte da de Baturité, ao NO dêste maciço, nas extremas da bacia do Capitão-Mor, afl. do Canindé.

ÁGUA BRANCA. — Rch. (da), no mun. de Milagres, nasce na sa. do Ouricuri, desemboca à m. dir. do Riacho dos Porcos.

ÁGUA BRANCA. — Rch. (da), afl. da m. esq. do Conceição, desemboca no lug. Açude Nôvo, dist. de Campo Sales.

ÁGUA DAS VELHAS. — Topônimo setecentista, ocorre no registo da data e sesmaria do padre Felipe Paz Barreto e Maria da Costa, concedida pelo capitão-mor Manuel Francês, em 12-3-1725. (D.S., v. 110, 132, 208.) Atual Paràzinho.

ÁGUA DOCE. — Ôlho (d'), lug. onde se origina, com o nome de Doce, o rch. Murici, afl. do Ubatuba, no mun. de Granja.

ÁGUA FRIA. — Rch. (da), nasce no lug. Cinzeiro, nas fraldas da sa. do Araripe, depois de um curso de 5 km deságua à m. esq. do Batateiras, no sít. Pitanga, mun. de Crato.

AGUA FRIA. — Cór. (da), no mun. de Fortaleza, nos tabuleiros do dist. de Messejana. Deságua à m. dir. do Cocó, perto da foz, no trecho ocupado pelas salinas.

AGUA FRIA. — Sít., no mun. de Jaguaretama, ex-Riacho do Sangue, onde a IFOCS, no período de dezembro de 1912 a janeiro de 1913, estudou a construção de um aç., cuja barragem teria 550 m de comp. e a represa 7 m de profundidade. Não chegou a ser projetado porque se verificou ser obra de insignificante valor econômico.

AGUA FRIA. — La. (da), junto ao pov. de Gadelha, dist. de Quixoá, mun. de Iguatu, com 2.600 m de perímetro.

AGUA FRIA. — Pov., na bacia do cór. de seu nome, no dist. de Messejana.

AGUA FRIA. — Pov., no mun. de Russas, com 70 habitações.

AGUA FRIA. — V. IGAROÍ.

AGUAÍ. — P., com uns 200 m de alt., na sa. da Uruburetama, perto da v. da Cruz, no mun. de Itapajé.

AGUAÍ. — Rch., vem do p. de seu nome, é um dos formadores do Angelim, trib. do Mundaú.

Corr. de *aquá-i* — a ponta de rio. De *aquá*, esquina, ponta; *i*, água, rio. Alusivo ao ângulo agudo que forma o riacho do mesmo nome ao nascer neste pico.

AGUANAMBI. — Rch., em Fortaleza, afl. do Tauape.

Para Teodoro Sampaio é corr. de *aguará-nambi*, o orelha do cão. Pensamos, para o caso vertente, tratar-se de orelha da onça, de *jaguarnambi*, pois ainda se ouve ao lado de *aguanambi* a expressão *jaguanambi*.

AGUANAMBI. — La., formada pelo rch. de seu nome, na cid. de Fortaleza.

AGUAPEÍ. — Rch., no mun. de Granja, afl. da m. esq. do Paràzinho, vem de um pequeno ste. situado na faz. de seu nome.

De *aguapé-i*, a corrente dos aguapés.

AGUA PRETA. — Ste. (da), contraforte da sa. da Uruburetama, nas cabeceiras do Trairi.

AGUA SUJA. — Rch. (da), no mun. de Barbalha, formado pelos cór. da Macaúba e Jitó, deflui à m. esq. do Salamanca.

AGUA VERDE. — Rch., oriundo do Bu, Botija e Casa Nova, que nascem na vertente N da sa. de Baturité. Banha a v. do mesmo nome, recebe o Riachão e deságua no Pacoti, pela m. esquerda.

AGUA VERDE. — Aç. público, iniciado em 1919 pela IFOCS, no mun. de Pacatuba, perto da v. de Água Verde, no rch. dêste nome. A construção foi suspensa em 1921, por seu limitado interêsse coletivo. Despenderam-se 42 contos com as obras.

AGUA VERDE. — Dist. e v. de igual nome, pertencente ao mun. e com. de Pacatuba.

A estação ferroviária, inaugurada a 28-9-1879, a 59,143 km da cap., numa alt. de 69,437 m, foi a gênese do núcleo, elevado a cabeça de dist. por Ato prov. de 18-11-1885 e Lei de 8-2-1893. A sua primeira escola pública, de natureza mista, foi criada pela Lei n.º 2.066, de 15-12-1883. Em 1960 tinha 3 escolas, com u'a matrícula de 117 alunos.

Pequena e sem importância, a v. tem uma capela dedicada a S. Francisco das Chagas, dependente da paróquia de Pacatuba.

O dist. dedica-se à lavoura, exploração de lenha e fabrico de tijolos e telhas.

A pop. é de 2.519 hab., dos quais 811 na vila. Possui 492 domicílios.

Além da EFB, o dist. é cortado pela rodovia Ce-1.

AGUAS BELAS. — Rch. (das), no mun. de Nova Russas. Forma com o Diamante o rch. do Mato, afl. do Poti.

AGUAS BELAS. — Pov., no mun. de Cascavel, no litoral do dist. de Jacarecoara, com 25 habitações.

AGUAS BELAS. — Pov., no mun. de Boa Viagem, perto dos limites de Tamboril e Monsenhor Tabosa, com 40 habitações.

AGUAS BELAS. — V. IPAPORANGA.

AGUAS MORTAS. — Rch. (das), afl. da m. esq. do Aracatiaçu, no mun. de Sobral.

AGUAVAÇU. — "Região que corresponde ao vale do Cariri, das cabeceiras até a barra do riacho dos Porcos. Significa "água grande", pois é corruptela de *Ig.açu*. O nome aplica-se a lugar abundante de água, como devia realmente ser outrora aquêle vale." (T. Pompeu Sobrinho, *O Mapa de Pero Coelho*, RIC, 62 (1948), 162.)

AGUDO. — Ste. alto, pedregoso e sêco, no mun. de Ipu.

AGUDO. — Ste., pertencente ao maciço das Matas, nas cabeceiras do rch. S. Gonçalo, afl. do Acaraú.

AGUDO. — Ste. agrícola, ao S do mun. de Canindé. Une-se a outros em direção a O, formando pequena cadeia.

AIA. — Olho d'água, nos arredores da cid. de Viçosa.
Vem de *a-iá*, frutífero, frutal, conf. T. Pompeu Sobrinho.

AIRES DE SOUSA (Ex-JAIBARA). — Aç., sôbre o r. Jaibara, afl. do Acaraú, no mun. de Sobral. Os trabalhos de sua construção foram iniciados na sêca de 1932, como serviço de emergência, dando-se a inauguração a 6-5-1936. Custou 8.465:737$942. Pertence ao sistema do Acaraú. Previsto para

irrigar 3.000 hectares a montante de Sobral. Dista 24 km desta cid. e está ligado por um ramal de 6 km de extensão à BR-22.

As suas principais características são as seguintes:

Area da bacia hidrográfica	800 km²
Precipitação média na bacia	1.300 mm
Capacidade da bacia hidráulica	104.000.000 m³
Profundidade máxima	24,80 m
Profundidade média	8,67 m
Area da bacia hidráulica	1.200 ha
Extensão do coroamento	358 m
Altura máxima da barragem	28,80 m

A barragem principal é de terra, com cortina impermeável de concreto armado. Há uma barragem auxiliar, medindo 350 m, também de terra. No período de 1950/60 produziu 495.946 kg de peixe.

Tomou o nome atual em homenagem ao engenheiro cearense José Aires de Sousa, que por longos anos serviu à IFOCS, inclusive como seu inspetor-chefe.

AIRIBU. — V. ARAÝBU.

AIUA. — Ste. (do), rochoso, com um p. alto e de feitio esquisito, ao ocidente da cid. de Uruoca.

De *a-iuá*, a fruta de espinho, o juá. T. Pompeu Sobrinho dá a seguinte interpretação: *aiú-a*, pescoço comprido.

AIUÁ. — Dist. e v. de igual nome, pertencente ao mun. e com. de Massapê.

O dist. tem uma pop. de 866 hab., distribuída em 140 moradias. A sede, servida por uma parada da EFS, com capela, 3 escolas e 236 habitantes, é lugarejo sem importância.

A elevação a dist. e conseqüentemente a v. deu-se em 25-11-1957, pela Lei n.º 3.923, com parte do território do dist. de Senador Sá.

AIUABA (Ex-BEBEDOURO). — Mun. e cid.

ASPECTOS FISICOS

Situação. — No Sertão do Sudoeste. Ou no Sertão dos Inhamuns, conforme divisão tradicional.

Limites. — A L, com os mun. de Saboeiro e Antonina do Norte; ao S, ainda com Antonina do Norte e Campos Sales; ao O, com o Estado do Piauí; ao N, com os mun. de Cococi e Arneiroz.

Superfície. — Ainda não calculada.

Formação vertical. — O território fica à m. dir. do alto Jaguaribe. Compõe-se de tabuleiros elevados, mais ou menos pedregosos, cortados por riachos de boas terras marginais. Alteia-se gradualmente em direção ao Piauí, até o muro lindeiro da Serra Grande. As serras existentes, baixas, argilo-silicosas ou argilosas, às vêzes tabulares, são ramos da elevação fronteiriça, ou braços dela destacados por um trabalho milenar de erosão. O acidente que mais se destaca é a sa. do Marçal, na divisória com o Piauí. Assinalam-se ainda as sa. da Canabrava, dos Bois, do Imbuzeiro, Silveira e Xarito.

A respeito da sa. dos Bois dizem que o seu nome veio da seguinte ocorrência. Um dos proprietários locais ao regressar do Piauí, onde se refugiara das agruras da sêca de 1745, encontrou dizimada a sua fazenda. Não havia um só casco vivo. Os vaqueiros porém descobriram algumas reses amontadas em serra próxima, que tornadas curraleiras serviram de semente ao repovoamento pastoril. A serra até então anônima passou a chamar-se dos Bois.

Hidrografia. — O Jaguaribe corre pela ilharga oriental. Nessas alturas já é de pouco volume e o curso se desenvolve por vale um tanto apertado e sôbre um leito em grandes extensões forrado de lajedos. Para êle se dirigem rápidos os demais cursos d'água do mun., entre os quais se destaca o rch. do Imbuzeiro. Todos são transitórios, bem como os poços, onde se abeberam homens e bichos. Anualmente, limpam-se ou abrem-se cacimbas para o gado no leito dos riachos. Lagoas

sem nenhuma expressão. Algumas fontes em sítios privilegiados de pés de serra, mas de escassa vazão.

Solos. — Rasos e secos nos tabuleiros. Longas e estreitas faixas aluviais marginam os riachos. Os solos aprofundam-se nas proximidades e chapadas da Serra Grande. Em geral são pedregosos.

Vegetação. — O revestimento florístico é uma mistura de catinga arbórea e de carrasco. Onde as condições do solo mostram-se algo favoráveis, expande-se uma flora de arbustos e árvores baixas trançadas de cipós, predominando as leguminosas. Nas terras um tanto profundas, assume porte mais elevado e surgem várias madeiras de lei. Encontram-se aroeiras, angicos, braúnas, pereiros, jucás, marizeiras e outros componentes da catinga alta. Nos vales, perto da Serra Grande, aparece o cedro. Nos lugares elevados a vegetação tem o aspecto de carrasco. Uma das plantas características é o imbu, resistente à sêca graças às reservas acumuladas nas intumescências das raízes. Utilíssimo pelo fruto agridoce, refrigério e fonte de vitaminas da pobreza. O pasto herbáceo e as ramas abundam por todos os recantos.

Clima e salubridade. — Quente e sêco, por vêzes a temperatura atinge a 35°, porém a média deve andar pela casa dos 28°. O calor é mitigado pela viração quase constante e pela altitude do território, numa cota um pouco acima de 300 m, na sua maior extensão. As chuvas iniciam-se cedo, em dezembro. Não há doenças endêmicas, o que existe é desconhecimento dos preceitos de higiene e ausência absoluta de assistência sanitária por parte dos podêres competentes.

ASPECTOS ECONÔMICOS

Vias de comunicação. — Mais de feição pastoril do que agrícola, com a população dispersa em fazendas distanciadas entre si, possui cêrca de 200 km de estradas carroçáveis, pràticamente intransitáveis nos invernos pesados. Dispõe, na sede municipal, de pouso para pequenos aviões, Agência Postal e Estação de Radiocomunicações da Polícia Militar.

Lavoura. — Até há pouco tempo dedicava-se de preferência ao criatório. A lavoura era pequena, apenas para atender às necessidades caseiras. Ùltimamente, com a divisão de grandes propriedades, melhoria das vias de transporte e entrada de muitas famílias paraibanas, vem se processando um surto agrícola que se equipara ou já supera a pecuária. Planta-se bastante mamona, milho, feijão, algodão, sem falar na mandioca, cultura tradicional dos velhos troncos fazendeiros, na chapada da Serra Grande e serras dela divergentes, para onde se deslocam ao tempo da *desmancha*. Diversos açudes em cooperação com o Govêrno foram construídos e em todos lavra-se a cana que também existe, sem o concurso dêles, em raros vales, como o do rch. da Andreza.

Os dados estatísticos relativos à produção agrícola, além de escassos, são incompletos. Em 1960, a produção de rapadura foi avaliada em 960 toneladas, valendo Cr$ 11.520.000,00. A de farinha de mandioca alcançou a 22.500 sc/60 kg, estimada em 18 milhões de cruzeiros, sendo que a de polvilho ou goma de mandioca alcançou a 270 toneladas, calculadas em 4 milhões e 100 mil cruzeiros. Estas estimativas do Departamento Estadual de Estatística não cobrem a produção de cereais, legumes e notadamente a de mamona e algodão.

Pecuária. — Em 1960, existiam em Aiuaba 14.000 bovinos, 2.100 eqüinos, 3.500 asininos, 800 muares, 15.000 suínos, 8.000 ovinos, 12.000 caprinos, 50.000 aves domésticas, avaliados em 51 milhões de cruzeiros. A produção de leite, no mesmo ano, foi estimada em 2 milhões de litros, num total de 2 milhões e 200 mil cruzeiros. A de queijo em 25 toneladas e a de manteiga em 3 toneladas, valendo, respectivamente, 3 milhões, e 500 mil cruzeiros. A de ovos foi de 100.000 dúzias, importando em 2 milhões e 400 mil cruzeiros.

Produção extrativa. — Em 1960, computou-se em 300.000 m³ a lenha retirada de suas matas, no valor de 3 milhões de cruzeiros. Não existem dados para a madeira de lei empregada internamente e exportada para a vizinhança, notadamente cedro, aroeira, pau-d'arco, braúna. Coletaram-se 60 toneladas de sementes de oiticica e 5 de cascas de angico. Ainda nesse ano exportou 20 peles de maracajá, 300 de gato pintado e 3.000 de teiú, no valor de 600 mil cruzeiros. A estatística também registou uma produção de 250 kg de mel de abelhas silvestres, cifra muito distante da realidade. No setor mineral aproveita-se o calcário e a argila no fabrico de materiais para construção e louça ordinária. Há grandes partidos de caroá, que foram explorados quando havia mercado compensador para esta fibra.

Comércio. — Existem 30 estabelecimentos varejistas espalhados pelo município. O maior número naturalmente se congrega na cid., cuja feira, aos domingos, reúne lavradores e criadores, inclusive negociantes de outras partes. As transações exteriores se operam principalmente com a praça de Iguatu. Merece registo especial o comércio de gado em pé, pela sua importância financeira.

Finanças públicas. — Instalado em 1956, a arrecadação municipal só veio a normalizar-se a partir de 1958 e neste e no ano seguinte atingiu a:

1958	Cr$	1.020.001,60
1959	Cr$	1.187.054,10

ASPECTOS POPULACIONAIS

A pop., segundo o censo de 1960, era de 9.593 habitantes:

Distrito	Total	Urbana	Rural	Domicílios
AIUABA	5.145	754	4.391	913
Barra	4.448	293	4.155	760
	9.593	1.047	8.546	1.673

ASPECTOS CULTURAIS E ASSISTENCIAIS

Em 1960 havia 21 escolas primárias, 2 estaduais e 19 municipais, com u'a matrícula efetiva de 240 alunos. Na sede funcionavam 5 escolas.

No que se refere à assistência, seja ela qual fôr, não existe. Não se encontra um médico no território municipal. Na cid. há duas modestas farmácias dirigidas por práticos. Em 1902, foi fundada a Sociedade de São Vicente de Paulo, que apenas bruxuleia em seus intentos. No setor técnico o abandono é também dos mais gritantes. Cria-se e planta-se como nos tempos coloniais. Nenhum órgão dedicado à produção, seja federal ou estadual, deu o ar de sua graça por aquêles rincões.

ASPECTOS URBANOS

Calcula-se que a cid. esteja situada a 6° 38' de lat. S e 40° 7' de long. W. Gr., a 165 km, em linha reta, da Capital, a 45 km, pela carroçável, de Saboeiro. Assenta-se em um alto achanado, a 290 m de altitude, com amplas perspectivas para futuro crescimento, à margem de pequeno afluente do rch. dos Bois, barrado de pedra e cal, para bebida do gado e certas serventias domésticas. A água potável vem de açude mais distante ou de cacimbas abertas nos riachos. Os prédios, um pouco acima de uma centena, são de construção modesta e dispostos um tanto irregularmente. Iluminação elétrica a cargo da Prefeitura, durante 4 horas, atendendo a 8 logradouros com 80 lâmpadas e a 120 ligações domiciliares.

A pop. é de 754 habitantes.

ASPECTOS HISTÓRICOS

As raízes do povoado são antigas. Talvez fôssem vaqueiros os que ali levantaram as primeiras taipas e cozinharam as primeiras telhas. Vaqueiros a vigiar o gado que vinha dessedentar-se na lagoa fronteira àquele tabuleiro escampo. Bem perto, num alto, eleva-se a Casa do Umbuzeiro, ainda hoje existente em suas linhas rudes e possantes, construída pelo padre José Bezerra do Vale, que vivia maritalmente com uma tapuia chamada Páscoa, de quem houve numerosa e ilustre descendência. Mas o burgo foi vingando, renitente como planta

carrasquenha e, na metade do século passado, já era dist. de polícia e de paz. Nesta categoria o pov. de Bebedouro, que pertencia a Arneiroz, foi tirado para a freguesia de Saboeiro, nos têrmos da Resolução n.° 806, de 25-8-1857. Passou a dist. pela Lei n.° 929, de 6-8-1860, categoria que veio a perder posteriormente, reconquistando-a de nôvo pela Lei n.° 1.128, de 21-11-1864. Pertenceu sucessivamente a Arneiroz, S. Mateus (Jucás), voltando, enfim, a Saboeiro. A Lei n.° 169, de 31-3-1938, elevou o pov. à categoria de vila com a mesma denominação. Pelo Dec.-lei n.° 1.114, de 30-12-1943, passou a denominar-se Aiuaba. Em virtude da Lei n.° 3.338, de 15-9-1956, o distrito elevou-se a município, desmembrado do de Saboeiro, e a vila ganhou os foros de cidade. Por êste mesmo diploma legal foram criados os distritos de Aiuaba, Barra e Mocambo, sendo que êste último, pouco depois, era elevado a município com o nome de Antonina do Norte. A instalação do mun. de Aiuaba deu-se a 22-10-1956. As eleições municipais para a escolha de prefeito e vereadores foram a 4-8-1957, presididas pelo juiz de direito de Assaré. O primeiro prefeito foi o sr. Raimundo Edmundo Braga, empossado a 9-9-1957. Continua subordinado judiciàriamente ao têrmo e com. de Saboeiro.

TOPONÍMIA

O povoado, como vimos, surgiu junto a uma bebida de gado e por *Bebedouro* ficou conhecido até a revisão toponímica de 1943, quando passou a chamar-se Aiuaba, equivalente tupi do primitivo nome.

FILHOS ILUSTRES (*)

Manuel Sabino de Andrade (*1853). Sertanejo abastado e benquisto, é considerado o fundador de Aiuaba, onde deixou numerosa descendência, no seio da qual se contam vários sa-

(*) — Verbete redigido pelo dr. José Bonifácio de Sousa, do Instituto do Ceará.

cerdotes, militares, médicos, professôres etc. Sua espôsa, d. Castelina, que lhe sobrevivera, era considerada a "Mãe da Pobreza".

José Eliézer de Andrade. Bacharel em direito, dedica-se ao magistério secundário no Rio de Janeiro, onde reside há vários anos, sendo professor do Colégio Pedro II.

José Otávio de Andrade. Iniciou os estudos no Seminário de Fortaleza, posteriormente se dedicou à agricultura, contraiu núpcias duas vêzes, ordenando-se após o falecimento da segunda espôsa, no Seminário do Crato. É progenitor do padre Wilson Andrade. Atualmente é vigário de Várzea Alegre.

Ozanan Andrade. Sacerdote jesuíta. Fêz parte de seus estudos eclesiásticos em Roma, doutorando-se em Filosofia. Especializou-se em Sociologia Urbana, Rural e Religiosa na Sorbonne e no Canadá. Ensina na Faculdade Católica de Filosofia do Recife.

Wilson Andrade. Sacerdote pertencente à Companhia de Jesus. Especialista em Pedagogia, tendo feito o curso nos Estados Unidos. Atualmente Reitor do Colégio Nóbrega, Recife.

ALAGADICINHO. — Lug. no mun. de Pacajus, mais ou menos fronteiro ao ste. ou sa. da Preaoca.

ALAGADIÇO GRANDE. — Rch. (do), corta o antigo bairro do Alagadiço, hoje São Gerardo, e o dist. de Antônio Bezerra, no mun. de Fortaleza. Mantém-se perene nos anos de boas chuvas. Desemboca à m. dir. do Ceará, um pouco acima do trecho atravessado pela ferrovia.

ALAGADIÇO NÔVO. — Sít. (do), nas proximidades de Messejana. Pertenceu ao senador José Martiniano de Alencar e aí nasceu a 1.º de maio de 1829 o escritor José de Alencar. A pequena casa que lhe serviu de bêrço e onde passou a infância, reformada mais de uma vez, é hoje monumento público e sede de uma escola primária.

ALAGOA. — Rch., afl. do Tomé Vieira, da bacia do Figueiredo, mun. de Pereiro.

ALAGOA. — Sít., hoje Alagoa dos Araújos, à m. esq. do rch. Salamanca, a 1.500 m da cid. de Barbalha. Foi residência do tenente-coronel Antônio Mendes Lobato Lira, um dos primitivos latifundiários do Cariri e figura saliente, ao lado dos Montes, na luta contra os Feitosas.

ALAGOA DE DENTRO. — Pov., no mun. de Iguatu.

ALAGOA DOS ARAÚJOS. — V. ALAGOA (sít.).

ALAGOA GRANDE. — Pov., mun. de Massapê, com 20 habitações.

ALAGOAS. — Aç. part., no mun. de Canindé, const. em coop. com a IFOCS. Capacidade de 634.650 m3. Barragem de terra. Prêmio de 79:054$612.

ALAGOINHA. — La., mun. de Sobral.

ALAGOINHA. — V. LAGOINHA (Pov., mun. Trairi).

ALAGOINHA. — Pov., mun. de Araripe, com 25 habitações.

ALAGOINHA. — Pov., mun. de Aquirás, com uma capela.

ALAGOINHA. — V. IPAUMIRIM.

ALAZÃO. — Ôlho d'água (do), no baixio do Cocal, mun. de São Benedito.

ALBINA. — Rch. (da), mun. de Guaraciaba do Norte.

ALBUQUERQUE. — Rch. (do), afl. do Quincuê, todo o seu curso serve de limites entre Acopiara e Iguatu.

ALCANTARAS (Ex-SÃO JOSÉ DOS ALCANTARAS). — Mun. e cid.

Aspectos Físicos

Situação. — No Sertão Centro-Norte, sôbre a sa. da Meruoca.

Limites. — Ao N e L, com o mun. de Meruoca; ao S, com o de Sobral; ao O, com o de Coreaú. (Lei n.º 3.961, de 10-12-1957, D.O. de 12-12-1957.)

Superfície. — 432 km².

Fisionomia geográfica. — Em plena serra da Meruoca, compõe-se de uma sucessão de morros, chapadas, vales e quebradas, violentamente trabalhados pela erosão. Os riachos São Bernardo e Pau Ferrado coletam as águas que, precípites, correm por êsses pendores ao tempo das chuvas.

Solos. — Pedregosos, argilosos, por vêzes um tanto arenosos, erodidos a ponto de exporem por tôda a parte as rochas do embasamento meruocano.

Vegetação. — Capoeiras substituíram as antigas florestas driádicas. Uma ou outra árvore perdida em sítio inacessível documenta a pujança da mata destruída.

Clima e Salubridade. — Clima agradável, de temperatura raramente superior a 26 graus. Ha grande incidência de tracoma.

ASPECTOS ECONÔMICOS

A atividade fundamental é a lavoura, seguida da pecuária, embora pouco desenvolvida. Os principais produtos agrícolas são a mandioca, feijão mulatinho, milho, cana e frutas. Em 1960, produziu 12.000 sacas de farinha de mandioca, no valor de Cr$ 600.000,00. A pecuária faz-se em cercados, o que de certo modo restringe a sua expansão, agravada pela presença da *meruanha*, díptero hematófago que torna a criação quase impossível durante o inverno. Pratica-se a ceva de bovinos e suínos destinados ao abate e procura-se desenvolver a avicultura. A produção de ovos, em 1960, foi estimada em 28.000 dúzias, no valor de Cr$ 840.000,00. Nesse mesmo ano existiam no mun. 400 bovinos, 100 eqüinos, 200 asininos e 600 suínos. Em Alcântaras não há estabelecimentos industriais pròpriamente ditos. Funcionam pequenos alambiques com uma produção de 80.000 litros de aguardente, e casas de farinha. A produção de castanhas de caju é superior a 10 toneladas. No setor mineral há sòmente o aproveitamento da argila no fabrico de tijolos, telhas e louça. A cal, para construção, vem de Aroeiras, mun. de Coreaú.

Vias de comunicação. — Uma carroçável de 18 km liga o mun. à estrada de rodagem de Meruoca a Sobral, por onde se faz o trânsito. A correspondência, por falta de agência postal, vem através destas duas últimas cidades.

Comércio. — Gira em tôrno da praça de Sobral. Na sede há 17 comerciantes varejistas.

POPULAÇÃO

O censo de 1960 acusou 7.578 hab., com a seguinte distribuição:

Distritos	Total	Urbana	Rural	Domicílios
ALCANTARAS	6.696	712	5.948	1.272
Ventura	882	131	751	158
	7.578	843	6.699	1.430

Finanças públicas. — As rendas federais e estaduais continuam sendo arrecadadas em Meruoca. A arrecadação municipal tem sido a seguinte:

1959	Cr$	2.134.958,90
1960	Cr$	1.437.355,00
1961	Cr$	2.066.746,10

ASPECTOS CULTURAIS E ASSISTENCIAIS

Educação. — Existiam, em 1960, 39 unidades escolares, com u'a matrícula efetiva de 985 alunos. Destas, 3 eram estaduais, 35 municipais e 1 particular. No distrito-sede concentravam-se 36 escolas, com 916 alunos.

Assistência social. — A Associação de Proteção à Infância e à Maternidade mantém um pôsto de distribuição de leite em pó às crianças pobres e à velhice desamparada. Existe uma Sociedade de São Vicente de Paulo. Não há médico nem farmácia.

ASPECTOS URBANOS

É uma das menores cidades cearenses. Situada na parte oeste da serra da Meruoca, cortada pelo rch. Pau Ferrado, a

750 m de alt., 251 km, em linha reta da Capital, e aos 3º 31'42" de lat. S e 4º 19'53" de long. W. Gr., consta de 12 ruas e 2 praças, desprovidas de calçamento, com 225 prédios. Não tem edifício que se destaque. Iluminada por 60 focos elétricos. Consome, anualmente, 500 reses, 3.000 caprinos e ovinos e 3.000 suínos.

ASPECTOS HISTÓRICOS

A história de Alcântaras se confunde com a de uma família. O português Antônio da Cunha Freire e mais dois irmãos foram os genearcas do povoado de S. José, assentado sôbre a serra da Meruoca. De Antônio vem o primeiro filho da terra, José Joaquim da Cunha Freire, que viveu de 1700 a 1772. Descendentes daquelas três vergônteas lusas substituíram o patronímico Cunha Freire por Alcântara, que quase ofuscou o primitivo e estendeu-se ao toponímico que passou a ser S. José dos Alcântaras. Foi João Capistrano de Alcântara, considerado o mais notável da clã, quem construiu para sua residência a primeira casa de tijolo que houve no povoado, em 1899. Essa morada serve atualmente de casa paroquial. A êle ainda se deve a construção da primeira capela, dedicada a N.S. do Perpétuo Socorro, onde se sepultou em 1912, aos 40 anos de idade. Outro, Antônio Caetano Freire, abriu a carroçável que liga Alcântaras a Sobral. A uma Alcântara, d. Marinha de Sousa, cabe a iniciativa do ensino primário na localidade.

Ao tronco primitivo se aconchegaram outras famílias, avolumando o núcleo que em 1907 figurava como segundo dist. da vila de Meruoca. Depois pertenceu a Sobral e em seguida a Massapê. Pelo Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1938, passou a denominar-se simplesmente Alcântaras, homenagem aos seus fundadores. Com o advento da Lei n.º 1.153, de 22-11-1951, que restaurou o mun. de Meruoca, lhe foi anexado como distrito. Finalmente, a Lei n.º 3.961, de 10-12-1957, elevou-o à categoria de mun., acrescido de território dos dist. de Massapê e Senador Sá, sediado em Alcântaras, com foros de cidade. A instalação do mun. deu-se às 19 horas de 25-3-1959,

oportunidade em que tomou posse o seu primeiro prefeito, Roberto Ximenes de Aragão. O mun., além do distrito-sede, abrange o de Ventura.

Judiciàriamente, permanece subordinado a Sobral e religiosamente à paróquia de Meruoca, tendo como padroeira N.S. do Perpétuo Socorro.

ALDEIA. — Pov., no mun. de Pacajus, com 20 habitações.

ALDEIA DO BREJO. — Antiga Missão do Miranda, que a partir de 21-6-1764 passou a denominar-se Crato, ao ser elevada a vila pelo dr. Vitorino Soares Barbosa, ouvidor-geral e corregedor da comarca, dando cumprimento à Carta de 6-8-1763 do governador e capitão-general de Pernambuco, Luís Diogo Lôbo da Silva.

ALDEIA VELHA. — La. (da), no dist. de Parangaba, perto de Itaperi, desaguando no rch. Mata Galinha. Na data de sesmaria do capitão Pedro de Mendonça, concedida pelo capitão-mor Gabriel da Silva Lago, em 12-7-1707, é também chamada de *Caperoaba* ou *Taperoaba*. (D.S., 4.º v., n.º 243, 93.) Não deve ser confundida com outra de nome *Taperoaba*, também em Parangaba, mas na proximidades da Base Aérea do Cocorote.

ALECRIM. — Rch. (do), afl. da m. esq. do Conceição, desemboca no lug. Ôlho d'Água, um pouco abaixo da foz do Floresta, no dist. de Campos Sales.

ALEGRE. — Rch. (do), afl. da m. dir. do rch. da Barbada, trib. do Cangati, mun. de Quixadá.

ALEGRE. — Rch. (do), afl. da m. dir. do Quixeramobim, com um curso de 50 a 60 km, nasce no ste. Pau Branco e desemboca um pouco acima da cid. de Quixeramobim.

ALEGRE. — Rch. (do), afl. da m. dir. do Carás. Parte do seu curso separa os mun. de Juàzeiro do Norte e Crato.

ALEGRE. — Rch. (do), afl. da m. esq. do Umbuzeiro, tributário do Conceição, no mun. de Aiuaba. Vem das ramificações da sa. do Araripe que se ligam à do Umbuzeiro.

ALEGRE. — Pov., mun. de Tianguá, com mais de 120 habitações.

ALEGRE. — Pov., mun. de Juàzeiro do Norte, com 20 habitações.

ALFREDO DUTRA (Ex-AÇUDINHO). — Estação da EFB, no mun. de Baturité, no km 112,446, a 162 m de altitude, inaugurada a 23-12-1921. A princípio chamou-se Açudinho, do sít. onde foi localizada, a 9 km da cid. de Baturité, de propriedade do cel. Alfredo Dutra, progressista agricultor, cujo nome seria dado mais tarde à estação ferroviária.

ALGODÕES. — Rch. (dos), no mun. de Quixeramobim. Vem das quebradas da sa. de Santa Rita, banha o dist. e v. de Manituba, recebe pela esq. o Boa Vista e deságua à esq. do Forquilha, perto da foz dêste no Quixeramobim.

ALGODÕES. — Rch. (dos), mun. de Sobral, dist. de Aracatiaçu, afl. da m. esq. do Bilheira.

ALGODÕES. — V. MANITUBA.

ALGODOIM. — La. (do), no mun. de Trairi, à m. dir. do Mundaú, para onde verte o seu desaguadouro.

Nota. — Amendoim, errôneamente, no MIN.

ALMAS. — Pt. (das), a L da barra do Timonha, no mun. de Chaval.

ALMAS. — Ens. (das), formada pela pt. do mesmo nome. Semeada de parcéis.

ALMAS. — Ste. (das), a O dos limites da bacia do Quixeramobim, no grupo de serranias do centro do Estado.

ALMAS. — Ôlho d'água (das), na sa. do Cajueiro, mun. de Uruoca. Alimenta pequena irrigação.

ALMAS. — Rch. (das), trib. do Trapiá, que por sua vez conflui no Capoeira, um dos formadores do Pendência, afl. do Salgado.

ALMAS. — Rch. (das), afl. da m. esq. do Jaguaribe. Vem da sa. do Condado e seu curso serve de limite aos mun. de Jaguaribe e Icó.

ALMAS. — La. (das), no mun. de Sobral.

ALMAS. — V. BITUPITÁ.

ALMÉCEGAS. — Sa. (das), no mun. do Crato. Braço da sa. do Araripe entre os r. Batateiras e Carás. Tem também o nome de Serrinha.

ALMÉCEGAS. — Sa. (das), no mun. de Lavras da Mangabeira. A sua ponta ocidental, entre os rch. da Pimenta e do Meio, separa o mun. de Lavras do de Várzea Alegre.

ALMÉCEGAS. — Rch. (das), no mun. de Lavras da Mangabeira. Brota de um ôlho d'água da sa. de seu nome e faz barra no rch. do Meio, afl. do Salgado.

ALMÉCEGAS. — La. (das), perto da costa, a 18 km a L da cid. de Trairi. As dunas movediças barraram-lhe o sangradouro, que até 1860 foi aberto várias vêzes pelos moradores ribeirinhos, porém a partir dêsse ano não puderam mais vencer o ímpeto das areias. De águas salinas, cobre enorme extensão e é bastante funda, sendo talvez a maior lagoa do litoral cearense. Muito piscosa. As suas margens estão em parte ocupadas por pequenos plantios de mandioca, bananeira e fruteiras diversas. É de acesso difícil, por se achar encravada em uma região de tabuleiros extremamente arenosos. Da foz de seu desaguadouro, no mar, até a barra do rch. Calumbi, que nela deságua, separa os mun. de Paracuru e Trairi.

ALMOFALA. — Pequena ens. à foz do Aracatimirim, dá acesso a embarcações até 100 toneladas.

ALMOFALA. — Pov. à m. esq. e um pouco acima da barra do Aracatimirim, no dist. de Itarema, a cêrca de 15 km dessa localidade, mun. de Acaraú.

A sua origem se prende à Carta Régia de 8-1-1697, determinando ao governador do Maranhão que se dessem de sesmarias aos índios tôdas as terras que lhes fôssem necessárias entre a barra do Aracatimirim e o Timonha. A medida foi sugerida ao rei de Portugal pelo jesuíta Assenso Gago e visava situar os Tremembé, que perambulavam pela costa, em al-

deias permanentes, livres de qualquer inquietação por parte das autoridades civis e dos moradores. Em conseqüência, o padre José Borges de Novais, que não era da Companhia de Jesus, fundou, em 1702, uma missão de Tremembé, no sítio Areocatamerim ou Aracatimirim, em tôrno de humilde capela sob o patrocínio de Nossa Senhora da Conceição. A princípio chamou-se Missão de Aracatimirim, depois, até 1763, Nossa Senhora da Conceição dos Tremembé e, a partir de 1766, perdeu o nome indígena, tomando o de Nossa Senhora da Conceição de Almofala, com a criação da freguesia a 12 de setembro. Por Dec.-geral de 5-9-1832 foi extinta a freguesia, passando a pertencer à de Nossa Senhora da Conceição da Barra do Acaracu. Foi restaurada pela Lei n.º 139, de 15-9-1838, e finalmente supressa pela de n.º 283, de 15-12-1842, que a integrou de nôvo na da Barra do Acaracu.

A capela do padre João Borges de Novais, de taipa e coberta de palha, segundo a tradição, foi pouco depois substituída por uma igreja de alvenaria, pequena e elegante, certamente o mais belo templo do Ceará do 18 século. Grande parte dos materiais destinados à sua construção vieram da Bahia, lastreando as embarcações que vinham carregar carne-sêca no pôrto de Oficinas, no rio Acaraú. Daí seguiam em carros de bois para o local da obra. Tudo leva a crer que baianos eram os operários especializados nela empregados e de algum baiano ou reinol radicado na Bahia o risco da igreja.

Mais de um autor cearense apontou os jesuítas como os construtores daquela igreja. Não é exato. Sôbre o assunto é bastante elucidativa parte da nota constante ao pé da pág. 28 do v. III da *História da Companhia de Jesus no Brasil*, do padre Serafim Leite:

"Ao passarmos em 1934 no Ceará, disseram-nos que havia uma igreja da Companhia, em Almofala, nas margens do Aracati-Mirim. Em nenhum catálogo, carta ou documento jesuítico, que pesquisamos com atenção, vimos referências a tal igreja.

Nos escritores cearenses achamos notícias diversas. Resume-as a tôdas Gurgel de Alencar. Almofala, diz, "foi outra Aldeia de índios. A sua história começa em 1608, época em que os jesuítas aldearam os selvagens nas praias Lençóis. Ao lado de leste fica a igrejinha, de

bela arquitetura, que a Rainha D. Maria I, de Portugal, mandou edificar em 1702 para os índios Tremembés; é diferente de tôdas as outras igrejas do Ceará, no gôsto e na construção; tem o cunho das obras dos jesuítas". (Gurgel, *Dicionário*, 23.)

Notícias inexatas como esta pululam em muitas histórias locais.

Os Jesuítas aldearam os Tremembés, não porém, em 1608, nos *Lençóis* nem em parte alguma. Em 1702, ainda não existia D. Maria I, que é filha de D. José, e a igreja é realmente diferente, pela fotografia que dela vimos, das obras dos Jesuítas. Mas, conjugando esta notícia com outra de Studart, temos a chave. Diz Studart que o P. José Borges de Novais, missionário dos Tremembés, começou os seus trabalhos em 1702 e edificou, em Aracati-Mirim, uma igreja, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição. (Studart, *A geografia do Ceará*, na *Rev. do Inst. do Ceará*, 37 (1923), 308.) Studart não pronuncia o nome de Almofala; mas foi êsse o que recebeu depois Aracati-Mirim. Não pertencendo à Companhia o P. José Borges de Novais, a origem daquela igreja não é jesuítica."

A construção do templo se deve à Irmandade de Nossa Senhora da Conceição dos Tramambés, em data que não é fácil precisar. Conjetura o padre Antônio Tomás, baseado numa inscrição gravada na pedra de uma das portadas internas, que tenha sido em 1712, como se verá mais adiante. Talvez tenha sido o início, pois 46 anos depois, em 1758, José Lopes Barbalho e Francisco Rosa, como empreiteiros de serviços de construção da aludida igreja, passavam os seguintes recibos:

"Certifico eu abaicho asignado que estando na freg.a do Ceará fuy chamado dos Irmãons de Nossa S.ra da Conceição do Tramambé p.a effeito de lhes fazer a Igr.a da d.a Sra. a qual com elles ajustey tanto paredes como madeiramento com hum corredor a roda por presso de Duzentos e Sesenta mil rs. p.te em animaes e p.te em dr.o de contado, cujo pagam.to me principiarão a fazer os Administradores da d.a Irmandade e o R.do Administrador Elias Pinto de Azevedo me entregou o ultimo pagamen.to e por estar pago e satisfeito servirá esta de quitação de paga: juntamente certifico em como estou pago e satisfeito do Presbitr.o que o R. P.e Elias Pinto de Azevedo a sua custa me mandou fazer, do Arco da Capella mor que o Cap.m Ignacio João e Luiz Vr.a commigo ajustaram, do Cruzeiro e portaes das portas Travessas que o R.P. Agost.o me encomendou, da porta principal e das Janellas do coro que o Tenente Franc.o Coelho de Carv.o e o C. Ignacio João Coimbra commigo ajustarão, e p.a a todo tempo constar desta verd.e e por eu estar em hua cama p.a morrer já com todos os

Sacramentos, e por esta cauza não poder fazer esta no L.o das contas da ditta Irmandade como determinou o R. Viz.or Fr. Manoel de Jezuz M.a pedy e requery a Manoel Gomes Correia esta por mim fizesse e asignasse com Testt.a junto com o R. Vigr. da V.a o D.r Ant.o de Carv.o e Albuqr.e Cayssara 30 de Abril de 1758. José Lopes Barbalho. Ant.o de Carv.o e Albuq.e Manoel Gomes Correia."

"Certifico eu abaxo asinado que fiz as portas da Igr.a de N.a Sr.a da Conceição dos Tramambes por cujo feitio Recebi sincoenta mil Reis que me pagou o Rd.o P.e Luis Fernandes de Carvalho Misionario que entam hera na d.ta. Aldeya e de como estou pago e satisfeito dos ditos sincoenta mil Reis e de hu cavallo que me deu o Rd.o Administrador Elias Pinto de Azd.o este de quitação de paga cujas portas me mandou fazer o d.to Rd.o Micionario de madr.a que tinha pronta para a d.ta obra.

Juntam te sertifico em como estou pago e satisfeito de trinta mil reis que o administrador e mais Irmãos ajustaram darme pela hobra da tribuna da dit.a Igreja e por estar pago e satisfeito das ditas hobras e não se me dever dellas mais nada e ter Recebido os ditos trinta mil Reis da mão do Rd.o administrador Elias Pinto de Azd.o pedi e Rogei ao Tenente Joam Bapt.a de Verçoza este p. mim fizece e asinase com hua cruz p. eu não saber ler e nem escrever. Hoje 17 de agosto de 1758. -|- de Franc.o Roza." (Col. Studart, vol. 6.º, RIC, 9 (1895), 69-70.)

O pov. foi engulido pelas areias na última década do século passado. Os moradores dispersaram-se. A igreja permaneceu soterrada por longos anos e só há pouco emergiu da duna que lhe servia de túmulo.

O padre Antônio Tomás, testemunha ocular da agonia e da morte do povoado da Almofala, procurou recompor-lhe a história, mormente a da sua igreja, que para aqui traslado, na íntegra:

"*ALMOFALA*

A leste da cidade do Acaraú e distante da mesma 48 quilômetros, sôbre a margem esquerda do rio Aracatimirim e a poucos passos do mar, estava situada a lendária povoação cujo nome serve de epígrafe a estas linhas.

Formavam-na duas únicas ruas de casas de modesta aparência que se estendiam paralelas de nascente a poente, por entre viçosos quintais ensombrados de coqueiros e bordados de canaviais.

Entre as ruas, do lado oriental, contrastando com a rude singeleza das demais edificações, elevava-se formosa igreja, de pequenas proporções, mas revelando na solidez da estrutura e na correção das formas o cunho e elegância de uma verdadeira obra de arte.

Ali postado ao pé daquelas humildes moradas, como o anjo tutelar da pequenina aldeia, o majestoso templo — alvo constante da solicitude, do carinho e veneração de todos — erguia suavemente para o céu a tôrre delicada e branca, lembrando porventura àquele povo despreocupado e feliz a inconstância e fragilidade das cousas da terra.

Ao longe, no recôsto de verdejante colina, olhando para a igreja, estava assentado o pequenino cemitério de muros caiados, silencioso e discreto, esperando tranqüilamente os que se iam da vida, para pôr-lhes no seio misericordioso o agasalho do último sono.

Mais longe ainda, disseminados pelos arredores, destacando-se da verdura do campo, lourejavam singelas casitas de palha, envôltas num ambiente de paz e serenidade bucólicas, enriquecendo a paisagem de suave poesia e indescritível encanto.

Era como um trecho de Éden aquela risonha e sossegada nesga de terra, onde nunca soaram as fanfarras do progresso nem os rumores da civilização, onde nunca lograram entrar os ouropéis do luxo, nem as ridículas extravagâncias da moda.

Mantendo-se da agricultura, da caça e sobretudo da pesca, ali vivia despreocupadamente um punhado de homens simples e bons, cujas modestas aspirações nunca transpuseram as raias do seu horizonte visual.

Seguindo o mesmo teor de vida, já por ali haviam passado sucessivamente muitas gerações desde as remotas eras do seu povoamento até a última década do século passado, quando sobreveio a catástrofe que, destruindo a aldeia, fêz fugir os seus últimos moradores para longínquas paragens, à cata de novos abrigos, como um bando de pássaros bravios aos quais houvessem desmantelado os ninhos.

Hoje nada mais resta de todo aquêle gracioso conjunto senão uma vaga e saudosa lembrança na memória de poucos. O ameno e ubertoso sítio em que se ostentava a risonha povoação cobriu-se de sáfaro e extenso areal continuamente revolvido pela impetuosidade dos ventos.

Em tôrno nenhuma sombra de árvore, nenhuma habitação de vivos.

Tudo aí é solidão e abandono, desolação e tristeza!

Pesa sôbre êsses infestos lugares um silêncio de sepulcro apenas interrompido pelos uivos sinistros do vento a que respondem as inconsoláveis queixas do mar. Dir-se-ia que choram ambos a ausência da formosa aldeia, de cuja destruição foram, de certo modo, cúmplices.

Há entretanto ali alguma cousa ainda cuja vista desperta as mais dolorosas lembranças na mente dos que testemunharam o seu trágico desaparecimento, excitando ao mesmo tempo a curiosidade dos estranhos.

Quem porventura se encaminha para aquêles sítios começa a avistar, de muito longe, sôbre uma eminência branca, qual padrão de morte encimando uma sepultura, um vulto negro e disforme, cujos contornos se vão delineando à proporção que dêle se aproxima, até descobrir enfim o que venha a ser a espectral figura.

É a velha igreja, ou antes os restos da branca e formosa igreja de outrora, hoje destisnada e de sombrio aspecto, entalada entre as areias de gigantesca duna.

O viajante pára ali instintivamente e deixa-se ficar longas horas embebido na muda contemplação daquelas sagradas relíquias.

Grandes e profundos reveses sucederam à malfadada igreja, antes de chegar àquele mísero e lastimoso estado.

As primeiras afrontas que ela sofreu partiram dos homens; os insultos dos elementos vieram depois.

Tinha honras e dignidade, bens e riquezas. Estas foram roubadas, aquelas suprimidas; e de senhora opulenta que era passou a ser miserável e fâmula.

Viu-se depois despojada dos seus santos que eram pedaços de suas entranhas, tolhida em suas funções sagradas que eram a manifestação de sua vida e, por cúmulo de maldade, privada dos seus sinos que eram os portadores das suas queixas. E assim deserta, paralisada e muda foi abandonada pelos homens.

Depois as areias afundaram-lhe o teto e pejaram-lhe o seio, o sol enegreceu-lhe a alvura, a chuva gretou-lhe os muros e desconjuntou-lhe as articulações, e o tempo desfez-lhe os raros encantos que ainda possuía, mutilou-a tôda. Daí em diante o vento que já fôra o portador do material que a obstruiu, não cessou mais de girar-lhe em tôrno, tentando em gigantescos esforços aluir-lhe os fundamentos, enquanto o mar, na impotência de submergi-la em suas alterosas vagas, lhe atira de longe, de envolta com terríveis imprecações, a viscosidade corrosiva do seu bafo salsuginoso.

E o velho templo, resistindo ainda, com a serenidade estóica dos mártires, aos furiosos embates dos elementos conjurados para destruí-lo, eleva tristemente da brancura do sudário que o envolve a sua tôrre desfigurada, negra para o céu, lembrando aos que de longe a contemplam a inconstância e fragilidade das cousas da terra.

Sustenho aqui os devaneios que me vinha sugerindo a lembrança do extinto povoado de Almofala e das ruínas de sua igreja, para, assumindo ares de cronista, fazer uma breve exposição das principais datas e fatos que se relacionam com a sua história, desde a época de sua fundação até hoje.

Servirão de subsídio ao meu modesto trabalho o que sôbre o assunto escreveu Antônio Bezerra, algumas notas respigadas a custo nos livros velhos e já dilacerados da antiga irmandade de Nossa Senhora da Conceição daquela igreja e nos do tombo da paróquia, a notícia de

certos fatos guardada pela tradição e, finalmente, a lembrança que ainda conservo dos últimos acontecimentos ali desenrolados, dos quais fui, por bem dizer, testemunha ocular.

Haverá decerto muitas falhas e incorreções na minha narrativa, não só pela deficiência dos dados que pude colhêr, como principalmente pelo meu desazo na exposição dos mesmos, pois o mau artista, seja quanto e qual fôr o material de que disponha, jamais conseguirá produzir obra perfeita. A culpa, porém, não é minha, senão de quem me atirou aos riscos de tal.

Dado êste pequeno cavaco, entremos na matéria.

* * *

Começarei transcrevendo o que sôbre os primeiros povoadores de Almofala disse o paciente investigador das origens do Ceará acima citado:

"Descendentes dos índios Tramembés, foram os seus avoengos aldeados em 1608 pelos jesuítas, sobretudo pelo padre João Tavares, nas praias chamadas dos Lençóis ou Totoa (Tutóia).

Êles habitavam o terreno compreendido entre a Serra Grande e o mar, desde o rio Mundaú até o Paraguaçu (Parnaíba) e tinham por chefe Juripariguaçu que, no dialeto tapuia, queria dizer *grande diabo*...

Parece que eram turbulentos, porque o capitão-mor do Ceará Jorge Corrêa da Silva, em setembro de 1671, enviou a Jericoaquara, onde êles se achavam, o ajudante Francisco Martins para tratar da guerra; e no ano de 1673, a 3 de novembro, Manoel Pereira da Silva, tenente do presídio do Ceará, seguiu em companhia do missionário frei Francisco de Sá para a serra de Ibiapaba com 50 soldados e 150 índios conseguindo fazer pazes e tratados de aliança com diversas tribos, inclusive aquela...

Não se contiveram ainda, em vista da carta de 1688 que concedeu a Urbano Rodrigues a mercê de reedificar a fortaleza no sítio *Piara* do Ceará, para dominar o gentio Tramembé e servir de sinal aos navios que iam ao Maranhão...

Tendo o padre Assenso Gago, da Companhia de Jesus, escrito ao rei de Portugal mostrando a conveniência de situarem-se os índios em aldeias pela costa que dista do Ceará ao Maranhão 200 léguas, e que lhes desse de sesmaria as terras que ficavam entre a barra do rio Aracatimirim e a do Timonha, Sua Majestade, por carta régia de 8 de janeiro de 1697 ao Governador do Maranhão assim o concedeu e ordenou que não se inquietasse o gentio nem os apartasse dos sítios que êles escolhessem para sua habitação, fazendo com que de nenhuma maneira se alterasse a sua posse, nem lha tirassem os brancos, mandando proceder com as penas condignas ao delito contra os que observassem o contrário...

Assim se procedeu, sendo o padre José Borges de Novaes o primeiro missionário que em 1702 os aldeou e viveu entre êles, construindo no sítio Aracatimirim uma igreja sob a invocação de N.S. da Conceição, cujo local chamou-se primeiramente Missão de Aracatimirim, mais tarde até 1763, N.S. da Conceição dos Tramembés, e de 1766 em diante (depois que por alvará de 8 de maio de 1758 el-rei estendeu aos índios de todo o Brasil as disposições dos alvarás de 7 de junho de 1755, em virtude dos quais era estendida aos índios do Maranhão e Pará a liberdade de suas pessoas, bens e comércio, dando-se-lhes preferência nos cargos de justiça e milícia) N.S. da Conceição de Almofala...

Em 18 de maio de 1759 o governador de Pernambuco Luiz Diogo Lôbo da Silva comunica ao capitão-mor do Ceará a vinda do desembargador Bernardo Coelho da Gama Casco àquela capitania, para erigir em vilas as aldeias dos índios que eram dirigidas pelos jesuítas...

Parece que aquela aldeia não chegou a ser erigida em Vila como a de Caucaia que em 15 de outubro daquele ano passou a chamar-se Vila de Soure, e que apenas foi denominada Almofala para perder o nome indígena como tôdas as outras; pois que sendo convidados a Pernambuco pelo governador todos os principais das aldeias do Ceará, compareceu em 16 de junho Manoel da Rocha de Almeida, capitão-mor dos Tramembés e requereu ser reunido com a sua gente à nova vila de Soure, o que suponho não foi atendido...

O desembargador Gama Casco também nunca lá foi demarcar a terra dos índios e lá ficaram êles..."

(Até aqui A. Bezerra.)

• • •

A humilde capela construída pelo padre José Borges de Novaes, nas margens do Aracatimirim, em 1702, a qual, segundo a tradição, era de taipa e coberta de palha, foi substituída, alguns anos depois, quando já a povoação havia tomado certo incremento, pela sólida e formosa igreja a que acima me referi, hoje em ruínas.

Nas minhas indagações sôbre a sua origem, não encontrei o mais leve indício de ter sido edificada, como opinam alguns, por ordem do govêrno da metrópole, aliás tão remisso em beneficiar as suas colônias.

Inclino-me pois a aceitar a tradição legada por alguns velhos moradores do povoado aos seus descendentes, de haver sido ela construída a expensas da irmandade de Nossa Senhora da Conceição, anteriormente ali ereta e sob os auspícios dos padres que então dirigiam aquela missão.

Esta tradição é confirmada pelo compromisso da referida irmandade, em cujo capítulo XIV se lê o seguinte: "Esta irmandade como

fundadora e administradora desta igreja de Nossa Senhora da Conceição de Almofala, tem de obrigação... etc..."

E mais abaixo: — "Esta nossa igreja tem até aqui servido de matriz da freguesia da povoação de Almofala pelo oferecimento que a irmandade fêz quando se criou a freguesia dos índios, por ser a única que existia e existe no lugar."

Diz ainda a tradição que foi o capitão-mor Manoel Rodrigues Ribeiro da Costa quem, de acôrdo com os missionários ali estacionados, dirigiu todo o serviço da construção da capela, a começar pelo transporte dos seus materiais que, vindos da Bahia e desembarcados no pôrto das Oficinas, distante de Almofala cêrca de 25 quilômetros, foram para ali conduzidos em carros puxados a bois.

Em falta de outro documento que melhor nos oriente sôbre a época da sua construção, seja-me lícito conjeturar que ela tenha sido concluída em 1712, servindo de base a esta conjetura a seguinte inscrição gravada na pedra de uma de suas portadas internas e perfeitamente visível ainda hoje:

XIX — X — XII

inscrição que provàvelmente assinala a data de 19 de outubro de 1712.

Logo acima desta inscrição, vê-se igualmente gravada na pedra uma figura geométrica representando um triângulo equilátero com a base voltada para baixo, contendo dois ângulos retos, abertos ambos para cima, dos quais o inferior tem o vértice pousado sôbre a base do triângulo.

Examinando-se atentamente a modesta gravação, nota-se o esmêro com que foi executada e adivinha-se nela um reclamo do autor em favor da data que êle quis perpetuar, a qual incontestàvelmente lembra um fato importante relativo à construção da igreja, senão o próprio dia da sua inauguração.

• • •

Existia ali, como já disse, a irmandade de Nossa Senhora da Conceição, fundada talvez ainda pelo padre Novaes, sob cuja guarda e dependência sempre se conservou a igreja.

Compunha-se da gente melhor e mais abastada não só daquela zona, como de diversas outras paragens distantes do povoado vinte, trinta e mais léguas.

Muitos dos que nela eram admitidos concorriam, logo no ato da entrada, com avultadas esmolas, ora em gados, ora em dinheiro, e às vêzes em ambas as espécies, tornando-se ela assim possuidora de não pequenos haveres que despendia generosamente com a manutenção da igreja e decência e esplendor do culto.

A época do seu maior florescimento, conforme verifiquei dos livros de lançamento das entradas de irmãos e de receita e despesas, foi de 1730 a 1790.

O grande prestígio da irmandade se refletia diretamente no pequeno povoado que lhe era sede, podendo-se constatar a importância de que êle gozou nesses bons tempos pelo fato de nunca faltarem ali sacerdotes que curassem de perto as necessidades espirituais dos seus moradores e pela freqüência com que aí compareciam os visitadores eclesiásticos, de cuja presença sempre lhe advinham as maiores vantagens.

Êsses visitadores, a quem prestavam contas os administradores dos bens da irmandade, presidiam quase sempre a uma das suas sessões, na qual, segundo me parece, tinham voto deliberativo.

Entre outros de que fazem menção os alfarrábios que tenho à vista, citarei por ora o padre Manoel Machado Freire que ali estêve em 1747 e examinou as contas do administrador capitão João Vieira de Barros;

O padre doutor José de Aranda que em 1750, depois de tomadas as contas ao administrador Inácio João Coimbra, talvez porque as não achasse bem regulares, passou a administração ao então vigário Elias Pinto de Azevedo, "recomendando muito — diz o têrmo da nomeação ao reverendo administrador — ponha todo o cuidado no aumento da fazenda e bens pertencentes à irmandade da Senhora, de quem será retribuído nesta e na outra vida, conforme o zêlo com que se houver, afervorando os confrades para essa pia devoção";

O carmelita frei Manoel Jesus de Maria que em 1753 autorizou ao vigário Elias Pinto, que continuava a gerir os bens da irmandade, a comprar a Manoel da Cunha Linhares a fazenda Bom Jesus com os gados nela existentes;

E o padre Luiz Fernandes da Cunha a quem prestou contas ainda o padre Elias em 1757, continuando êste a exercer o cargo de administrador.

Em 1760 o visitador padre Veríssimo Rodrigues Rangel, achando-se na vila do Aquirás e não podendo ir a Almofala, requereu de lá lhe fôssem remetidos os livros da irmandade para serem por êle examinados; e deixou exarada em um dêles uma severa repreensão ao tesoureiro da referida irmandade, por não haver exibido as certidões das missas que, conforme o compromisso, deviam ser celebradas pelos irmãos falecidos; e mandou que fôssem celebradas com maior brevidade as missas omitidas e que se abrisse um livro especialmente destinado ao lançamento das certidões de missas.

Nesse ano passou a administração dos bens da irmandade que, como vimos, lhe fôra confiada dez anos atrás pelo visitador doutor José Aranda, ao tenente Manoel da Cunha Linhares que em 1776 foi substituído pelo capitão Pedro Luiz do Rêgo Barreto, eleito pela irmandade, a qual voltou a exercer livremente a escolha dos administradores do seu patrimônio.

De 1790 em diante parece que a irmandade começou a declinar, sendo em 1795 já bem pouco lisonjeiro o seu estado; pois na sessão realizada a 25 de outubro dêsse ano, a diretoria autorizou o administrador a vender diversas fazendas "visto — diz o têrmo da ata — não haver mais gados para povoarem".

Em 1830 alguns dos seus membros mais distintos, no louvável empenho de levantá-la do abatimento em que se achava e encaminhá-la a uma nova fase de prosperidade, conseguiram, com a reforma do compromisso, regular melhor o funcionamento do seu organismo entorpecido.

Pouco porém aproveitou-lhe o remédio, vindo ela alguns anos depois a recair na sua antiga prostração da qual não mais se ergueu até o seu completo aniquilamento.

* * *

Voltarei agora ao meu primeiro ponto de partida, isto é à época do aldeamento dos Tramembés nas margens do Aracatimirim e à ereção de sua primeira capela em 1702 pelo padre José Borges de Novaes, para fazer menção, em ordem cronológica, senão de todos os sacerdotes que a curaram, quer como missão, quer como freguesia, ao menos daqueles cujos nomes se pôde salvar do esquecimento.

Não me foi possível descobrir quais, nem quantos foram os sacerdotes que substituíram o padre Novaes, durante os 28 anos que se seguiram à construção da capela. O primeiro nome que figura depois do dêle é o do padre Agostinho de Castro Moura que ali viveu de 1730 a 1754, tendo deixado a direção da missão 2 anos antes, quando provàvelmente foi criada a freguesia, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição do Aracatimirim, sendo substituído pelo vigário padre Elias Pinto de Azevedo.

Êste abandonou a cura da paróquia dez ou doze anos depois, tempo em que obteve colação na freguesia de Vila Viçosa Real, onde suponho nunca teve residência fixa, e se a teve, foi muito mais tarde, pois vejo figurar o seu nome nas atas das sessões da irmandade até 1768.

Aparece simultâneamente com o padre Elias, a quem provàvelmente sucedeu na cura da paróquia, o padre Francisco Xavier de Barros, não sabendo eu quanto tempo ali se demorou.

O primeiro mencionado depois dêle é, em 1800, o vigário Francisco Moreira de Sousa, ao qual seguiram-se sucessivamente os padres José Gomes Ferreira, Manoel Antônio de Lemos Braga, Bernardo Clemente da Cruz e Oliveira, Domingos Teixeira Alves de Abreu e Luiz Martins dos Santos Araújo, o último sacerdote que ali residiu, já como preposto do vigário da nova freguesia a que ficou pertencendo Almofala.

• • •

Por decreto-geral de 5 de setembro de 1832 foi criada a freguesia de N. Senhora da Conceição da Barra do Acaraú, dentro de cujos limites ficou a de Almofala que por sua vez foi suprimida.

O seu último vigário pe. Manoel Antônio de Lemos Braga, acima citado, continuou a receber sua côngrua "até que fôsse provido em nôvo benefício", o que sucedeu alguns anos depois, quando apresentado pelo Imperador ao Bispo D. João da Purificação Marques Perdigão para a igreja de São Mateus dos Inhamuns, nela obteve nova colação.

Em 1838 a Assembléia Provincial, cuja maioria era composta de adversários políticos do vigário da Barra do Acaraú, padre Antônio Xavier Maria de Castro, por decreto de 15 de setembro dêsse ano, transferiu a sede de sua freguesia para a capela de Santana, a 90 quilômetros de distância, e restaurou a de Almofala, sendo-lhe designados os mesmos limites anteriores ao decreto de 5 de setembro de 1832.

Foi seu vigário nesse tempo o padre Domingos Teixeira Alves de Abreu.

Pouco tempo depois a Assembléia Provincial já então dominada pelos correligionários do padre Xavier, que era também deputado à mesma, pelo decreto de 15 de dezembro de 1842, fêz voltar, de Santana para a Barra do Acaraú, a sede da freguesia e suprimiu de nôvo a de Almofala.

Em 1844 os seus moradores dirigiram ao então presidente da Província José Maria da Silva Bittencourt uma representação em que se lhe pedia instantemente a restauração da freguesia.

Ausentara-se nesse tempo o vigário Xavier, deixando como seu substituto na cura da paróquia o padre João Francisco Dias Nogueira, a quem coube informar o Govêrno sôbre a pretensão do povo de Almofala. Tão descabida pareceu ao padre Nogueira essa pretensão e tão desfavorável foi a informação dada por êle sôbre o estado da povoação e da capela que o Govêrno indeferiu a petição do povo de Almofala.

Tenho presente a cópia do ofício do padre João Dias ao Govêrno, da qual transcreverei os trechos que se referem à igreja e à irmandade:

— "À matriz presentemente para sua decência falta de um tudo; não tem paramentos; a capela-mor precisa de imensos reparos, de uma sacristia que com oitocentos mil réis talvez não se ponha no seu primitivo estado."

"Existe uma apouquentada irmandade de cujas dádivas em bens do campo fêz situar em terras próprias uma fazenda que rende anualmente cincoenta bezerros e vinte poldrinhos, conforme a estação do ano."

De então por diante começou verdadeiramente a decadência da

velha povoação se bem que a sua capela continuasse a gozar ainda de certo prestígio.

Em 1847 ali estêve o cônego Antônio Pinto de Mendonça que "encontrou a igreja — diz o têrmo da visita — destituída dos ornamentos precisos para a celebração do augusto sacrifício da missa e administração dos sacramentos; mas confiado no zêlo e piedade do atual administrador que não só se empregará no reparo material do templo, como cuidará de o prover dos ornamentos necessários, concede licença para que se continue a celebrar na referida capela e nela praticar todos os mais ofícios divinos".

Em 1848 voltou ali o mesmo visitador que, conforme deixou exarado no livro de visita, "encontrou a capela em melhor estado do que na visita anterior, faltando entretanto algumas alfaias e reparos para melhor decência do culto divino, como sejam uma banqueta para o altar e o reparo dêste que ameaça ruína, por estar a madeira carcomida e podre; pelo que convém fazer o quanto antes um nôvo altar para evitar que caiam as imagens e se despedacem".

Terminam aqui as minhas notas, algumas das quais desentranhadas, sabe Deus com que trabalho, de velhos e borolentos alfarrábios de fôlhas laceradas, cuja escrita ora ilegível, ora truncada, foi preciso muitas vêzes adivinhar.

Entrarei agora na última parte do meu modesto trabalho que será a narração dos últimos sucessos anteriores ao desaparecimento do povoado, dos quais posso dizer que fui testemunha ocular.

• • •

Data de 1892, ano em que fui nomeado coadjutor da freguesia de Acaraú, a minha primeira visita à Almofala, a que se seguiram inúmeras outras; pois até 1898, tempo do seu aniquilamento, nunca deixei de lá ir uma, duas e até três vêzes anualmente.

Nesse tempo os morros que depois vieram a sepultar o povoado já distavam dêle menos de um quilômetro; e, à exceção de alguns otimistas que alimentavam ainda a esperança de que as areias passariam pelo lado do sul da capela, deixando-a ilesa e talvez mais o povoado todos consideravam inevitável a catástrofe.

Já não encontrei ali senão uns restos da poderosa irmandade de outrora, então completamente esquecida do seu compromisso e incapaz de prover à cura e necessidades materiais da capela.

Celebrava-se entretanto ainda com bastante solenidade e extraordinária concorrência de fiéis a festa da padroeira.

As novenas que a precediam eram feitas por noitários, cabendo sempre uma delas aos índios que se esmeravam em dar à sua noite o maior esplendor e realce possíveis.

Viviam ali ainda numerosos descendentes dos Tramembés, consti-

tuindo uma sociedade à parte, casando-se entre si e conservando religiosamente certos usos e tradições, e alguns até mesmo a língua dos seus maiores.

Tinham o seu capitão cujas ordens obedeciam sem constrangimento, sobretudo quando estas visavam algum benefício material que se houvesse de fazer à igreja.

Era um gôsto vê-los, em tempos de festa, sob a direção do seu chefe, umas vêzes arrancando as ervas daninhas que cresciam ao redor da capela, outras varrendo cuidadosamente o adro, outras ainda adornando caprichosamente as portadas de arcos de palmas de coqueiro, etc.

Conheci o último dêsses capitães — o velho Tomé — falecido há poucos anos, o qual tinha em grande aprêço a sua autoridade e sentia-se verdadeiramente ufano quando o nomeavam pela sua patente.

* * *

Durante uma das minhas primeiras estadas na pitoresca povoação, fui convidado certo dia por um amigo para assistir a um *torém* — a diversão predileta dos índios. Espicaçado pela curiosidade, aceitei logo o convite e, à noite, nos dirigimos para o sítio aprazado que era um amplo terreiro destocado, limpo e convenientemente preparado para o fim a que se destinava.

Quando lá chegamos já havia muita gente, uns por curiosos como eu e meu companheiro, outros que deviam tomar parte no folguedo.

Veio colocar-se no centro da área um caboclo de meia idade, robusto e simpático, empunhando um maracá: era o diretor da função.

Ao lado via-se uma bacia de fôlha e uma xícara pousadas sôbre um tamborete e debaixo dêste um garrafão de aguardente.

A bacia e o garrafão de cana, segundo me informaram, estavam ali em substituição à cuia e à cabaça de mocororó, a qual por sua vez tinha substituído ao pote de cauim usado primitivamente em semelhantes funções.

Os sons vibrantes do maracá tangido repetidas vêzes pela ágil destra do "mestre sala" anunciaram que a festa ia principiar. Fiz-me logo todo olhos e ouvidos.

Da multidão ali reunida indistintamente adiantou-se para a área um homem seguido por uma mulher, depois outro cavalheiro com a sua respectiva dama, e assim sucessivamente foram saindo até uns 12 ou 14 pares que vieram, formando um círculo perfeito, colocar-se à roda do presidente. Ali postados, dando-se as mãos e conservando-as prêsas entre si, formaram uma cadeia viva que começou a girar em tôrno do chefe.

Êste agitou de nôvo o maracá, mais brando agora, e ao compasso do mesmo entoou uma quadra a que os dançantes responderam em côro, cantando outra. E, dançando, continuaram alternativamente o canto, no qual não sei se lembravam histórias de amor ou se guerreiras façanhas de alguns dos seus heróis; pois era expresso numa algaravia estranha de que não entendi uma única palavra.

Depois de executados inúmeros giros, cessaram a um tempo a dança e o canto, e uma das damas, destacando-se do círculo, encaminhou-se para o tamborete e, vasando na bacia uma porção da aguardente do garrafão, apresentou-a gentilmente ao diretor.

Êste mergulhou a xícara na bacia e levou-a sôfregamente aos lábios; depois deu um grande estalo com a língua no céu da bôca e... repetiu a primeira operação.

Servido o chefe, a encarregada das libações percorreu todo o círculo, apresentando a cada um dos convivas a bacia, enquanto a xícara ia passando de mão em mão, até que foram todos servidos, sendo ela a última a desalterar-se, mas em compensação, duplicando o "gole" a exemplo do chefe.

Findo o beberete, recomeçaram mais animados a dança e o canto que, a breves intervalos, foram de nôvo interrompidos para segunda e terceira distribuição de aguardente.

Em breve começaram a manifestar-se claramente em todos os convivas os variados efeitos da bebida; e já a dança e o canto eram entremeados de saltos e berros, quando felizmente uma cena burlesca veio pôr têrmo à função.

Um dos dançadores saiu precipitadamente do círculo e, de um pulo, encarapitou-se nos ombros do mestre-sala, em cuja cabeça pôs-se a bater compasso com o maracá que lhe arrancara da mão, enquanto com roufenha voz lhe ia arremedando o canto.

Ao invés do Tritão dos Lusíadas que, cavalgado por Dione, lhe sentia o pêso.

"De soberbo com carga tão formosa" o pobre caboclo cujas pernas vergavam ao pêso do importuno cavaleiro, dava as mais inequívocas provas de seu vexame e repugnância, procurando a todo transe desvencilhar-se dêle.

Depois de vários saltos e cabriolas poude afinal, com grandes esforços, alijar de si o desgracioso fardo, entre os gritos, apupos e gargalhadas dos circunstantes.

E assim acabou-se o "torém".

* * *

A penúltima vez que celebrei na capela de Almofala e a última que ali administrei os sacramentos foi no comêço do ano de 1898. Por êsse tempo já as areias haviam obstruído as primeiras casas, do lado do nascente, das ruas que ladeavam a igreja, atrás da qual o morro ia crescendo progressivamente.

Já se haviam retirado da povoação muitos moradores que demoliam prèviamente suas casas para com o material das mesmas construírem novas habitações em lugares mais abrigados.

Antes de desfeito o redil já as ovelhas começavam a fugir.

Comuniquei ao diocesano o precário estado em que se achava a capela e a impossibilidade absoluta de evitar-se a sua ruína. Em resposta à minha comunicação fui por êle autorizado a retirar as imagens para a capela do Tanque do Meio, dali distante cêrca de dez quilômetros, com a instante recomendação porém de que não o fizesse senão à última hora, isto é quando as areias já houvessem atingido o interior da igreja.

Cientifiquei aos moradores da povoação das ordens do diocesano e aguardei os acontecimentos.

Em junho do mesmo ano (1898) recebi um recado urgente do procurador da irmandade avisando-me que havia ruído uma parte do teto da capela que começava a ser invadida pelas areias.

Alguns dias depois o procurador veio pessoalmente entender-se comigo, confirmando o que me mandara dizer.

Prometi-lhe que oportunamente iria lá providenciar sôbre o caso, e pedi-lhe que fôsse desde já dispondo os ânimos e cuidando das preparações preliminares para o transporte das imagens que deveríamos fazer processionalmente, ficando eu de avisar-lhe com antecedência, para conhecimento de todos, o dia certo da minha ida.

A 9 de outubro do mesmo ano para lá me dirigi, no intuito de dar cumprimento às ordens do diocesano.

O meu primeiro cuidado, ali chegando, foi visitar a igreja, encontrando uma das sacristias — a do lado da Epístola — já meio invadida pelas areias que, se escoando por um rombo no teto, vinham estender-se até a entrada que dava para a capela-mor. Uma espêssa camada de pó cobria todo o pavimento, estendendo-se ao altar já despojado dos seus ornamentos e de suas imagens.

Estas haviam sido prèviamente recolhidas no batistério, o lugar mais abrigado da igreja e ao mesmo tempo o mais seguro. Os santos estavam ali debaixo de guarda; pois correra o boato de que pretendiam levá-los clandestinamente não sei para onde.

Desejando celebrar ali ainda uma vez, rendendo assim a minha última homenagem ao velho templo prestes a ser abandonado, talvez para sempre, resolvi fazê-lo pela madrugada, aproveitando o tempo em que o vento era mais brando.

Mandei pois limpar mais ou menos tôda a igreja, sobretudo a capela-mor, e preparar convenientemente o altar, sobre o qual foi reposta únicamente a imagem do Crucificado.

Anunciada de véspera a minha intenção, a igreja encheu-se literalmente antes da hora aprazada ficando ainda no adro uma compacta multidão que se ia avolumando cada vez mais; pois de tôda a circunvizinhança afluía gente curiosa de ver a trasladação das imagens.

Às quatro e meia horas da manhã comecei a missa a que assistiram cêrca de três mil pessoas.

Não me lembra de ter visto, em tôda a minha vida, uma multidão tão numerosa guardar tanta compostura, tanta imobilidade e silêncio como a que ali então se achava.

O assombro que dominava aquela pobre gente, na iminência de ser privada dos seus santos protetores, longe dos quais se lhe afigurava impossível a vida, parecia havê-la petrificado.

A reação porém veio depois, como adiante veremos.

Ao Evangelho falei aos circunstantes, expondo-lhes o motivo da minha presença ali e suplicando o concurso de todos para o bom e fiel desempenho da triste missão de que me achava incumbido.

Menos para tocar-lhes a sensibilidade do que para dissipar alguma animosidade porventura existente contra a medida que se ia pôr em prática, terminei minha alocução dizendo-lhes que a Santíssima Virgem lhes fazia naquele momento um apêlo sagrado como o último pedido de uma mãe moribunda a seus extremosos filhos, e era que tirassem dali, sem perda de tempo, a sua imagem e a levassem para o destino que lhe fôra designado pela autoridade eclesiástica.

Continuei a missa, e alguns momentos depois comecei a ouvir primeiro um murmúrio confuso que se elevava do meio do povo, depois como que gemidos, ais, soluços, e finalmente um concêrto de altas vozes plangentes dominando todos os outros rumores.

Concluída a missa, encaminhei-me ao local donde partia o estranho alarido, curioso de saber-lhe a causa.

Nunca me há de esquecer o espetáculo a que, de alma confrangida e olhos rasos d'água, então presenciei.

Ajoelhadas à porta do batistério, em frente às imagens escassamente iluminadas pelos vacilantes clarões de fumarentas lâmpadas de querosene, algumas mulheres, desfeitas em pranto, cantavam, ou antes gemiam um *bendito* à SS. Virgem, composto de quadras singelas em que se despediam dela com os mais ternos adeuses e a que respondia em côro a multidão, batendo rijamente nos peitos.

A êsse canto, já de si repassado de indizível mágoa vinham juntar-se os fundos suspiros de uns, as lamentosas exclamações de outros, os mal contidos soluços destas e as dolentes súplicas daquelas; formando tudo aquilo um grande côro angustioso, cujos ecos, reboando pela igreja afora, iam perder-se ao longe, no seio adormecido da floresta.

Dominando a custo a comoção de que me sentia prêso, dei ordens para que trouxessem os andores, já de antemão preparados para o transporte das imagens, e pedi aos meus auxiliares que ativassem a organização do préstito; pois convinha aproveitar a fresca da manhã para a extensa caminhada que tínhamos a percorrer.

Estava eu ocupado em colocar um dos santos sôbre o andor, quando me vieram dizer que, atrás do morro fronteiro, estava acampado um grupo de caboclos armados, aguardando apenas ordens dos seus chefes, para virem obstar a saída das imagens. Indaguei logo quem

cram êsses chefes e mandei um emissário pedir-lhes o obséquio de virem entender-se comigo. Não tardaram muito a aparecer. Recebi-os na porta principal da igreja. A circunstância de achar-me eu nesta ocasião revestido de sobrepeliz e estola me fêz lembrar as cerimônias da recepção oficial dos bispos, faltando ali apenas o hissope d'água benta para completar a ficção.

Eram dois cabras musculosos e mal encarados. Um — o José Caboré — trigueiro e alto, de olhar insolente, nem ao menos se dignou tirar-me o chapéu, grande chapéu de couro, de aba revirada na frente deixando à mostra um cacho da cabeleira revôlta. O outro — o Pedro Duro — mais baixo, mais claro e menos arrogante que o seu companheiro, descobriu-se logo ao chegar.

Vestiam ambos calças e camisas de algodão, e estavam armados de grossos cacêtes dignos de respeito, e porventura de agudos punhais, mais respeitáveis ainda.

Chamando aos lábios um sorriso (cousa aliás bem difícil naquele momento) e adiantando-me para os dois, perguntei-lhes, no tom da maior familiaridade, os motivos por que se opunham à retirada das imagens. Então, medindo com seu tôrvo olhar a exiguidade de minha pessoa, falou o Caboré, enquanto o outro ia aprovando, com leves inclinações de cabeça: — Saiba vossa senhoria, seu vigário, que as imagens não saem daqui porque não queremos; não consentimos que as levem para nenhuma parte e muito menos para o Tanque do Meio.

Observei-lhes a sem-razão da sua resistência a uma medida que se tornava necessária em vista do estado da capela, e que aliás fôra ordenada pelo bispo.

Lembrei-lhes que as imagens iriam para uma capela perto dali, onde êles poderiam fàcilmente visitá-las e prestar-lhes os seus cultos; repeti o que havia dito na missa, e depois de muitas considerações terminei dizendo-lhes que esperava que êles, como filhos amantes que eram da SS. Virgem não haveriam de desgostá-la opondo-se às ordens do nosso bispo, antes viriam auxiliar-me no transporte da sua imagem para o ponto indicado.

A nada disto porém atenderam os dois teimosos contendores, que se retiraram, asseverando antes que as imagens não sairiam dali nem à mão de Deus Padre.

Perdida assim a esperança de convencê-los e resolvido por minha vez a levar a cabo a minha tarefa, chamei a fala o subdelegado do têrmo — tenente Joaquim Martins dos Santos Filho — que então ali se achava, e, comunicando-lhe o ocorrido, cientifiquei-lhe da minha resolução e pedi se dignasse tomar as providências que o caso exigia. Lembrei-lhe que o meio mais fácil de prevenir um conflito que me parecia iminente, seria efetuar a prisão dos dois chefes, antes que êles se fôssem juntar ao bando de sequazes e exacerbar-lhes mais os ânimos.

Concordou comigo o subdelegado; e enquanto combinávamos a melhor maneira de levar-se a efeito a prisão projetada, eis que uma mulher do povo — a Joana Camelo — entrando sorrateiramente na igreja, por uma das portas laterais, apoderou-se de uma das imagens e, abraçada com ela, correu desabaladamente em direção ao acampamento dos sediciosos.

Essa imagem era uma escultura de madeira de 77 cm de altura, representando N.S. do Rosário.

No meio do silêncio e estupefação geral produzido por aquêle rasgo de audácia, bradei aos homens mais próximos a mim, que fôssem reaver a imagem roubada. Ninguém se moveu.

Recomendei então que pusessem guardas às outras imagens, e atirei-me sòzinho ao encalço da fugitiva, entre vivos protestos e clamores às instâncias, sobretudo das mulheres "que me não expusesse a alguma desgraça".

A breve trecho, vi-me ladeado por dois homens, os únicos que se decidiram a afrontar os riscos da temerosa emprêsa a que me abalançara.

Quero deixar aqui consignados os nomes dêsses dois dignos e valentes companheiros, hoje infelizmente já mortos, como um reconhecimento à sua generosa dedicação.

Um era o senhor José Cassiano de Menezes, meirinho, morador nesta cidade do Acaraú; o outro o senhor Miguel Monteiro dos Santos, agricultor residente no sítio S. Vicente, uma légua distante do teatro dos acontecimentos que venho narrando.

Apenas alcancei a fugitiva, travei-lhe do braço e intimei-a a entregar-me a imagem. Ela resistiu desesperadamente à minha intimação, enquanto Caboré e Duro brandiam ameaçadoramente os cacêtes e numa espécie de fúria, a Maria Caboré, empunhando um tamanco, jurava quebrar a cara de quem se aproximasse. Consegui entretanto, auxiliado por Miguel Monteiro, enquanto Cassiano, com uma das mãos atirava por terra a fúria do tamanco e com a outra, munida de um cacête, aparava a pancada descarregada por Caboré sôbre Monteiro.

Nesse interim já alguns homens, repesos do desânimo que pouco antes os acometera, vinham chegando em nossa defesa.

Então "fechou-se" o tempo, como lá diz o povo na sua gíria, e nada mais se ouviu senão o estalar dos cacêtes e o vozear clamoroso do mulherio alvoroçado que, correndo para o lugar do conflito, bradava desesperadamente pelos maridos, filhos e irmãos nêle envolvidos.

Enovelado eu também naquela onda revôlta, procurava esforçadamente mas debalde serenar os ânimos e fazer cessar a luta. Esta porém prolongou-se ainda por alguns minutos, vindo a terminar pela debandada dos sediciosos e captura de dois dos mais rebeldes, que, de mãos atadas, foram levados à presença do subdelegado.

Chamava-se um dêles João Reinaldo; o outro era o Pedro Duro que trazia uma brecha na cabeça e diversas contusões pelo corpo, desmentindo assim a sua alcunha, ao passo que o Caboré, confirmando admiràvelmente a sua, tinha mais que depressa "voado".

Era de ver-se a humildade e o arrependimento que manifestavam os presos.

Compadecido dêles consegui que se lhes desse liberdade para irem tratar de suas feridas; e convencido de que havia cessado o perigo de nova oposição à saída das imagens, dei logo ordens para se concluírem os preparativos para a marcha.

Momentos depois aquelas disputadas relíquias — cinco velhas e grosseiras imagens representando Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora do Rosário, S. José, São Miguel Arcanjo e S. Benedito acompanhados por quase todo o povo que ali se achava, seguiam processionalmente para a capela do Tanque do Meio onde chegamos antes do meio-dia.

Aí vim a saber, com grande nojo, que o plano de oposição à retirada das imagens da capela de Almofala, fôra concebido pelo espírito mesquinho de um sórdido vendeiro que as desejava no Panam, perto de si, para servirem de chamariz de fregueses ao seu comércio.

Era, porém, tão cobarde êsse "cavalheiro" que, tendo armado o braço dos pobres caboclos, para a inglória empreitada, lá se deixou ficar metido cômodamente em sua toca a salvo do perigo a que os atirava.

Convém notar, em abono dos meus fregueses e conterrâneos, que felizmente não era acarauense êsse tipo de Asahverus que para ali viera estabelecer-se exclusivamente à procura de ganho.

À tarde dêsse mesmo dia — 10 de outubro de 1898 — com o espírito ainda aturdido pelas várias comoções experimentadas no breve espaço dessa aziaga manhã, regressei ao Acaraú, onde uma alma prestes a abandonar a terra reclamava urgentemente a minha presença.

Os raros objetos que haviam ficado na capela de Almofala, depois da retirada das imagens, foram levados com a autorização do diocesano, uns para o Tanque do Meio e outros — um púlpito, dois sinos, um cálice e uma âmbula, para a matriz desta cidade.

E depois de despojado ainda de tudo o que dêle se pôde arrancar lá se ficou o templo esquecido e abandonado de todos e para sempre.

Já então era êle o único vestígio da extinta povoação de cujo local havia desaparecido até o miserável casebre.

Volvidos mais alguns anos, quando desfeitas as suas ruínas, forem sepultadas pelos morros que as circundam, custar-se-á a crer que ali demorou uma florescente povoação e existiu uma formosa igreja servindo de sede à paróquia constituída por seus numerosos habitantes.

E ninguém saberá mais dizer ao certo o lugar onde foi Almofala.

Despeço-me agora, com mil agradecimentos e desculpas, do paci-

entíssimo leitor que me acompanhou até aqui, dando por terminada a tarefa que me impus de contar-lhe a história da legendária povoação cujo nome — Almofala — se é verdadeira a significação que lhe dão os lexicógrafos de: arraial onde se vive temporàriamente — não lhe podia ter sido mais fatídico." (Dinorá Tomás Ramos, *Padre Antônio Tomás*, 169-199, Fortaleza, 1950.)

* * *

Despojada dos seus santos e alfaias, posta ao abandono, não tardou a igrejinha ser saqueada. Roubaram-lhe as portas, o tabuado do assoalho e até peças de cantaria.

A quem se interessar por Almofala, é de imprescindível consulta o estudo de Florival Seraine — *Sôbre o Torém* —, RIC, 69 (1955), 72-87, onde lendas, danças populares, organização sócio-cultural e elementos étnicos dos seus modernos e antigos moradores são postos em relêvo numa investigação segura e honesta.

ALMOFALA

Rodrigues de Andrade

I

Em frente à igreja de antiquado estilo,
Mas de elegante e sólida fachada,
Os casebres se alinham de um pugilo
De Tramambés e gente mestiçada.

Esgalha em tôrno a víride ramada
Do cajueiral, farto e seguro asilo
Das aves quando a ventania irada
No coqueiral desfere alto sibilo.

Perto um regato múrmuro coleia,
Longe um lençol de movediça areia
Que o mar sacode, caminhando vem.

Ali, na sombra da ramagem fresca,
Vive essa gente aos réditos da pesca,
Feliz no samba e às árias do torém.

II

Soluça o mar embravecido perto
Jogando a areia que raivosa arranca
Do rio, o mar tão calmo outrora; certo
Algum pesar o coração lhe tranca.

E o vento insufla tanto a areia branca
Que hoje esta praia é inóspito deserto
Onde o viajante nem a sêda estanca;
Agora é tudo dêsse areal coberto.

Somem-se a aldeia, o coqueiral, a igreja,
(E há quem no fato algum milagre veja)
Pois tudo acaba, mas a igreja não;

Que a duna passa, o vento escava a ogiva
E a tôrre exsurge para os céus altiva
Como estranho sinal de exclamação.

ALTANEIRA (Ex-SANTA TERESA). — Mun. e cid.

É de criação recente. Fica na Zona do Sertão do Salgado e Alto Jaguaribe, limitando-se ao N com o mun. de Assaré; a L, com o de Farias Brito; a O, com o de Santana do Cariri e ao S com o de Nova Olinda. A superfície ainda não foi calculada, bem com a posição astronômica. Mostra-se bastante acidentado, pois grande parte de seu território repousa sôbre as ramificações da sa. do Quincuncá. As águas dependem da bacia do Bastiões. Não possui rios, apenas riachos, sendo mais importante o do Felipe ou Riacho Grande, que passa a 1.500 m da cidade. A la. principal é a de Santa Teresa. Clima saudável, graças à altitude de suas terras entre 500 e 600 metros.

Vive da lavoura e da pecuária. Engenhos de rapadura, aviamentos, grandes plantios de algodão, cana, mandioca, cereais e legumes, ao lado do criatório, movimentam-lhe a paisagem rural. Não tem fábricas. O comércio da sede mostra-se ativo, especialmente com Crato e Juàzeiro do Norte.

Em 1960 tinha 2.607 hab., 731 na zona urbana e 1.876 na rural, distribuídos em 519 domicílios. Cidade modestíssima, com menos de 100 habitações, cortada pela carroçável Crato-Assaré e a 380 km, em linha reta, de Fortaleza. Fica na baixada da sa. do Landim, à marg. da la. de Santa Teresa. Abastecimento d'água difícil principalmente no verão. Na cid. há um Grupo Escolar e duas escolas de alfabetização.

De Assaré passou a Quixará ao ser elevado à cat. de dist. pela Lei n.º 1.153, de 22-11-1951, formado de parcelas territoriais dos dist. de Amaro, Quixará e Quincuncá. Voltou a Assaré pela Lei n.º 2.194, de 15-12-1953. Retornou ao de Farias Brito (ex-Quixará) pela Lei n.º 3.382, de 16-10-1956. A Lei n.º 4.396, de 18-12-1958, elevou-o a município.

Além do dist.-sede, conta com o de S. Romão. Judicialmente pertence à com. de Farias Brito.

Não sendo sede de paróquia, Altaneira pertence à de Assaré. A padroeira é Santa Teresinha. Na cid. há uma capela e uma igreja em construção.

ALTO ALEGRE. — Aç. pub., no mun. de Canindé, sôbre o rch. Julião. Capacidade: 628.625 m³. Profundidade máxima: 5 m. Barragem de terra, com 336 m de desenvolvimento e 7 de altura. As obras custaram 94:413$500. Os trabalhos de construção iniciaram-se em 1-7-1920 e prolongaram-se até outubro de 1921. Foi entregue ao Estado em 30-4-1930.

ALTO ALEGRE. — Boq. (do), na sa. da Ibiapaba, mun. de Aiuaba. Talvez a mais antiga ligação do Ceará, pelos Inhamuns, com o Piauí. Em janeiro de 1926, vindos do território piauiense, atravessaram-no e invadiram os sertões do alto Jaguaribe 3.000 revolucionários, comandados por Miguel Costa, Siqueira Campos e Carlos Prestes.

O boq. tem o nome da faz. cearense em que desemboca.

ALTO ALEGRE. — Pov., com 36 habitações, mun. de Canindé, junto ao aç. do mesmo nome.

ALTO ALEGRE DO PARÀZINHO. — V. PARACURU.

ALTO BONITO. — Mo., pequeno, nas vizinhanças do ste. do Pindá, ao ocidente do maciço de Baturité, entre o curso superior dos rch. Camarão e Seriema, a 18 km da cid. de Canindé, onde foi edificada pequena capela dedicada a Nossa Senhora de Lourdes, benta e inaugurada pelo frei Matias de Poterância, a 12-2-1912.

Também conhecido por ste. Bonito, como figura nos mapas.

ALTO DA ANA DAS VIRGENS. — Lug. na sa. dos Mosquitos, onde nasce o Jenipapeiro, da bacia do Muxuré.

ALTO DA BALANÇA. — Na divisão administrativa referente ao ano de 1933, figura no mun. de Fortaleza o dist. de Alto da Balança. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, bem como no quadro anexo ao Dec.-lei est. n.º 169, de 31-3-1938, retificado pelo Dec. est. n.º 378, de 20-10-1938, o referido dist. permanece sem alteração. Pelo Dec.-lei est. n.º 448, de 20-12-1938, foi extinto, e o seu território anexado ao do dist. da sede do mun. de Fortaleza.

Um trecho dêsse antigo dist. abrange o atual bairro da Aerolândia, onde se erguem a Base Aérea do Cocorote e o Aeroporto Pinto Martins.

ALTO DA BOA VISTA. — Um dos pontos da linha divisória entre Mauriti e Brejo Santo.

ALTO DA BOA VISTA. — V. ALTO DA PIMENTA.

ALTO DA CHEIA. — Pov., com 50 habitações, mun. de Aracati.

ALTO DA CRUZ. — Lug. a 1 km da cid. de Solonópole, em chão da antiga faz. Cachoeira, onde foi levantada, por volta de 1813, grande cruz de madeira, comemorando o achado de um crucifixo de metal, medindo um palmo de altura, co-

nhecido por Bom Jesus Aparecido. A essa imagem atribuem-se diversos milagres e a ela se prende a história da construção e do patrimônio da capela do Bom Jesus, posteriormente igreja e matriz da freg. de Cachoeira, atualmente Solonópole.

No mesmo local, muito mais tarde, foi construída uma capelinha e substituída a velha cruz, bastante carcomida pelo tempo, por outro cruzeiro de madeira.

ALTO DA CRUZ DO ALEGRE. — Um dos pontos da linha divisória entre Juàzeiro do Norte e Crato.

ALTO DA PIMENTA. — "Local onde se acha a igreja do Coração de Jesus. Era assim chamado ainda depois de 1877, ano em que ali havia uma capelinha em prêto, a que o povo chamava *o nicho*.

Parece-nos que esta construção era o que restava da capela fundada por Ferreira Boticário em 1850 e dedicada à Virgem das Dores.

O local se chamava, então, *Alto da Boa Vista.*" João Nogueira, *Cidade da Fortaleza*, RIC, 56 (1942), 150.)

ALTO DAS SAUDADES. — Fica na estrada de Fortaleza a Maranguape.

ALTO DO BODE. — Sa. ou ste. (do), contraforte da Ibiapaba, mun. de Ipueiras.

ALTO DO BODE. — Subúrbio da cid. de Pacatuba, com aç. público.

ALTO DO BRILHANTE. — Pov., com 15 habitações, mun. de Tauá.

ALTO DO CUPIM. — Lug. no dist. de Parangaba, mun. de Fortaleza.

ALTO DO LEITÃO. — Na escarpa da sa. do Araripe. Ponto da linha divisória entre Crato e Barbalha.

Aí foram fuzilados os remanescentes do bando de João Marcelino. "Êsse bando organizou-se em terras do município de Barbalha, no Caldas, de onde eram naturais os seus componentes: Francisco Gomes, Pedro Miranda, Lua Branca, Joaquim Gomes, Manuel Toalha e outros. Chefiava-o João Marcelino, vulgo João 22. Sua zona preferida de operações era a Serra do Araripe e adjacências. Assaltava sítios, comboios e estafêtas do correio. Nas estradas que ligam Crato, Barbalha e Jardim, os bandidos cobravam impôsto estadual de trezentos réis por carga. Àqueles, porém, que transitavam a cavalo, os bandoleiros declaravam que o impôsto era federal e exigiam três mil réis por cabeça. Tudo isto ocorria sob o govêrno de um ex-magistrado, desembargador José Moreira da Rocha.

Diante de tal situação, o Prefeito Municipal de Barbalha pediu providências ao Govêrno. O dr. Juvêncio Joaquim de Santana, Secretário do Interior e Justiça, escolheu o sargento José Antônio do Nascimento para liquidar o grupo de João 22. Comandando 15 soldados, o sargento José Antônio atacou de surprêsa o grupo na Serra do Mato, no município de Missão Velha, ao limiar do ano de 1928, morrendo o chefe do bando e saindo ferido Lua Branca. Joaquim Gomes, Pedro Miranda, João Gomes e Manuel Toalha caíram prisioneiros.

Recolhidos à cadeia pública de Barbalha, dali foram êles retirados no dia 5 de janeiro pela mesma volante que os prendeu. Horas depois, foram fuzilados no Alto do Leitão." (*Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, v. 16, 81.)

ALTO DO SOTURNO. — Ponto de interseção dos limites de Crato, Farias Brito e Caririaçu.

ALTO DOS QUATORZE. — Um dos bairros da cid. do Ipu. Fica sôbre o mo. do seu nome, à dir. do rch. Ipuçaba, a sudoeste do aglomerado urbano. Dêle domina-se tôda a cid. e descortina-se belo panorama.

"Sua designação nasceu de uma família composta de quatorze pessoas que, em tempos idos, aí residiu, afeita também às desordens, dizendo-se perseguida pelos Mourões.

Formando esta família um pequeno núcleo de habitação, pouco a pouco foi o subúrbio povoando-se, de maneira que constitui hoje o bairro de mais densa população." (Euzébio de Souza, *Um pouco de história (Crônica do Ipu)*, RIC, 29 (1915), 202.)

ALTO SANTO (Ex-ALTO SANTO DA VIÚVA). — Mun. e cid.

Aspectos Físicos

Situação. — Zona do Sertão do Baixo Jaguaribe.

Limites. — A O, com o mun. de Morada Nova; ao N, com o de S. João do Jaguaribe; a L, com o de Tabuleiro de Areia e o Estado do Rio Grande do Norte; ao S, com os de Iracema e Jaguaribara. (Lei n.º 3.814, de 13-9-1957.)

Superfície. — Não foi calculada.

Relêvo — O mun. vai se elevando das margens do Figueiredo rumo a L, numa sucessão de tabuleiros ondulados, até a fralda da Catinga Grande, e daí em subida mais suave, através de uma planície de arenito, até o limite com o Rio Grande do Norte. Do lado ocidental, a partir das margens do Jaguaribe, a elevação se acentua lentamente em direção ao N, até a ponta da sa. da Micaela. Entre as margens do Figueiredo e a chapada da Catinga Grande há um cordão de serrotes que segue o curso do rch. Sêco, em quase tôda sua extensão, ora pela esquerda ora pela direita, com os nomes locais de ste. da Pedra e Cal, das Águas Belas, do Jucá e da Favela. Nessa parte há ainda outros serrotes, como o da Memória, perto do Alto da Balança, o dos Tanques, nas nascentes do rch. Escondido, afl. do rch. Grande ou rch. das Águas Belas, o do Recreio, à m. esq. do rch. da Várzea Grande.

Pela altitude, mais de 200 m, e pela importância econômica, merece especial destaque a Catinga Grande que, neste mun., abrange uma área de mais ou menos 30.000 hectares. Outra grande chapada é a da Catinga da Pedra, situada no di-

visor de águas dos rch. Várzea Grande e Sêco, com cêrca de 12 km de comprimento por uma largura média de mais ou menos 3 quilômetros.

No lado O, ou seja, na área compreendida pelos rios Jaguaribe e Figueiredo, a elevação mais importante é a sa. Redonda, que pertence ao mesmo cordão da sa. da Micaela.

Hidrografia. — O Jaguaribe banha o mun. da Barra do Figueiredo à foz do Junqueiro. Nessa extensão, de mais ou menos 25 km, recebe pela m. dir. os rch. Sambito, Logradouro, Boqueirão e Junqueiro, êste apenas no tocante à foz, pois vem de outra comuna. O r. Figueiredo percorre o mun. em tôda a sua extensão, de SE para NO, dividindo-o em duas áreas distintas, uma a L e outra a O, desde o rch. Sêco até a sua foz no Jaguaribe, no lug. denominado Barra do Figueiredo ou Barra do Alipe (evidente alteração de Alípio). Pela m. dir. recebe os rch. Sêco, Várzea Grande, Tibolo, Taborna, Lagoa Comprida ou do Armador. Pela esq. o mais importante é o rch. da Serra ou das Flôres, que nasce na vertente oriental da sa. da Micaela e deságua junto à cid. de Alto Santo.

Lagoas — No vale do Figueiredo ficam as do Papa e a Comprida, na qual deságua o rch. do Armador. No vale do Jaguaribe, a Grande e a da Junça, a primeira no rch. Sambito e a segunda no rch. do Logradouro. A la. do Meio fica à margem do rch. da Serra, a 4 km de Alto Santo.

Solos. — Quanto à natureza física dos solos, podemos agrupá-los, segundo a linguagem local, nas seguintes categorias: *baixios, várzeas, tabuleiros, carrascos* e *catingas*. Chama-se de *baixio* aos solos de aluvião e coluviais, que constituem os terrenos dos grandes e pequenos vales. Nos vales, porém, surgem a cada instante manchas de terra excessivamente argilosa, onde a vegetação a custo medra. Êstes tratos recebem a denominação de *várzeas*. Quando a umidade é grande transformam-se em lamaçal, quando secos se tornam excessivamente duros. Em condições naturais, são impróprios ao cultivo, entretanto nêles repontam altaneiros carnaubais. *Tabuleiro* é um solo raso, pedregoso, de coloração clara, no qual vegetam gramíneas diversas e árvores esparsas, de pequeno porte. Nesse tipo de solo afloram aqui e ali rochas isoladas ou lajedos e por vêzes pequenos serrotes. *Carrasco* é um solo mais profundo do que o tabuleiro, de seixos mais miúdos e coloração mais escura ou avermelhada. A *catinga*, porém, é diferente. É terreno arenoso ou sílico-argiloso, bem profundo, com a coloração que vai do branco ao escuro, passando pelo avermelhado, dependendo da presença de matéria orgânica e do arenito que lhe deu origem. Há uma diferenciação progressiva do complexo florístico da catinga para o do carrasco e dêste para o do tabuleiro. Certas árvores da catinga aparecem no carrasco, outras não, como a catanduba, a cipaúba e a canela-brava etc. São árvores que, no complexo solo-vegetação, definem o que se chama catinga. Enquanto que o carrasco é um tipo de transição, no qual ocorrem árvores do tabuleiro e da catinga.

Vegetação. — Nas aluviões e várzeas do baixo Figueiredo e médio Jaguaribe, entre as clareiras abertas pelos roçados de algodão e de milho, pelos sítios de laranjeiras e bananeiras, duas árvores dominam a paisagem — a carnaúba e a oiticica. Nos pequenos vales de córregos e riachos, nos afluentes dêsses dois rios, quase desaparecem os carnaubais, para ao lado da oiticica surgir o juàzeiro. Em todos pequenos e grandes vales onde o cultivo não substituiu a mata primitiva, verifica-se a presença do pau-branco-verdadeiro, do angico e da aroeira. A vegetação herbácea é constituída, entre outras, das seguintes gramíneas: capim-mimoso, milhãs, capim-pé-de-galinha, capim-de-roça e carrapicho, algumas leguminosas do gênero *Phaseolus* e diversos tipos de jitiranas. Nos tabuleiros predominam a jurema-preta, a catingueira e o pereiro. Os campos abertos são revestidos de gramíneas. No início da chuva surge a *babugem* — variedade enorme de plantas herbáceas. Em seguida se sobressai o capim-mimoso e finalmente dominando tôda a paisagem o panasco, que é a última gramínea a nascer. Como é altamente resistente ao pisoteio permanece cobrindo os campos de verão adentro, até que os gados o comam como ração de sobrevivência. No carrasco as gramíneas quase desaparecem abafadas pelos marmeleiros, juremas, sabiás, perei-

ros, paus-brancos e algumas árvores da catinga: imburana, cumaru, quebra-faca etc. Como nos tabuleiros, apontam aqui um xiquexique de hastes finas, mandacarus de espinhos mais longos e agressivos. A macambira sai da catinga e vem também ao carrasco, em pequenas malocas. Como dissemos, o carrasco é uma transição entre o tabuleiro e a catinga, possuindo em sua composição florística um pouco dos dois grupos.

Na Catinga Grande como na Catinga da Pedra a flora é bem definida. Em ambas aparecem a catanduba, o pau-branco-louro, a cipaúba, a canela-brava, a pimenteira e outras plantas que não se encontram em no carrasco nem no tabuleiro. São árvores índices que definem o complexo. O cumaru, a imburana, a catinga-de-porco, o feijão-bravo e muitas outras estão sempre presentes na catinga, mas podem aparecer também nos carrascos e algumas até chegam aos tabuleiros. O mesmo para o mandacaru, xiquexique, coroa-de-frade. O facheiro é característico da catinga. Das Bromeliáceas a macambira é a mais importante, podendo distinguir-se três variedades — a preta, a cabocla e a amarela ou branca, sendo esta a única que em pequenos ajuntamentos ocorre no carrasco e até reponta em tabuleiros mais fechados. A vegetação herbácea das catingas é constituída de papuã, orelha-de-onça, jitiranas, cipós diversos e, nas capoeiras ou nos abertos feitos pelo fogo, de ervanço e algumas gramíneas de permeio.

Clima e salubridade. — Quente e sêco. A máxima é de 36 graus. Queda pluviométrica, em média, de 550 milímetros. Muito salubre.

Aspectos Econômicos

Vias de comunicação. — A BR-13 atravessa o mun. e se liga a Alto Santo por pequeno ramal que parte do km 246, a contar de Fortaleza. Uma rêde carroçável de 103 km assegura as comunicações internas e vizinhas. Possui agência dos Correios e Telégrafos.

Agricultura. — As lavouras mais importantes são as de algodão e cana, seguindo-se a do arroz e mandioca. Em 1960, a produção de algodão foi estimada em 500.000 kg e a de ar-

roz em casca em 900.000 kg. A de cana, afora a aguardente, rendeu 300.000 kg de rapadura e a de mandioca, 240.000 de farinha.

O rebanho existente, em 1959, era o seguinte: 18.000 bovinos, 2.500 eqüinos, 3.700 asininos, 2.000 muares, 3.000 suínos, 13.500 ovinos, 10.500 caprinos, 40.000 aves domésticas. Em 1960 o Departamento Estadual de Estatística calculou a produção de leite do mun. em 85.000 litros, a de queijo em 30.000 kg e a de ovos em 50.000 unidades.

Produção extrativa. — No setor vegetal, em 1960, constou de 80.000 kg de cêra de carnaúba e 100.000 kg de sementes de oiticica, afora 1.500 m³ de lenha. É claro que êstes números, como os que se referem à produção agrícola, estão bastante longe, para menos, da realidade. A produção extrativa mineral reduz-se a acanhado fabrico de tijolos, telhas e cal destinados à construção civil.

Produção de carne e peixe. — Dispondo de regular número de açudes particulares, alguns de volume médio, como o Várzea Grande, com 11 milhões de metros cúbicos, o Taborna, a 2 km de Alto Santo e com 8 milhões, oferece possibilidades, como tantos outros municípios, a uma exploração piscícola rendosa, coadjuvada com as lagoas que recebem águas do Figueiredo e do Jaguaribe. Produziu 17.250 kg de pescado em 1960, avaliados em Cr$ 750.000,00.

Comércio. — Pequeno. Os núcleos urbanos não têm capacidade para liderar o giro dos negócios, feito a maioria das vêzes diretamente pelo produtor com as praças de Limoeiro do Norte, Russas, Fortaleza e Mossoró.

População

O censo de 1960 chegou aos seguintes resultados:

Distrito	Total	Urbana	Rural	Domicílios
ALTO SANTO	7.144	1.186	5.958	1.151
Castanhão	3.096	439	2.657	509
	10.240	1.625	8.615	1.660

Aspectos Culturais e Assistenciais

Em 1960 havia 41 unidades escolares primárias: 5 estaduais, 35 municipais e 1 particular, com u'a matrícula efetiva de 842 alunos. No distrito-sede estão localizadas 35 escolas, com a matrícula de 754 alunos. O único órgão assistencial é a Sociedade de São Vicente de Paulo.

Aspectos Urbanos

A cid., orientada de N a S, está encravada ao longo de uma encosta, à m. dir. do Figueiredo. É constituída de duas grandes filas de casas contíguas, que nascem nas proximidades do rio e dominando a encosta se prolongam paralelas, frente a frente, distantes cêrca de 100 m, até quase o cimo da colina.

No têrço superior, entre o casario de cornijas e jacarés, ergue-se a igreja do Menino Deus, ampla, branca, olhando para o S, para o verde vale de frondosas oiticicas e mais ao longe para os tabuleiros doirados de panasco. Atrás do templo, as Escolas Reunidas. Na frente, além do adro, o jardim da Praça. No têrço inferior estão as casas comerciais, o mercado e o açougue público. É iluminada a luz elétrica.

Aspectos Históricos

As origens da cid. estão no curral levantado pelo coronel Gregório de Figueiredo Barbalho, com o nome de *Utuva*, no amanhecer de 1700. Ali, à m. dir. do Figueiredo, século e meio depois, pelas alturas de 1866, o capitão Simplício de Holanda Bezerra, dando início à construção de uma capela sob a invocação do Menino Deus, lançava os alicerces do povoado do Alto Santo da Viúva, para o qual lentamente iriam afluindo moradores, que levantaram as casas ladeando a igrejinha.

Formação administrativa. — Dist. de Paz pela Lei n.º 1.345, de 7-10-1870, inaugurado a 7-1-1873, com a posse dos juízes de paz Joaquim Balduíno Freire, Felismino Ferreira

Maia, Francisco de Paulo Nogueira Maia e Manuel Martins Pereira, eleitos em setembro do ano anterior. Foi suprimido pelo Dec. n.º 29-A, de 6-5-1892, e depois restaurado. O dist. de Alto Santo da Viúva foi criado por Ato prov. de 24-3-1871 e a partir de 1911 sempre figurou como parcela do mun. de Limoeiro do Norte. Passou à cat. de mun. pela Lei n.º 3.814, de 13-9-1957.

Formação judiciária. — Os serviços judiciários ainda continuam sob a dependência da com. de Limoeiro do Norte.

Formação religiosa. — Depende a paróquia, criada a 20-9-1941, sob a invocação do Pequeno Grande, do Bispado de Limoeiro do Norte. O primeiro vigário foi o padre Francisco de Assis Castro Monteiro.

Toponímia

A princípio chamou-se Alto Santo da Viúva. Para Antônio Bezerra, *Viúva*, no caso, não passa de corrutela de *Utuva*, nome do curral situado pelo coronel Gregório de Figueiredo Barbalho. (Antônio Bezerra, *Algumas Origens do Ceará*, 81.) Outros entendem que o nome deriva do fato de haver residido no local dona Teresa Gomes de Jesus, viúva do coronel Teodósio Pereira de Melo.

ALTO SANTO DA VIÚVA. — V. ALTO SANTO.

ALTO SANTO DO FIGUEIREDO. — V. ALTO SANTO.

ALTOS DO GARROTE. — Morros entre as faz. do Juiz e Vargem Redonda, onde estavam as lavras de S. Gonçalo, chamadas da Mangabeira, provàvelmente do nome da faz. pertencente ao padre Sobreira, ou do Garrote. Foram descobertas em março de 1757, quase cinco anos depois de iniciadas as explorações das Minas de S. José dos Cariris.

AMANAIARA (Ex-SINIMBU). — Dist. e v. de igual nome, que pertence ao mun. e com. de Reriutaba.

A pop. do dist., segundo o censo de 1960, é de 4.112 hab.,

sendo a da v. de 1.326 hab., inclusive o quadro suburbano. Em 1960 tinha 9 escolas primárias, freqüentadas por 194 alunos.

Já figurou como parte integrante do mun. de Santa Quitéria e assim consta na divisão administrativa para 1933.

Servida pela ferrovia Fortaleza-Crateús, cuja estação no km 283,238 e a 128,940 m de alt. foi inaugurada a 3-3-1929.

A denominação atual lhe foi dada pela Lei n.º 1.114, de 30-12-1943.

De *amana* (a chuva ou a nuvem chuvosa), *iara* (senhor, dono), o senhor da chuva ou das nuvens.

AMANAJU. — Estação da linha Fortaleza-Crato, no mun. de Senador Pompeu, localizada no km 280,352, a uma alt. de 207,600 m, inaugurada a 7-9-1927.

De *amana-ió*, o que provém da chuva ou das nuvens.

AMANARI. — Rch. (do), também conhecido por Pocinhos. Vem do ste. do Recanto, mun. de Maranguape. Banha a v. de Amanari e logo abaixo foi cortado pela barragem dêste nome. É um dos formadores do S. Gonçalo.

Nota — Engana-se, portanto, José Pires de Carvalho (*Monografia do Município de Maranguape*, Fortaleza, 1911, 22), quando o considera como principal formador do r. Ceará. Aliás, Studart, em 1889, já demonstrara que as águas dos Pocinhos corriam para o São Gonçalo. (RIC, 3 (1889) 52.) Alencar (Dic., 304) limita-se a reproduzir o que escreveu José Pires.

O nome, de origem tupi, significa a água de chuva (*amana-r-i*).

AMANARI. — Aç. (do), construído pela Prefeitura Municipal de Maranguape em cooperação com a IFOCS, tendo sido inaugurado em fevereiro de 1939. Fica sôbre o rch. dos Pocinhos ou Amanari, a 2.700 m abaixo da v. dêste nome. As barragens, em número de três, são de terra. A capacidade é de 10.000.000 m³ e pode irrigar cêrca de 260 ha distribuídos pelos vales do São Gonçalo e do Ceará. A sua bacia hidráulica,

com 271 ha, compõe-se de ótimas terras para vazantes. A área da bacia hidrográfica é de 35 km². À sua jusante encontram-se as instalações do Serviço de Piscicultura do DNOCS, destinadas à criação e distribuição de peixes selecionados aos aç. nordestinos. Dispõem de 60 tanques de estágio e seleção de larvas, 60 tanques de alivinagem e 60 tanques-viveiros para criação.

O resultado da pesca neste aç., no período de 1950/60, foi de 165.616 quilogramas. Em *Boletim* da IFOCS, v. 6, n.º 1, julho a setembro de 1936, 18-26, encontra-se a *Memória justificativa do projeto do açude municipal "Amanary"*, do engenheiro Lohengrin M. V. Chaves.

AMANARI (Ex-POCINHOS). — Dist. e v. de igual nome, que pertence ao mun. e com. de Maranguape.

O dist. foi criado pelo Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1938, tendo por sede o pov. do mesmo nome, elevado à categoria de vila. O Dec.-lei n.º 1.114, de 30-12-1943, deu-lhe a denominação atual.

A pop. do dist., com 537 moradias, é de 3.165 hab., sendo 983 na zona urbana e 2.182 na rural.

A v., com 20 casas, é cortada pela Ce-2 e fica a 58 km da Capital e a 21 de Maranguape. Possui agência postal isolada de 4.ª classe.

A sua capela, sob a invocação de São João, é sufragânea da freguesia de S. Miguel, sediada em Itapebuçu. Tem 9 escolas, com 331 alunos.

Vive da agricultura.

AMANIUTUBA (Ex-GALINHAS, ex-OURO BRANCO). — Dist. e v. de igual nome, do mun. e com. de Lavras da Mangabeira.

O dist. localiza-se na extremidade noroeste do mun. e tem uma pop. de 2.915 hab., 1.113 na zona urbana e 1.802 na rural, em 574 domicílios.

Pelo Dec. n.º 1.156, de 4-12-1933, foi transferido para o mun. de Baixio, retornando ao de Lavras pelo de n.º 135, de 20-9-1935. O Dec.-lei n.º 1.114, de 30-12-1943, deu-lhe a de-

nominação atual, substituindo a de Ouro Branco, com que foi criado, conservando, porém, o mesmo sentido, já que o topônimo adotado significa algodoal, de *amaniú*, o algodão, e *tuba*, muito.

A v. dista 5 km do r. Salgado, pelo lado direito. Em matéria de comunicações é cortada pela RVC — linha da Paraíba —, bem como pela BR-13 (Transnordestina), distando por esta 448 km de Fortaleza. A estação ferroviária no 492,247 km, a 237,410 m de altitude, foi inaugurada a 5-8-1923. Conta com uma agência postal isolada de 4.ª classe.

Núcleo urbano sem nada de curioso. Comércio pequeno. Há, no dist., 3 escolas, freqüentadas por 104 alunos. Capela subordinada à paróquia de Lavras. O dist. dedica-se à lavoura de algodão-mocó e ao criatório.

A estação ferroviária chamou-se, a princípio, Galinhas, do lugarejo existente. Em 1925 passou a denominar-se Ouro Branco, por proposta de d. Edite Linhares, feita a 20 de julho dêsse ano, durante uma viagem da qual participaram ilustres convidados da RVC, inclusive o seu diretor, engenheiro Demóstenes Rockert, conforme me informou o historiador João Nogueira, presente à excursão.

AMARELAS. — La. (das), litorânea, no dist. de Barroquinha, mun. de Camucim. Raramente seca.

AMARELAS. — La. (das), no mun. de Cascavel.

AMARELAS. — Cór. (das), no mun. de Cascavel, afl. da m. esq. do Pirangi.

Nota — Em MIN. figura como Amarelo.

AMARELAS. — Pov., a cêrca de uma légua do mar, ao sul da la. do seu nome, dist. de Barroquinha, mun. de Camucim, com perto de 200 habitações.

Diz a tradição que o nome provém da côr amarela da argila das cacimbas.

AMARELIM. — La. (do), no mun. de Iguatu, recebe as águas da la. do Piriri.

AMARGOSO. — Ste., ao norte da sa. do Machado, na divisa de Canindé e Itatira.

AMARGOSO. — Rch., no mun. de Itatira. Vem do ste. de seu nome e faz barra à m. dir. do rch. Bonifácio, tributário do alto Curu.

AMARO. — Rch. (do), no mun. de Assaré, dist. de seu nome, trib. do São Felipe, pela dir., vem da sa. do Quincuncá.

AMARO (Ex-SANTO AMARO). — Dist. e v. de igual nome, pertencente ao mun. de Assaré.

O dist. foi criado por Ato de 22-11-1913, subordinado ao mun. de Assaré. Pelo Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1938, perdeu parte de seu território para o nôvo dist. de Quincuncá, do mun. de Quixará, hoje Farias Brito. A sua área ainda sofreu outro corte a 18-12-1958, com a criação do mun. de Altaneira. Tem 6.895 hab.: 404 na zona urbana e 6.491 na rural, em 1.282 domicílios, dos quais 62 na sede. Possui 5 escolas, com u'a matrícula de 167 alunos.

AMARO CAVALCANTI (Ex-ITAPAÍ). — Pov., no dist. de Antônio Diogo, mun. de Redenção, a meia encosta da sa. do Itapaí, com 42 habitações.

Centro de uma região muito rica em calcários cristalinos, tornou-se, durante muito tempo, o principal ou quase único fornecedor de cal às construções de Fortaleza, o que levou a extinta firma *Cal Marmórea Cearense* solicitar uma parada ferroviária no local dos fornos de calcinação. Construído o prédio pela emprêsa interessada, a inauguração da parada verificou-se a 20-9-1896. Fica no km 74,768 da linha Fortaleza-Crato, num altitude de 142,223 m. Bem perto passa a Ce-1, trecho Redenção-Antônio Diogo. Tem uma capelinha.

AMARO COELHO. — Pov., com 25 habitações, mun. de Juàzeiro do Norte.

AMARRAÇÃO. — O Decreto-geral n.º 3.012, de 22-10-1880, fixou os limites do Ceará com o Piauí, mediante as seguintes permutas:

"Artigo 1.º — É anexado à Província do Ceará o território da comarca do Príncipe Imperial, da Província do Piauí, servindo de linha divisória das duas Províncias a Serra Grande ou da Ibiapaba, sem outra interrupção além da do rio Putí, no Ponto do Boqueirão, e pertencendo à Província do Piauí tôdas as vertentes ocidentais da mesma serra, nesta parte, e à do Ceará as orientais.

Art. 2.º — Fica pertencendo à Província do Piauí a freguesia de Amarração com os limites que estabeleceu a Lei Provincial do Ceará n.º 1.360 de 5 de novembro de 1870, a saber: da barra do rio Timonha, rio de São João da Praia acima, até a barra do riacho, que segue para Santa Rosa, e daí em rumo direto à Serra de Santa Rita, até o pico da Serra Cocal, têrmo de Piauí."

Os fundamentos de Amarração vêm de 1820, quando alguns pescadores se estabeleceram no litoral, numa ponta arenosa formada pelo rio Iguaraçu e o canal do Funil. O lugarejo, por ocasião da guerra dos Balaios, tornou-se o pôrto das fôrças legais e daí por diante o ponto de embarque e desembarque de todos os gêneros de comércio da Província do Piauí. Com a séca de 1877 a população cresceu. Muitos cearenses procuraram a bacia do Parnaíba e chegaram ao pov. de Amarração. Êsses emigrantes construíram a igreja-matriz da localidade, em 1878.

O prof. Clodoaldo Pinto, em *Municípios cearenses extintos*, RIC, 54 (1940), 278, sôbre a formação civil e eclesiástica de Amarração escreveu o seguinte:

"10 — LUIZ CORREIA (ex-*Amarração*) — O município foi criado pela Lei 1.596, de 5 de agôsto de 1874, com sede no núcleo de Amarração, então elevado a vila. Seus limites ficaram marcados pela Lei 1.824, de 22 de janeiro de 1879 (Art. 1, § 7), e pela de n.º 1.923, de 24 de setembro de 1880 (Arts. 2 e 3). E passou a pertencer ao Piauí, com o Dec. geral 3.012, de 22 de outubro de 1880. Foi extinto pelo decreto piauiense 1.279, de 26 de junho de 1931, mas restaurado pelo decreto piauiense 107, de 26 de julho de 1938. A Lei piauiense 6, de 4 de setembro de 1935, mudou o nome do núcleo para *Luiz Correia*.

O distrito de paz foi criado pela Lei 575, de 30 de setembro de

1852, mas suprimido pela de n.º 683, de 20 de outubro de 1854; restaurado pela Lei 817, de 11 de setembro de 1857, revogada pela de n.º 897, de 1.º de agôsto de 1859; e restaurado novamente pela Lei n.º 1.135, de 24 de novembro de 1864.

A freguesia foi criada pela Lei 1.177, de 29 de agôsto de 1865, com sede em S. Antônio de Iboaçu, e transferida a sede para Amarração, pela Lei 1.360, de 5 de novembro de 1870. Seus limites foram modificados pela Lei 1.564, de 9 de setembro de 1873.

A Lei 1.498, de 21 de dezembro de 1872, criou nesse núcleo uma cadeira do ensino primário, para o sexo feminino (Art. 2), e a de n.º 1.193, de 14 de agôsto de 1866 (Art. 1), já criara aí outra cadeira de primeiras letras, para o sexo masculino. Em 1855, o Ceará criava aí uma agência fiscal. (Lei 2.111, de 12 de dezembro de 1855, art. 23.)"

AMBIXO. — Rch., no mun. de Cariús, afl. da m. esq. do Muquém, trib. do rch. das Bravas, da bacia do Cariús.

Nota — O MIN. dá o rch. das Bravas como trib. do Muquém.

AMEIXAS. — Sa. (das), no mun. de Cariús.

AMEIXEIRAS. — Aç. particular, const. em coop. com a IFOCS, mun. de Quixadá. Capacidade de 450.031 m³. Profundidade máxima de 5 m. Prêmio: 9:874$803.

AMÉRICA. — Dist. e v. que pertence ao mun. de Ipueiras.

Foi criado pela Lei n.º 3.922, de 25-11-1957, com parte do dist. de Mororó.

A v., com 326 hab., situa-se a 3 km a oeste da crista da sa. da Ibiapaba e a 2 km do rch. Canabrava, que fica do lado norte.

O dist. em 1960 possuía apenas uma escola, freqüentada por 15 alunos.

AMIGOS. — Rch. (dos), afl. do Salgado.

Em 1752 Jerônimo Mendes de Paz, intendente das Minas das Cariris Novos, guiado pelo capitão-mor do Icó, Bento da Silva de Oliveira, andou a pesquisar ouro no leito dêste rch., sem resultado.

Não consegui identificá-lo na toponímia vigente.

AMONTADA. — Rch. (da), no dist. de seu nome, mun. de Itapipoca, afl. da m. esq. do Aracatiaçu.

AMONTADA (Ex-SÃO BENTO DA AMONTADA, ex-SÃO BENTO). — Dist e v. de igual nome, que pertence ao mun. e com. de Itapipoca.

Bastante acidentada tem sido a história de sua formação política. Povoado de criadores, passou a mun. pela Lei n.º 1.735, de 30-8-1876, com sede no núcleo de São Bento da Amontada, então elevado a v. com o nome de S. Bento. Viu-se extinto, pouco depois, pela Lei n.º 1.776, de 23-11-1878. Foi restaurado pela Lei n.º 2.082, de 29-8-1884, porém seis anos mais tarde, pelo Dec. n.º 43, de 13-8-1890, teve a sua sede transferida de São Bento para São Pedro da Timbaúba, Dec. revogado pelo de n.º 14, de 23-3-1892. Supresso novamente pelo Dec. n.º 19, de 6-4-1892, foi restaurado pela Lei n.º 424, de 29-9-1897 e, finalmente, extinto pela de n.º 791, de 1-8-1905.

A Provisão de 30-8-1757 do bispo d. Francisco Xavier Aranha ao visitador padre José Pereira de Sá dividiu em quatro freguesias o antigo curato do Acaracu, que ia do Mundaú ao Parnaíba. Foi então criada a freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Amontada, tendo por limites as ribeiras do Mundaú, Aracatiaçu, suas vertentes, e praias. Meio-século depois, em março de 1806, o visitador padre José de Almeida Machado encontrava em ruínas a capela de Nossa Senhora da Conceição, em Amontada. A matriz funcionava numa igreja em construção, no lugar São Bento, a 2 léguas daquela povoação. A Lei n.º 364, de 29-7-1846, transferiu a sede da freguesia para a v. da Imperatriz (Arapari) e daí passou para Itapipoca pela Lei n.º 1.249, de 22-12-1868. A atual freguesia da Amontada foi criada pelo bispo d. Luís Antônio dos Santos, por Provisão de 21-4-1874, baixada em virtude da Lei n.º 1.579, de 18-9-1873.

A pecuária é a maior riqueza do dist., que também se dedica à lavoura, destacando-se a do algodão e a da mandioca. A carnaúba e a oiticica crescem nas várzeas do Aracatiaçu e principais riachos.

A população eleva-se a 7.762 hab.: 1.776 na zona urbana e 5.986 na rural, com 1.220 domicílios.

O primitivo núcleo deslocou-se de seu assento inicial no rch. da Amontada para o lug. São Bento, à m. dir. do Aracatiaçu, onde se construiu a matriz da freguesia, belo templo de 23 m de comprimento, 10 de largura, 14 de altura e 2 de frontispício. As casas foram se alinhando aos lados e à frente da igreja, que ficou numa amplíssima praça.

A v. regrediu com a transferência da sede da freg. para Imperatriz e só a partir de 1874, com a restauração da mesma, é que lentamente foi recuperando as fôrças perdidas. Em 1884, Antônio Bezerra achou-a com mais animação, mais vida e até mesmo mais sociabilidade que Itapipoca (*Notas de Viagem*, 343). Porém as dificuldades de transporte aliadas a outros fatôres impediram-lhe o crescimento e, se não entrou em decadência, pelo menos não progrediu por largo trato de tempo. Ùltimamente tem avançado bastante. A rodovia Ce-30 abriu-lhe novas possibilidades. Dispõe de um campo de pouso de emergência e de uma agência postal-telegráfica de 4.ª classe. A instrução pública é atendida por 12 escolas, com 549 alunos.

Pelo Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1938, tomou o nome de São Bento, em substituição ao de São Bento da Amontada com que o dist. preexistia. O Dec.-lei n.º 1.114, de 30-12-1943, revogou o de São Bento para adotar a denominação primitiva de Amontada.

AMONTADO. — Ste. (do), pertencente à cadeia de pequenas elevações que ligam o maciço das Matas à Ibiapaba, na linha divisória de Nova Russas e Ipu.

AMORÉ. — Nome primitivo do r. Truçu.

De *amó-ré*, que pode ser outra vez ou outra gente. (T. Pompeu Sobrinho, RIC, 33 (1919), 212.)

AMORÉ. — Sa. (do), contraforte da sa. do Pereiro, mun. de Iracema.

Nota — No MIN. vem grafado *Aimoré*, errôneamente.

AMORÊ. — Rch. (do), afl. do Figueiredo, mun. de Iracema.

AMPARO. — Rch. (do), mun. de Mombaça.

AMPARO. — Rch. (do), nasce na sa. da Meruoca e deságua no rch. Santa Rosa ou Boqueirão. Em todo o seu curso separa os mun. de Alcântaras e Meruoca.

AMPUTI. — V. IPUTI.

ANACÊ. — Grande tribo tapuia. Vivia entre o Jaguaribe e o Mundaú, na faixa próxima ao litoral, tendo como principal assento a sa. de Baturité. T. Pompeu Sobrinho a tem na conta de *Tairariú*. (RIC, 53 (1939), 232.)

"Os Anacé constituíam uma das poderosas tribos indígenas do Ceará.

No govêrno de Domingos Sá Barbosa, desavieram-se *Anacé* e *Jaguaruana*, sendo preciso para acalmá-los a intervenção do pe. Pedro de Pedrosa, que então missionava os indígenas da Ibiapaba.

O pe. Antônio Vieira narra minuciosamente o fato na sua "Relação da Missão da serra da Ibiapaba".

Em 1666 estavam os *Anacé* em franca rebeldia. Do regimento dado nessa época ao adjunto Felipe Coelho de Morais pelo Capitão-mor Melo Gusmão, para ir a Jericoacoara, consta lhe ter sido ordenado que se durante a viagem encontrasse alguma horda dessa nação lhe fizesse guerra, levando tudo a ferro e fogo e matasse todos os varões em estado de pegar em armas.

Em 1649 Fernão Carrilho situou parte dos *Anacé* em Parnamirim, a 8 léguas ao N da fortaleza de N.S. d'Assunção, tendo talvez em vista o pedido que dois anos antes êles haviam feito a Pedro Lelou para se aldearem e batizarem seus filhos.

Os gentios de Parnamirim foram, no segundo quartel do XVII século, agregados aos de Paupina.

Essa nação de tapuias tomou parte no levante que teve lugar em 1713, sendo, mais tarde, grande número de seus membros mandados reunir aos *Tabajara* de Vila Viçosa.

Em 1732 havia uma povoação de *Anacé* à margem do riacho então chamado Aguanambi, administrada pelo dominicano pe. Ferreira Chaves, que foi também incorporada a Paupina." (Carlos Studart Filho, *Notas históricas sôbre os indígenas cearenses*, RIC, 45 (1931), 74, 75.)

Nota — A desavença foi dos índios *Guanacé* e *Jaguaruana*. Mas entende Carlos Studart Filho que não havia distinção entre *Anacé* e *Guanacé*. (Op. cit., 74, *in nota* 30.) O padre que veio apaziguá-los não foi Pedro de Pedrosa e sim Antônio Ribeiro. Sôbre o assunto consulte-se a *Relação* do pe. Vieira (RIC, 18 (1904), 109 a 111) e a excelente síntese do pe. Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, III, 23.

Etim.: *anã-cê*, o parente chegado, o consangüíneo.

ANACETABA. — V. SÃO GONÇALO DO AMARANTE.

ANAJÉ. — Aç. part. no mun. de Pentecoste, const. em coop. com a IFOCS. Capacidade de 992.786 m³. Barragem de terra. Prêmio: 127:716$940.

Anajé, o gavião.

ANAPERU. — Tribo tapuia.

Anã (o parente, o semelhante) e *peru, iperu* (o tubarão) — o semelhante ao tubarão; ou ainda — *anã* (o parente, o aliado) e *poru* (o comedor, o antropófago), o aliado ou o parente antropófago. (T. Pompeu Sobrinho, *Etimologia de algumas palavras indígenas*, RIC, 33 (1919), 212.)

ANÁRIO BRAGA. — Est. da RVC, na linha Fortaleza-Crateús, mun. de Itapipoca. Fica no km 159,690, a 72 m de alt. e foi inaugurada a 29-10-1948.

O nome relembra antigo engenheiro dessa ferrovia.

ANAUÁ (Ex-ESPÍRITO SANTO). — Dist. e v. de igual nome, do mun. e com. de Mauriti.

Extrema com a Paraíba e é um tanto acidentado. Solo excelente para lavoura.

A v. fica a 24 km de Mauriti, à qual se liga por est. carroçável. Conta com meia-centena de prédios e 463 habitantes. No campo encontram-se 1.290 moradores. O número total de domicílios não excede a 310.

No dist. existem 5 escolas primárias, mantidas pelo mun., com a matrícula total de 162 alunos.

Pela Lei n.º 1.114, de 30-12-1943, passou a denominar-se Anauá.

ANAUIÊ. — Topônimo setecentista. Refere-se a um rch. que nasce atrás da sa. do Boqueirão dos Inhamuns, onde foi concedida uma data de sesmaria pelo capitão-mor Manuel da Fonseca Jaime a Felix da Silva Bezerra, em 13-3-1717. (D.S., v. 6, n.º 346, 9.)

ANCURI. — Ste. (do), no dist. de Messejana, para o lado de Pacatuba.

An (a sombra, a alma, o vulto), *curi* (apressado) — a sombra, a alma apressada. (T. Pompeu Sobrinho, *Etimologia de algumas palavras indígenas*, RIC, (1919), 212.) Paulino Nogueira supõe que o nome seja corr. de *aricori*, que deu *acori* e por fim como no texto. (*Voc.*, 217.) Acho mais plausível a última interpretação. A palmeira *Cocos coronata* Mart., abundante na região litorânea, especialmente nos serrotes e pés de serras, conhecida por uricuri ou ouricuri, apresenta ainda as seguintes formas divergentes: *nicuri*, *alicuri*.

ANCURI. — La. (do), no dist. de Messejana, perto do ste. de seu nome.

ANDIROBAS. — Sa. (das), no mun. de Viçosa do Ceará, encostada à da Ibiapaba, formada de dobras paralelas da *série Ceará*.

ANDORINHAS. — Sa. (das), no dist. de Taperoaba, mun. de Sobral. Dela se eleva imenso marco de granito, conhecido por *Pedra das Andorinhas*, a assinalar de léguas o alto sertão do Aracatiaçu.

ANDORINHAS. — Sa. (das). A sua ponta oriental fica na interseção dos limites de Lavras da Mangabeira, Caririaçu e Várzea Alegre.

ANDREZA. — Rch. (da), no mun. de Aiuaba, com margens frescas e férteis, cultivadas de cana.

ANDREZA. — Pov., com 30 habitações, mun. de Aiuaba.

ANGARA. — Ste. (do), pedregoso e sêco, no dist. de Iguatu, perto da BR-24.

De *an-gará*, canoa em pé. (T. Pompeu Sobrinho, RIC, 33 (1919), 212.)

Nota — Em Alencar, *Dic.*, 20, vem *Angorá*, por evidente êrro de revisão.

ANGELIM. — Pico (do), nas extremas dos mun. de Guaraciaba do Norte, Ipu e Ipueiras.

ANGELIM. — Rch. (do), afl. da m. dir. do Malcozinhado, no mun. de Cascavel.

ANGELIM. — Rch. (do), nos tabuleiros do mun. de Paracuru, nasce na la. das Almécegas e desemboca no Trairi, com cêrca de 18 km de curso.

ANGELIM. — Rch (do), nasce na sa. da Uruburetama, da junção dos rch. Bananal, Ipuaçu e Aguaí. Despeja-se no Mundaú, na cid. de Uruburetama.

ANGICA. — La. (da), junto à v. de Martinópole, onde nasce o rch. do Paràzinho.

ANGICA. — V. MARTINÓPOLE.

ANGICO. — Rch. (do), no mun. de Campos Sales. Vem das quebradas da sa. do Araripe, nas extremas do Ceará com o Piauí, deságua à m. esq. do alto Conceição.

ANGICO. — La. (do), no mun. de Campos Sales, junto ao rch. e faz. de seu nome, ao pé da sa. do Araripe.

ANGICO. — V. MARTINÓPOLE.

ANGICOS. — La. (dos), à m. dir. do Jaguaribe, no mun. de Limoeiro do Norte.

ANGICOS. — Lugarejo no mun. de Ipu.

ANGRA DOS NEGROS. — V. NEGROS.

ANHENHII-JURE. — Também *Anhenhu-Jure*, topônimo setecentista. Refere-se a rch. da ribeira do Icó, onde foi concedida data de sesmaria de uma légua de terra a Manuel do Monte e George Mendes Guimarães, pelo capitão-mor Gabriel da Silva Lago, em 3-6-1707. (D.S., v. 4, n.º 228, 82.)

ANIL. — R. ou rch. (do), com 35 km, nasce na sa. da Dança, recebe o Riachão, lança-se à m. dir. do São Gonçalo, no início do lagamar dêste nome. Na sua foz extremam os dist. de São Gonçalo do Amarante e Siupé e dêste ponto até receber o Riachão separa os dist. de São Gonçalo do Amarante e Pecém. Carnaubais extensos cobrem trechos de suas várzeas.

Nota — No MIN figura o *lagamar de São Gonçalo* como rio *Anil*.

ANINGAS. — Rch. (das), afl. da m. dir. do Salgado, no mun. de Aurora, com uns 18 km de curso.

Jerônimo Mendes de Paz, intendente das Minas dos Cariris Novos, pesquisou ouro, no ano de 1752, em diversos lugares de seu curso, exceto nas nascentes. Calculou a produção diária do precioso metal de 4 vinténs a um tostão. (RIC, 35 (1921), 232.)

ANTAS. — Rch. (das), extenso, sinuoso, profundo, de cheias violentas, tem os seus formadores nas elevações fronteiras com a Paraíba. Percorre os mun. de Mauriti, Barro e Milagres com o nome de Riachão. Após receber vários afluentes, sobressaindo o Pilões, ainda no mun. de Barro, passa a chamar-se Cuncas. Toma depois o nome de rch. dos Macacos,

setor em que é atravessado pela Transnordestina, por meio de uma ponte, próximo a entrar no mun. de Aurora, onde recebe pela dir. o rch. Sêco e pela esq. o rch. dos Cavalos, e daí passa a denominar-se das Antas, indo desaguar à m. dir. do Salgado, acima da cid. de Aurora. Todo seu vale é constituído de terras férteis, muito cultivadas, mormente as margens, revestidas de canaviais e pomares.

ANTONICO. — Rch. (do), nasce no mun. de Acopiara, acima da v. de Isidoro. A princípio corre de N para S e depois do sít. que lhe dá o nome toma o rumo O-L, recebendo nesse trecho diversos afl. — Forquilha, Transval, Vermelho, Faé, o mais importante de todos. Com um curso aproximado de 48 km, banha as v. de Isidoro e Quixelô (ex-Bom-Jesus), indo desembocar à m. esq. do Jaguaribe, no lug. Barra da Môça, do dist. de Quixelô.

ANTONINA DO NORTE (Ex-MOCAMBO). — Mun. e cid.

O mun. data de 8-5-1958, quando foi criado pela Lei n.º 4.077, desmembrado do de Aiuaba, ao qual pertencia como dist., erigido em face da Lei n.º 3.338, de 19-5-1956, com a denominação de Mocambo, do lugarejo existente.

A superfície ainda não foi calculada. Na fisiografia se assemelha às demais unidades assentadas no planalto dos Inhamuns. O criatório predomina sôbre a lavoura. O rebanho, em 1960, constava de 3.000 bovinos, 200 eqüinos, 500 asininos, 200 muares, 3.000 suínos, 5.000 ovinos, 6.000 caprinos, 10.000 aves domésticas. Nesse mesmo ano a produção agrícola era avaliada em 15 milhões de cruzeiros, vindo na vanguarda a farinha de mandioca, com 16.000 sacas de 60 kg e, em seguida, pelo valor, a rapadura, goma de mandioca, algodão e fumo. A atividade industrial resume-se aos aviamentos e engenhos, dedicados ao benefício da mandioca e da cana-de-açúcar.

Os transportes são rodoviários. Cortam-no a BR-24 e a carroçável Antonina-Aiuaba. Pela BR-24, e a partir do Icó pela

BR-13, dista 575 km de Fortaleza. Do Iguatu, pela primeira, apenas 116 quilômetros. Através desta cid. é que realiza as suas transações comerciais.

A pop. é de 2.598 hab., 810 urbanos e 1.788 rurais, ocupando 423 domicílios.

A cid., à marg. do rch. São Pedro, servida pela BR-24, a 370 km da Capital, em linha reta, não oferece nenhuma particularidade interessante. Como tantas do sertão, não passa de minguado casario pobre e triste, retratando na sua penúria a luta desigual do homem contra o meio hostil.

O mun. não tem condições próprias para subsistir. Vive, como outros, criados à sombra de interêsses individuais, da cota do Impôsto de Rendas.

No judiciário e no religioso depende da com. e freg. de Saboeiro.

Compõe-se de um só dist., o da sede.

ANTÔNIO BEZERRA (Ex-BARRO VERMELHO). — Dist. e v. de igual nome, do mun. e com. de Fortaleza.

Inicialmente o dist. pertenceu ao mun. de Parangaba. Com a supressão dêste mun. pela Lei n.º 1.913, de 31-10-1921, foi anexado ao de Fortaleza.

Passou a denominar-se Antônio Bezerra em virtude da Lei municipal de Fortaleza n.º 79, de 28-6-1937, justíssima homenagem a um dos maiores historiógrafos conterrâneos, que ali residia. O nome de Barro Vermelho lhe adveio de afloramentos de argila vermelha.

O dist. possui para mais de 4.300 domicílios e 24.992 hab., com 19.884 na sede e 5.108 na zona rural. O casario urbano liga-se ao da Capital, marginando a BR-22, que, asfaltada, corta a v. de L a O, em demanda de Sobral.

Em Antônio Bezerra encontra-se a maioria das instalações da Escola de Agronomia da Universidade do Ceará, o Grupamento Escola General Facó, destinado à formação de oficiais para a Fôrça Pública, e a Escola Apostólica São Vicente de Paulo, dos Lazaristas. O dist., além de um grupo escolar, possui escolas isoladas com a matrícula total de 1.017 alunos.

Tem uma capela dedicada a Jesus-Maria-José, sufragânea da Paróquia de São Gerardo (Alagadiço).

Além da estrada de rodagem, há uma parada — Mestre Rocha — da R.V.C. (linha Fortaleza-Sobral). Em matéria de comunicações ainda dispõe de serviço postal e telefônico. A agência postal-telegráfica foi inaugurada a 16-2-1962.

ANTÔNIO DIOGO (Ex-CANAFÍSTULA). — Dist. e v. de igual nome, que pertence ao mun. e com. de Redenção.

O dist. foi criado por Ato est. de 11-9-1890.

A pop. do dist. sobe a 4.486 hab., sendo 1.138 no quadro urbano e 3.348 no rural, distribuídos em 765 moradias.

As suas terras apresentam-se ligeiramente acidentadas, quase planas, prestando-se à lavoura de cereais, legumes, mandioca e algodão. A oeste encontram-se ramificações da sa. de Baturité, onde se cultivam legumes, cana e um pouco de café.

A v., com uns 100 prédios, dispõe-se em forma de cruz, num terreno plano, entre a sa. do Vento e a la. do Susto. É servida pela linha férrea Fortaleza-Crato, cuja estação fica no km 80,793 e a 171,839 m de alt., inaugurada a 14-3-1880. Passa também por ela a Ce-1, pela qual dista 71 km de Fortaleza e 12 de Redenção. Possui agência postal isolada de 4.ª classe.

Comércio pequeno. Tem uma capela dedicada a N.S. de Lourdes, filiada à freguesia de Redenção. O ensino consta de 9 escolas primárias, com u'a matrícula efetiva de 356 alunos.

A sede da v. fica em terras que pertenceram ao comendador Luís Ribeiro da Cunha e sua mulher d. Maria Carolina Vieira da Cunha, que as doaram à Província, juntamente com outras anexas, a 10-4-1880, para a fundação de uma colônia agrícola-orfanológica, destinada a asilar e educar os órfãos da calamidade de 1877, entregues aos cuidados do Govêrno. Por ato do presidente da Província, de 14 de abril do mesmo ano, foi criada a Colônia Orfanológica Cristina, cuja instalação se deu logo depois, a 13 de junho, com a presença do presidente José Júlio de Albuquerque e Barros e todo o mundo oficial. Em Guilherme Studart (Barão de Studart), *Datas e Fatos*

Para a História do Ceará, II, 270 a 276), encontram-se a escritura de doação, o ato criando a colônia e o auto de sua instalação, inclusive de lançamento da primeira pedra da capela de Santa Teresa, padroeira da instituição.

Transformou-se, mais tarde, em Colônia Agrícola Correcional e por fim passou à direção dos órgãos agrícolas estaduais, que aí instalaram um campo de sementes, posteriormente denominado de Ribeiro da Cunha, justa homenagem ao benemérito comerciante português que doou as terras em referência.

Num trecho dessa grande propriedade, especialmente destacado para êsse fim, foi inaugurado a 1-8-1928 o Leprosário Antônio Diogo. A sua construção se deve em grande parte à benemerência do comerciante e industrial Antônio Diogo de Siqueira, cujo nome estendeu-se, além do Leprosário, à estação ferroviária e em seguida ao dist. e à vila.

O Estado doou ao Govêrno Federal, ainda nessa propriedade, uma área de 300 ha para a instalação de um Horto Florestal aos cuidados da RVC.

Todo o dist., com exceção da parte serrana, é de águas escassas e salinas. Os poços profundos não têm dado resultados satisfatórios no tocante à vazão e potabilidade. Pequenos açudes asseguram precàriamente o abastecimento do núcleo urbano e do leprosário. Antes, o povo recorria muitas vêzes aos tênderes das locomotivas, para conseguir água de beber.

ANTÔNIO JUSTA. — Colônia. A Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra adquiriu, em 1937, o sítio S. Bento, localizado nas proximidades de Maracanaú, mun. de Maranguape, a 23,100 km de Fortaleza.

Dessa propriedade foi destacada uma área de 500 ha, doada ao Govêrno Federal para a construção de uma Colônia-Modêlo destinada aos leprosos. A outra parte foi reservada ao Preventório, sob os cuidados da Sociedade, que o construiu e inaugurou em 1941. Coube ao Serviço Nacional de Lepra edificar a Colônia S. Bento, hoje denominada Antônio Justa, em homenagem ao inesquecível leprologista, que atarefado em

sua construção teve morte repentina a 7-8-1941. As obras foram terminadas em 1942. Elementos estranhos e poderosos então quiseram apossar-se das instalações e conseqüentemente dar-lhes destino inteiramente diverso do que fôra previsto. Graças à ação pronta e eficaz dos drs. Walter Cantídio, J. Eduardo de Alencar e Hyder Correia Lima apressando a inauguração e ocupação, que se deu a 27-12-1942, com seis doentes transferidos do Leprosário de Antônio Diogo, foram inutilizados os planos dos aproveitadores de última hora.

Junto à Colônia de Antônio Justa funciona o Educandário Eunice Weaver, dedicado à assistência e educação dos filhos sadios dos hansenianos. Os seus primeiros assistidos foram crianças transportadas da antiga Creche Silva Araújo, anexa ao Leprosário de Antônio Diogo.

Em 1952, ao completar os seus dez primeiros anos de funcionamento, "a Colônia já havia perdido sua feição de hospital pròpriamente dito, para se converter numa verdadeira cidade, onde o internado não vive entre quatro paredes — departamentos estanques —, e sim numa ambiência confortável que lhe proporciona os privilégios de uma vida social e humana, dispondo de recursos médicos, morais e sociais, favorecida, ainda, pelas atividades no comércio, na agricultura e na pequena indústria". (*Boletim da Colônia Antônio Justa*, Ano I, n.º 2, dezembro de 1952, 7-8.)

ANTÔNIO JUSTA

Êste, sim, foi na terra o vero sacerdote
que, amando como um Drúida, a virtude aplaudida,
fêz da ciência e do bem um compassivo archote,
para guiá-lo através das misérias da vida.

E, cheio de bondade — êsse divino dote
que só no coração dos justos tem guarida —
votou amor de pai, como não há quem vote,
à plebe sofredora, à pobreza esquecida.

E qual se não bastasse o sacrifício ingente
de combater a dor, modesta e heròicamente,
com o desdém da riqueza e a renúncia dos gozos,

— expôs, a própria vida, ao pé de cada leito,
encarnando a figura e os atos de um perfeito
São Francisco de Assis no meio dos leprosos.

Epifânio Leite.

ANTÔNIO LUIZ. — Ste. (do), no dist. de Pessoa Anta, mun. de Granja, onde nasce o Sairi. O nome vem de antigo proprietário.

ANTUNES. — Saco (do), fica na sa. dos Bastiões, mun. de Assaré.

APANHA-PEIXE. — Rch., figura nas D.S., v. 4, n.º 215, 58.

APECUÍ, — "Geog. Lugar nos salgados do rio Acaraú, à margem esquerda do estuário.

Hist. O topônimo apareceu no fim do 17 século, mas sòmente foi registado na carta de sesmaria passada em 1706, em favor do capitão Rodrigues de Castro Araújo.

Etim. Apé-cuí, literalmente areia do caminho, ou caminho arenoso, aliás, como é muito comum no litoral cearense." (Th. Pompeu Sobrinho, *Topônimos indígenas dos séculos* 16 e 17 *na costa cearense*, RIC, 49 (1945), 163.)

Nota — Em vez de Rodrigues de Castro Araújo, leia-se Rodrigues da Costa Araújo. (D.S., v. 3, n.º 172, 85.)

APERIÚ. — Tapuias que habitavam a ribeira do Acaraú.

Nota — Carlos Studart Filho (*As tribos indígenas do Ceará*, em *O Ceará*, de Raimundo Girão e Antônio Martins Filho, 2a. ed., 162, 1945) cita essa cabilda baseado em Th. Pompeu Sobrinho (RIC, 33 (1919), 212), mas não há nada a respeito dela onde êle manda consultar. Parece tratar-se de êrro de cópia. Talvez quisesse referir-se aos *Anaperu*, cujo verbete figura na página a que faz remissão.

APERTADA-HORA. — Ste (da), rochoso e sêco, no mun. de Quixeramobim.

APERTADA-HORA. — Ladeira (da), na sa. da Ibiapaba, mun. de São Benedito, a 5 km a L da sede municipal.

APERTADA-HORA — Boq. no leito do r. Jaguaribe, a montante do Boqueirão do Cunha. Pode ser barrado com relativa facilidade.

APERTADA-HORA. — V. FLÔRES NOVAS.

APERTADO. — Boq. (do), na incidência dos limites dos mun. de Marco, Massapê e Granja. Cortado pelo r. Tucunduba.

APIÃO. — R., na carta de sesmaria passada a favor de João Álvares Fontes e Sebastião Dias Madeira, em 11-6-1735, pelo capitão-mor Domingos Simões Jurdão. (d.s., v. 12, n.º 137, 210.)

Trata-se evidentemente do rch. Piau, sôbre a Ibiapaba, mun. de Guaraciaba do Norte.

APIAÚS. — Rch., no registo da sesmaria de Sebastião Dias Madeira e outros companheiros, concedida pelo capitão-mor Manuel Francês, em 29-3-1724. (d.s., v. 11, n.º 114, 180.)

É o atual rch. Piau, no mun. de Guaraciaba do Norte.

APODI. — Chapada (do). — "Na região limítrofe do Ceará com o Rio Grande do Norte, na altura de 5º e 37' de lat. S., no lugar Ponta da Serra, começa a *chapada do Apodi*, que se estende daí para o norte até perto do mar e se dilata das margens do *rio Jaguaribe* para leste até perto do *rio Açu*, ao norte da *lagoa do Piató*. Mede de norte a sul cêrca de 85 quilômetros e de leste a oeste, aproximadamente, 140, cobrindo uma área que se pode grosseiramente avaliar em 3.000 quilômetros quadrados.

A parte que tem o nome de Apodi é o trecho compreendido entre o rio dos Tapuios e o rio Jaguaribe; o trecho entre êste último e o rio Upanema chama-se chapada de São Sebastião; além dêste rio, até o Açu, denomina-se serra da Vaca Morta. Intercorrentemente há outros nomes, que se aplicam a certas diferenciações ou trechos da chapada (serra do Paulista, serra Danta, etc.).

A oeste, do lado do Ceará, a serra cai em escarpa de 50 a 80 metros de alto sôbre o terreno natural; ao sul, ainda cai em escarpa, porém mais baixa, cêrca de 25 a 40 metros; para o norte e parte de leste, a escarpa desaparece e a chapada baixa quase insensìvelmente.

O rio Apodi e os seus afluentes Tapuio e Upanema sulcam, mais ou menos profundamente, a chapada. Na base da escarpa, a oeste e ao sul, aparecem algumas fontes perenes; também do lado do mar, perto do contato das rochas calcárias que capeiam a chã do planalto com as rochas areno-silicosas, subjacentes, surgem alguns olhos d'água. Mas, no alto da serra, rareiam.

O solo da chapada provém da decomposição do calcário e do arenito; é, geralmente, muito arenoso e permeável e em certos lugares excessivamente rico de cal. O clima sêco, a deficiência de chuvas, mesmo na estação pluviosa (média anual de 8 anos de chuvas: em Apodi, 698 milímetros; em Açu, 591; em Mossoró, 661), e a dificuldade de reter as águas do inverno dão à região um aspecto de deserto. As condições de vida são particularmente difíceis para os animais e para o homem.

A vegetação ressente-se desta situação climo-edáfica. Em tais condições de aridez, a flora é naturalmente xerófila. Uma caatinga baixa, um tanto semelhante à que existe na parte ocidental da chapada do Araripe, porém muito mais sêca, domina o planalto. Sobretudo rica de cactáceas (*Cephalocereus*, *Opuntias* e *Cereus*), ostenta todavia pequenas árvores como *aroeiras*, espécies quase anãs de *pereiro* e *mofumbeiros*. Em alguns lugares, densos renques de *marmeleiros* (Cróton) e outras espécies das caatingas aparecem, mas, em geral, de porte reduzido, tais as *sabiás*, os *angicos*, etc. Sòmente as *Manhiots*

têm desenvolvimento ostensivo, mas crescem também belos *umbuzeiros* e *imburanas*. Em certas zonas se abrem clareiras juncadas de *macambiras* impenetráveis, onde abundam pequenos roedores e perigosos ofídios.

Ao longo dos vales dos rios *Apodi*, *Tapuio*, *Upanema*, *Bom Sucesso*, surgem fontes; do leito, em cacimbas, obtém-se água, bem como na base das escarpas, onde os olhos d'água são freqüentes. Nestes pontos, há fazendas de criar e uma certa vida local que tende a se desenvolver. O *rio Apodi* e o seu afluente *Upanema* cortaram a chapada, mas a erosão ainda não conseguiu abrir leito bastante fundo e largo para que o escoamento das águas superiores se processem fácil e completamente, dando êste fato lugar à formação de lagoas antigas nos pontos em que os cursos d'água penetram na chapada. Tais lagoas concorrem para tornar a região por elas beneficiadas uma faixa de terras que circunda a chapada ao sul, especialmente habitada. As *lagoas do Piató*, ao sul da *serra da Vaca Morta*, e da *Ponta Grande*, ao sul da *serra da Capivara*, conquanto ligadas ao sistema hidrográfico do *rio Açu*, constituem o prolongamento dêste regime linográfico para leste e participam da influência direta da chapada. Também, à margem oeste da chapada, na zona sedimentária que acompanha a escarpa, há lagoas, embora o sistema poderosamente drenado do *rio Jaguaribe*." (Th. Pompeu Sobrinho, *O Nordeste e as suas feições geográficas mais características*, RIC, 52 (1938), 114-116.)

• • •

Recomendamos, ainda, para o conhecimento das feições geológica e fisiográfica da chapada do Apodi, a leitura do que escreveram Avelino Inácio de Oliveira e Othon Henry Leonardos, na magnífica *Geologia do Brasil*, 2.ª ed., Rio, 1943, 538.

• • •

Sêca pela natureza de suas rochas, ora areníticas, ora calcárias, a chapada manteve-se pràticamente deserta até ser cortada pela estrada de rodagem de Mossoró, que lhe insuflou

novas condições de vida, principalmente em tôrno dos poços profundos abertos pelo DNOCS. Antes se encontravam raras fazendas, habitadas por uma ou duas famílias, ou ranchos de madereiros, caçadores e tiradores de mel.

Sôbre as suas possibilidades agrícolas assim se referia o geólogo Ralph H. Sopper, há quase cinqüenta anos: "É prodigiosamente rica, e pode-se tornar muito produtiva. Com exceção de uns poucos lugares expostos, onde sólidas lajes de pedra calcária afloram, tôda a área de pedra calcária é coberta por denso mato e um cerrado de copadas árvores. Não sei de melhor indicação do que esta para revelar a riqueza do solo. Nos poucos pontos onde a terra tem sido cultivada evidentemente tudo dá bem." (*Geologia e Suprimento d'Água Subterrânea no Rio Grande do Norte e Paraíba,* Publicação n.º 26, Insp. de Obras Contra as Sêcas, 1913, 54.)

Moradores dos vales do Apodi e Jaguaribe às vêzes abrem roçados de algodão, milho, feijão e mandioca em pleno coração da chapada, que produzem satisfatòriamente nos anos de chuvas regulares. O algodão não perde a fôlha, como acontece na várzea jaguaribana de agôsto para setembro. Um dos fazendeiros da chapada, Cândido Gadelha, iniciou a cultura da carnaúba, tendo nos anos de 1937 a 1940 plantado 50.000 pés, que encontrei em regulares condições em 1943.

Ao contrário do que afirma Pompeu Sobrinho, as espécies arbóreas da chapada do Apodi são regularmente desenvolvidas e de maior porte que as da catinga sertaneja. A mata era extensa e rica de boas madeiras, mas de há muito vem sendo devastada, principalmente por moradores do Rio Grande do Norte, que chegaram a instalar serrarias dentro da área cearense. A chapada abastece de lenha e madeiras para construção civil tanto o baixo Jaguaribe como a região lindeira norte-rio-grandense. As suas imensas camadas de calcário amarelo, pertencentes ao andar turoniano, constituem reservas admiráveis para uma futura indústria de cimento e fertilizantes.

Sôbre a situação legal das terras da serra do Apodi, vejam-se os pareceres de Clodoaldo Pinto, *Terras Públicas do Estado, in* RIC, 50 (1936), 51-64.

Apodi significa cousa firme, altura unida — chapada, por conseguinte. De *apó,* a raiz, a base, a fundação, e *di,* alteração de *ti* (adjetivo), levantado, erguido, alto. Nos documentos antigos figura *Podi,* talvez alteração de *poti,* o camarão, dado ao rio e subseqüentemente à chapada. Ou de *poti,* o resíduo, a bôrra, o escremento, os dejectos, deturpado em *apodi,* designando a elevação que se desmancha em areia, que se erode. Estas duas últimas interpretações são de Pompeu Sobrinho. (RIC, 59 (1945), 164.) Por se aproximar bastante do rio Jaguaribe, alguns geógrafos passados a designaram de *Serra do Jaguaribe.*

APODI. — V. ARARIPE (Floresta Nacional Araripe-Apodi).

APUIARÉ. — Índios tapuias. Armados de paus pontudos erravam pela bacia do alto Curu e sertões vizinhos.

Escreve-se também *Apujaré* e *Apuijaré.* Em *Etimologia de algumas palavras indígenas,* RIC, 33 (1919), 213, o nome em questão significa *raiz com gôsto de fruta,* de *apu* ou *apó,* raiz, origem, e *iaré,* gôsto de fruta. Paulino Nogueira, no *Voc.,* 219, arrimado em Roberto Southey, dá o significado de *poderosos.*

APUIARÉS (Ex-JACU). — Mun. e cid.

Aspectos Físicos

Situação. — Na Zona do Sertão Centro-Norte.

Limites. — Com o mun. de Itapajé, pelo O; ao N e L, com o de Pentecoste; ao S, com o de General Sampaio. (Lei n.º 3.529, de 21-1-1957, D.O., 4-2-1957.)

Superfície. — 443 km2.

Fisiografia. — Aspecto acidentado, sem relevos significativos, destacando-se o ste. da Várzea Grande. Corta o mun. o r. Curu, que entre outros riachos recebe o Tejuçuoca.

Solos e vegetação. — Na maioria secos e pedregosos, próprios ao criatório e à lavoura de algodão-mocó. Margeando o Curu encontram-se excelentes manchas aluviais, beneficiadas pelas águas do aç. General Sampaio. A vegetação está reduzida a capoeiras.

Clima e salubridade. — Quente e sêco, entre 27,5 a 30°, sem doenças endêmicas.

ASPECTOS ECONÔMICOS

Vias de comunicação. — O mun. conta com uma rêde rodoviária de 167 km, sendo 32 federais e 157 municipais, êstes de estradas carroçáveis. Faz-se a viagem de Apuiarés a Fortaleza, a princípio, por estrada construída pelo DNOCS, até Croatá (56 km), e daí, pela BR-22, a Fortaleza (60 km), num percurso de 116 quilômetros. Na cid. há agência postal de 4.ª classe.

Lavoura e pecuária. — A primeira consta de algodão, gêneros alimentícios e, na área irrigada, de arroz e principalmente banana. O rebanho, em 1960, somava 4.000 bovinos, 1.000 eqüinos, 2.000 asininos, 500 muares, 3.000 suínos, 4.000 ovinos, 4.000 caprinos, 50.000 aves domésticas. A produção de leite foi estimada em 60.000 litros, a de queijo em 4.000 kg e a de ovos em 80.000 dúzias.

Produção extrativa. — Resume-se, tanto a mineral como a vegetal, a cifras modestíssimas. A produção de oiticica foi de 50.000 quilos. Na parte mineral aproveitam-se a argila e o calcário no fabrico de tijolos, telha e cal para construção. Já houve exploração de rutílio, de 1942 a 1946.

Produção de carne. — Foram abatidos para o consumo público, em 1960, 96 bovinos, 419 suínos, 738 ovinos e 1.094 caprinos. Não há cálculos para a produção de pescado.

Comércio. — Os produtos de sua lavoura são levados a Maranguape e a Fortaleza. Mantém pequeno comércio de gado em pé com os vizinhos. Apuiarés não possui estabelecimento grossista nem de crédito.

Finanças públicas. — A arrecadação municipal data de 1957. A estadual e a federal estão a cargo das coletorias de Pentecoste.

POPULAÇÃO

De acôrdo com o censo de 1960, a pop. do mun., que se compõe de um único dist., é a seguinte:

Distrito	Total	Urbana	Rural	Domicílios
Apuiarés	7.869	1.057	6.812	1.280

ASPECTOS CULTURAIS E ASSISTENCIAIS

Havia, em 1960, 37 unidades escolares primárias, 4 a cargo do Estado e as demais sob a responsabilidade municipal, com u'a matrícula efetiva de 1.067 alunos, ou 257 nas primeiras e 810 nas segundas.

No setor da assistência social, tirando-se modesta Sociedade de São Vicente de Paulo, fundada em 1938, nada mais há a assinalar.

ASPECTOS URBANOS

A cid. localiza-se em terreno algo acidentado, à m. esq. do Curu, apenas a 3 km da confluência do Tejuçuoca, distando da Capital, em linha reta, 101 km, tendo, aproximadamente, as seguintes coordenadas: 3° 55' de lat. S e 39° 25' de long. W. Gr.

Conta 150 prédios, 7 logradouros, uma igreja dedicada a São Sebastião. Comércio mofino. A iluminação elétrica faz-se através de 53 focos públicos, não passando de 82 o número de ligações particulares.

ASPECTOS HISTÓRICOS

O Arraial do Jacu, pertencente a Canindé, passou a dist. de paz pela Lei n.° 1.135, de 24-11-1864, para ser extinto pela

de n.º 1.300, de 31-10-1869, integrando-se no dist. de Pentecoste, criado por êste diploma legal. Restaurado pela Lei n.º 1.330, de 10-10-1870, continuou a figurar no quadro municipal de Pentecoste, até 15-9-1956, quando, nos têrmos da Lei n.º 3.338, juntamente com o dist. de General Sampaio, foi desmembrado para constituir o nôvo mun. de General Sampaio, que antes de ser instalado dividiu-se em dois, General Sampaio e Apuiarés, êste criado pela Lei n.º 3.529, de 25-1-1957. Instalado simbòlicamente a 1-3-1957, teve as primeiras eleições para prefeito e vereadores a 4 de agôsto do mesmo ano. O primeiro prefeito foi o senhor José Alves Filho.

Enquanto não se der a instalação da comarca, os serviços a ela atinentes estão na dependência da de Pentecoste.

Em 1864 já possuía capelão, o padre Manuel Ribeiro. A paróquia de São Sebastião de Apuiarés, subordinada à Arquidiocese de Fortaleza, foi criada por Provisão de dom Antônio de Almeida Lustosa, de 2-2-1946, compreendendo Apuiarés, General Sampaio e Tejuçuoca. A paróquia tem 8 templos, inclusive a matriz, e igual número de associações religiosas.

Toponímia

Primeiramente, Arraial do Jacu. Ao ser elevado à categoria de dist. de paz, o foi simplesmente como Jacu. Pelo Dec.-lei n.º 1.114, de 30-12-1943, veio a chamar-se Apuiarés, nome que recorda uma tribo que errava por êsses sítios.

AQUAMAMUNE. — Mesmo que *Daquemamune*. Topônimo indígena do século 16, correspondente ao grupo de serras que Martim Soares Moreno chamava *Serra do Ceará*. (Pompeu Sobrinho, *Topônimos indígenas dos séculos* 16 *e* 17 *na costa cearense*, RIC, 59 (1945), 166.)

AQUEDUÇUGUARA. — Tapuias de corso pacificados pelos jesuítas em 1697 e aldeados entre a sa. da Ibiapaba e o mar, nas terras ocupadas pelos tapuias *Reriiú* e *Aconguaçu*. (Serafim Leite, *Hist. da Comp. de Jesus no Brasil*, III, Rio de Janeiro, 1945, 62.)

AQUIJIRO. — Tapuias. Segundo Théberge, tinham o porte de pigmeus, porém eram dotados de grande valentia. (*Esbôço Histórico*, I, Fortaleza, 1869, 6.)

O nome é "corrutela de *iqui-gi-i*, junto, machado pequeno; porque andavam armados de machadinhas (de pedra), proporcionadas a seu tamanho", consoante Paulino Nogueira, *Voc.*, 220.

AQUIRÁS. — Cabilda moradora às marg. do Pacoti, pelas imediações do local onde foram lançados os fundamentos de Aquirás.

Para Paulino Nogueira (*Voc.*, 220), *Aquirás* deriva de *igiquirá*, de *ig*, água, *iqui*, pouco, vizinho, perto, e *irá*, adiante; significando — água pouco adiante. Esta interpretação foi a adotada pelo Barão de Studart. (*Geografia do Ceará*, Fortaleza, 1924, 345.)

Teodoro Sampaio fá-lo derivar de *a-qui-rá*, cata-piolho. *A-qui* é o piolho de gente, ou o da cabeça; *rá* é o sufixo que exprime tirar, colhêr.

Th. Pompeu Sobrinho (*Topônimos indígenas dos séculos 16 e 17 na costa cearense*, RIC, 59 (1945), 164), partindo de *baikirás*, nome atribuído a uma lagoa que desaguava no Pacoti, supõe que *ba* é alteração de *ipá*, lagoa, *iquirá*, água viçosa, fértil, produtiva: donde — lagoa de água fertilizante, talvez pelo limo rico das suas margens. Lembra ainda Pompeu Sobrinho se a palavra comporta interpretação tupi, nada impede que seja ela de origem tapuia, o que me parece mais razoável.

AQUIRÁS. — Mun. e cid.

Aspectos Físicos

Situação. — Na Zona do Litoral.

Limites. — A O, com os mun. de Pacatuba e Fortaleza; a L, com o de Cascavel; ao S, com o de Pacajus e ao N, com o Oceano. (Lei n.º 1.153, de 22-11-1951, D.O. de 1-3-1952.)

Superfície. — 521 km2.

Formação horizontal. — A costa inclina-se suavemente para sueste. É aberta, rasa, sujeita a forte arrebentação, como qualquer outro retalho da praia cearense. Tem como principal saliência a ponta de Iguape, a 3º 56' 46" de lat. S, coberta por grande morro de areia de mais de 120 m de alt., visível do mar a 23 milhas. Ao poente fica a enseada do mesmo nome, hoje assoreada, outrora seguro ancoradouro para embarcações de pequena tonelagem. Nos começos do século 17 era um dos pontos preferidos pelos corsários franceses que traficavam com os indígenas. À praia, ora larga, ora estreita, às vêzes alagada nas marés vivas, segue-se contínuo cordão de dunas, fixadas pela vegetação natural ou tangidas pelos ventos, atulhando a barra dos rios e riachos.

Formação vertical. — Passada a linha das dunas, depara-se uma topografia de tabuleiros achanados ou ligeiramente ondulados. Apenas o Preaoca, pequeno serrote a 30 km do mar, nos limites com Cascavel, quebra a monotonia chata da paisagem.

Hidrografia. — Destaca-se o r. Pacoti, que vem do maciço de Baturité e corta o mun. de sudoeste a nordeste, desaguando no mar, a 3 km de Aquirás, após haver banhado esta cidade. Entre os rch., destacam-se o do Catu, cuja foz de quando em vez fica obstruída pelas areias, formando extenso lago, que, certa feita, subiu 24 km rio acima, represando mais de 200 milhões de metros cúbicos, o da Caponga Grande e o Coaçu. Na base das dunas rebentam fontes que se desenvolvem em regatos perenes. Há diversas lagoas, permanentes quase tôdas, junto ao mar ou dispersas pelos tabuleiros: Eusébio, Precabura, Tapuio, Garças, Junco, Trairuçu, Mari, Pombas etc.

Solos. — O mun. está na área dos aterros terciários, dos tabuleiros litorâneos em que predominam as terras silicosas, carecidas de fertilidade. Vêm em seguida as sílico-argilosas. Há manchas de argila e massapê. Perto da costa, faixas úmidas, até alagadiças, marginam os córregos perenes. No interior encontram-se ligeiras depressões alongadas, onde o frescor

se conserva por mais tempo, de inverno a inverno por vêzes. Nesses trechos molhados cultiva-se de preferência a cana, a bananeira, o abacaxi e, passadas as chuvas, uma lavoura de subsistência caseira. De permeio e pelas margens, o coqueiro, diversas fruteiras, notadamente a mangueira, da qual há exemplares enormes. Nos altos predomina a mandioca, o feijão e o milho.

Vegetação. — Típica dos tabuleiros, mais arbustiva do que arborescente. Nas várzeas, carnaubais que chegam a invadir as terras sêcas convizinhas. A planta característica é sobretudo o cajueiro, encontrado na orla das dunas e por tôda a extensão comunal.

Clima e salubridade. — A temperatura, amenizada pela proximidade do mar, raramente ultrapassa 32º. Sopra uma viração constante e as chuvas se intercalam entre as isoietas de 900 a 1000 mm. Bastante saudável, procurado para repouso pelos convalescentes, tem as doenças das outras comunas litorâneas, resultantes mais da falta de higiene do que pròpriamente de um fácies nosológico.

ASPECTOS ECONÔMICOS

Vias de comunicação. — Dispõe de uma rêde rodoviária de 150 km, dos quais 18 federais, 32 estaduais e 94 municipais. Tem estação postal-telegráfica e uma rêde telefônica municipal, com 6 aparelhos, ligada à Capital e aos distritos. Uma ponte recentemente construída pelo Govêrno Federal, vingando o Pacoti e sua várzea, em frente da cidade, assegurou a comunicação permanente às duas margens, velha aspiração local.

Lavoura. — Encaminhadas racionalmente, as possibilidades do mun. neste setor são bastante promissoras. Se, por um lado, o solo é pobre, tanto que a cultura da cana é feita sob o regime de precária adubação orgânica, dispõe de áreas úmidas e de queda pluviométrica que lhe proporcionam uma margem de segurança, mesmo nos anos considerados críticos. A título de incentivo, conta com um grande mercado, que é o de

Fortaleza, a 30 km apenas. Falta-lhe, por conseguinte, para tornar-se uma das unidades mais prósperas da zona litorânea, uma reformulação nas suas práticas rurais, que se devem encaminhar para uma conjugação da lavoura com a criação, aquela principalmente de subsistência e esta de leite e engorda. As possibilidades no tocante à fruticultura, principalmente do cajueiro, são enormes.

Pecuária. — Em 1960 existiam em Aquirás 3.200 bovinos, 2.300 eqüinos, 5.430 asininos, 1.700 muares, 3.000 suínos, 2.500 ovinos, 3.800 caprinos e 7.000 aves domésticas. Nesse mesmo ano, o Departamento Estadual de Estatística estimou a produção de ovos em 20.000 dúzias, a de leite em 70.000 litros, a de mel de abelha em 500 kg e a de cêra de abelha em 110 quilogramas.

Riqueza mineral. — A argila é explorada em larga escala, sendo o mun. o maior provedor de telhas e tijolos a Fortaleza. Fabrica, igualmente, muita louça de barro para uso caseiro.

Produção extrativa vegetal. — Em 1960, ocupa o primeiro lugar, como sempre, a cêra de carnaúba, com 100.000 kg, no valor de Cr$ 30.000.000,00; em seguida aparece a lenha, com 20.000 m3, valendo Cr$ 2.400.000,00; 30.000 kg de castanha de caju, por Cr$ 180.000,00, e 50.000 kg de carvão. Êstes dados, colhidos pelo Departamento Estadual de Estatística, estão aquém da realidade, principalmente na parte referente à lenha e ao carvão.

Gado abatido. — Em 1960, abateram-se nos matadouros e postos de matança 717 bovinos, 309 suínos, 301 ovinos e 401 caprinos.

Produção de peixe. — Há no litoral do mun. duas colônias de pesca, uma no pov. da Barra do Catu e a outra na v. de Jacaúna. Em 1960, segundo apurou o Departamento Estadual de Estatística, a pesca marítima rendeu 788.200 kg de peixe, no valor de Cr$ 34.874.000,00. O número de pescadores em 1962 era de 358, com 244 jangadas e 48 manzuás. O peixe desempenha papel saliente na dieta da população local.

Indústrias de transformação. — "Foram obtidos, em 1956, conforme elementos do Registro Industrial, 7.013.000 quilo-

gramas de rapadura (Cr$ 10.972.280,00); 26.090 milheiros de tijolos (Cr$ 9.738.200,00); 2.193 milheiros de telha ..... (Cr$ 1.113.000,00); 6.375 toneladas de cal (Cr$ ..... 3.400.000,00); 263.660 litros de aguardente de cana (Cr$ .. 2.729.600,00); 477.600 quilogramas de farinha de mandioca (Cr$ 2.815.900,00); 153.244 quilogramas de açúcar bruto (Cr$ 932.964,00); e 2.750 litros de cajuína (Cr$ 49.500,00)." Êstes dados, colhidos no volume XVI da *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros,* 41, não incluem a renda e os bordados produzidos em centenas de lares, mormente litorâneos.

Comércio. — Não existem estabelecimentos grossistas, apenas de varejo, cêrca de 200 mais ou menos. A praça comercial é dominada pela de Fortaleza.

Finanças públicas. — Para o período de 1956/60, são os seguintes os dados a respeito da arrecadação:

Anos	Federal	Estadual	Municipal
	Cr$	Cr$	Cr$
1956	587.750,30	996.898,00	1.204.764,00
1957	617.918,50	1.212.343,40	1.275.533,30
1958	480.885,10	1.171.085,90	1.536.163,30
1959	505.329,00	1.243.670,20	1.588.509,10
1960	707.397,00	2.148.594,30	

ASPECTOS POPULACIONAIS

Pelo censo demográfico de 1960 a pop. do mun. andava na casa de 26.592 hab., distribuída pelos dist. do seguinte modo:

Distritos	Total	Urbana	Rural	Dom.
AQUIRAS	6.033	2.040	3.933	1.104
Eusébio	5.219	328	4.891	918
Jacaúna	9.568	870	8.698	1.789
Justiniano de Serpa	5.772	204	5.568	1.107

Aspectos Culturais e Assistenciais

Em 1960 possuía 59 unidades escolares primárias — 21 do Estado, 32 do Município e 6 particulares, com matrícula geral efetiva de 2.168 alunos. Na cid. existiam 14 escolas, sendo 3 estaduais, 8 municipais e 3 particulares, com 507 alunos.

Data de 1727 a fundação do Real Hospício do Ceará, pelos jesuítas, em Aquirás, junto ao povoado, tendo à frente o pe. João Guedes. Êste estabelecimento, além de seus fins específicos de casa maior, oferecendo morada, repouso e enfermagem aos missionários, "ficou na história da instrução e educação pública, como o da primeira instituição cearense onde se ensinaram Humanidades; e também na história eclesiástica do Ceará, por ter sido, de fato, o seu primeiro Seminário". (Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, III, 83.) Na noite de Natal de 1759, com a Casa cercada de soldados, o pároco da matriz de Aquirás lê o édito contra os padres da Companhia, que embarcam presos, em Iguape, para o Recife, a 9-2-1760. Em 1854 o prédio foi demolido. Para outros pormenores veja-se o verbete — *Real Hospício do Ceará*.

A primeira cadeira de ensino primário, para o sexo masculino, foi criada por Provisão de 26-6-1822 e ocupada por Antônio Pereira Barreto. A do sexo feminino foi criada pela Lei n.º 845, de 9-8-1858.

A assistência, seja médico-sanitária ou social, quase não se faz sentir, mesmo na sede do mun., onde se encontram o Pôsto de Puericultura, mantido pela Legião Brasileira de Assistência, o Círculo Operário, fundado em 1945, a Sociedade de São Vicente de Paulo e outras sociedades menores.

Aspectos Urbanos

A cid. fica a 30 m de alt., à m. dir. do Pacoti, a 3 km da costa, a 21, em linha reta, da Capital, e aos 3º 54' 02" de lat. S e 38º 23' 33" de long. W. Gr.

Tem 2.000 hab., 300 prédios, 21 ruas e praças, das quais 5 arborizadas e calçadas de pedras tôscas. Dispõe de um chafariz e é iluminada por 98 lâmpadas durante 4 horas. Movimento urbano quase nenhum. Fisionomia de cidade morta.

Aspectos Históricos

Formação administrativa. — A Ordem régia de 13-2-1699, mandando "que se crie em vila o Ceará e que tenha oficiais de câmara e juiz ordinário", não foi de aplicação pacífica. Disputaram a honraria os embriões urbanos da margem do Pajeú, da barra do Ceará e do Aquirás. Foi um jôgo de vaivém no qual interveio el-Rei, determinando por Carta de 30-1-1711 que se transferisse para o Aquirás a vila de S. José de Ribamar, então situada junto ao Forte, ordem que só a 13-2-1713 foi enviada ao capitão-mor do Ceará, Duarte de Vasconcelos, pelo governador de Pernambuco, Felix José Machado. A transferência em caráter definitivo deu-se a 27 de junho do mesmo ano.

Duzentos e tantos anos depois, o velho mun. do Aquirás foi extinto pelo Dec. n.º 193, de 20-5-1931, para ser restaurado pelo de n.º 1.156, de 4-12-1933. A v. passou a cid. pela Lei n.º 1.258, de 27-7-1915, regredindo à situação de simples pov. ao ser extinto o mun. em 1931. Ganhou novamente os foros de v. com a restauração da comuna e os de cid. pelo Dec-lei n.º 448, de 20-12-1938.

Compreende o mun. os seguintes dist.: Aquirás, Eusébio, Jacaúna e Justiniano de Serpa.

Formação judiciária. — "Comarca (a 1.ª da Capitania) por Ordem régia de 18 de janeiro de 1760, que pôs têrmo ao litígio existente entre as duas localidades, Fortaleza e Aquirás, cada qual querendo ser a sede da nova Ouvidoria, criada pela Carta régia de 8 de janeiro de 1723." (Barão de Studart, *Geografia do Ceará*, Fortaleza, 1924, 317.)

Por Alvará régio de 27-6-1816, a cabeça da com. do Ceará, que era Aquirás, passou a ser a v. da Fortaleza. Pela Lei n.º 1.065, de 7-11-1863, a com. foi renovada, compreendendo o têrmo de Cascavel. Comarca especial por Dec. de 24-11-1888. Extinta, passando o têrmo à de Cascavel, pelo Dec. n.º 196, de 5-6-1891. Revigorada pelo art. 22 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual, de 23-6-1947, que transformou em comarcas de primeira entrância todos os têrmos judiciários.

Formação religiosa. — O que aconteceu em relação à vila e ouvidoria repetiu-se no tocante ao religioso. Fortaleza e Aquirás disputaram a sede da primeira freguesia da Capitania, abrangendo tôda a superfície dela e sob a invocação de S. José de Ribamar. Tomás Pompeu, *Dic. Top.*, 8, escreveu que a freguesia foi criada por Alvará de 1700, opinião inconstestada até que J. B. Perdigão de Oliveira demonstrasse "que em 1671 já existia uma freguesia no Ceará, tanto que em 13 de agôsto dêsse ano o capitão-mor Jorge Correia da Silva convocava o Rev. Vigário da mesma freguesia para, em conselho com outras autoridades e pessoas salientes da Capitania, decidir sôbre a justiça ou injustiça de uma guerra que os principais da aldeia de Porangaba e os dos Jaguaribaras requereram se fizesse contra os Paiacus. Efetivamente, no dia 29 do mesmo mês, o Rev. Vigário, *Francisco Ferreira de Lemos*, presidiu a sessão convocada, resolvendo nela a guerra proposta". (RIC, 2 (1888), 226.)

A freguesia funcionava junto ao Forte e aí continuou até 1756, quando se deu a transferência de fato para Aquirás, que acabou vencendo a longa contenda travada com vigários que se não queriam afastar das margens do Pajeú. O assunto encontra-se amplamente documentado no já citado trabalho de J. B. Perdigão de Oliveira, intitulado a *Primeira Freguesia da Província.*

A igreja-matriz foi construída pelo padre José Pereira de Castro, vigário-geral forâneo da Capitania. Os jesuítas também construíram a sua igreja, junto ao colégio, de muito boa arquitetura, no dizer de Barba Alardo, demolida em 1854, sendo presidente da Província o conselheiro e padre Vicente Pires da Mota. Tinha no frontispício a data de 1753.

FILHOS ILUSTRES (*)

Alberto Façanha de Sá (1895-1961). Engenheiro civil e de minas, tendo conquistado o prêmio de viagem à Europa, ao concluir o seu curso na antiga Escola de Minas, de Ouro Prêto. Lecionou matemática no Colégio Militar do Ceará e

noutros estabelecimentos de ensino de Fortaleza. Profissional de grande tirocínio e capacidade.

Carlos de Oliveira Ramos (1908). Magistrado. Bacharelou-se em 1930, pela Faculdade de Direito do Ceará. Após breve incursão no jornalismo, dedicou-se à magistratura, a princípio neste Estado e depois no Rio de Janeiro, onde fêz carreira brilhante. É hoje desembargador, com assento no Tribunal de Justiça da Guanabara.

Gil Amora (1855-1888). Bacharel em direito, jornalista e homem de letras. Dedicou-se a princípio à magistratura, carreira que abandonou para abraçar o jornalismo político, tendo militado ao lado de João Brígido e Tomás Pompeu. Exerceu também a advocacia em Fortaleza, e por duas vêzes estêve à frente da Chefatura de Polícia dêste Estado.

Joaquim da Costa Nogueira (1866-1935). Uma das figuras de maior brilho e relêvo do magistério cearense, profissão a que se dedicou por espaço de quase meio-século. Seu colégio, *Instituto de Humanidades*, foi, no seu tempo, o mais eficiente e afamado estabelecimento de ensino primário e secundário de Fortaleza.

Júlio de Matos Ibiapina (1890-1947). Professor e jornalista. Estêve em grande evidência na época em que dirigiu em Fortaleza o jornal *O Ceará*, por êle fundado em 1925. Pertenceu ao magistério militar, tendo lecionado no Ceará, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Foi deputado estadual e Secretário da Fazenda dêste Estado, na administração Beni Carvalho.

Justiniano de Serpa (1852-1923). Uma das maiores glórias do Ceará, quer como orador, advogado e jurista, quer como homem público, de renome nacional. Foi figura de destaque do abolicionismo cearense. Teve brilhante atuação na Câmara dos Deputados, como representante do Pará e depois do Ceará, e governou êste Estado com superior descortino, no quatriênio que se iniciou em 1920.

Manuel Ambrósio da Silveira Tôrres Portugal (1845-1916). Professor, jornalista e homem público. Prestou relevantes serviços à coletividade, a princípio como deputado provincial e depois como representante do Ceará na Câmara Alta do País.

(*) — Verbete redigido pelo dr. José Bonifácio de Sousa, do Instituto do Ceará.

A MAIS BELA CRUZ PROCESSIONAL DO BRASIL

.....

"O Alvará de 17 de janeiro de 1799, que tornou o Ceará Capitania independente de Pernambuco, consolidou o prestígio definitivo de Fortaleza e marcou a queda definitiva do Aquirás. A mudança da estrada de rodagem que por ali passava, levando à região do Jaguaribe, consumou sua decrepitude. E foi necessário, em época recente, um decreto especial para dar-lhe como honraria, em memória de seu passado, as prerrogativas de cidade.

De sua importância pretérita resta ao Aquirás bem pouca coisa: as ruínas do Colégio, as portas almofadadas, o púlpito lavrado, o teto de mãos francesas da nave e o de painéis pintados da capela-mor de sua matriz, a casa da câmara modificada no século XIX, o traçado de missão jesuítica de sua grande praça e as obras de prata da referida igreja.

Segundo informam antigos moradores dessa tradicional localidade, a mais importante delas era a lâmpada do Santíssimo, que um vigário pouco avisado deixou cair nas mãos inescrupulosas dum italiano, que a tinha levado para consertar e dela se apropriou. Por um dos pequenos anjos que sustinham as argolas da tríplice corrente de suspensão e que se encontra em mão dum particular, pode-se verificar que era obra de prateiro portuense, cinzelada a mão, do mais alto valor.

Encontram-se na matriz uma banqueta de seis castiçais para o altar-mor, um cibório e uma naveta de boa prata portuguêsa, em estilo barroco-rococó, cinzelados em acantos, florões e cabeças de anjo. Como contraste, trazem, bastante deformado, de modo a se não poder dar-lhe classificação segura, um P sob a coroa. Dentro dum perímetro trilobado, vêem-se as letras M.S.D., decerto indicadoras do prateiro portuense que executou tão belo conjunto, mas que se não encontram infelizmente nas páginas da obra de Laurindo Costa — "Uma Arte Famosa".

A peça de prata mais impressionante entre as relíquias da velha cidade do Aquirás é a sua cruz processional, que pode ser considerada a mais bela do Brasil. Pelo menos nunca vimos outra igual. Encontra-se cuidadosamente guardada em casa do sr. Francisco Câmara, coletor estadual. Tôda de boa prata portuguêsa, pesa 18 quilos, podendo ser dividida em duas partes, pois a haste encaixa no supedâneo da cruz. Peça de admiráveis cinzeladuras barroco-rococós do século XVIII, mostra na borda do encaixe um contraste do Pôrto, de tal modo gasto que se não consegue fixar bem o perímetro do P e a forma exata da coroa que o timbra. A cruz é tôda cilíndrica, com os pinos decorativos do remate da haste e dum dos braços quebrados. Resplandor de raios duplos, com muitos também partidos. Braços cilíndricos recamados de ornatos renascentistas, com cabeças de querubins na parte inferior. No cruzamento da haste e dos braços, medalhão com o Cordeiro Pascal rodeado de cabeças aladas de anjos. A cruz assenta num pedestal em forma de vaso, guarnecido de cabeças aladas de anjos, de volutas peroladas e de guarnições em pequenos gomos. Mais abaixo, êsse pedestal se desenvolve sôbre outro mais largo, boleado e ricamente enflorado de relevos. A grande haste que sustenta tudo isso é tão bela e ricamente trabalhada como a da cruz.

Ignora-se o autor de tão maravilhosa obra da prataria lusa do século XVIII. Nos livros e documentos que ainda restam no Aquirás, nada se encontra a respeito. A tradição local atribui essas alfaias aos jesuítas. Na verdade, são dignas de aprêço e de estudo, especialmente essa magnífica cruz processional. Na sua atual pobreza, o Aquirás se orgulha de possuir essa estupenda relíquia de Portugal no Brasil." (Gustavo Barroso, *À Margem da História do Ceará*, 89 a 91.)

AQUIÍRO. — V. AQUIJIRO.

ARABÉ. — R., permanente, sôbre a sa. da Ibiapaba. Nasce a 3 km do S da cid. de São Benedito, corre tortuosamente de L para O até o r. Piracuruca, no qual se lança pela dir., já no Piauí.

Arabé significa a barata, o besouro, o escaravelho.

ARACAPÉ. — La. (do), no dist. de Mondubim. Era parte da data concedida pelo capitão-mor Manuel Francês ao coronel Antônio Fernandes da Piedade, em 20-5-1727, de uma légua de terra fazendo pião na la. de *Midobim*, com meia-légua para cada banda. Quando se demarcou em 24-4-1741 uma légua em quadro para os índios da Missão da Parangaba, a

data referida foi englobada na medição, inclusive Aracapé, onde se criava gado e havia árvores de fruto. Valia duzentos mil réis, no dizer das testemunhas que depuseram na justificação promovida em 1756 pelo coronel José Bernardo Uchoa, filho do primeiro donatário, o então sítio do Aracapé.

ARAÇÁ. — Sa. (do), muito arenosa, no mun. de Assaré. *Araçá* quer dizer o fruto dos *Psidium* (goiaba, araçá, etc). Também significa — estação, época.

ARAÇÁ. — Ste. (do), mun. de Boa Viagem, à m. esq. do Quixeramobim, fronteiro à sa. do Chumbo, entre os rch. dos Porcos e da Arara.

ARAÇÁ. — Boqueirão (do), entre as sa. da Timbaúba e Ubatuba, na divisória dos mun. de Granja e Viçosa do Ceará, cortado pelo rch. Grande, afl. do Timonha.

ARAÇÁ. — Aç. (do), em projeto, no boqueirão acima, perto do pov. de Iboaçu, dist. de Pessoa Anta, mun. de Granja. Sua bacia hidrográfica abrange seis riachos.

ARAÇÁ. — La. (do), bastante piscosa, mun. de Aquirás.

ARAÇÁS. — Cór. (dos), mun. de Itapipoca, dist. de Aracatiara, afl. do Aracatiaçu, pela direita.

ARAÇÁS. — Rch. (dos), nasce no ste. das Pimenteiras e deságua à m. esq. do rch. do Meio, mun. de Lavras da Mangabeira.

Explorou-o em busca de ouro José Coutinho dos Santos, a mando do padre Antônio Correa Vaz, em 1753, conforme carta de 16 de junho dêsse ano, de Jerônimo Mendes de Paz a Luiz Correa de Sá, governador e capitão-general de Pernambuco e capitanias anexas. (Dr. Guilherme Studart (Barão de Studart), *A exploração das Minas de S. José dos Cariris durante o govêrno de Luiz Joseph Correa de Sá segundo a correspondência do tempo*, RIC, 6 (1892), 31.)

ARACATI. — "É o nome tradicional da brisa vespertina que diàriamente, no verão, sopra do mar para o interior da

terra. Perlongando o amplo e chato vale do Jaguaribe, na estação sêca do ano, atinge o vale do rio Salgado, ainda com relativa velocidade. O vento *aracati* é muito conhecido dos sertanejos, porque quando alcança qualquer localidade do sertão faz baixar a temperatura, trazendo uma sensação de bem-estar, muito apreciada. Pensavam os índios que a brisa bonançosa originava-se na barra do Jaguaribe. Daí a legítima suposição de que a primitiva "Cruz das Almas", povoado formado perto da barra, recebeu o nome de *Aracati*. Deve-o a sua posição e à morfologia do vale.

Martius explica: *ara*, tempo, e *catu*, bom, bonançoso; Paulino Nogueira adota esta opinião, mas Teodoro Sampaio observa: *ara.caty* é o vento de maresia, o ar impregnado de mau cheiro.

Não devemos deixar de lembrar que: *ara* é o nome que os tupis davam ao tempo, ao mundo, ao espaço, à claridade; contém evidentemente o verbo *ar*, nascer, elevar-se, vir, correr, cair. Donde *aracanga*, o dia limpo ou o tempo sêco, o verão (B. Caetano). *Catu* é o adjetivo bom, bem, muito, bastante.

Portanto, *aracati* ou *aracatu* pode ser tanto tempo bom, como ar agradável ou saudável, refrescante, e ainda "ar muito", vento impetuoso, vento muito. Esta acepção, que não foi jamais indicada, parece digna de aprêço, por isto que o vento *aracati*, após o meio-dia, no rigor do verão, quando percorre as conhecidas várzeas do baixo Jaguaribe, torna-se impetuoso e levanta na sua passagem enormes rolos de poeira escura que seguem para o sul, invadindo as vivendas e povoações, como bulcões sufocantes. Um tal caráter, próprio das várzeas de Russas e suas vizinhanças, tende a moderar à proporção que se afasta, e desaparece de todo ao deixar as planícies poeirentas do baixo Jaguaribe.

Então, o *aracati*, ao contrário, torna-se refrescante e é esperado com ansiedade pelos sertanejos do vale médio (Icó, Iguatu, Cariús, São Mateus, etc.). Já na cidade de Jaguaribe tem perdido a quase totalidade das poeiras das várzeas e se vai tornando agradável." (Th. Pompeu Sobrinho, *Topônimos indígenas dos séculos 16 e 17 na costa cearense*, RIC, 59 (1945), 165.)

ARACATI. — Pôrto (do), na foz do r. Jaguaribe, cêrca de 9 milhas abaixo da cid. de seu nome.

Semeada de bancos de areia, que correm de L para O, gerando canais de profundidade e direção variáveis, não é fácil o acesso à barra jaguaribana. O canal navegável, estreito, com a profundidade de 3,7 a 5,5 m, permite a entrada de navios que calam até 3 m, no máximo. Fica entre a margem L do rio e o banco "O'Neil", já dentro da barra. Hoje, os navios nacionais e estrangeiros não a transpõem. Ficam ao largo, onde recebem as cargas. Não chegam nem ao Fortim. E nem se pensa no Aracati, mesmo quando as águas se avolumam por ocasião dos invernos copiosos. O último navio que ferrou em frente à cid. foi o "Monte Moreno", em março de 1921, por ocasião de grande cheia, façanha portuária que se não verificava há 50 anos e não se repetiu.

No século 18, principalmente na sua segunda metade, por ocasião da safra da carne-sêca, muitas sumacas vindas do Maranhão, Pernambuco e Bahia ancoravam defronte da igreja do Senhor do Bonfim, em plena v., dando-lhe um colorido todo especial. Então já se evidenciava o assoreamento do canal e apontava-se como uma das causas os currais de peixe construídos no leito do rio. Contra êles levantava-se o vereador Antônio Pereira de Carvalho na sessão do Senado da Câmara de 10-9-1785.

A 19-8-1873 o engenheiro Antônio Gonçalves da Justa Araújo obtém do Govêrno da Província o privilégio de uma linha fluvial a vapor, para explorar o tráfego entre Fortim, Aracati e Passagem das Pedras. A concessão não foi posta em prática, mas demonstra a possibilidade de navegar-se o Jaguaribe em pequenas embarcações, num percurso de 18 quilômetros.

ARACATI. — Farol (do), na pt. O do r. Jaguaribe, aos 4° 24'20" de lat. S e 5° 26'30" de long. L do Rio de Janeiro, ou 37° 43'50" W de Greenwich, ou 40° 4' a W de Paris.

Luz fixa, branca, alcançando 18,500 km, exibida numa altitude de 16 m, em tôrre cilíndrica, de alvenaria, pintada de

roxo-terra, com 11 m de altura. O período do farol é de 6 segundos.

Inaugurado a 1-3-1873, tendo sofrido a última modificação em 1928.

ARACATI. — Mun. e cid.

Aspectos Físicos

Situação. — Na Zona do Litoral, banhado pelo Atlântico, ao NE do Estado, sendo o mais setentrional dos mun. jaguaribanos.

Limites. — A O, com o mun. de Beberibe; ao N, com o Oceano Atlântico; a L, com o Estado do Rio Grande do Norte; ao S, com os mun. de Jaguaruana, Itaiçaba e Palhano.

Superfície. — 1.894 km².

Formação horizontal. — A costa, da foz do Pirangi ao mo. do Tibau, na fronteira com o Rio Grande do Norte, mede perto de 90 quilômetros. É rasa e salteada de bancos de areia, destacando-se o que corre perto da terra, do Tibau à foz do Jaguaribe. Entre as saliências costeiras merecem citação a pt. Grossa, que protege a ens. do Retiro Grande, e as dos Cajuais e Maceió, esta na b. do Jaguaribe.

Formação vertical. — A praia arenosa é acompanhada de um cordão de dunas, interrompido entre a pt. dos Cajuais e a foz do Jaguaribe por barreiras de argila avermelhada ou manchada. Sôbre elas crescem os médãos, atingindo o conjunto em certos lugares até 100 m de altitude. Transposta esta moldura, a terra mostra-se plana, dominada pelas várzeas jaguaribanas. Para os lados de O há o ste. do Areré e ao SE, destacadas do Apodi, as sa. Dantas de Dentro e dos Porcos.

Hidrografia. — O Jaguaribe corta o mun. pelo meio, de S a N, e despeja-se no mar a 15 km abaixo da cid. do Aracati. Próximas à bôca do rio encontram-se as ilhotas do Pinto, Caldeirão, Grande, Mulungu, Emas e Carrinho. Mais para cima, a das Pedras. É navegável por pequenas embarcações, nas marés vivas, até Passagem de Pedras. O curso desenvolve-se em ampla planície aluvionar, onde por vêzes divaga à fôrça das enchentes. Recebe o Palhano. Para o N, vindo da sa.

Azul, corre o Pirangi, tributário direto do Oceano. Há vários riachos, córregos perenes e lagoas permanentes e piscosas, tais sejam: Pombas, Saco da Velha, Tanque Salgado, Jirau, do Mato e outras.

Solos. — Às dunas segue-se uma faixa mais ou menos úmida, prolongada pelos córregos perenes. A aluvião jaguaribana atinge uma espessura de 4 a 5 m e quando irrigada desabrocha em searas e pomares magníficos. Na zona sob a influência do Apodi o solo torna-se calcário, bastante sêco, porém sempre fértil. Para os lados do Palhano e do rch. das Imburanas mostra-se pedregoso e carrasquenho. No Pirangi é tìpicamente de catinga.

Vegetação. — Participa da flora litorânea e do sertão. Não existem matas. Duas associações florísticas chamam a atenção. A mais importante pelo vulto e reflexo econômico é a dos carnaubais, adensada na várzea jaguaribana. Na costa, a vegetação dos mangues, desde Barra Preta à foz do Jaguaribe e camboas adentro.

Clima e salubridade. — A temperatura no litoral é amenizada pelos alíseos, com a máxima de 35 e a mínima de 23 graus. Mais quente para o interior. Depois do meio-dia, pelo verão, vindo do mar, levanta-se o *aracati*, vento que sobe pelo vale do Jaguaribe, refrescando-o. Precipitação anual: 443 mm. Alguma maleita pelas praias. No resto muito sadio.

ASPECTOS ECONÔMICOS

Vias de comunicação. — Predominam os transportes rodoviários. Internamente, mantida pela municipalidade, existe uma rêde de 201 km de estradas carroçáveis. Liga-se à Capital, Russas e Mossoró por boas estradas federais e estaduais. A viagem entre Fortaleza e Aracati faz-se até o lugar Boqueirão do Cesário (111 km) pela BR-13 e daí pela Ce-39 (48 km) transpondo-se o Jaguaribe em belíssima ponte construída durante o govêrno do presidente Juscelino Kubitschek.

Aracati já gozou de importância como pôrto, o que lhe deu a supremacia comercial cearense durante o período colonial e grande parte do imperial. Atualmente, por causa do

assoreamento, abriga apenas barcaças e pequenos iates. O pôrto deslocou-se para Fortim, 15 km abaixo, podendo receber embarcações de 4 a 5 m de calado. Os grandes navios ferram ao largo. Em frente à v. de Icapuí fica a Barra Grande, embarcadouro de sal, e pela linha da costa encontram-se ancoradouros de jangadas e pequenos barcos de pesca.

Além da agência postal-telegráfica, possui duas linhas telefônicas, ligando a cid. ao Fortim e à v. de Icapuí, administradas pelo Departamento dos Correios e Telégrafos. A Agência do Correio foi fundada em 29-3-1845 e a telegráfica foi inaugurada em 17-4-1878, pelo estacionário José Luís Figueiredo Martins. Há um campo de pouso, mantido pelo Ministério da Aeronáutica, localizado à m. esq. do rio, fronteiro à cidade.

Lavoura. — É o ramo de atividade que concentra maior número de pessoas. Apresenta grandes possibilidades desde que a irrigação, pelo menos parcialmente, se faça sentir em suas planícies. Os produtos agrícolas, por ordem do valor monetário das respectivas safras, alinham-se na seguinte ordem: côco-da-praia, mandioca, feijão, cana, algodão, batata-doce, banana e outras frutas. As lavouras de mantimentos fazem-se por tôda parte, inclusive na areia do leito do rio sêco, que é fertilizada, cova por cova, com terra trazida da várzea. O côco, a cana e as fruteiras aparecem nas terras frescas do sopé dos morros, na margem dos córregos, nos baixios do litoral e nas várzeas regadas. Cultiva-se de preferência o algodão herbáceo nas várzeas, coroas e vazantes do Jaguaribe, bem como nos baixios e tabuleiros.

Pecuária. — Em 1960 havia no mun. 6.500 bovinos, 600 eqüinos, 1.300 asininos, 2.000 muares, 2.600 suínos, 7.000 ovinos, 7.000 caprinos e 30.500 aves domésticas.

A produção de leite foi calculada em 130.000 litros, no valor de Cr$ 1.950.000,00; a de manteiga em 2.300 kg, valendo Cr$ 506.000,00; a de queijo em 2.000 kg, ou Cr$ ..... 200.000,00; a de ovos em 24.000 dúzias, custando Cr$ ..... 1.104.000,00; a de mel de abelha em 5.000 kg, no valor de Cr$ 350.000,00.

A criação de gado maior concentra-se de preferência nas

ribeiras do rch. das Imburanas e do r. Palhano e no setor entre o Rio Grande do Norte e o córrego do Retiro Grande.

Produção extrativa mineral. — A maior riqueza do mun. está no sal, com a produção estatística de 16 mil toneladas, ou 90, no parecer de entendidos no assunto. As salinas, em número de dez, situam-se no Pirangi, Jaguaribe e dist. de Icapuí. A grande salina de Canoé está abandonada.

Produção extrativa vegetal. — Em 1960, como sempre, o primeiro lugar cabe à cêra de carnaúba, com 150.000 kg, valendo Cr$ 30.000.000,00; depois vem a castanha do caju, com 1.300.000 kg, cotados por Cr$ 5.200.000,00 e, por fim, madeiras para construção, lenha e carvão vegetal.

Produção de carne. — Em 1959 a matança para o consumo público foi de 1.639 bovinos, 273 suínos, 413 ovinos, 239 caprinos; em 1960, 1.150 bovinos, 422 suínos, 485 ovinos e 297 caprinos.

Produção de peixe. — Em Fortim, Aracati, Canoa Quebrada, Majorlândia, Icapuí, Tremembé existem 1.590 pescadores colonizados, servidos por 110 botes, 357 jangadas, 95 currais e 1.265 manzuás. A coleta de peixe marítimo em 1960 foi de 716.500 kg, no valor de Cr$ 12.710.000,00.

Atividades industriais. — Entre as de transformação de produtos agrícolas, ocupa o primeiro lugar o fabrico de aguardente, sendo afamada a do "Cumbe", do lugar de sua origem. A produção aguardenteira ascende a uns 500.000 litros, avaliados em Cr$ 20.000.000,00. A de farinha de mandioca atingiu a 6.000 sacas de 60 kg, no valor de Cr$ 4.200.000,00. A de rapadura, aliás, de excelente qualidade, foi de 200.000 kg, correspondendo a Cr$ 3.000.000,00, consoante dados para 1960 fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística, exceto quanto à aguardente.

A palha da carnaúba tem largo emprêgo na confecção de chapéus, esteiras, bôlsas, vassouras, tapêtes, sandálias. Alimenta uma indústria caseira vultosa, mas difícil de ser apreciada estatisticamente. O mesmo acontece com a indústria doméstica das rendas, labirintos e bordados, afamados em todo o Brasil.

Na cid. do Aracati existe uma grande fábrica de tecidos de algodão, uma de óleo de caroço de algodão, uma de sabão, uma de gêlo e uma de doce de caju.

Comércio. — Aracati, pelo pôrto e ligações rodoviárias, mantém transações com as principais praças brasileiras e algumas estrangeiras. É o principal centro comercial do baixo e médio Jaguaribe. Conta com 15 estabelecimentos atacadistas e 55 varejistas, uma Agência do Banco do Brasil e uma do Banco de Crédito Comercial. Exporta cêra de carnaúba, sal, tecidos, produtos oriundos da palha de carnaúba, aguardente, côco, castanha e doce de caju, rendas, couros, peles de cabra, algodão e óleo de algodão.

Finanças públicas. — No qüinqüênio de 1956/60 a arrecadação da receita federal, estadual e municipal apresentou as seguintes cifras.

RECEITA ARRECADADA

Anos	Federal Cr$	Estadual Cr$	Municipal Cr$
1956	4.513.752,00	2.926.092,00	2.174.973,00
1957	6.016.682,60	7.150.665,50	2.901.076,10
1958	4.743.136,20	6.029.919,70	4.662.048,90
1959	3.917.385,10	6.842.399,20	5.911.216,00
1960	4.720.207,50	13.883.922,80	3.458.181,20

ASPECTOS POPULACIONAIS

Segundo o censo de 1960, a pop. do mun. é a seguinte:

	Total	Urbana	Rural	Domicílios
ARACATI	22.855	11.016	11.839	4.110
Cabreiro	3.603	332	3.271	620
Cuipiranga	792	272	520	125
Fortim	5.766	957	4.809	998
Ibicuitaba	2.910	111	2.799	439
Icapuí	3.343	695	2.648	631
Mata Fresca	2.101	41	2.060	343
	41.370	13.424	27.946	7.266

Aspectos Culturais e Assistenciais

Existiam, em 1960, no setor primário, 37 unidades escolares estaduais, 55 municipais e 3 particulares, com u'a matrícula efetiva de 3.876 alunos, sendo 1.381 nas primeiras, 2.316 nas segundas e 179 nas particulares. Na sede do mun. a matrícula era de 2.588 alunos, ou sejam, 987 em 26 escolas estaduais, 1.422 em 35 municipais e 179 em 3 particulares. Das unidades estaduais algumas constituíram o Grupo Escolar Barão de Aracati, que funciona em dois turnos. O ensino secundário é ministrado pelo Ginásio Marista do Aracati, Ginásio e Escola Normal São José. O profissional, por intermédio da Escola Profissional Waldemar Falcão e Escola de Corte e Costura do SESI.

A primeira cadeira do sexo masculino foi criada pela Lei n.º 806, de 25-8-1857, e a feminina pela Lei n.º 1.142, de 7-9-1864. Anteriormente houve cadeira mista, inaugurada pelo mestre régio Antônio Alves de Miranda Varejão, nomeado em Lisboa a 12-11-1794. A 22-10-1785, Teodósio Luís da Costa Moreira foi nomeado em Lisboa substituto da cadeira de Latim da vila de Santa Cruz do Aracati, criada nesse mesmo ano, sem tempo marcado, percebendo 240$000 anuais, em quartéis adiantados. Foi o primeiro professor oficial de Latim do Ceará. Pelo Dec. estadual n.º 39, de 19-5-1892, a cadeira foi extinta, transformando-se em primária. A Lei provincial n.º 424, de 25-8-1847, criou uma cadeira de Francês na cid. do Aracati, supressa antes de provida pela Lei n.º 441, de 9-7-1848.

Circulam, semanalmente, dois jornais: "O Aracati" e "O Jaguaribe". Há, ainda, a "Rádio Rio Jaguaribe" com a potência máxima de 250 W.

No campo da assistência social conta com a Sociedade de São Vicente de Paulo, por sinal a mais antiga do Ceará, fundada a 8-12-1879, sob o patrocínio de S. Francisco de Assis, pelo padre dr. Antônio Sabóia de Sá Leitão e agregada ao Centro, em Paris, em 17-1-1881. Tem a Sociedade das Senhoras de Caridade, União Operária Santa Teresa e Círculo Operário do Aracati. No que diz respeito à assistência médico-sanitária, dispõe do Pôsto de Higiene do Aracati, Pôsto de Puericultura da Legião Brasileira de Assistência, Ambulatório do IAPETC, Serviço Dentário Municipal, Serviço Dentário do Grupo Escolar, Ambulatório do IAPM, Núcleo Hospital Santa Luíza de Marillac, com 12 leitos.

Aspectos Urbanos

A cid. do Aracati está situada à m. dir. do Jaguaribe, em plena várzea, a 30 m de alt. e a 15 km do mar. Dista de Fortaleza 122 km em linha reta, 159 km por estrada de rodagem e 65 milhas por via marítima. Possui as seguintes coordenadas geográficas: 4º 33' 39" de lat. S e 37º 46' 12" de long. W. Gr.

Tem 11.000 hab. e cêrca de 2.300 prédios, dos quais 59 assobradados. Êsses sobrados, na quase totalidade de um andar, com sótão habitável, têm empenas muito altas e alguns dêles são revestidos de azulejos portuguêses. Repetem na várzea jaguaribana sobrados da várzea do Capibaribe, copiados pelos mestres de obras vindos do Recife. Os seus 27 logradouros públicos, entre os quais se destacam oito grandes ruas, seis praças e dois jardins, distribuem-se pelos bairros da Camboa, Várzea da Matriz, Duque de Caxias, José de Alencar (ex-Santarém), Franceses, Farias Brito (ex-Velame). À roda da cid. encontram-se pitorescos e agradáveis arrabaldes: Beirada, Alto da Cheia, Cacimba do Povo, São José, Albuquerque.

Conta oito logradouros pavimentados, quatro arborizados e é quase tôda iluminada a luz elétrica, com perto de novecentas ligações particulares.

Distinguem-se os seguintes prédios: Paço Municipal, igrejas do Rosário, Bonfim e Prazeres, Ginásio Marista, Ginásio São José, Escola Profissional Waldemar Falcão e a Fábrica de Tecidos Santa Teresa.

Pela sua posição topográfica, Aracati está sujeita a inundações, às vêzes a grandes cheias, tendo neste século deixado triste memória as de 1917 e 1921.

Aracati foi por muito tempo a primeira cidade do Ceará e continua a ser uma das mais importantes pelo comércio, trato social, atividade e inteligência de seus filhos.

Aspectos Históricos

"A cidade do Aracati está encravada na data que tirou, em 23 de janeiro de 1683, o capitão-mor Manuel de Abreu Soares e seus 14 companheiros, na parte que pertenceu ao mesmo capitão-mor, demarcada pelo desembargador Cristóvão Soares Reimão, em outubro de 1707, que foi vendida por sua viúva d. Maria de Siqueira e seu filho Pascoal de Lima, em 6 de dezembro de 1701, ao comissário geral Teodósio de Grasciman. É êste o povoador do Aracati e os seus descendentes são as famílias Nunes Barbosa e Costa Lima.

Foi ali, que se denominava então Arraial, onde estêve acampada a tropa dos paulistas ao mando do capitão João Amaro Maciel Parente, por ordem do mestre-de-campo Matias Cardoso de Almeida, que fôra encarregado pelo governador-geral do Brasil D. Fr. Tomás da Encarnação, de fazer guerra de extermínio ao gentio Paiacu, que infestava esta e a Capitania do Rio Grande.

Daí partiu a colonização de todo o Estado.

Desenvolvendo-se o Arraial, já denominado Aracati desde o começo do século XVIII, com o grande aumento da indústria pastoril, que se estendia admiràvelmente por tôda a Ribeira do Jaguaribe, tentaram os criadores a venda das carnes-sêcas e foram nesse intento bem sucedidos, porque aventureiros de Pernambuco e da Bahia começaram a vir ao seu pôrto carregar os navios de carne do Ceará, que, tendo boa saída no exterior, melhoraram as condições do comércio e cresceu o povoado.

Por ocasião da estada dos barcos no pôrto, davam-se de contínuo distúrbios e de quando em vez assassinatos, pelo que o governador de Pernambuco, em 8 de setembro de 1739, propõe ao rei de Portugal a ida de um destacamento de 50 praças para o Aracati e a mudança da vila do sítio do Aquirás para ali.

Não tendo pronta solução, o capitão-mor do Ceará Francisco Ximenes de Aragão, pela segunda vez, lembra, em 8 de junho de 1743, ao mesmo senhor a conveniência de irem assistir naquele povoado, durante a demora dos barcos, um juiz ordinário e um tabelião do Aquirás, medida esta que afinal foi atendida por Despacho Ultramarino de 20 de fevereiro de 1745.

Já em 24 de julho do ano anterior, o ouvidor Manuel José de Faria propusera ao mesmo senhor para que se erigisse uma vila no Aracati, que aumentava consideràvelmente em população e riqueza particular.

O rei atendeu ao ouvidor, e por carta de 19 de julho de 1747 lhe comunica a Resolução de 11 de abril dêsse ano, pela qual criou a vila de Santa Cruz do Aracati, autorizando-o a instalar a dita vila; e por isso, a 10 de fevereiro de 1748, foi ela efetivamente fundada, escolhendo-se de preferência o lugar Cruz das Almas, por ser o mais conveniente, mais alto e livre das inundações do rio Jaguaribe.

A 24 do mesmo mês levantou-se o pelourinho e a 26 foi demarcado o lugar da Câmara e Cadeia, e bem assim o lugar da Matriz que se deviam fazer à distância de 24 braças de esquina a esquina das ruas que deviam fazer face à praça Cruz das Almas.

Além da rua existente e que dava entrada para a vila, mandou o ouvidor se demarcassem outras duas de 5 braças cada uma para comunicação do Pôrto dos Barcos e que pela parte do rio se continuassem as casas, que do dito pôrto para cima se iam fundando e pela da Campanha seguindo ribeira abaixo com destino a Camboa, onde já haviam algumas casas sem ordem, se praticasse o mesmo.

Essas ruas foram tiradas da praça tanto para comunicação do Pôrto dos Barcos e tráfico das oficinas, como para serventia da Campanha, uso do rio e estradas públicas.

Por falta de uma agulha de marear, ordenou o mesmo que se aguardasse a chegada dos primeiros barcos de Pernambuco para então se proceder a demarcação, que havia sido feita estimativamente, devendo ficar o logradouro próximo do rio, para o que se começaria a demarcação da Camboa de baixo pelo rio acima, e ribanceira do rio outro tanto para dentro.

A 3 de março, achando-se já criada a vila, o dito ministro dá posse à Câmara de meia-légua de terras da Camboa para a ilha dos Veados com outro tanto de fundo para a banda do nascente ou para onde o rumo desse, onde se meteriam os respectivos marcos.

A Câmara ficou composta dos juízes ordinários Domingos Tavares da Fonseca e Arnau Correia de Vasconcelos, três vereadores, Manoel Moreira de Souza, José Batista de Freitas, José Pimenta de Aguiar, e procurador João da Silva Costa. Serviu como escrivão o tabelião Manoel Ribeiro Souto até o dia 31 de dezembro do mesmo ano, dia em que tomou posse o escrivão nomeado Luiz José de Mendonça.

Era capitão mandante e regente do distrito José Pimenta de Aguiar, nomeado pelo capitão-mor Francisco da Costa, em 24 de novembro de 1746.

A edificação começou a descer para o lado da Camboa, onde havia então o maior número de casas.

Já nesse tempo o Aracati apresentava uma certa ascendência sôbre os pontos circunvizinhos. Sua importância provinha principalmente do comércio das carnes, visto que diversos senhores abastados de Pernambuco e Bahia aí se estabeleceram para mais fàcilmente especularem com êsse ramo de negócio.

As oficinas de José Vaz Salgado, João de Abreu Cardoso, José Rodrigues Pinto, Luiz Pereira Viana e outros, situadas no espaço ocupado hoje pela rua do Rosário, lado do nascente, na rua dos Mercadores, mais tarde do Pelourinho, começo atualmente da do Comércio, lado do poente, com os currais para o rio, na Camboa, e além da lagoa do Urubu, atraíam ao pôrto inúmeros barcos de outras capita-

nias. O capitão-mor José Pimenta de Aguiar e outros cearenses mantinham também o mesmo comércio.

O luxo se ia entremetendo à medida que a vila progredia.

A Câmara em vereação de 25 de março de 1754 marcou o regimento para os alfaiates, donde se vê que as senhoras abastadas pagavam de feitio de um vestido liso com capa 6$400, uma saia de veludo 2$000 e de qualquer lã 4$000, vestido e capa; os homens por uma vêstia e calção de sêda cinco patacas, um manto 960 rs., um capote de pano forrado dois cruzados; e os menos abastados usavam os mesmos trajos de camelão, baêta, sarafina e olanda. Os abastados usavam mais as empoadas perucas e sapatinhos com meias de sêda.

Em conseqüência de se ocultarem os malfeitores nas carnaúbas que se conservavam na área da vila, servindo de tocaias, resolveu a mesma Câmara, em sessão de 11 de novembro de 1758, que fôssem cortadas sem que deixassem troncos, e por essa ocasião justou com o alferes Belchior Lopes Lima Júnior, um sino de quase duas arrôbas para serventia da mesma Câmara, cuja importância de 38$860 lhe foi paga em 7 de junho de 1759. É corrente que o que existe ainda na Câmara, é o mesmo feito por aquêle fundidor.

Faltava alguma coisa que havia escapado à vigilância dos primeiros camaristas e por isso na audiência geral de 10 de dezembro de 1758, que mandou fazer o ouvidor Vitorino Soares Barbosa, requereu o procurador dizendo que quando se erigiu a vila, se levantou o pelourinho, e se esquecera a fôrca, que também devia haver, principalmente existindo ordem de S. Majestade para que as sentenças dos réus sentenciados pela junta das justiças de Pernambuco, sendo os delitos cometidos nesta comarca, nela fôssem executadas as suas penas, — o que se deferiu erguendo-se aquela máquina de destruição, feita de dois esteios grossos e uma travessa, na praça da Cruz das Almas, lugar de entrada e saída mais pública da vila.

Na mesma audiência mandou o ouvidor que por conta dos bens do Conselho se fizesse um pavilhão de damasco encarnado com franja de retrós, e no meio de uma parte se lhe pusesse na tarja as armas reais e da outra uma cruz, que eram as armas da vila.

Era o símbolo de sua grandeza, e por não haver quem o fizesse na terra, se mandou vir de Pernambuco.

Curioso documento histórico é a vereação do 1.º de outubro de 1759 e por isso o transcrevo integralmente: Os oficiais da câmara acordaram sôbre a resposta do Revd. Cura desta freguesia no que respeita à missa solene de S. Francisco de Borja e na procissão do patrocínio da Senhora, em que S. Majestade manda que se assista sem despesa alguma, tornando a fazer ciente ao Revd. Cura as disposições de S. Majestade e obrigação que em nós assiste, como também acordaram escrever ao mesmo Cura para que no dia do patrocínio da Senhora venha a esta vila festejar a festa que pretendemos fazer em

ação de graças pela saúde de El-Rei nosso senhor, cuja festa se assentou em câmara a requerimento do mesmo procurador, e nós deliberamos ser justa, como também acordaram a que três dias antes da dita festa todos os moradores desta vila pusessem 3 dias luminárias sob pena de 4$000 de condenação para despesa dêste Conselho.

Havia muito respeito e obediência naquele tempo!

Não menos prova a resolução tomada em vereação de 18 de abril de 1762; pois que nela fica assentado que: depois de tocar o sino à noite o juiz com seus oficiais sairiam a rondar a vila, e encontrando mulheres damas e revoltosos, seriam notificados para despejarem da terra para fora.

O que aconteceria hoje aos vereadores atuais se se pusesse em execução uma tal medida ?

As rendas cresceriam e mais ainda a vila.

A Câmara que desde 18 de dezembro de 1748 havia requerido a El-Rei lhe mandasse dar por têrmo a freguesia das Russas e repetira o mesmo pedido em 1.º de dezembro do ano seguinte, sem solução alguma até então 1779, se bem que dispusesse tão-sòmente do terreno de meia-légua do seu patrimônio, tinha em caixa bom saldo e por isso na sessão de 21 de junho dêsse ano fêz o contrato para edificar a casa da Câmara e Cadeia de conformidade com uma excelente planta. É a melhor do Estado.

Começada na rua do Comércio, no trecho antigamente das Flôres, logo na sessão de 19 de fevereiro de 1781, resolveu a Câmara trasladar o pelourinho para a pequena praça chamada da Cadeia, que ficava quase em frente à mesma Câmara.

O pelourinho estivera plantado ao sul da rua do Comércio, na praça da Cruz das Almas, pouco além das casas e do lado do nascente das mesmas casas.

Por Provisão de 20 de junho de 1780, D. Tomás da Encarnação Costa e Lima divide a freguesia das Russas e cria e erige em nôvo curato a vila de Santa Cruz do Aracati, cuja divisão e criação da freguesia o dr. visitador Manuel Antônio da Rocha, por Provisão de 21 de julho do mesmo ano, determinou que compreendesse em seus limites além da dita vila e têrmo da Barra do Jaguaribe rio acima por uma e outra parte até finalizar na ponta de cima da ilha chamada Poró, compreendendo da mesma sorte da parte da serra a fazenda do Estreito, e pelo riacho das Russas acima por uma e outra parte a confinar na fazenda de Bento Pereira com um desaguadouro, que fica na estrada das Russas, que faz barra e deságua no mesmo riacho, atravessando linha reta para a ponta da referida ilha Poró, incluindo juntamente o riacho chamado Palhano, Mata Fresca, Cajuais, Retiro e capelas neste distrito compreendidas.

Determinados os limites da freguesia reclama a Câmara, em reunião de 17 de setembro de 1783, para Lisboa, pedindo que lhe seja

assinado um têrmo correspondente a sua riqueza e importância, e com alguma demora, por Provisão de 17 de dezembro de 1793, a rainha de Portugal mandou que lhe fôsse demarcado o têrmo pedido desde a parte oriental do rio Jaguaribe até o Mossoró, extrema da Capitania do Ceará, e desde a barra do rio até a Passagem das Pedras, inclusive o Jiqui e Catinga do Góis (União), dando-se-lhe posse depois de efetuada a demarcação, a qual lhe foi dada pelo ouvidor Manoel Leocádio Rademaker em 17 de junho de 1801.

No comêço do século XIX a vila do Aracati já gozava dos melhoramentos que a metrópole concedia às mais ricas e adiantadas.

Logo que se instalou a Junta da Real Fazenda na Fortaleza, em 1.º de outubro de 1799, se mandou construir nessa vila um edifício para a arrecadação do impôsto do algodão, sendo nomeado inspetor por ato de 20 de novembro do mesmo ano, José de Castro Silva.

Tinha duas aulas para a mocidade, uma de latim exercida pelo padre Antônio José Moreira, que substituíra a Teodósio Luiz da Costa Moreira, o primeiro que foi nomeado em 22 de outubro de 1785, e outra de primeiras letras exercida pelo mestre régio Antônio Alves de Miranda Varejão, nomeado em 12 de novembro de 1794, por ter deixado de embarcar o mestre régio Félix Gonçalves Ribeiro Gama, que havia sido nomeado em 24 de novembro de 1792.

Em junho de 1805, o abastado negociante Pedro José da Costa Barros, despacha a sua sumaca *Cobra* com carregamento de algodão para Lisboa e foi êste o primeiro navio que abriu caminho ao comércio direto com a Metrópole.

Foi êste um grande passo para o progresso não só da vila, mas de tôda a Capitania.

Aumentavam dia a dia as transações comerciais com as demais praças do País, ao passo que a vila provia de fazendas e objetos de luxo o resto da Capitania pelo lado do sul.

A edificação se estendia por todos os lados e a Câmara não descansava de lembrar medidas para o seu desenvolvimento.

Tendo pedido ao governador Sampaio, em 17 de junho de 1812, autorização para aterrar a vila nos lugares por onde se acumulavam as águas das cheias, foi-lhe concedida a licença pedida por despacho de 30 de julho do mesmo ano. Fizeram-se os serviços necessários e no ano seguinte nivelaram-se as calçadas que por suas desigualdades afeavam as ruas.

Nesse mesmo ano foi concluído o Mercado pelo capitão João Dias Martins, prédio êste que mereceu do mesmo governador Sampaio o epíteto de elegante e bem acabado.

A Alfândega produzia satisfatório rendimento, e o plantio dos algodões aumentava nos pontos apropriados à lavoura.

A vila de Aracati tomou parte ativa no movimento revolucionário de 1824, aderindo muitas pessoas de distinção à República do Equador,

patrocinada na Capitania por Tristão Gonçalves, que nesse mesmo ano foi com a sua idéia morrer em Santa Rosa às mãos dos sicários imperialistas.

Na sua passagem por aquela vila, a 10 do mês de outubro, teve de bater-se com o seu auxiliar tenente Luiz Rodrigues Chaves, que chegara de Pernambuco encarregado de fazer a contra-revolução. Não foi esta só a primeira traição que recebeu o grande republicano.

Faltava à vila um órgão de publicidade, que traduzisse o seu adiantamento e amor à liberdade, e êste foi criado fazendo a sua aparição a 10 de dezembro de 1831. Chamava-se *Clarim da Liberdade*. Era seu redator o alagoano Joaquim Inácio Wanderley, que por motivos políticos emigrara para ali com o nome de Joaquim Emílio Aires. Homem de ação, deixou até hoje sinais bem significativos de sua passagem por aquela região.

O seu edital de 25 de fevereiro de 1833, como juiz de paz, é um padrão de glória para o seu nome.

Nêle ordena que os pais de famílias dêem a seus filhos mestres, que lhes ensinem a ler a as artes proveitosas; e foi tão enérgico nesta resolução que conseguiu dentro em pouco que os filhos do povo aprendessem a ler e a um ofício qualquer, de tal sorte que ainda hoje é bem raro encontrar-se um aracatiense que não tenha uma ocupação mais ou menos proveitosa. São todos artistas e em geral os melhores do Estado.

A vila com elevação a cidade pela Lei n.º 244 de 25 de outubro de 1842 atingiu ao auge de sua grandeza.

Por êste tempo as casas abastadas mantinham em geral um luxo desconhecido na Província, superior ao da Capital, e não raro era verem-se atravessar as ruas lindas carruagens conduzindo famílias ricamente vestidas de sêda ou veludo com adornos de preço.

Os menos favorecidos da fortuna faziam-se transportar em palanquins, ou como vulgarmente se diz na Bahia, cadeirinhas, cobertas de damasco azul bordado a galões, que eram carregados aos ombros de escravos limpos e bem trajados.

As famílias faziam o serviço de suas festas íntimas com um exagêro de grandeza surpreendente e tudo se inventava para que o regozijo fôsse completo.

O comércio com a praça de Pernambuco era ativíssimo, e por vêzes no ano os negociantes do Aracati faziam seus passeios àquela praça principalmente por divertimento.

Continua mais ou menos em progresso a mimosa cidade, apesar da supressão em 1851 da sua Alfândega, até que com a construção da Estrada de Ferro de Baturité, em 1872, e principalmente com a estrada de rodagem do Crato a Mossoró, para onde iam os gêneros de quase tôda a Ribeira do Jaguaribe e vinham mercadorias sem pagamentos

de direitos às repartições do Aracati, foi pouco a pouco diminuindo a sua importância e paralisando o seu comércio.

Incontestàvelmente a cidade aracatiense é uma das terras mais cheias de recordações históricas do Ceará e tem páginas brilhantes que enchem de luz os 153 anos de sua existência, que não podem ser relembrados nos estreitos limites de um artigo.

Da simplicidade primitiva da Câmara pouco resta e apesar do seu grande abatimento ela apresenta visos de verdadeira grandeza.

O que possui de seu passado deve ser conservado com o cuidado com ques e trata uma herança sagradas de avós." (**Antônio Bezerra,** *Almanaque do Estado do Ceará*, 1902, 133 *et passim*.)

• • •

Formação administrativa. — O arraial do Pôrto dos Barcos do Jaguaribe passou a Vila de Santa Cruz do Aracati pela Resolução régia de 11-4-1747. A instalação deu-se a 10-2-1748, pelo ouvidor Manuel José de Farias, que em 3 de março seguinte empossou o Senado da Câmara, composto de Domingos Tavares da Fonseca, Manuel Moreira de Sousa, José Batista de Freitas, José Pimenta de Aguiar e João da Silva Costa, sendo meirinho-geral Luís da Costa Faleiro e escrivão Adriano Coelho de Araújo. Como se vê, esta relação difere da apresentada por Antônio Bezerra no trabalho acima transcrito. Os primeiros atos e documentos relativos à Vila de Santa Cruz do Aracati podem ser consultados em Barão de Studart, *Datas e Fatos Para a História do Ceará*, 1.º v., Fortaleza, 1896, 214, 222, 223, 227, 228, 231 a 234. Cid. pela Lei n.º 244, de 25-10-1842.

Divide-se administrativamente em sete distritos: Aracati, Cabreiro, Cuipiranga (ex-Tibau), Fortim, Ibicuitaba (ex-Areias), Icapuí (ex-Caiçara), Mata Fresca.

Formação judiciária. — O juizado de fora do Aracati, com a vila de Russas anexa, foi criado por Alvará régio de 27-6-1816. Teve como primeiro titular o dr. Francisco Rodrigues Cordeiro, empossado a 25-10-1818. A data do alvará em causa não é de 16 de junho, como consta em Benedito A. dos Santos. (*Para a história de algumas localidades cearenses*, RIC, 33 (1909), 223), repetida por Raimundo Girão e Antônio Martins Filho, em *O Ceará*, 2.ª ed., Fortaleza, 1945, 61. O Barão de Studart (obra citada, 1.º v., 495-499) reproduz o diploma legal em referência. O cargo de juiz de paz da freguesia, criado por Lei de 15-10-1827, teve em João Crisóstomo de Oliveira o seu ocupante inicial. A comarca, compreendendo os têrmos de Russas e Cascavel, foi criada pelo Conselho do Govêrno a 6-5-1833, em virtude do Dec. de 13-12-1832, expedido para a execução do Código do Processo Criminal, e confirmada pela Lei n.º 22, de 4-6-1835, sendo na mesma data nomeado juiz de direito o dr. Antônio Henrique de Miranda. A comarca foi posteriormente aprovada pela Lei n.º 52, de 25-9-1836. Comarca de 2.ª entrância conforme a Tabela n.º 1 que acompanha o Dec. n.º 687, de 26-7-1850. Por fôrça do art. 22 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição do Estado, de 23-6-1947, passou à categoria de 3.ª entrância.

Formação religiosa. — A freguesia foi criada por Provisão de 26-6-1780, do Bispo de Pernambuco d. Tomás da Encarnação Costa e Lima, sob a invocação de N.S. do Rosário do Aracati, desmembrada da de Russas. Os principais documentos relativos ao fato encontram-se em Barão de Studart (obra citada, 1.º v., 351-355.) A Lei n.º 1.667, de 11-8-1875, criou a freguesia de N.S. do Rosário das Areias, emancipada da do Aracati, que por ato de dom Aureliano Matos, Bispo de Limoeiro do Norte, teve a sede transferida para Icapuí, sob a invocação de N.S. da Soledade.

Pertencente à paróquia do Aracati há seis igrejas e vinte e seis capelas e à de Icapuí duas igrejas e sete capelas. As capelas de S. João, N.S. de Fátima, Santa Teresinha e São Raimundo, respectivamente, em Barreiras do Jaguaribe, Cabreiro, Santa Teresa e Jirau, pertencentes ao mun. do Aracati, fazem parte da paróquia de Itaiçaba.

TOPONÍMIA

V. verbete anterior, referente à brisa de nome Aracati.

FILHOS ILUSTRES (*)

Adolfo Caminha (1867-1897). Oficial da Marinha e homem de letras. Praticou o jornalismo, a crítica, a poesia e notada-

mente o romance, gênero literário em que se sagrou um dos corifeus da escola naturalista no Brasil. Era o *Felix Guanabara* da famosa Padaria Espiritual.

Alfredo Ramos Chaves (1841-1920). Militar, fêz as campanhas do Uruguai e do Paraguai, durante as quais conquistou várias condecorações. Tem o nome de Alfredo Chaves uma das cidades do Rio Grande do Sul, onde residiu por vários anos.

Antônio Manuel de Medeiros (1827-1879). Médico, prestou relevantes serviços às populações do interior da Província, durante os surtos epidêmicos de cólera. Pertencia ao corpo de saúde do Exército, tendo feito a campanha do Paraguai.

Antônio Pacheco Mendes (1857-1942). Médico que se notabilizou na clínica, na cirurgia e na cátedra, como professor da Faculdade de Medicina da Bahia. Militou também na política daquele Estado, tendo sido prefeito de Salvador, deputado estadual e federal.

Antônio Pinto de Mendonça, cônego (* 1872). Vigário colado de Quixeramobim e visitador da Província, governou a diocese do Ceará antes da posse do primeiro bispo. Adquiriu notoriedade como político pertencente ao Partido Liberal, que o elegeu deputado provincial e geral. Na qualidade de vice-presidente, governou interinamente a Província, em 1861.

Antônio Sabóia de Sá Leitão (1842-1917). Bacharel em direito, dedicou-se à magistratura. Tendo enviuvado, ingressou no Seminário de Pernambuco, onde recebeu o presbiterato. Foi o fundador da primeira conferência vicentina no Ceará (1879).

Antônio Teodorico da Costa, comendador (1828-1897). Figura de prol do Partido Liberal. Exerceu os cargos eletivos de vereador e presidente da Câmara de Fortaleza, deputado provincial e presidente da Assembléia cearense. Como vice-presidente, governou a Província em duas interinidades, numa das quais ocorreu a libertação dos escravos.

Benedito Augusto Carvalho dos Santos ou *Beni Carvalho* (1886-1959). Bacharel em direito e homem de letras. Pertenceu ao magistério militar e era catedrático da Faculdade de Direito do Ceará. Representou êste Estado na Câmara dos Deputados e governou-o, como interventor federal, em 1945.

Bruno Rodrigues da Silva Figueiredo, monsenhor (1852-1930). Uma das figuras mais expressivas do clero cearense. Paroquiou várias freguesias e, por longos anos, foi vigário-geral da Diocese. Dotado de sólida cultura clássica, dedicou-se também ao magistério secundário, tendo fundado o Instituto de Humanidades e lecionado no Liceu do Ceará.

Custódio Manuel da Silva Guimarães, conselheiro (*1887). Magistrado de mérito, terminou sua brilhante carreira como ministro do Supremo Tribunal de Justiça.

Domingos José Nogueira Jaguaribe, visconde de Jaguaribe (1820-1890). Vulto de relêvo na magistratura e na política de seu tempo. Teve assento na Assembléia provincial em mais de uma legislatura e representou o Ceará na Câmara dos Deputados Gerais e no Senado do Império. Fêz parte do Gabinete de 7 de março de 1871, presidido pelo visconde do Rio Branco, como Ministro da Guerra.

Eduardo Francisco Nogueira Angelim (1814-1882). Foi a figura mais notável da revolução dos Cabanos, durante a qual chegou a governar a Província do Pará. Teve uma vida trepidante, marcada de lances cavalheirescos.

Ernesto Deocleciano de Albuquerque (1841-....). Chefe de importante família cearense, dedicou-se às atividades comerciais e industriais, tendo sido o fundador da fábrica de tecidos de Sobral.

Francisco José do Nascimento (1839-1914). Apesar de sua origem e condição humilde, tornou-se uma das figuras de maior relêvo do movimento abolicionista do Ceará. Suas atitudes legendárias valeram-lhe a antonomásia de "Dragão do Mar".

Francisco de Paula Nei (1858-1897). Poeta, orador e jornalista, prodigalizou seu talento na imprensa e sobretudo nas rodas da boêmia literária do Rio de Janeiro, onde se fêz temido e admirado por suas improvisações humorísticas e satíricas.

Frederico Augusto Pamplona (1814-1865). Político de relêvo, governou o Rio Grande do Norte e, interinamente, o Ceará. Representou esta Província na Câmara dos Deputados Gerais, depois de haver figurado na Assembléia provincial.

Geminiano Maia, barão de Camucim (1847-1916). Comerciante e proprietário de largo prestígio e influência neste Estado, distinguiu-se por sua filantropia.

Hipólito Cassiano Pamplona (1819-1895). Magistrado conspícuo, teve assento, como desembargador, nas Relações de Minas Gerais e do Ceará. Anteriormente, militara na política desta Província, tendo sido deputado provincial.

Hipólito Gomes Brasil, monsenhor (1822-1899). Na qualidade de vigário-geral, governou a Diocese do Ceará em mais de uma oportunidade. Dedicou-se também ao magistério, tendo sido diretor da Instrução Pública e do Liceu do Ceará.

João Facundo de Castro Menezes, major Facundo (1787--1841). Membro de importante família cearense, distinguiu-se como chefe do Partido Liberal nesta Província, que chegou a governar, como vice-presidente. Seu assassínio constituiu um dos fatos de maior repercussão na história política do Ceará.

Joaquim José Barbosa, capitão-mor (1785-1847). Figura de destaque na vida social e política da Província, na fase de sua implantação. Teve assento na Assembléia provincial e representou o Ceará na Câmara Baixa do Império.

José Avelino Gurgel do Amaral (1843-1901). Advogado e jornalista, militou também na política partidária, tendo figurado como representante do Ceará na Assembléia Constituinte Republicana e noutras legislaturas subseqüentes da Câmara dos Deputados.

José Liberato Barroso, conselheiro (1830-1885). Homem público de notável conceito e grande merecimento. Foi lente da Faculdade de Direito do Recife e desempenhou importantes cargos políticos, entre os quais os de deputado provincial e geral, ministro de Estado e presidente de Província.

José Lourenço de Castro e Silva (1808-1847). Médico de renome, com larga fôlha de serviços prestados à Província do Ceará, tendo sido o organizador e primeiro chefe de seus serviços de saúde. Foi deputado provincial em várias legislaturas e figurou em lista tríplice como candidato a uma vaga no Senado do Império.

José Mendes da Cruz Guimarães (1799-1872). Membro de uma das mais antigas e importantes famílias cearenses, distinguiu-se como comerciante abastado e portador de larga influência pessoal. Como vice-presidente da Província, governou-a em mais de uma interinidade.

José Pereira da Graça, barão de Aracati (1812-1889). Fêz brilhante carreira na magistratura, terminando-a como ministro do Supremo Tribunal de Justiça, depois de ter servido, como desembargador, na Relação do Maranhão. Militara, antes, na política, tendo sido deputado na Província e na Côrte.

José Pinto Martins (* 1826). Tendo emigrado para o Rio Grande do Sul durante a sêca de 1777, ali fundou a primeira charqueada, que veio a ser o ponto de partida da indústria saladeril daquela província. É também homenageado como o fundador da cidade de Pelotas.

Júlio César da Fonseca Filho (1850-1931). Jornalista e orador vibrante, dotado de sólida cultura humanista. Empenhou todo o seu idealismo e aptidões nas campanhas da abolição da escravatura e da implantação da república, tendo sido um dos corifeus dessas cruzadas no Ceará.

Liberato de Castro Carreira (1820-1903. Médico e homem público dos mais capazes do seu tempo. Representou o Ceará na Câmara dos Deputados e no Senado do Império. Sua "História Financeira e Orçamentária" e outros trabalhos de valor deram-lhe ingresso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Manuel do Nascimento Castro e Silva, conselheiro (1788-1846). Homem público de grande prestígio e merecimento, ocupou os mais altos postos eletivos e governamentais do seu tempo. Foi um dos representantes brasileiros às Côrtes de Lisboa e teve assento na Assembléia provincial, na Câmara dos Deputados e no Senado do Império, depois de ter sido presidente de Província e ministro de Estado em vários gabinetes.

Dom Manuel do Rêgo Medeiros (1829-1866). Foi o primeiro sacerdote cearense elevado à dignidade episcopal, tendo falecido prematuramente quando regia a Diocese de Olinda.

Pedro José da Costa Barros (1779-1839). Primeiro presidente da Província do Ceará, após a emancipação política do Brasil. Anteriormente figurara como deputado à Assembléia Constituinte do Império e como ministro do Estado. Governou também o Maranhão e terminou sua carreira política como senador do Império.

Pedro Pereira da Silva Guimarães (1814-1876). Magistrado e professor, dedicou-se também à atividade política, tendo sido deputado provincial e geral. Por suas iniciativas no parlamento, é considerado um dos precursores da campanha anti-escravagista no Brasil.

Zózimo Bráulio Barroso (1839-1920). Engenheiro especializado em assuntos portuários, tendo granjeado neste setor grande renome profissional.

(*) — Verbete redigido pelo dr. José Bonifácio de Sousa, do Instituto do Ceará.

ARACATI, O EMPÓRIO DA CARNE-SECA

Aracati, Granja, Camucim desenvolveram-se ao influxo da carne-sêca. Sobral igualmente fabricava muita carne, a princípio carregada no Pôrto do Barco, depois em Oficinas, núcleo inicial da cidade de Acaraú.

Aracati, a 15 quilômetros da barra do rio mais importante do Ceará, excedeu a tôdas essas povoações e durante mais de meio-século manteve a privilegiada situação de maior exportador de produtos pecuários, do Açu ao Parnaíba. Ainda não era vila e já abatia, anualmente, de 18 a 20.000 bois, e mais de 25 sumacas freqüentavam-lhe o ancoradouro, na faina de transportarem a carne e a courama para Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, a trôco de fazendas, ferragens e quinquilharias.

Ao findar das chuvas afluíam a êsses arraiais costeiros as embarcações e as boiadas. Carros e tropas traziam do interior couros, solas, vaquetas, algodão. Era a estação dos negócios.

O encontro de homens da marinha e de homens do sertão — comerciantes rudes e sertanejos rixentos — não raro explodia em rusgas, resolvidas a faca ou a tiros de bacamarte. A insegurança chegou a tal ponto, que a Carta régia de 25 de setembro de 1745 determina que um juiz ordinário e um tabelião da vila do Aquirás assistam no Aracati, por ocasião da afluência dos barcos, a fim de coibirem as desordens.

A instalação da vila do Aracati a 10 de fevereiro de 1748 acarretou-lhe, a princípio, um colapso comercial de grave repercussão na vida econômica da Capitania, como se depreende das informações do ouvidor Proença Lemos e da Câmara de Aquirás. Os armadores, afeitos à largueza de um pôrto livre, não quiseram submeter-se às posturas criadas pela nova edilidade, procuraram outras oficinas, descendo a freqüência dos barcos de mais de 25, anteriormente, para 6 ou 7 em 1751. Já antes, a 2 de junho de 1741, a Câmara de Aquirás impusera aos barcos que entrassem no pôrto do Aracati o tributo de 8$000 se carregassem mais de 1.000 arrôbas, 6$000 se fôsse menos e 4$000 aos que transportassem couros, mas a Ordem régia de 6 de setembro do ano seguinte repreendia severamente os oficiais autores do impôsto e mandava que de seus bolsos restituíssem as quantias arrecadadas.

Em pouco tempo, porém, a nova vila recupera o seu papel de entreposto comercial de Pernambuco com a bacia jaguaribana e regiões lindeiras. Uma ordem régia impedia a Capitania comerciar diretamente com a Metrópole, e Recife, como intermediário, beneficiava-se com todo êsse movimento de negócios que alcançava os mais longínquos sertões cearenses e drenava a parte central do Piauí.

Aracati carneava anualmente de 20 a 25.000 bois e a sua exportação compreendia também perto de 60.000 meios de sola, 30.000

couros salgados, 35.000 couros de cabra, 3.000 pelicas. As matanças não param nessas cifras, registadas salteadamente nos informes camarários e nos relatos obrigatórios dos capitães-mores. Nos últimos anos do século 18, ali morriam, todos os anos, para mais de 50.000 reses; logo depois vinha Sobral, cujas carnes sustentavam muitos especuladores e embarcações de Pernambuco e Bahia.

Aracati dominava o Ceará econômica e socialmente. Importava mais de seiscentos mil cruzados e as exportações caminhavam perto do dôbro, oriundas quase tôdas das carnes e couros. Casas comerciais existiam com capital superior a cem mil cruzados. Milhares de cavalgaduras e perto de dois mil carros de bois asseguravam as comunicações dêsse empório com os sertões.

Seguiam-lhe em importância os portos de Acaraú e Camucim. Mucuripe negociava especialmente com algodão.

A riqueza, o contato com gente mais civilizada, poliu os aracatienses, a ponto de se tornarem os homens mais notáveis da Capitania.

João Brígido, cujas obras constituem o filão mais rico da historiografia cearense, no tocante à sociedade, numa página pitoresca sintetiza essa preeminência dos aracatienses:

"Quando a gente do Aracati era a mais civilizada do Ceará, assim na roupa, como em tudo mais, daí saíam, para as outras vilas os homens que mais se distinguiam em música e ofícios mecânicos, letras e ciências.

Um homem do Aracati, por si só que do Aracati, podia meter a cara em qualquer negócio, e colocava-se no primeiro plano em tôda parte onde chegava.

Na antiguidade, tinha o mesmo valor que um português ou *marinheiro*, como se dizia vulgarmente. Muitos aracatienses julgavam mesmo que o eram, se arrojavam mesmo à tamanha honra.

Alguém, perguntou a certo indivíduo, se era *marinheiro*.

Sou, sim senhor, respondeu êle.

De que parte ?

Aqui mesmo do Aracati." (Renato Braga, RIC, 61 (1947), 152 a 154.)

ARACATIAÇU. — R., nasce na sa. Verde, contraforte da sa. do Machado, correndo a princípio para NO, e em direção ao N, nos dois terços restantes do curso. Pela esq. recebe os rch. do Bom Jesus e do Pajé e pela dir. o Gabriel e os que drenam a vertente ocidental da sa. da Uruburetama, destacando-se o Mici. A bacia hidrográfica mede 4.000 km², com uma vazão média de 447.448.100 m³, correspondendo à pluviosidade de 957 mm, conforme dois anos de observação em Miraí-

ma. O primeiro trecho do vale do Aracatiaçu é bastante acidentado. Terras em geral pedregosas, sêcas, com escassas aluviões, mas excelentes para criar, caracterizam tanto o curso médio como o superior. "Neste trecho, as águas são tão salinas que os animais estranhos ao lugar não as bebem e os pássaros as repugnam. O sal cristaliza-se nos poços rasos." (Th. Pompeu de Souza Brasil, *O Ceará no Comêço do Século XX*, 29.) Antes de alcançar o mar atravessa uma zona de tabuleiros arenosos e de várzeas mais ou menos amplas, cobertas de carnaubais. Banha Aracatiaçu, Caracará, Miraíma, Amontada e Aracatiara. Depois de um curso de 210 km forma a ens. ou ba. dos Patos, a L da ponta do Itapajé, aos 3° 16' de lat. S e 4° 12' de long. L do Rio Janeiro.

Em seu leito encontram-se os aç. de Santa Maria, Santo Antônio do Aracatiaçu, Patos e Miraíma (S. Pedro da Timbaúba), construídos pelo Govêrno Federal.

"O topônimo vem do comêço do XVII século. Figura na descrição da costa feita em 1628 pelo holandês Kilian de Resenlaer, sob a forma de *Aracatyhug*, e no relatório de Jean de Laet, em 1640, com a grafia *Aracatiguiuasu*. No mapa de Hondius (1636), está sob a forma *Aracatiuasa*, e nos de Blaeu (1649) e Loon (1654) *Aracateu*. Mas, a primeira referência encontra-se na relação do padre Figueira que é de 1607, onde se regista *Aracategi*. No mapa de Albernaz, o rio *Aracatiaçu* tem o nome tremembé de *Catifim*.

As formas primitivas *Aracategi* e *Aracateu* significam simplesmente: rio *Aracati*. A grafia atual vem de 1640, quando Laet escreveu *Aracatigiasu*, rio grande Aracati; certamente, já em oposição ao seu vizinho, o rio pequeno Aracati (Aracati-mirim)." (Th. Pompeu Sobrinho, *Topônimos indígenas dos séculos 16 e 17 na costa cearense*, RIC, 59 (1945), 165 e 166.)

ARACATIAÇU. — V. SANTO ANTONIO DO ARACATIAÇU (Aç.).

ARACATIAÇU (Ex-SANTO ANTONIO DO ARACATIAÇU, ex-SANTO ANTÔNIO). — Dist. e v. de igual nome, que pertence ao mun. e com. de Sobral.

O dist. de Santo Antônio do Aracatiaçu foi criado por Ato prov. de 18-3-1843. Pertenceu ao têrmo da Imperatriz, do qual foi desmembrado e incorporado ao de Uruburetama pelo art. II da Lei n.º 534, de 10-12-1850, voltando a figurar no têrmo anterior pela de n.º 857, de 27-8-1858. O arraial foi elevado à categoria de pov. pela Lei n.º 1.079, de 4-12-1863. Nesse mesmo ano, pela Lei n.º 1.098 de 31 de dezembro, o dist. foi incorporado ao têrmo de Uruburetama. Passou a pertencer novamente ao de Imperatriz pela Lei n.º 1.112, de 27-10-1864, e ao mun. de Sobral pela Lei n.º 1.341, de 25-10-1870.

Com a Lei n.º 661, de 3-8-1875, tornou-se mun., tendo por sede o núcleo de Santo Antônio de Aracatiaçu, então elevado a vila. Incorporada nesta última categoria à com. de São Francisco pela Lei n.º 1.672, de 19-8-1875, foi rebaixada de v. e incorporada como simples paróquia ao mun. de Sobral pela Lei n.º 1.814, de 22-1-1879. Com o Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1938, passou a chamar-se sòmente S. Antônio. O Dec.-lei n.º 1.114, de 30-12-1943, deu-lhe a denominação de Aracatiaçu, ainda vigente. Foi elevado à categoria de mun. pela Lei n.º 4.072, de 7-5-1958, compreendendo os dist. de Aracatiaçu, Taperuaba e Caracará, desmembrados de Sobral. Êste ato, por falta de requisitos legais, foi julgado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal a 6-8-1958.

A freg. foi criada pela Lei n.º 1.079, de 4-12-1863, sob a invocação de S. Antônio.

A pop. do dist. em 1950 somava 2.030 hab. Em 1960 subiu para 3.660 hab., sendo 772 na zona urbana. O número de domicílios ascende a 638.

A sede da v., à m. esq. do Aracatiaçu, fica numa planície, a 3º 52'45" de lat. S e 3º 40'37" de long. L do Rio de Janeiro.

O dist. dedica-se mais à criação do que à lavoura. É servido pela Ce-11, que se liga à BR-22, sendo apenas de 16 km a distância entre a v. e esta rodovia federal. Tem agência postal de 4.ª classe e 4 escolas públicas de inst. prim., uma das quais criada pela Lei prov. n.º 1.176, de 29 de agôsto de 1865. A matrícula efetiva foi de 137 alunos, em 1960.

ARACATIARA (Ex-LAGOA COMPRIDA, ex-LAGOA). — Dist. e v. de igual nome, do mun. e com. de Itapipoca.

A pop. é de 5.168 hab., 179 na zona urbana e 4.989 na rural. O número de domicílios ascende a 835.

A v., à m. dir. do Aracatiaçu, do qual dista cêrca de 300m, não passa de um lugarejo com umas 30 e tantas moradias ocupadas por 179 habitantes.

Dispõe de 19 escolas, 4 estaduais e 15 municipais, com u'a matrícula efetiva de 600 alunos.

O dist. fica no curso inferior do Aracatiaçu, com várzeas cobertas de carnaúbas, salteadas de oiticicas, e tabuleiros arenosos que se prestam ao cultivo da mandioca e de um pouco de cana, à margem dos córregos.

O dist. já figurava na divisão territorial datada de 31-12-1936, como pertencente a Itapipoca, com o nome de Lagoa Comprida, do acidente dêste nome. Pelo Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1938, passou a chamar-se Lagoa, simplesmente, e pelo de n.º 1.114, de 30-12-1943, tomou o nome de Aracatiara, que significa *senhor* ou *dono* do *Aracati*.

ARACATIMIRIM. — R., corre paralelo ao Aracatiaçu, tendo uma bacia aproximada de 1.500 km2. Nasce em pleno sertão, no mun. de Santana do Acaraú, onde é barrado no lug. Mulungu. Certo trecho de seu curso separa os mun. de Itapipoca, Santana do Acaraú e Acaraú. Desemboca no Oceano, tendo antes formado o lagamar do Jenipapo, por 2º 55' de lat. S e 3º 12' de long. L do meridiano do Rio de Janeiro. Um pouco acima de sua foz está o pov. de Almofala, que empresta o seu nome à b. do rio, a 18 km a O da do Aracatiaçu.

É conhecido em sua bacia pelo nome de *Mirim*, o pequeno, em contraposição ao Aracatiaçu, o grande. Sôbre a evolução toponímica dêste r., convém ler a erudita nota de Th. Pompeu Sobrinho, RIC, 59 (1945), 166.

ARACATIMIRIM. — Sít. no r. acima, onde o pe. José Borges de Novais, primeiro missionário dos índios Tremembé da costa norte da Capitania, construiu e benzeu, no início do século 18, uma igreja sob a invocação de N.S. da Conceição.

ARACATIPANÃ. — Nome de um cór. que figura na data de sesmaria de Manuel Dias Pimentel, concedida pelo capitão-mor João de Teive Barreto e Menezes, em 20-9-1743. (D.S., v. 14, n.º 172, 141.) Hoje simplesmente Panã.

ARACAÚBA. — O topônimo consta da data de sesmaria concedida a Pedro da Rocha Maciel, na sa. de Baturité, no rch. de Aracaúba, pelo capitão-mor Domingos Simões Jurdão, em 2-6-1735. (D.S. v. 2, n.º 99, 55.) É o atual Aracoiaba.

ARACOIABA. — R., outrora chamado Canoa, nasce na sa. de Baturité, na zona mediana entre Mulungu e Guaramiranga. Banha a cid. de Baturité pelo lado NE e antes de alcançá-la, nas proximidades, "despenha-se em diversas quedas": Tijuquinha (donde parte o abastecimento da cid.), Itamarati, Salto do Ôlho d'Água, Morcêgo e outras. Rega o mun. e cid. de seu nome, desembocando no Xoró, pela m. esq., no lug. Várzea Redonda, perto da v. de Vazantes, que lhe fica pela direita. Tem 30 km de curso.

Recebe as águas de grande parte da vertente oriental da sa. de Baturité, destacando-se como tributários principais o Putiú e o Candéa.

Nos anos de chuvas regulares mantém-se mais ou menos perene. As terras marginais são cultivadas de cana, banana, côco e algodão. Para assegurar-lhe a perenidade, comprometida pelas devastações inconsideradas de seu trecho serrano e e pela irregularidade dos invernos, torna-se preciso a construção de algumas barragens na sua bacia superior, notadamente no lug. Labirinto. Com essas providências ficaria igualmente assegurado o abastecimento d'água da cid. de Baturité, objeto de cogitações antigas, pois a Lei n.º 1.428, de 12-9-1871, concedia o privilégio de explorá-lo durante 30 anos a quem empreendesse a canalização do Aracoiaba para essa cidade.

Sujeito a regime torrencial, uma das suas maiores cheias foi por ocasião da invernia de 1894, quando as águas levaram a ponte da Estrada de Ferro de Baturité, em Aracoiaba, arrastando numerosas pessoas que aí estavam admirando o rolar da enchente, algumas das quais pereceram afogadas.

Para Aracoiaba, Paulino Nogueira, *Voc.*, 223, dá a seguinte etimologia: *ará* — ave, *cói* — falar, *ába* — lugar, onde as aves gorjeiam. Baseado na antiga grafia — *aracoaguaba* —, a interpretação seria, conforme Pompeu Sobrinho, *ará-côa-côa-ába* — lugar onde existem buracos de periquitos. (*Significação de algumas palavras indígenas*, RIC, 47 (1933), 181.) Em vez de periquitos, digam-se papagaios ou araras, porque o substantivo *ará* refere-se a papagaios grandes e não a periquitos.

Nota — V. interpretação de *Araguagaba*.

ARACOIABA

Grande pedra partida, altaneira,
Bem ao meio, por onde fugindo
Porção d'água da fresta, saindo,
Cai n'areia, fazendo a cachoeira.

Logo ao lado, ingàzeira sombria,
Onde se ouve cantar passarinhos,
Uns por fora, outros dentro dos ninhos,
Na mais doce e morosa harmonia!

Lindo poço ao depois que, escalvado,
Sussurrante com fôrça reprêsa,
E, na mais natural singeleza,
Vê-se o rio de nôvo formado.

E, ao lado daquela ingàzeira,
Sôbre a pedra que eu disse ind'agora,
Pressurosa, sutil lavandeira
Lava a roupa de Nossa Senhora.

Quintino Cunha.

ARACOIABA (Ex-CANOA). — Mun. e cid.

ASPECTOS FÍSICOS

Situação. — Na Zona de Baturité.

Limites. — Ao N, com os mun. de Redenção, Pacajus e Cascavel; a L, com o de Morada Nova; ao S, com o de Quixadá, e a O, com o de Baturité.

Superfície. — 1.446 km2.

Formação vertical. — O terreno decai suave do sopé do maciço de Baturité em direção ao r. Xoró. Enrugado de colinas, sem relevos significativos, salvo a Pedra Aguda, penhasco monolítico que se ergue como um ponto de exclamação, e um pouco adiante a sa. da Tamanca, assim chamada por lembrar um tamanco emborcado.

Hidrografia. — O mun. é atravessado de ponta a ponta pelo Aracoiaba, que arrasta as águas para o Xoró. Entre as la. mais importantes destacam-se a das Panelas, Sítio, Capivara e Jurema.

Solos e vegetação. — As terras apresentam composição variada, desde as argilosas profundas às pedregosas. São férteis, mormente as coluviais e aluviais. O revestimento florístico primitivo acha-se inteiramente alterado. As matas do sopé da sa. de Baturité e marginais ao Aracoiaba foram substituídas por capoeiras ralas, o mesmo acontecendo nos terrenos sertanejos quanto à catinga.

Clima e salubridade. — A média pluviométrica na sede municipal é de 850 milímetros. Certamente será menos para os lados do Xoró. A temperatura oscila entre 27 e 33 graus. Há bouba no vale do Candéa e outras adjacências baturiteenses.

ASPECTOS ECONÔMICOS

Vias de comunicação. — Cortada pela RVC, cuja estação, no lug. Muamba, no 92,733 km, a 101,203 m de alt., a 500 m do núcleo urbano, foi inaugurada com o nome de Canoa, a 14-3-1880.

"O trem inaugural, tirado pela nova locomotiva D. Pedro II, partindo da estação de Fortaleza às 5 horas e 40 minutos da manhã, chegou a Canoa às 9 horas, tendo-se demorado 45 minutos nas estações intermediárias." (Studart, *Datas e Fatos Para a História do Ceará*, II, 270.)

Nota — Engana-se a *Enciclopédia dos Municípios*, v. XVI, 55, quando anota o evento aos 14 de fevereiro. Em Otávio Memória, *Origem da Viação Férrea Cearense*, 72, vem 4 de março, evidente êrro de revisão.

Quanto às comunicações rodoviárias, dispõe de uma rêde municipal de 219 km de carroçáveis e é servida pela Ce-1 (Fortaleza-Baturité), que alcança a cid. no km 48. Além do telégrafo ferroviário, dispõe de agência postal-telegráfica, via telefônica.

Atividades econômicas. — Residem na lavoura de algodão, cana, mandioca e outras. A fruticultura tem largas possibilidades de êxito às margens do Aracoiaba e afluentes. Calcula-se a produção anual de farinha de mandioca em mais de 20.000 sacos. A de rapadura em 250.000 kg. A de arroz em casca em 22.000 sacos. O rebanho em 1960 era avaliado em 7.000 bovinos, 2.200 eqüinos, 1.500 asininos, 1.000 muares, 2.000 suínos, 2.000 ovinos, 3.000 caprinos e 15.000 aves domésticas. Entre os produtos extrativos vegetais destacam-se a cêra de carnaúba e a oiticica. Só possui um estabelecimento fabril, dedicado ao beneficiamento do algodão. Tem muitos engenhos e aviamentos.

Produção de carne. — A matança, em 1960, foi de 433 bovinos, 395 suínos, 558 ovinos, 818 caprinos. A produção de peixe chegou a 9.000 kg.

Comércio. — Sem relêvo. As praças preferidas são as de Baturité e Fortaleza. Em 1950 existiam em todo o mun. 106 estabelecimentos varejistas e 8 atacadistas, dos quais 26 varejistas e 6 atacadistas achavam-se em Aracoiaba.

Finanças públicas. — No qüinqüênio 1956/60 a arrecadação foi a seguinte:

RECEITA ARRECADADA

Anos	Federal Cr$	Estadual Cr$	Municipal Cr$
1956	155.537,20	2.416.271,00	1.200.050,00
1957	123.014,70	2.545.232,20	1.455.374,70
1958	559.462,70	1.420.489,20	1.370.847,30
1959	370.396,70	2.319.235,20	1.599.058,10
1960	448.039,90	5.277.401,30	

POPULAÇÃO

É a seguinte, conforme o censo de 1960:

Distrito	Total	Urbana	Rural	Domicílios
Aracoiaba	9.198	2.581	6.617	1.649
Curupira	5.626	829	4.797	908
Ocara	4.562	808	3.754	771
Vazantes	7.372	716	6.656	1.298
	26.758	4.934	21.824	4.626

ASPECTOS CULTURAIS E ASSISTENCIAIS

A primeira esc. primária do sexo masculino foi criada pela Lei n.º 1.436, de 30-9-1871, vindo a feminina pela de n.º 1.498, de 21-12-1872. Em 1960 existiam no mun. 45 esc., sendo 11 estaduais, 33 municipais e 1 particular, com a matrícula efetiva de 1.630 alunos. No distrito-sede contavam-se 20 esc. e 738 alunos.

A assistência social é prestada por duas Conferências de São Vicente de Paulo. O Círculo Operário de São José mantém uma mutuária para os associados.

ASPECTOS URBANOS

A cid. fica à m. esq. do Aracoiaba, em terreno argiloso, a 101 m de alt., a 78 km, em linha reta, da Capital, com as seguintes coordenadas geográficas: 4º 21'20" de lat. S e 38º 49'40" de long. W.Gr.

Com 7 ruas, 3 praças e 1 jardim público, tem mais de 20% de sua área pavimentada de pedras tôscas. Possui 600 prédios de construção modesta, destacando-se o Grupo Escolar Almir Pinto. As casas residenciais andam perto de 500. Parcamente iluminada a luz elétrica. Ascende a 380 as ligações domiciliares.

ASPECTOS HISTÓRICOS

Formação administrativa. — O pequeno pov. de Canoa, que não logrou figurar no *Dic. Top.* e no *Ensaio Estatístico*, de Pompeu, dada a sua insignificância no início da segunda metade do século passado, foi elevado a dist. policial por Ato de 18-8-1871 e, pouco depois, conforme a Lei n.º 1.607, de 21-8-1874, a dist. de paz. Só dez anos depois da inauguração da estação ferroviária é que foi elevado à categoria de vila e município, com território desmembrado do de Baturité, nos têrmos do Dec. n.º 44, de 16-8-1890, com o nome de Aracoiaba. Deu-se a instalação a 7 de setembro do mesmo ano. Extinto pelo Dec. n.º 193, de 20-5-1931, foi restaurado pelo de n.º 1.156, de 4-12-1933. Finalmente recebeu os foros de cidade pelo Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1938.

O mun. compõe-se dos dist. de Aracoiaba, Curupira, Ocara e Vazantes.

Formação judiciária. — O fôro civil data de 1896. Criado pela Lei n.º 324, de 2 de setembro, e inaugurado a 24 do mesmo mês, ficou sob a dependência da com. de Baturité. Tornou-se com. de primeira entrância em virtude do art. 22 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição do Estado de 1948, regulado pela Lei n.º 213, de 9-6-1948.

Formação religiosa. — A freguesia de N.S. da Conceição de Aracoiaba, desmembrada da de Baturité, foi criada por Provisão de 22-5-1914, de d. Manuel da Silva Gomes, Bispo do Ceará. Pertence à Arquidiocese de Fortaleza. Sob a sua jurisdição existem nove templos, inclusive a igreja-matriz.

TOPONÍMIA

V. verbetes referentes ao r. Aracoiaba e Araguagaba.

FILHOS ILUSTRES (*)

Antônio Horácio Pereira (1905). Advogado e homem público, radicado no Rio de Janeiro. Representou o Ceará na Câmara dos Deputados em duas legislaturas consecutivas. É chefe do departamento jurídico do I.A.P. dos Comerciários e exerce elevadas funções de consulta e direção na Confederação Nacional da Indústria.

Francisco Barbosa Maciel (1881). Médico, diplomado em 1907, pela Faculdade de Medicina da Bahia. Clinicou, a princípio, neste Estado, transferindo-se depois para Santa Catarina, onde goza de grande conceito profissional.

João Machado, Pe. (1910). Sacerdote pertencente à Ordem dos Sacramentinos, ordenou-se na Bahia em 1937. Dedica-se à educação da juventude, dirigindo há vários anos importante colégio mantido por sua congregação em Dores do Indaiá (Minas).

Dom Raimundo de Castro e Silva (1905). Recebeu ordenação sacerdotal em 1932. Depois de ter paroquiado várias freguesias cearenses, foi eleito bispo auxiliar de Teresina, posteriormente transferido para reger a Diocese de Oeiras (Piauí). Exerce atualmente as funções de Bispo Auxiliar de Fortaleza.

Sófocles Tôrres Câmara (1884-1955). Magistrado e homem de letras, sucedeu a seu genitor, jornalista João Câmara, na redação do jornal *A República* e na direção do *Almanaque do Ceará*. Ao falecer, exercia cargo de magistratura no Estado da Bahia.

(*) Verbete redigido pelo dr. José Bonifácio de Sousa, do Instituto do Ceará.

ARAGUAGABA. — Rch., também conhecido por Tapirapara. Topônimo constante da data de sesmaria concedida a Maria da Costa e padre Felipe Paes Barreto, pelo capitão-mor Gabriel da Silva Lago, em 14-1-1707. (D.S., v. 4, n.º 195, 16.) É o r. Aracoiaba.

De *ará* — papagaio, *guá* — vale ou baixada, *guaba* — comida ou bebida — vale da comida ou bebida dos papagaios.

ARAIBU. — Rch. (do), braço que se destaca do lado esq. do Jaguaribe, banha a cid. de Russas, por isso também conhecido por rch. das Russas.

T. Sampaio tomando a grafia do verbete (*Araibu*), constante dos documentos antigos, inclusive na data de sesmaria de Manuel Peixoto da Silva e capitão Manuel Rodrigues de Sousa, concedida pelo capitão-mor Gabriel da Silva Lago, em 17-8-1706 (D.S., v. 3, n.º 137, 10), decompõe o têrmo do seguinte modo: *ará-ybú* ou *ará-ypú* — ôlho d'água dos papagaios. Partindo de *Airibu*, como também se grafava o nome dêste rch., Pompeu Sobrinho (RIC, 33 (1919) 211) fá-lo derivar de *air*, rasgar, e *ybú*, água nascente, ôlho d'água, donde *água nascente que erode*. O Senador Pompeu, *Ensaio Estatístico*, II, 57, escreveu *Arehibu*, e não *Areribu*, como transcreveu Paulino Nogueira, *Voc*, 227, que o decompôs em *areré-pu* — grito de areré. *Arehibu* talvez seja contração de *areré-ibú*, ôlho d'água ou poço dos arerés, pequenos palmípedes comuns às coleções d'água do Jaguaribe.

ARAJARA (Ex-CAJAZEIRAS DO FARIAS, ex-CAJAZEIRAS, ex-FARIAS). — Dist. e v. de igual nome, que pertence ao mun. e com. de Barbalha.

Fica ao sopé da chapada do Araripe, regado por diversos rch. perenes, com uma pop. de 4.467 hab., quase tôda entregue aos labôres rurais, especialmente à lavoura de cana.

A v., nas proximidades da caverna do Farias, tem apenas 47 casas e 131 moradores. Liga-se, por carroçável, às cid. de Barbalha e Crato, das quais dista 15 e 18 km, respectivamente. A sua pequena capela data de 1870 e tem como padroeiro São José.

A instrução primária faz-se através de 5 esc. pub., com u'a matrícula de 141 alunos em 1960.

Foi criado por Ato de 15-7-1904. Pelo Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1938, perdeu a denominação de *Cajàzeiras* para a de *Farias*, e pelo de n.º 1.114, de 30-12-1943, passou a denominar-se *Arajara*, de *ara*, o dia, o tempo, e *yara*, o senhor, o dono — o senhor do dia.

ARAM. — Rch. (do). Consta do registo da data e sesmaria de Manuel Gomes Ferreira, concedida pelo capitão-mor Manuel Francês, em 16-7-1722. (D.S., v. 11, n.º 38, 62.) Não me foi possível identificar a denominação atual.

ARANAÚ (Ex-TIMBAÚBA). — Dist. e v. de igual nome, que pertence ao mun. e com. de Acaraú.

Litorâneo, de costa regularmente pesqueira e para o interior com tabuleiros arenosos, apropriados ao cultivo da mandioca, do cajueiro, cortados por algumas levadas perenes, bordejadas de canaviais.

A pop. do dist. soma 3.993 hab., sendo 313 urbanos e 3.680 rurais. O número de domicílios não excede a 692.

A v. fica à beira-mar, na praia da Timbaúba, cercada de coqueiros. Conta 55 habitações, de palhas quase tôdas, mergulhadas na areia frouxa. Tem capela e em setembro de 1961 inaugurou-se um subposto de saúde. O dist. possui 7 esc. primárias, freqüentadas por 658 alunos.

Criado pela Lei mun. n.º 94, de 29-6-1923, passou a chamar-se Aranaú pelo Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1938. A criação do dist. da Cruz em 30-12-1958, no mesmo mun. de Acaraú, levou parte de seu território.

ARANAÚDURE — Rch., registado na carta de sesmaria de Manuel de Sá Teles e seus companheiros, concedida pelo capitão-mor Gabriel da Silva Lago, em 22-10-1707. (D.S., v. 5.º, n.º 260, 39.) Afl. do Xoró, confrontando com uma sa. a que os naturais davam o nome de *Aracoape*.

ARAPÁ (Ex-RIACHÃO, ex-UBERABA). — Dist. e v. de igual nome, que pertence ao mun. e com. de Tianguá.

Tem 1.405 hab., sendo 434 na zona urbana e 971 na rural. Sobe a 248 o número de domicílios.

Em 1960 possuía uma escola primária com 40 alunos.

Tomou o nome de Uberaba pelo Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1938, por estar o núcleo-sede próximo à la. dêste nome, e o atual, referente a um antigo chefe índio, pelo Dec.-lei n.º 1.114, de 30-12-1943.

ARAPAÇU. — Praia na costa do mun. de Aquirás, a 18 km da cid. dêste nome.

A 12-6-1839 perdeu-se neste lug. o brigue-escuna *Laura 2.ª*, que havia saído do Maranhão carregado para Pernambuco. Parte de sua tripulação, na maioria composta de escravos, na noite do dia 10 insurgiu-se e assassinou a seis pessoas, inclusive o capitão, o prático e o contramestre da embarcação. Em seguida os amotinados dirigiram o navio para a terra, arrombaram-no na pôpa e fugiram com o dinheiro e jóias que encontraram. Presos, submetidos a julgamento, seis dos escravos implicados foram condenados à morte e enforcados a 22 de outubro do mesmo ano, no *Largo do Paiol da Pólvora*, hoje *Passeio Público*, em frente à rua Major Facundo.

Sôbre o assunto consulte-se Paulino Nogueira, *Execuções de Pena de Morte no Ceará*, RIC, 8 (1894), 44, e João Brígido, *Ceará — Homens e Fatos*, 317.

Arapaçu, nome comum aos pica-paus. De *ará* — pássaro, *pã* — batedor, malhador, *açu* — grande — ave muito batedora.

ARAPARI (Ex-S. JOSÉ DA URUBURETAMA, ex-VILA DA IMPERATRIZ, ex-VILA VELHA, ex-S. JOSÉ DA IMPERATRIZ, ex-IMPERATRIZ). — Dist. e v. de igual nome, que pertence ao mun. e com. de Itapipoca.

O dist. fica sôbre a sa. da Uruburetama, cortado pelo rch. dos Patos, com boas terras, tanto que a sua pop. se dedica inteiramente às fainas agrícolas. Nas quebradas sêcas cultivam-se cereais e legumes, algodão e mamona. Nas partes frescas, constituídas pelos vales abrigados ou encostas regadas, plantam-se cana, café e fruteiras, especialmente a banana.

A v., situada numa assentada desigual, sempre foi pequena, dado o hábito rural de sua gente, porém entrou a decair a contar de 1868, com a transferência da freguesia para Itapipoca, que levou também grande parte de seus moradores. Conta 230 hab. em sua zona urbana e 9.211 na rural. A pop. total do dist. é de 9.441 hab., para 1.561 domicílios.

Em 1960 dispunha o dist. de 19 esc. primárias, com u'a matrícula efetiva de 681 alunos.

Transcrevo da minuciosa monografia de Soares Bulcão, *S. José da Serra da Uruburetama*, inserta na RIC, 53 (1939), 237-262, os trechos que se seguem:

"Por escritura de 9 de outubro de 1778, feita no cartório do tabelião Roque Correia Marreiros, na então vila distinta e real de Sobral, na Ribeira do Acaraú, Jerônimo de Freitas Guimarães e sua primeira mulher, Francisca Pinheiro de Lago, fizeram doação de meia-légua de terras, no sítio Santo-Amaro, na serra da Uruburetama, para patrimônio e ereção da Capela de Nossa Senhora das Mercês, filial da Matriz N.S da Conceição da Amontada, cuja freguesia fôra criada por provisão de 30 de agôsto de 1757 (237)."

"O povoado teve início no sítio São José, residência dos doadores, onde a topografia do têrmo se prestava mais a um núcleo de povoamento, e tomou o nome de São José da Serra da Uruburetama, que perdurou por muitos anos, nas relações civis e religiosas da Colônia e depois da Independência, até que foi elevado de categoria, com o de Vila da Imperatriz, por alvará de 17 de outubro de 1823, cuja instalação só teve lugar em junho de 1824, já nos pródromos da Revolução do Equador.

A capela foi começada a ser construída logo depois da doação, pelos próprios doadores e por donativos promovidos por êles entre todos os moradores da serra, mas só veio a funcionar na última década do século 18, quando se encontram, nos velhos livros paroquiais da Amontada, assentos de casamentos e batizados celebrados nela.

Teve a invocação de Nossa Senhora das Mercês e foi edificada à ilharga do povoado, sôbre uma colina, dominando o casario agrupado às margens de um corrente, num largo boqueirão da serra, a êsse tempo coberto de matas virgens, com palmeirais nas encostas, e o vale verdejante, acompanhando o declive das águas (238)."

Entre os seus primeiros curas destaca-se o "célebre padre português José da Costa Correia Montez de Bulhões, que foi cura até depois da Independência, e muito sofreu com a Revolução do Equador, sendo, afinal expulso da freguesia, como consta de uma ata da Câmara Municipal, em livro ainda conservado no arquivo da prefeitura de

Itapipoca, parece-me que êle só veio a ser realmente cura da freguesia em 1811, quando encontro a começar de 12 de outubro, assentos continuados, subscritos por êle, como vigário. Não posso afirmá-lo, mas há uma tradição de ter êle vindo para o Brasil em 1808, na comitiva de D. João VI..... O que eu posso afirmar, estribado em farta documentação, é que êle era um homem muito presunçoso, irascível, intrigante e muito prevenido contra os filhos da terra, jactancioso pela sua origem reinol, tratando os naturais com verdadeiro desprêzo, até mesmo no lançamento de seus têrmos, nos livros da Paróquia, dando-lhes sempre, com requinte de maldade, os epítetos de cabra, mestiço, mulato, mameluco, negro e até filho adulterino, quando se referia a rebentos de mulheres casadas, de quem a maldade do tempo duvidava da paternidade legítima. Era, realmente, um homem fadado à celebridade, até mesmo na literatura.

Quem já leu o romance de Rodolfo Teófilo, *Maria Rita*, de tanta nomeada no seu tempo, mal sabe que o episódio que o originou é perfeitamente verídico, embora explorado com muito exagêro e incorreções.

Não Maria Rita, mas Ana Rita dos Anjos, filha do capitão Manuel Tomé Rodrigues, português, e de d. Eugênia Bárbara das Virgens, já falecida, família muito conhecida e ramificada na região, quis casar-se com um môço da terra, filho de boa gente, conceituada e aquinhoada de bens, mas, como não era português, o padre que era patrício e amigo de Tomé, tanto fêz, que, a 30 de junho de 1820, em casa dos pais, casou-a, contra a vontade, com Antônio José Gomes Braga, natural da freguesia de São José e São Lázaro, arcebispado de Braga, filho de Antônio José da Costa e de Custódia Maria de Jesus. Na mesma noite fugiu do tálamo a prisioneira, com o seu namorado, Joaquim Vieira de Queiroz, filho de Agostinho Vieira de Azevedo e de sua mulher Antônia Maria de Meneses, ambos netos de portuguêses dos mais antigos e prestigiosos da ribeira, no seu tempo. A 3 de fevereiro de 1822, em Canindé, o então vigário da freguesia, Francisco de Paula Barros, batizava a menina Francisca, nascida a 26 de janeiro dêsse mesmo ano, filha natural dessa aventura. Eis a origem verdadeira do romance, que celebrizou o nome do padre Bulhões, de triste memória. Tenho outras provas da sua maldade em documentos civis, dando origem a devassas, com denúncias humilhantes, nem sempre justificadas, contra pessoas de conceito na freguesia, vítimas da sua prepotência (241)."

"Um dos acontecimentos mais importantes, na vida social da povoação, no tempo da Colônia, foi, sem dúvida, o casamento do rico comerciante português, depois comendador e vice-cônsul de Portugal no Ceará, Manuel Caetano de Gouveia, com a única filha do também rico português coronel José de Agrela Jardim, que ali casara e residia, com muita ascendência em tôda a zona norte da Província, Francisca de Agrela Jardim, nascida a 5 de dezembro de 1801. Teve

lugar naquela capela, a 21 de outubro de 1821, com muito aparato de luxo e suntuosidade para o tempo. Os convidados, da mais alta posição em Fortaleza, Sobral e outros lugares, compareceram de casacas e vestidos decotados, como se fazia naquela época, nas festas palacianas dos capitães-mores governadores da Capitania do Ceará Grande. A tradição dêsse casamento ficou por muitos anos, dizendo-se que até a banda de música e os cozinheiros foram de Fortaleza. Não me amparo em documentos para garantir a veracidade dela, porque só tenho ao meu alcance os rígidos assentos eclesiásticos, que me garantem ter êle casado naquela capela.

A tradição, porém, ficou na memória dos antepassados, que a transmitiram e chegou à minha mocidade, pois a ouvi enlevado e a transmito também aqui, como a recebi, aos que, porventura, me leiam estas despretensiosas notas. A verdade, porém, é que, dêsse casal, que teve prestígio e riqueza no seu tempo, perduram ainda, através de mais de um século, na sua ilustre descendência, não só os foros de distinção, como os favores da fortuna (242)."

Criada a vila, "tomou grande incremento, chegando mesmo a ter preponderância, tanto na vida religiosa como nos negócios administrativos da antiga Província, de tal maneira, que, pela Lei n.º 364, de 29 de julho de 1864, a sede da freguesia de São Bento da Amontada foi transferida para a Capela de N. S. das Mercês da vila da Imperatriz, e pela Lei n.º 591, de 21 de outubro de 1852, foi criada a nova comarca, desmembrada da de Fortaleza, com sede na mesma vila, sendo-lhe anexado o têrmo de Santa Cruz da Uruburetama (243)."

• • •

A com., segundo Pompeu, *Dic. Top.*, 45, compunha-se de um juiz de direito, um promotor, um juiz municipal e de órfãos, três oficiais de justiça, dois escrivães, sete distritos de paz, duas delegacias, sete subdelegacias, duas freguesias, oito igrejas, três escolas de meninos e uma de meninas, e uma população absoluta que em 1857 andava por 31.702 habitantes. Em 1854 nela se contavam 314 fazendas de gado, em que se coletaram 9.414 garrotes e 513 potros. Era o centro que exportava mais algodão na Província, e de melhor qualidade. Do pé da serra partia uma boa estrada de carros de bois para o pôrto de Mundaú, a 36 km, freqüentado pelos vapores da Companhia do Maranhão, que carregavam o algodão, os cereais, os legumes e outros produtos da região da Uruburetama.

Com o incremento da lavoura algodoeira resultante da procura do bom produto obtido nos roçados da Uruburetama, tornaram-se evidentes as dificuldades do escoamento de uma safra volumosa pelos íngremes caminhos de serra abaixo. Para obviar essa dificuldade, alguns comerciantes, a partir de 1845, começaram a armazenar as suas compras na planície, ao pé da serra, no lugar denominado Itapipoca, então sem nenhuma significação. Daí rodavam os carros de bois para os portos do Mundaú e Fortaleza. Não tardou que muitos comerciantes viessem estabelecer-se junto aos seus depósitos, abandonando a vila serrana.

Finalmente, deu-se a transferência da vila para Itapipoca, pela Lei n.º 1.011, de 3-11-1862. E a da freguesia pela de n.º 1.249, de 22-12-1868.

"Com a transferência da freguesia, em 1868, mudou-se também a população, isto é, os habitantes do povoado, com tal gana, que até os melhores prédios eram demolidos e o material transportado para outras construções na nova vila, que logo se tornou o centro de todo o movimento religioso, social e administrativo da comarca. Assim começou Itapipoca.

O antigo povoado de São José da Serra da Uruburetama, depois próspera vila da Imperatriz, entrou logo em franca decadência, pelo abandono em que ficou. Aquêle núcleo de tantas tradições, onde se goza o clima mais ameno da serra e a melhor água potável, as mais lindas paisagens e perspectivas, e se pode cultivar as melhores frutas de todo o gênero, ficou completamente abandonado e caiu em ruínas. A capela, que é de boa construção e bela aparência, dominando um grande vale ubérrimo, onde um resto de arruado e algumas moradias dispersas dão ainda vaga idéia do que foi a antiga vila, também já começa a se desmoronar, apesar dos cuidados dos vigários, que mal a têm conservado." (Ob. cit., 253.)

Passou, então, a denominar-se *Vila Velha*, em contraposição à nova, isto é, a de Itapipoca, que nascera à sua custa. Pelo Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1938, voltou à antiga denominação de Imperatriz. Mas o Dec.-lei n.º 1.114, de 30-12-1943, deu-lhe o nome de *Arapari*.

Arapari é o Cinto de Orion. Também é nome de uma árvore da Amazônia. No caso, não pode ser corrutela de *arabari*, que deu lambari, pequeno peixe d'água doce.

ARAPORANGA (Ex-BOA SAÚDE). — Dist. e v. de igual nome, que pertence ao mun. e com. de Santana do Cariri.

Tem a pop. de 6.820 hab., sendo 788 na zona urbana e 6.032 na rural, com 1.082 domicílios.

O dist. de Boa Saúde foi criado pelo Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1938, com território desmembrado dos dist. de Santanópole e Nova Olinda. A denominação atual lhe foi dada pelo Dec.-lei n.º 1.114, de 30-12-1943. Substitui perfeitamente a passada, pois significa *bons ares* ou *tempo bonito*, de *ara*, o dia, o tempo, e *poranga*, feliz, venturoso, ditoso, afortunado.

A v. tem apenas 10 habitações. A capela está sob a invocação de N.S. da Boa Saúde.

Em 1960 o ensino primário fazia-se no dist. através de 6 esc., com u'a matrícula efetiva de 136 alunos.

ARAPUÁ. — Rch. (do), afl. da m. dir. do alto Acaraú, vem da sa. das Matas.

De *ira-poã*, o mel redondo, ou o ninho de abelha arredondado.

ARAPUÁ. — Rch. (do), no mun. de Aiuaba, nasce na sa. dos Bois, deságua à m. dir. do Jaguaribe, no lug. Belmonte.

ARAPUCA. — Rch., afl. do Jaguaribe, registado na carta de sesmaria do alferes João Pereira da Silva, concedida pelo capitão-mor Domingos Simões Jurdão, em 17 de agôsto de 1735. (D.S., v. 12, n.º 151, p. 231.)

Alteração de *guirá-puca*, o alçapão, a armadilha de pássaro.

ARAQUÉM (Ex-SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA DO ÔLHO D'ÁGUA, ex-SANTO ANTÔNIO). — Dist. e v. de igual nome, que pertence ao mun. e com. de Coreaú.

Pelo Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1938, tomou o nome atual em lembrança de um dos chefes tupis da região. Em 1951, pela Lei n.º 1.153, de 22 de novembro, perdeu parte de seu território para o dist. de Moraújo.

Tem 2.529 hab., 274 na zona urbana e 2.255 na rural, com 416 domicílios.

Em 1960 possuía apenas uma escola pública, com 26 alunos.

A v., com trinta e tantas casas e uma capela subordinada à matriz de Coreaú, dista mais ou menos 5 km da m. esq. do rch. Juàzeiro e 18 km aproximadamente da sede municipal.

ARARA. — Sa. (da), no mun. de Quixeramobim. É sêca e fica na estrada que vai para Mombaça.

Arara, voz onomatopaica com que os tupi designavam os papagaios grandes.

ARARA. — Sa. (da), mais conhecida pelo nome de Juá, no mun. de Caucaia, a NO de Fortaleza, com 620 m de alt., no início das elevações formadoras do cordão central. Acha-se separada da sa. do Camará pelo boq. da Arara, por onde passam a Estrada de Ferro de Sobral e a BR-22. Agrícola, com sítios de fruteiras a partir de seu têrço superior.

ARARA. — Ste. (da), no mun. de Canindé. Unido a outros, forma pequena cordilheira a oeste do município. Cultivada de cereais, legumes e algodão.

ARARA. — Rch. (da), afl. da m. esq. do Canindé, no mun. dêste nome.

ARARA. — Rch. (da), no mun. de Boa Viagem, vem da sa. das Matas, drena a sa. do Bom Sucesso e deságua à m. esq. do Quixeramobim.

ARARA. — V. BOQUEIRÃO (Est. da RVC).

ARARAS. — Rch. (das), no mun. de Tamboril, nasce nos prolongamentos ocidentais da sa. das Matas, banha Holanda e desemboca à dir. do alto Acaraú.

ARARAS. — La. (das), no dist. de Bitiputá, ao N do pov. do mesmo nome, na zona litorânea do mun. de Camucim. Raramente seca.

ARARAS. — Faz., no mun. de Caucaia, a cêrca de 45 km de Fortaleza, servida por rodagem e ramal da estrada de ferro. Deve o nome a uma ponta de rocha gnáissica conhecida na região como *Bico da Arara*. Com grande pedreira, fornece às construções de Fortaleza granito de primeira qualidade.

ARARAS. — Pov., no mun. de Camucim, dist. de Bitiputá, com 160 habitações, banhado pela la. de seu nome.

ARARAS. — Aç. pub., situado no mun. de Reriutaba, a 70 km da cid. de Sobral, sôbre um largo boq. do r. Acaraú.

Êste aç. tem como finalidades principais a regularização das enchentes e a perenização do referido rio, aproveitamento hidrelétrico com a capacidade aproximada de 10.000 KW, irrigação de uma área superior a 20.000 ha e criação de peixes, possibilitando, assim, à Zona Norte do Ceará, as bases para uma larga expansão econômica e social.

As características da barragem são as seguintes:

Barragem zoniada em terra compactada com *rock-fill* drenante.

Volume de acumulação	1.060.000.000 m3
Altura máxima a partir do leito do rio	38 m
Extensão pelo coroamento	2.600 m
Volume de terra	3.580.000 m3
Largura na base	225 m
Largura no coroamento	8 m
Distância máxima da represa	40 km

Esta grande barragem, uma das maiores do Nordeste, iniciada em 1952, foi ultimada em 1958, pela Comissão do Vale do Acaraú, do DNOCS, tendo à frente o eng. Anastácio Honório Maia. Em dez meses apenas, mais de 3 milhões de metros cúbicos de terra compactada, transportada de uma distância média de 6 km, obturaram o Acaraú. Tem-se uma idéia dêsse gigantesco volume de terra dizendo-se que êle equivale a um muro de 1 m de largura por 8 de altura entre as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

O Araras produziu, em 1962, um total de 9.195.057 peixes pesando 2.790.594 kg., no valor de Cr$ 142.719.540,00.

ARARAS. — V. ARATAMA.

ARARENDÁ (Ex-CANABRAVA). — Dist. e v. de igual nome, que pertence ao mun. e com. de Nova Russas.

Criado pelo Dec-.lei n.º 448, de 20-12-1938, com território desmembrado dos dist. de Nova Russas e Águas Belas, tendo por sede o núcleo de Canabrava, junto ao rch. de seu nome. Pelo Dec.-lei n.º 1.114, de 30-12-1943, passou a chamar-se Ararendá. O apelativo recorda o de antiga aldeia dos Tabajara, na sa. da Ibiapaba, onde foram hospedados os padres Francisco Pinto e Luís Figueira, quando de sua jornada ao Maranhão. A taba chamava-se Ararena, talvez corr. de *irarana, de ira* — mel, *rana* — falso. Cláudio de Abbéville escreveu *Ararenda*, que é outra corr. do nome da taba. (Paulino Nogueira, *Voc.*, 225, e o *Padre Francisco Pinto*, RIC, 18 (1904), 30, nota 1.) O nome grafado pelo capuchinho francês foi o preferido para a denominação do dist. e v., certamente muito distantes da primitiva pousada dos primeiros jesuítas que chegaram a Ibiapaba. Em 1960 dispunha de 14 escolas primárias, das quais 12 do mun., com u'a matrícula efetiva de 400 alunos.

A v. fica perto do sopé da Ibiapaba, tem cêrca de 1.100 moradores. A população rural é de 8.004 hab. Possui o dist. 1.512 domicílios.

ARARIAÇU. — Rch., figura na data de sesmaria concedida ao coronel Leonardo de Sá e seus companheiros, pelo capitão-mor Gabriel da Silva Lago, em 13-11-1706. (D.S., v. 3, n.º 171, 83.) Tributário do Acaraú.

De *ara-ri-açu*, a água ou bebedouro grande dos papagaios.

ARARIGUABA. — Camboa que deságua no r. Camucim, mun. de Granja.

De *ara-r-i-guaba*, o bebedouro dos papagaios.

ARARÉ. — Local na ribeira do Jaguaribe, perto do Aracati, onde o pe. João da Costa, Ricoleto da Congregação de S. Filipe Néri, auxiliado pelo então capitão João de Barros Braga, aldeou os índios Paiacu, no ano de 1696. O arraial foi desfeito pouco depois por Manuel Álvares de Morais Navarro, comandante do Têrço dos Paulistas, que o atacou em plena paz, matando para mais de 400 índios e levando os sobreviventes como escravos para o seu acampamento do Açu.

ARARIPE. — Sa. (do). "É um enorme maciço de rochas sedimentárias, em camadas regulares, sensivelmente planas, cujo cimo se desdobra numa amplíssima chapada, pràticamente horizontal, a uma altura que varia de 900 a 1.050 metros sôbre o nível do mar. Êste grande planalto se alteia no sul do Ceará, na zona limítrofe com o Estado de Pernambuco, a cêrca de 380 quilômetros do oceano.

Destaca-se da *Serra Grande* no lugar onde o corpo da montanha se estreita e se rasga numa depressão que chega a descobrir o terreno subjacente do *complexo fundamental* e dirige-se quase diretamente para leste, com desenvolvimento de 180 quilômetros e largura variável de 30 a 50, ocupando portanto uma superfície com cêrca de 7.200 quilômetros quadrados.

A encosta voltada para o norte limita o célebre *Vale do Cariri* e cai, na parte superior, em escarpa muito empinada e inferiormente numa falda que se formou pelo acúmulo secular dos detritos e fragmentos que se destacam daquele. Nesta encosta, a escarpa tem de 600 a 700 metros de altura, enquanto na encosta oposta (pernambucana) mede apenas cêrca de 200 metros. Os bordos da montanha são profunda e caprichosamente escavados em grotas íngremes, mais ou menos estreitas e fundas que formam um curioso enrendilhado, muito mais complicado do que se observa na encosta da Ibiapaba. Trechos destacados do maciço, formando morros isolados, complicam ainda mais os bordos ou flancos da montanha. Êste aspecto interessante provém do modo como as águas pluviais degradam a estrutura do depósito sedimentar e da pouca consistência de certas camadas de arenito, principal rocha componente do ma-

ciço. Percebe-se fàcilmente que a serra, primitivamente, se ligava com a Ibiapaba pelo seu flanco ocidental. A erosão das águas das chuvas, ao comêço, cavou uma simples baixada em lugar onde o arenito mais friável permitia trabalho mais eficiente. Aberta a baixada, nela se concentrava maior volume de águas que se precipitavam pelas encostas, dando origem às cabeceiras do *rio Conceição*, afluente do *Jaguaribe*, e dos *rios Itaim* e *Guaribas*, que defluem para o *Parnaíba*. O trabalho de erosão nas contravertentes tornava-se então mais ativo e não tardou que a montanha se partisse. Com a continuação do tempo, o depósito de sedimento, relativamente pouco resistente, desapareceu, formando-se uma garganta inferiormente limitada pelas rochas cristalinas do *complexo fundamental*, muito mais duras. Processos análogos de decomposição e desagregação do maciço são observados em outros pontos, em pleno período de atividade.

O imenso depósito de sedimentos estratificados, que constitui a serra, repousa sôbre um formidável soco de rochas cristalinas, mais elevado a oeste e ao sul do que a leste e ao norte. As camadas sedimentárias sobrepõem-se na ordem seguinte, de baixo para cima: sôbre as rochas cristalinas, na altitude de metros (vertente norte) assenta a primeira camada, que é de arenito conglomerático e tem metros de espessura; acima, da cota 400 a 500 (metros sôbre o nível do mar), arenito vermelho; da cota 500 a 590, calcário de Santana, com fósseis característicos; da cota 590 a 675, arenito amarelo-avermelhado, com água; da cota 675 a 900, arenito vermelho em falsa estratificação; da cota 900 a 950, arenito escarlate (Small).

Como já referimos, as camadas são pràticamente horizontais e de tôdas elas a mais interessante é a do calcário de Santana que, parece, continua estender-se por tôda a largura do maciço, tendo ao norte a espessura de 90 metros. Êste calcário se decompõe fàcilmente, dando uma terra barrenta e escura, que concorre para a formação do solo fertilíssimo do *vale do Cariri*, notável pela sua importante cultura de cana, excelência do seu açúcar e rapaduras.

Os depósitos clásticos da *serra do Araripe* são, com razoável segurança, referidos à idade *cretácea*, em vista dos fósseis

recolhidos no calcário, e estendem-se as camadas inferiores pelo vale do Cariri, tapetando-lhe grande porção ao sul e a leste.

Tôda a chapada forma, sob o aspecto edáfico e climo-botânico, um conjunto característico que comporta duas divisões principais, bem discerníveis, dominando uma a leste e outra a oeste. O solo da chapada resulta da decomposição *in situ* do arenito superior, escarlate, que contém alguma cal. É êste solo relativamente fértil, permeável e fácil de trabalhar. As águas pluviais ao caírem sôbre êle ao tempo das chuvas são prontamente absorvidas, não deixando depósitos superficiais; disto resulta que a fertilidade da chapada depende muito das chuvas. As águas infiltradas na chapada acumulam-se no interior do maciço e vão jorrar em fontes numerosas, sobretudo nas faldas voltadas para o setor norte, a cêrca de 420 metros de altitude.

A vegetação na chapada depende da natureza do solo, mas, especialmente, do estado de umidade do terreno. Em geral é do tipo xerófito, particularmente acentuado na parte ocidental.

Ao contrário do que comumente se pensa, o cimo da serra do Araripe não é e nunca foi inteiramente coberto de verdadeiras matas ou florestas driáticas. Matas dêste tipo sòmente existiram, e delas ainda se observam bons vestígios, alguns remanescentes expressivos, no recanto leste da chapada, em sítios relativamente úmidos, nas grotas, baixadas e trechos de difícil acesso nas encostas. Tôda a porção ocidental, cêrca de dois terços da chapada, está coberta de caatingas ou carrasco alto. A leste, circulando a borda da escarpa, uma faixa relativamente estreita ostenta vegetação especial, a que os habitantes chamam com alguma propriedade LACRE. Caracteriza-se pelo xerofitismo das plantas que tapetam o solo, cuja folhagem dura é brilhante e reluzente como lacre. É uma vegetação arbustiva, rasteira, emaranhada e espinhosa, dentro da qual nenhuma associação herbácea pode vingar, mas de cujo seio apontam subárvores, como os pequizeiros (*Caryocar villosum*), e mesmo árvores, como os grandes visgueiros (*Parkia pendula*).

Para o interior do lacre, sempre na parte oriental da chapada, está a zona das matas driáticas. As florestas ainda existentes e as capoeiras que substituíram grandes trechos da mata dominam as partes baixas da chapada, entre Barbalha e Jardim, e até mesmo regiões mais altas, a 900 metros de altitude. Caracteriza-se a mata dessa porção da serra pelo viço das espécies arbóreas, que tomam grande vulto, pelas palmeiras e pela vegetação inferior, que viça por baixo das árvores e apresenta nítido higrofilismo: fetos arborescentes, ervas suculentas, arbustos de largas fôlhas, etc.

A oeste, domina uma caatinga alta, com ervas e sobretudo abundantes gramíneas. Árvores de excelente madeira crescem no seio da caatinga, por vêzes em relativa profusão, como as aroeiras, as braúnas, os angicos, os pereiros. Não faltam também as umarizeiras e os juàzeiros.

A zona de transição entre a mata e a caatinga é ocupada pelo AGRESTE, vegetação variada, mas com a predominância de gramíneas duras e resistentes ou arbustos baixos, mas de entre a qual, isoladamente, avultam pequenas árvores como os pequizeiros, cajueiros e cajuís, ou mesmo árvores de grande porte como os visgueiros e as timbaúbas. No agreste, faltam as palmeiras, as plantas volúveis, as cactáceas, as epífitas, musgos e fetos.

As terras de mata e em geral as de lacre se prestam muito bem para a cultura da mandioca; as do agreste e da caatinga para uma extensiva e precária criação de gados. Por isto, a chapada, outrora deserta, se vai povoando: por tôda a parte onde consegue o homem fazer água, problema, aliás difícil, há já uma habitação, uma moradia, uma casa leve, simples e de precária existência, tão precária como a própria água." (Th. Pompeu Sobrinho, *O Nordeste e as suas feições geográficas mais características*, RIC, 52 (1938), 96-99.)

• • •

Ainda sôbre a sa. do Araripe, cuja bibliografia não é pequena, merecem citação especial Avelino Inácio de Oliveira e Othon Henry Leonardos, em *Geologia do Brasil*, 2.ª edição, Sé-

rie Didática, n.º 2, Serviço de Informação Agrícola, Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, 1943, 529 *et passim*.

* * *

"De *ara-ari-pe*, literalmente se traduz — *em sôbre o mundo*, ou *por sôbre o mundo*, alusão a ser lugar donde se pode gozar de largo horizonte. É como se chama a alta chapada que domina os sertões cearenses do lado Sul. Também *Araripe* pode se decompor em *ará-r-y-pe*, e se traduz — no dos papagaios." (Th. Sampaio.) Anteriormente a esta interpretação, o eminente tupinólogo baiano dera a que se segue, ligada à feição mais característica da chapada, àquela que talvez mais impressionasse aos índios dos sertões secos circunvizinhos: "Corrução de *ara-r-y-pe*, *ara* = ar, nascer, surgir, *y*, água, rio, *pé*, posposição equivalente a *em* o ou *no*; portanto, *no nascer dos rios*; é o mesmo que — *Serra das nascentes* ou *das cabeceiras*."

ARARIPE. — V. FLORESTA NACIONAL ARARIPE-APODI.

ARARIPE (Ex-BREJO SÊCO). — Mun. e cid.

Aspectos Físicos

Situação. — Na Zona do Araripe, da qual pode ser considerado o mun. típico.

Limites. — Ao O, com o mun. de Campos Sales; ao N, com o de Assaré; a L, com os de Santana do Cariri e Potengi; ao S, com o Estado de Pernambuco.

Superfície. — 801 km2.

Fisiografia. — O território estende-se sôbre a parte sêca da sa. do Araripe, englobando trechos de chapada, quebradas e ramificações. As quebradas são um tanto abruptas do lado cearense e suaves para as bandas pernambucanas. É pobre d'água. Nas encostas correm alguns riachos que se somam aos formadores do Bastiões. As la. mais citadas são Grande, Campina, Assaré e Pau-Prêto. O complexo solo-vegetação pode ser visto no verbete anterior, consagrado à serra.

Clima e salubridade. — Na parte alta do mun., na chapada pròpriamente dita, acima de 500 m, a temperatura não ultrapassa a 23º durante o período das chuvas e baixa até 12º nos meses de maio a julho. Em média é de 27º. Goza de bom estado sanitário, porém existe sapiranga e tracoma na raiz da serra.

Aspectos Econômicos

Vias de comunicação. — Dispõe de estação postal-telegráfica, via telefônica, coletada pela do Crato. A rêde rodoviária local consta de 255 km de carroçáveis. O mun. é cortado pela Ce-35, pela qual se liga à cid. do Crato, numa distância de 96 km, e por intermédio desta à RVC. Pela rodagem dista 35 km de Campos Sales, por onde passa a BR-24 ou Central do Piauí.

Atividades econômicas. — É o fulcro de uma região tradicionalmente mandioqueira. A sua maior produção é a de farinha de mandioca, vendida aos vizinhos e exportada em grandes quantidades, inclusive a goma, para Pernambuco, Piauí e Paraíba. Outrora abastecia os sertões criadores do centro do Estado. Então se viam pelas estradas, ao tempo do fabrico, dezenas e dezenas de comboios, batendo as cangalhas, em demanda de Brejo Sêco, donde voltavam com os surrões de couro atochados de farinha fina, bem torrada e gomosa. A extensidade da lavoura da mandioca destruiu por completo o revestimento florístico de grandes áreas da sa. do Araripe, acelerando a erosão, favorecendo a expansão da saúva, destruindo de tal modo a mata que, em certos sítios, a madeira tornou-se difícil até para cêrcas.

Existem, no mun., para mais de 600 aviamentos e 6 fábricas bem montadas explorando o beneficiamento da mandioca, cuja produção de farinha é superior a 200.000 s/60 kg, afora 400.000 quilogramas de goma. Os seus engenhos, nas quebradas e base da serra, produzem 200.000 kg de rapadura. A safra de algodão é avaliada em 400.000 kg, a de arroz em casca sobe a 15.000 sacas e o mesmo para o feijão.

Havia, em 1960, 13.000 bovinos, 1.250 eqüinos, 1.900

asininos, 1.450 muares, 6.000 suínos, 8.500 ovinos, 11.000 caprinos e 30.000 aves domésticas. A produção de queijo foi estimada em 3.000 kg e a de manteiga em 2.400 kg.

Não há produção extrativa mineral e quanto à vegetal resume-se a um pouco de madeira para construção civil e lenha. O pequi é aproveitado na alimentação humana e numa rudimentaríssima indústria de óleo.

Produção de carne e de peixe. — A matança, em 1960, foi de 281 bovinos, 286 suínos, 833 ovinos e 1.459 caprinos. A pesca nos açudes públicos e particulares rendeu 1.500 quilogramas.

Comércio. — O intercâmbio comercial faz-se de preferência com Crato, Juàzeiro do Norte e Pernambuco. Em 1956 a cid. possuía 23 estabelecimentos varejistas e 1 atacadista. As transações bancárias se processam no Crato. Feira aos sábados.

Finanças públicas. — Abaixo vem a arrecadação do qüinqüênio 1956/60:

Receita Arrecadada

Anos	Federal Cr$	Estadual Cr$	Municipal Cr$
1956	91.536,20	946.303,00	1.243.340,10
1957	257.669,60	1.126.435,40	1.422.475,90
1958	248.366,80	953.457,00	1.633.810,10
1959	410.781,10	1.117.027,40	1.403.616,50
1960	535.110,10	2.001.081,30	

População

A apurada pelo censo de 1960:

Distrito	Total	Urbana	Rural	Domicílios
ARARIPE	7.728	1.198	6.530	1.395
Brejinho	3.221	571	2.650	573
	10.949	1.769	6.180	1.968

Aspectos Educacionais e Assistenciais

A sua primeira escola, de natureza mista, foi criada por Ato de 24-3-1888. Em seguida vem uma masculina, por Ato de 9-6-1890. Em 1960 existiam 26 unidades primárias, sendo 24 municipais, com u'a matrícula efetiva de 589 alunos. No distrito-sede funcionavam 16 dessas escolas, com 376 alunos.

A assistência social se faz através de duas Conferências de São Vicente de Paulo. Na cid. funciona o Centro Municipal de Saúde Lia Loiola, que distribui leite e medicamento à pobreza. Não há médicos no município.

Aspectos Urbanos

A cid. situa-se em plena sa. do Araripe, ao pé da chapada do Fortunato, a 550 m de alt., a 421 km, em linha reta, da Capital, e aos 7° 12'49" de lat. S e 40° 08'24" de long. W.Gr.

Pequena, de aspecto agradável e algo suave pelo clima que nela se goza. Tem apenas 400 prédios, distribuídos em 10 ruas e 3 praças, das quais 5 pavimentadas, 4 arborizadas e uma ajardinada. O abastecimento d'água faz-se por intermédio de um chafariz municipal. Iluminada a luz elétrica.

Aspectos Históricos

Formação administrativa. — O dist. de Brejo Sêco, subordinado a Assaré, foi criado pela Lei n.° 1.539, de 5-11-1870. Pela Lei n.° 1.661, de 3-8-1875, o pov. foi elevado a v. e cabeça de mun., desmembrado de Assaré. Passou a denominar-se Araripe em face da Lei n.° 2.172, de 23-8-1879. O mun. foi supresso e anexado a Campos Sales pela Lei n°. 523, de 19-7-1889, para ser restaurado pela de n.° 798, de 11-8-1905. Pelo Dec. n.° 193, de 20-5-1931, foi novamente o mun. supresso e o seu território anexado ao de Santana do Cariri, para ser restabelecido pelo Dec. n.° 1.540, de 3-5-1935, com os dist. de Araripe e Xiquexique. O Dec.-lei n.° 448, de 20-12-1938, deu-lhe foros de cidade. Compõe-se atualmente dos dist. de Araripe e Brejinho.

Formação judiciária. — O têrmo judiciário de Araripe, subordinado à com. de Assaré, foi criado pelo mesmo diploma legal que instituiu o mun. (Lei n.º 1.661, de 3-8-1875.) Tornou-se com., abrangendo o têrmo de Brejo Grande, hoje Santana do Cariri, pelo Dec. n.º 21, de 7-6-1890, supressa logo depois, pelo Dec. n.º 196, de 5-6-1891. A Lei n.º 523, de 19-7-1889, ao extinguir o mun., suprimiu o têrmo, cujo território passou a girar em tôrno de Assaré. Restaurados mun. e têrmo pela Lei n.º 798, de 11-8-1905, êste manteve a subordinação anterior. Pela Lei n.º 2.145, de 30-10-1926, passou a pertencer-lhe o território do têrmo de Campos Sales, então extinto. O art. 22 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Estadual transformou-o em com. de 1.ª entrância, efetivada pela Lei n.º 213, de 9-6-1948, que dispõe sôbre a Organização Judiciária do Estado.

Formação religiosa. — A freg. de Brejo Sêco, abrangendo os dist. de paz do Brejo Sêco e Poço da Pedra, desmembrada da de Assaré, foi criada pela Lei n.º 1.539, de 5-11-1870, e instituída canônicamente por Provisão de 1-12-1871, do bispo d. Luís Antônio dos Santos. O seu primeiro vigário foi o padre Antônio Pereira de Oliveira Alencar, sucedido pelo padre Antônio Alexandrino de Alencar (1873 a 1885), em cujo paroquiato se deu a organização da freguesia. No povoado de Brejo Sêco existia pobre capelinha, dedicada a Santo Antônio, padroeiro do lugar e depois da freg., que por ocasião da criação desta se encontrava em ruínas. Reconstruiu-a em 75 dias, dando-lhe amplitude de matriz, o padre Henrique José Cavalcante, no ano de 1871, quando missionava aquela rude gente. Nada mais resta da antiga matriz, substituída por moderno templo, iniciado pelo vigário Antônio Alexandrino de Alencar e terminado pelo mons. Miguel Tavares Campos.

TOPONÍMIA

Primeiramente chamou-se Brejo Sêco, de um alagadiço que aí existia. A partir de 1879 (Lei n.º 2.172, de 23 de agôsto) tomou o nome de Araripe, de sua situação geográfica no tocante à serra do mesmo nome. Para a etimologia consulte-se verbete relativo à sa. do Araripe.

FILHOS ILUSTRES (*)

Almino Loiola de Alencar (1906). Proprietário e homem público. Milita desde 1930 na política partidária dêste Estado. Exerce as funções eletivas de deputado estadual, figurando na Assembléia em duas legislaturas consecutivas.

Antônio Girão Barroso (1914). Poeta e jornalista, tendo participado intensamente do movimento de renovação das letras cearenses, iniciado pelo grupo CLÃ. Dedica-se também às atividades públicas, sendo presidente do Partido Socialista Brasileiro, seção do Ceará, e diretor do Departamento de Cooperativismo dêste Estado.

Francisco Vieira de Alencar (1897). Bacharel em direito, tendo exercido sua atividade profissional no Banco do Brasil, do qual chegou a ser superintendente e diretor. Também serviu na administração pública federal, tendo desempenhado eventualmente as funções de Ministro do Trabalho. É orador brilhante o homem de letras forrado de sólida cultura.

José Arrais de Alencar (1896). Bacharel pela Faculdade de Direito do Ceará. Exerceu atividade, por mais de trinta anos, no Banco do Brasil, em cujo quadro ocupou as mais elevadas posições. Servido de sólida cultura clássica, dedica-se a estudos etimológicos, tendo publicado vários trabalhos de valor sôbre a matéria.

(*) Verbete redigido pelo dr. José Bonifácio de Sousa, do Instituto do Ceará.

ARARIÚ. — Ou Areriú, Irariú, Irariju, Areüru. Tapuias da bacia do Acaraú. O capitão-mor Bento Corrêa de Figueiredo fêz-lhes guerra impiedosa, pelas alturas de 1674, para coibir-lhes os assaltos e roubos que vinham praticando. Em 1700, parte dêles foi aldeada na Meruoca, pelo padre João Teixeira de Miranda para os quais construiu uma igreja; outros ainda

foram localizados na povoação de Nossa Senhora d'Assunção da Ibiapaba. Tomaram parte no ataque a Aquirás, em 1713, mas na retomada desta vila, no ano seguinte, a 8 de fevereiro, foram quase totalmente dizimados.

Corr. de *aré-riú*, companheiros nascidos à toa. (Pompeu Sobrinho, RIC, 33 (1919), 213.) Para Paulino Nogueira significa água de areré, de *areré-ú*, *Voc.*, 227.

A respeito dos Arariú consulte-se Carlos Studart Filho (*Notas históricas sôbre os indígenas cearenses*, RIC, 45 (1931), 81.)

ARARIÚS (Ex-TAQUARA). — Dist. e v. de igual nome, que pertence ao mun. e com. de Cariré.

Pela Lei n.º 2.704, de 16-9-1929, que instituiu o mun. de Cariré, foi criado o dist., com sede no arraial da Taquara, até então pertencente a Sobral. Com o Dec. n.º 193, de 20-5-1931, deu-se a extinção do mun. de Cariré e a anexação de seu território ao de Sobral. Pelo Dec. n.º 158, de 23-9-1935, que restaurou o mun. de Cariré, continuou o dist. sob a jurisdição de Sobral e a sede do núcleo foi transferida para o lugar Recreio. Pelo Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1938, passou novamente a pertencer ao mun. de Cariré, com o nome de Arariús, que era o dos tapuias que habitavam a região.

A sua pop. é de 4.707 hab., sendo 218 na zona urbana e 4.489 na rural. Tem 726 domicílios.

Contava em 1960 com 5 escolas públicas, freqüentadas por 237 alunos.

A v. fica situada à m. esq. do Jaibara, um pouco acima da bacia hidrográfica do aç. Aires de Sousa. Mesquinho arruado com 31 habitações e pequena capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição.

ARATAIM. — V. ARATANHIM.

ARATAMA (Ex-ARARAS). — Dist. e v. de igual nome, que pertence ao mun. e com. de Assaré.

A v. fica quase na divisória com Santana do Cariri, nas encostas da chapada de S. José, à m. dir. do rch. Junquinho.

Não passa de minguado arruado com vinte e tantas habitações. Tem capela dedicada a São Sebastião.

A pop. do dist. é de 2.949 hab., sendo 173 na zona urbana e 2.776 na rural, com 502 domicílios.

Em 1960 possuía 6 escolas, com u'a matrícula efetiva de 156 alunos.

O Dec. n.º 1.156, de 4-12-1933, refere-se a êste dist., que na divisão administrativa dêste ano figura no mun. de Assaré. Pelo Dec.-lei n.º 1.114, de 30-12-1943, tomou a denominação atual, tradução túpica da primitiva, isto é, região das araras, de *arára-tama*.

ARATANHA. — Sa. (da), pertencente ao cordão central, com 23 km de comp., 6 de larg. e 800 m de alt. máxima, no sít. Boaçu, fronteiro à cid. de Pacatuba, Tem várias fontes donde manam pequenos cursos d'água, perenes na maior parte do ano. Outrora cobriam-na belas matas, derrubadas para o plantio de algodão, café e maniçoba, culturas que sucessivamente predominaram nesta serra. Sôbre o seu antigo revestimento florestal há interessante documento de 4-12-1800, do qual trasladamos os seguintes itens:

"Esta Matta tem principio no sitio denominado Caracusinho, e vay fraldando a serra da Pacatuba, até contestar com a ponta da serra Goyuba. Tem oito legoas de comprimento de Norte a Sul; e quatro de largura de Nascente a Poente, pouco mais ou menos.

Nesta Matta ha muitas madeiras de diferentes qualidades, assim de construcção civil, e Naval, como de Marcenaria, e Marchetaria. São das primeiras os Paos d'Arco, as Aroeiras, as Rabujes, Jatobás, e Secupiras, com volta, e sem ela, que aqui tem comprimento cincoenta até sessenta e mais palmos, e de hum até dous palmos de face quadrada limpa; e da segunda, os mesmos Paos Rabujes, e Jatobás, Gonsallo Al'z, Tatajubas, e outras Madeiras mais desta Classe de dez e seis até quarenta palmos de comprimento, e de dous até quatro palmos de circumferência limpa." (*Descripção das Mattas desta Capitania...*, RIC, 10 (1896), 337.)

A sa. da Aratanha é de constituição granítica, com chapadas e vales estreitos e quebradas íngremes. Da parte média para cima, no trecho mais fresco, surgem sítios de fruteiras,

dominando a banana. Encontram-se ainda restos das antigas lavouras de café. Cultura iniciada em 1824, por Domingos da Costa e Silva, tomou grande incremento a partir de 1830, trazendo para a sa. um período de prosperidade, alongado por vários anos e desfeito pela magreza das safras, devido à erosão.

Agassiz, na suposição de que o período glacial se estendesse até a zona intertropical, viu, nos vales e blocos graníticos da sa. da Aratanha, leitos de antigas geleiras e morenas escanceladas ou perfeitamente conservadas. Pacatuba, no dizer do eminente naturalista suíço, erguia-se dentro da morena terminal que contorna a serra em forma de crescente. E peremptório afirmava: "Na serra Aratanha os fenômenos glaciais são tão legíveis como em qualquer vale do Maine ou nas montanhas do Cumberland (Inglaterra)."

Contra a hipótese de Agassiz, que cobria de depósitos glaciais tôda a bacia do Amazonas até ao cabo de S. Roque, à falta de fundamento científico, levantaram-se os seus discípulos, especialmente Ch. F. Hartt.

Ao norte da sa. de Aratanha fica a cid. de Pacatuba, a sueste a cid. de Guaiúba e a noroeste a v. de Jubaia.

O seu nome provém de um camarão de água doce, abundante nas locas de pedras de seus riachos, muito apreciado pelos serranos, que os pescam quase sempre à noite, com a ajuda de fachos. Êste crustáceo chama-se *aratanha*, porque os seus apêndices são fortes como bico de papagaio, donde *ará-tanha*, ou o bico do papagaio.

ARATANHA. — Rch. (da), no mun. de Pacatuba, nasce ao ocidente da sa. de seu nome, e, na planície, toma as denominações de rch. da Guaiúba e r. Formoso, e se lança à m. esq. do Pacoti.

ARATANHIM. — Ste. (do), próximo à cid. de Granja. É também conhecido por Arataim.

De *ará-tanha-i*, bico pequeno de papagaio.

ARATANHIM. — Salgados que ficam a leste da cid. de Granja.

ARATICUM. — Ladeira (do), ao sopé da sa. da Ibiapaba, a sueste de Guaraciaba do Norte, nas extremas dêste mun. com Reriutaba e Ipu.

De *ará-ticú*, fruto que ressuma, fruto mole.

ARATICUM. — Gruta a 3 km ao poente da v. dêste nome.

"Consta ela de uma espaçosa galeria de 6 metros de largura sôbre 4 de altura mais ou menos, que se prolonga em terreno plano, numa extensão de 25 metros até encontrar o rochedo no fundo, com grande orifício irregular por onde penetra a luz.

O teto conserva a mesma altura.

De um lado e outro partem corredores que se perdem além em completa escuridão, sendo de notar que o da esquerda, pela configuração das formas que levanta o calcário, parece que termina num cemitério." (Antônio Bezerra, *Notas de Viagem ao Norte do Ceará*, 2.a ed., Lisboa, 1915, 124.)

ARATICUM. — Rch. (do), sôbre a sa. de Baturité.

ARATICUM. — Dist. e v. de igual nome, que pertence ao mun. e com. de Ubajara.

Criado por Ato de 22-8-1893, como parte integrante do mun. de Ibiapina. Tendo sido desmembrado dêste mun. o território que iria constituir o mun. de Ubajara, criado pela Lei n.º 1.279, de 24-8-1915, dêle faz parte o dist. de Araticum, que até hoje figura na divisão administrativa de Ubajara.

A v., à m. esq. do rch. de seu nome, a 9 km da sede municipal, tem uma capelinha consagrada a S. Vicente de Paulo, benta a 25-11-1909, pelo vigário Joaquim Severiano, e uma esc. primária, aliás, a única do dist., cuja freqüência em 1960 foi de 46 alunos.

A pop. do dist. vive da lavoura de cereais, legumes e cana. Conta 4.218 hab., sendo 3.698 na zona rural e apenas 520 na urbana. O número de domicílios é de 648.

ARATICUM. — V. QUINCUNCA (Dist. e v.).

ARATICUNS. — Lug., no mun. de Bela Cruz, com uma escola primária.

ARATICUÚBA. — Vem o topônimo numa data de sesmaria concedida pelo capitão-mor Manuel Francês, em 30-6-1727, ao capitão-mor das entradas Felipe Coelho de Morais. (D.S., v. 11, n.º 165, 259.)

De *araticu-uba*, a árvore do araticum.

ARATUBA (Ex-COITÉ, ex-SANTOS DUMONT). — Mun. e cid.

Aspectos Físicos

Situação. — Encravado na Zona de Baturité, sôbre o lado ocidental da serra dêste nome, tanto que um pouco adiante da cid. de Aratuba começa a descida por essa vertente, rumo ao sertão de Canindé.

Limites. — Ao N, com o mun. de Mulungu; ao S, com os de Baturité e Canindé; a L, com o de Capistrano, e a O, ainda com o de Canindé. (Lei n.º 3.563, de 29-3-1957, D.O., de 30-3-1957.)

Superfície. — Avaliada em 205 km2.

Formação vertical. — Acidentada. Os cimos e contrafortes abrigam baixadas e vales mais ou menos profundos e caem ladeirosos para os lados do sertão.

Solos e vegetação. — Predominam os argilosos. A erosão assume aspectos catastróficos. Baixadas ferazes. As matas driáticas desapareceram substituídas por uma capoeira grossa. O sombreamento dos cafèzais é feito à custa da ingàzeira.

Clima e salubridade. — O termômetro desce a 14 graus, subindo a 25 nos meses de maio a agôsto. Os dias são relativamente frescos e as noites frias. Não há doenças endêmicas.

Aspectos Econômicos

Vias de comunicação. — Dispõe de uma agência telefônica de 4.ª classe. A rêde rodoviária municipal mede 53 km. Comunica-se com a Capital pela Ce-54.

Produção agrícola e pecuária. — A base econômica do mun. repousa na lavoura do café, cana, hortaliças e frutas.

Em 1960, produziu cêrca de 200.000 kg de café, 5.000 sacas de farinha, 500.000 kg de rapadura e 20.000 litros de aguardente. O rebanho, por motivos óbvios, é pequeno, e naquele ano somava 200 bovinos, 80 eqüinos, 250 asininos, 300 muares, 800 suínos, 200 caprinos e 15.000 aves domésticas. A produção de ovos foi avaliada em 30.000 dúzias. Não existe indústria extrativa, quer vegetal quer animal.

Produção de carne. — O mun. consumiu 103 bovinos, 352 suínos, 46 ovinos e 81 caprinos, em 1960.

Comércio. — Faz-se com Fortaleza. O da sede limita-se a poucos estabelecimentos varejistas. Em matéria de crédito é atendida pelos órgãos bancários sediados em Baturité.

População

O censo de 1960 apurou para o mun. uma pop. de 9.894 hab., no seu único dist. — Aratuba, que se distribuía da seguinte maneira: 689 na zona urbana, 9.205 na rural. O número de domicílios é de 1.604.

Educação e Assistência

O ensino primário, em 1960, constava de 24 escolas, sendo 3 estaduais, 20 municipais e 1 particular, freqüentadas por 823 alunos. Em matéria de assistência social, existe uma Associação de São Vicente de Paulo, que precàriamente atende à velhice desamparada.

Aspectos Urbanos

É uma das menores cidades do Ceará, sem condições próprias para desenvolver-se. Dos seus logradouros, 4 são iluminados a luz elétrica, bem como 95 domicílios.

Aspectos Históricos

Formação administrativa. — O pov. de Coité passou a v. a 1-8-1860. Extinta, foi restaurada e tornou-se sede de mun.

pelo Dec. n.º 35, de 1-8-1890, instalado a 12 do mesmo mês e ano. Pelo Dec. n.º 170, 21-3-1891, o mun. passou a pertencer ao têrmo e com. de Canindé, sem alteração de limites. Foi extinto pela Lei n.º 550, de 25-8-1899 e anexado o seu território ao de Baturité. Restaurado pela Lei n.º 602, de 6-8-1900, foi novamente extinto pelo Dec. n.º 193, de 20-5-1931, passando a fazer parte de Pacoti. A Lei n.º 3.563, de 29-3-1957, restaurou o mun., composto de um único distrito, tendo por sede Aratuba.

Formação judiciária. — Os serviços jurídicos ainda dependem da com. de Pacoti.

Formação religiosa. — A freguesia foi criada sob a invocação de São Francisco de Paula, a 10-12-1883, pela Lei n.º 2.062, compreendendo os dist. de Coité e Pindoba. A instituição canônica deu-se a 9-1-1884, por Provisão firmada pelo mons. Hipólito Gomes Brasil, na ausência de d. Joaquim José Vieira.

TOPONÍMIA

Primeiramente se chamou *Coité*, de uma árvore baixa, da família das Bignoniáceas, produtora de grandes frutos de pericarpo lenhoso, com que se fazem as *cuias*, vasos muito usados na vida doméstica rural. Depois lhe mudaram o nome para Santos Dumont. Pelo Dec-lei n.º 1.114, de 30-12-1943, passou a denominar-se *Aratuba*, de *ara*, pássaro, e *tuba*, muito, alusivo a uma suposta riqueza da avifauna local.

FILHOS ILUSTRES (*)

Carlos Gondim (1886-1930). Poeta parnasiano, dos mais festejados de sua geração. Seus versos caracterizam-se pela perfeição da forma e vigor do pensamento. Dominado pelos incontidos impulsos do seu temperamento, teve vida tormentosa e fim trágico.

Joaquim da Silveira Marinho (1893). Serventuário da justiça e homem de letras. Exerceu o notariato em Baturité e

Fortaleza, onde também desempenhou as funções de contador do fôro. Dedicou-se por algum tempo ao periodismo, tendo dirigido o *Almanaque do Ceará*. É apreciado colaborador da imprensa de Fortaleza.

Rosendo Ribeiro de Sousa (1886-1938). Homem de origem humilde, sua vida foi um exemplo de tenacionade na conquista da instrução e outros nobres ideais. Estudou na Fênix Caixeiral, de cuja diretoria chegou a fazer parte. Ao falecer, dirigia o periódico *O Império* e era alto funcionário do Banco Popular de Fortaleza.

(*) Verbete redigido pelo dr. José Bonifácio de Sousa, do Instituto do Ceará.

ARATUM-AÇU. — Terreno salgado às margens do r. Chaval, mun. dêste nome.

De *aratu*, crustáceo comum aos lug. invadidos pelas marés, e *açu*, grande.

ARAÚJO. — Lug., com 50 habitações, mun. de Independência.

ARAÚJO. — Lug. à m. dir. do Jaguaribe, a 18 km da cid. de Russas, com capela, escola pública e 50 moradias.

ARAURU. — Rch., figura na data de sesmaria concedida pelo capitão-mor Gabriel da Silva Lago, em 7-2-1707, ao tenente Antônio Pereira da Silva e capitão Manuel Pereira da Silva. (D.S., v. 4, n.º 205, p. 37.) Atualmente conhecido por *Aruaru*.

AREIA. — Sa. (da), nas extremas com a Paraíba, entre a sa. da Várzea Grande e a das Balanças, com 150 m de alt., nos mun. de Aurora e Ipaumirim.

AREIA. — Rch. (da), afl. da m. dir. do Salgado, no mun. de Icó, vem da extrema ocidental da sa. do Cafundó.

AREIA BRANCA. — V. IBICUITINGA.

AREIAS. — Sa. (das), no mun. de Mombaça, entre os rch. do Cangati e Cacodé, ligada à sa. da Lagoa da Moita. Sêca, porém cultivável.

AREIAS. — Lug. no mun. de Bela Cruz, com 25 habitações.

AREIAS. — V. IBICUITABA.

AREOCATAMIRIM. — V. ALMOFALA.

ARERÉ. — Sa. ou ste. (do), à m. esq. do Jaguaribe, a 9 km a SO da cid. do Aracati, isolado, calcário e de escabroso acesso. Em sua vertente oriental abre-se "uma caverna de uns 100 metros de extensão, medindo a entrada 15 palmos de altura. Está dividida em três compartimentos, sendo um dêles bastante amplo.

No cimo do monte, há uma cruz que dizem ser muito milagrosa. Os devotos, pagando suas promessas, costumam visitá-la, em piedosa romaria. Vez por outra, o vigário de União vai celebrar missa ao pé do santo cruzeiro.

O local proporciona-nos uma vista deslumbrante. Para todos os lados se estende a imensa planura, toucada de carnaubeiras. E, entre estas, em torcicolos, vêem-se duas listas verdes, sempre paralelas. É a vegetação exuberante às duas margens do rio." (C. Nery Camello, *Viagens na Nossa Terra*, Rio de Janeiro, 1938, 57.)

Para Paulino Nogueira (*Voc.*, 227), é corr. de *ereré*, pequena marreca encontradiça no sertão e litoral. T. Sampaio deriva-o de *arar-ê*, o afeiçoado aos papagaios, o amigo dos papagaios.

ARERÉ. — Rch. (do), nasce na sa. da Donana e depois de 48 km de curso deságua à m. dir. do Truçu, no lug. Volta, acima de Suaçurana, banhando grande faixa dêste dist., do mun. de Iguatu. Recebe o Latadas e a partir da foz dêste para cima separa os mun. de Acopiara e Jucás. Também conhecido por rch. das Queimadas.

ARERÉ. — Rch. ou cór. (do), nasce na sa. dos Porcos, recebe o Bangüê e deflui no Xoró, pela m. esquerda. Na sua foz incidem os limites de Aquirás e Cascavel.

ARERÉ, ou MONTE-MOR. — Aç. (do). Em maio de 1920, a 5 km da cid. de Pacajus, no rch. Areré, afl. do Xoró, o Govêrno Federal iniciou os trabalhos de uma barragem, que teria 340 m de comp. no coroamento e a capacidade de 80 milhões de metros cúbicos. As obras foram suspensas no ano seguinte, por haver cessado os efeitos da sêca de 1919-1920.

ARERIBU. — V. ARAIBU.

ARERIÚ. — V. ARARIÚ.

ARIAMA. — V. DAQUEMAMUNE.

ARIAMA MUI. — Sa. (do). "Pela posição que ocupa no mapa êste topônimo, podemos identificá-lo com o maciço das serras do Pereiro, Camará, etc., isto é, as antigas serras dos icós. Talvez compreendesse também a parte meridional da serra do Apodi. Parece que se trata de deturpação da expressão tupi: *ariá. á. amã*, os nimbos de cabeça, porventura alusão às nuvens que coroam freqüentemente os mais altos cimos de certa serra. Não é interpretação satisfatória." (Th. Pompeu Sobrinho, *O mapa de Pero Coelho*, RIC, 62 (1948), 162.)

ARIBORÉ. — Rch. cujo nome consta da data de sesmaria concedida a Bento Pereira de Miranda e outros, em 11-12-1733, pelo capitão-mor Leonel de Abreu Lima. (D.S., v. 13, n.º 75, 111.)

ARIJÓ. — Rch. constante da data de sesmaria concedida a Baltazar Machado Cramona, em 25-7-1722, pelo capitão-mor Manuel Francês. (D.S., v. 11, nº 32, 53.)

ARIOSA. — La. (do), extenso brejal de outrora, onde residiu, como primeiro ocupante das terras da sesmaria que

obteve em 1703, o capitão-mor Manuel Rodrigues Ariosa, natural do Rio Grande do Norte, desaparecido em 1716, depois de curta permanência nesse recanto do Cariri. Fica quase a meia distância das cid. do Crato e Juàzeiro do Norte, à marg. da est. de rodagem que liga os dois núcleos citados. Com a morte do primeiro posseiro tomou, mais tarde, o nome de sítio S. José, que ainda perdura, tendo se destacado dêste o Engenho dos Melos.

ARIQUITO. — Rch., afl. da m. esq. do rch. das Bravas, no mun. de Cariús.

Nota — No MIN, figura com o nome de Arigiro.

ARIRÃO. — Ste. (do), no mun. de Canindé. Sêco e desabitado, porém alto e de uma forma esquisita. Há ferro em suas proximidades.

De *aí*, o que cai, *ry*, corrente d'água, *iron*, revôlto — a corrente que desce revôlta, alusivo às águas que precipitadamente descem pelos declives empinados durante as chuvas. (Th. Pompeu Sobrinho, *Etimologia de algumas palavras indígenas*, RIC, 33 (1919), 212.) Para Paulino Nogueira (*Voc.*, 227), trata-se de corr. de *ariri*, espécie de palmeira. D. Antônio de Almeida Lustosa (*Notas a Lápis*, 24) escreve: "A parte mais elevada de Arirão tem a configuração de um grande carneiro deitado. Isto nos faz aproximar os dois têrmos Airi- carneiro deitado. Isto nos faz aproximar os dois têrmos Airirão e *ARIETÃO* (grande carneiro). Será essa a origem do nome?"

Th. Pompeu Sobrinho escreveu *Airiron*, como o fêz Pompeu no *Dic. Top.*, mas no *Ens. Est.* êste último grafa *Ariron*.

ARIRÃO. — La. (do), pequena, junto ao ste. de seu nome, mun. de Canindé.

ARNEIROZ. — Sa. (do), também conhecida por Mucuim, no mun. de seu nome.

A cêrca de um km e meio da cid. de Arneiroz, o r. Jaguaribe corta esta sa., atravessando-a por estreito boqueirão, talhado na rocha viva, cuja menor largura encontrada na base

anda perto de 100 metros. A localidade presta-se à construção de uma barragem de alvenaria ou *rock fill*, avaliada em 120 milhões de m3. O reconhecimento foi feito em 1911 pela IFOCS.

"Em Portugal há com êsse nome — Arneiroz, — uma freguesia muito antiga, cujo território parece haver sido povoado antes do século XII. Pertence ao concelho de Lamego, do distrito de Viseu, na parte que se acha incluída na província de Trás-os-Montes e Alto-Douro. Arneiroz é considerado o nome genuíno da freguesia, embora não oficial, e ainda em pleno uso, ao passo que o oficial — *Vila Nova de Souto de El-Rei* — só oficialmente se emprega.

A palavra é tida como plural do diminutivo medieval *arneiró* (de *arenariola*). *Arneiró* é palavra considerada fora do uso em Portugal pelo autor do *Elucidário*, já em 1825. Os léxicos registam o vocábulo com o significado de terreno arenoso, estéril, do latim *arenarius* com síncope do *e*. E como têrmo do Alentejo correspondente a "espécie de joeira ou crivo". *Arneiró* e *Arnado*, seu sinônimo, são também topônimos registados em Portugal, além de outros cognatos.

Reprodução, sem dúvida, de um topônimo português no Ceará, a designação *Arneiroz*, como talvez no caso de Almofala, se adapta, contudo, à significação do têrmo, pois — segundo anota mesmo um Dicionário Geográfico — se trata de "um território bastante sêco no sertão". (Florival Seraine, *Topônimos de Portugal no Ceará*, *in Letras*, n.º 11, Curitiba, 1960, 40-41.) Veja-se do mesmo autor *Contribuição à toponímia cearense*, RIC, 60 (1946), 261.

ARNEIROZ. — Mun. e cid.

Aspectos Físicos

Situação. — Zona do Sertão do Sudoeste, no coração dos Inhamuns.

Limites. — Ao N, com o mun. de Tauá; ao S, com o de Saboeiro; a L, ainda com Tauá e Saboeiro; a O, com o de Parambu. (Lei n.º 3.554, de 14-3-1957, D.O. 16-3-1957.)

Superfície. — Ainda não foi calculada.

Fisiografia. — "As mesmas paisagens de Inhamuns; o mesmo sertão, as mesmas colinas de rochedos eriçados e nus, cortados em boqueirões e sumindo-se ao longe, embutidas no mesmo tronco orográfico. Tabuleiros onde o xiquexique, o

mandacaru, a coroa-de-frade, a palmatória, o caruatá alardeavam a sua resistência vital e agressiva, em contraste com a erva brotando, já enfezada, do chão em que o sol de fogo esturricava.

A faixa sinuosa e verde das margens do Jaguaribe; os seus bancos de areia, faiscantes de luz tropical; as suas águas estagnadas entre os mofumbos ou à sombra das gameleiras, que o gado, sequioso, baldeava e sorvia. Aroeiras, angicos, pau-d'arcos esparsos, distanciando-se, como se fôssem sentinelas perdidas naqueles campos descalvados. Graúnas, sabiás, juritis, nambus, anuns, esvoaçando ou fugindo, assustados com o tropel dos cavalos. Nas clareiras ou sob a fronde das oiticicas, reses deitadas, quietas, ruminando; ou catando nos massapês e roendo, numa resignação muda, o pasto escasso." (Joaquim Pimenta, *Retalhos do Passado*, Rio de Janeiro, 1949, 36-37.)

Clima. — Quente e muito sêco. Chega a atingir 36º à sombra. A altitude acima de 300 m e uma constante viração mitigam bastante a temperatura dêsses sertões.

Aspectos Econômicos

Vias de comunicação. — A sua rêde rodoviária é exclusivamente municipal e em 1960 media 112 quilômetros. Através de Saboeiro e Aiuaba liga-se à BR-24 e via Tauá à Ce-33 e à Fortaleza-Brasília. Tem agência dos Correios e, telefônicamente, se comunica com Tauá.

Agricultura. — O mun. dedica-se mais ao criatório. Em 1960 o rebanho andava na casa de 17.000 bovinos, 4.400 eqüinos, 2.200 asininos, 2.100 muares, 7.000 suínos, 24.000 ovinos, 40.000 caprinos, 70.000 aves domésticas. Nesse mesmo ano houve uma safra de 350.000 litros de leite, 3.000 kg de manteiga, 22.000 kg de queijo e 780.000 ovos, tudo no valor de Cr$ 7.620.000,00. Os produtos agrícolas mais importantes são a mandioca, com uma produção de 6.000 sacas de 60 kg de farinha; logo depois a cana-de-açúcar, com 85.000 kg de rapadura, e o algodão, com 33.000 kg, e cêrca de 1.000 kg de

fumo. A lavoura tende a aumentar, mormente a de algodão e mamona, com a invasão das terras dos Inhamuns por lavradores, vindos, em sua maioria, dos Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte.

Produção extrativa. — Nada a registrar no setor mineral. No vegetal, em 1960, produziu 500.000 kg de sementes de oiticica. Exportou 45 peles de maracajá, 1.800 de gato pintado e 5.000 de teiú, avaliadas em Cr$ 1.560.000,00.

Produção de carne e peixe. — A matança, em 1960, foi de 56 bovinos, 240 suínos, 1.977 ovinos e 2.235 caprinos. O peixe obtido nos açudes e poços do Jaguaribe chegou a 10 toneladas.

Indústrias de transformação. — Há apenas pequenos aviamentos e engenhos.

Comércio. — O local é sem significação. As trocas se fazem especialmente com a cidade de Iguatu.

Finanças públicas. — No qüinqüênio 1956/60 a arrecadação verificada foi a seguinte:

Receita Arrecadada

Anos	Estadual Cr$	Municipal Cr$
1956	212.769,00	
1957	217.934,80	
1958	188.389,60	
1959	215.126,40	2.117.559,70
1960	587.455,10	

População

Eis o resultado do censo de 1960:

Distrito	Total	Urbana	Rural	Domicílios
ARNEIROZ	4.237	447	3.790	676

Educação e Assistência

As primeiras escolas primárias foram criadas pelas Leis ns. 251, de 15-11-1842, 695 de 3-11-1854, e 1.938, de 5-8-

-1881. Em 1960 tinha 16 escolas, 4 estaduais e as restantes municipais, com u'a matrícula efetiva de 477 alunos. A única entidade assistencial é a Sociedade de São Vicente de Paulo, fundada em 1910.

ASPECTOS URBANOS

Fica ao pé da sa. do mesmo nome, à m. esq. do Jaguaribe, na confluência do rch. do Mucuim. A 500 m abaixo da cid., a sa. de Arneiroz abre-se em imponente boqueirão para dar passagem ao Jaguaribe. Cortada pela estrada municipal de Tauá a Aiuaba, tem uma fisionomia avelhantada e decadente, pobre e triste. A sua pop. não excede a 500 habitantes. Sempre foi pouco povoado, por residirem as principais pessoas de seu território nas fazendas de criar. Pompeu, no *Ensaio Estatístico*, II, 145, que é de 1864, descreve o lugarejo como "pequeno povoado com duas ruas de casas insignificantes, uma igreja também pequena assentada desvantajosamente à margem esquerda do Jaguaribe". Em 1900, diz o padre Carlos Morais que havia em Arneiroz apenas 3 famílias e acrescentava: "É um êrmo, onde bem poderiam gozar os eremitas."

ASPECTOS HISTÓRICOS

Os princípios de Arneiroz datam de 1727, de um aldeamento de índios Jucá, assistidos por um padre. Devido a furtos de gado e depois por atos de insubordinação, parcelas dêsses índios foram levadas para Crato e Baturité, em 1761 e 1780, respectivamente. Continuou, apesar da oposição dos fazendeiros, o aldeamento, tanto que em 1799 era mandado um padre para dirigi-lo. Nesse sítio, membros da família Feitosa, senhores da região, construíram algumas moradias de taipa e telha, para recebê-los por ocasião dos festejos religiosos. Essas casas pràticamente viviam fechadas durante o ano.

Formação administrativa. — O pov. passou à categoria de v. e sede de mun. pela Lei n.º 1.128, de 21-11-1864. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o mun. se compõe de

três dist.: Arneiroz, Bebedouro e Cococi. Foi extinto pela Lei n.º 1.084, de 19-4-1913, e restaurado pela de n.º 1.181, de 23-7-1914. No Recenseamento Geral de 1920, o mun. figura com os dist. acima assinalados e mais o de Santa Catarina. A Lei n.º 1.794, de 9-10-1920, o extinguiu novamente, mas dois anos depois ressurgia através da Lei n.º 2.002, de 16-6-1928, para ser suprimido pelo Dec. n.º 193, de 20-5-1931, passando a partir de 1933 a figurar como dist. no quadro territorial de Tauá. Finalmente, restaurado pela Lei n.º 3.554, de 14-3-1957, com o dist. de Arneiroz e parte do território do dist. de Itaguá, do mun. de Campos Sales. Compõe-se sòmente do distrito-sede.

Formação judiciária. — A justiça continua ainda subordinada à com. de Tauá.

Formação religiosa. — Arneiroz estava subordinada no religioso à freguesia de N.S. do Carmo dos Inhamuns, mas levando em conta que alguns moradores "ficavam distantes de sua Matriz cinqüenta léguas, aos quais não podia o pároco acudir prontamente com o Pasto espiritual e nem êstes recorrer fàcilmente ao seu pároco para lhes acudir as suas necessidades com administração dos Santos Sacramentos, quando êles carecessem, ou por devoção os quisessem receber", resolveu o bispo d. Tomás da Encarnação criar a freguesia de N. S. da Paz, em Arneiroz, por Provisão de 13-11-1783, segundo Pompeu, ou desta mesma data, porém em 1784, segundo Studart. Ainda o prelado determinou que o vigário de Quixeramobim fôsse aos Inhamuns e procedesse à divisão das duas paróquias. O padre Antônio Poze Duarte de Araújo não demorou em executar a incumbência que lhe fôra acometida e já em 13-3-1784 lavrava o têrmo de limites, que seria confirmado por Provisão de 14 de agôsto do mesmo ano do Cabido de Olinda, por ser morto o referido bispo. O seu primeiro vigário foi o padre Francisco Xavier Cabral, que por Provisão de 2-9-1779, datada de Olinda, foi feito cura dos índios de Arneiroz, e nomeado vigário da freguesia recém-criada pelo vigário de Quixeramobim, no têrmo em que fêz a divisão, ato que também mereceu a aprovação do Cabido olindense.

A freguesia durante seis anos rendeu apenas 6$300, pelo

nardino Vieira de Lemos, em 1787, "para que fôsse mais zeloso em cobrar a fábrica de seus fregueses". Nesse mesmo ano foi feito o primeiro inventário dos bens e alfaias da matriz, incluindo-se entre aquêles uma partida de gado que produzira 30 bezerros.

O patrimônio canônico da freguesia, doado por Francisco Alves Feitosa e sua mulher Maria Alves Feitosa, a 4-4-1789, consta de 100 braças de terra de ilharga entre o boqueirão da serra e um córrego à direita da vila.

O corpo da igreja se deve aos esforços do padre Antônio Lopes de Azevedo e à sua conclusão ao padre Calheiros Pessoa, ambos auxiliados pelo coronel Eufrásio Alves Feitosa, nos fins de 1700 e primeiros anos de 1800.

Sôbre os fatos referentes à freguesia de Arneiroz até 1900, há o trabalho do padre Francisco Carlos de Morais — *Apontamentos sôbre as freguesias de Arneiroz e Saboeiro*, RIC, 16 (1902), 72-82.

TOPONÍMIA

Vide verbete referente à sa. de Arneiroz.

FILHOS ILUSTRES (*)

Antônio Feitosa, Pe. (1913). Sacerdote, ordenado em 1935. Homem de cultura, expositor brilhante, dedicou-se ao magistério na cidade do Crato. Atualmente exerce o múnus paroquial em Missão Velha, tendo sido em 1955 agraciado pela Santa Sé com o título de monsenhor. Tem publicado vários trabalhos de valor.

Leonardo Feitosa (1876-1961). Foi, por vários anos, serventuário da justiça em Arneiroz, onde exerceu também outros cargos públicos. Profundo conhecedor da formação histórica dos Inhamuns, escreveu um "Tratado Genealógico da Família Feitosa".

Manuel Araújo Feitosa, Pe. (1886-1945). Ordenou-se em Fortaleza, em 1912. Paroquiou várias freguesias cearenses, fixando-se depois no Crato, onde se dedicou ao magistério e ao jornalismo religioso. Era cônego honorário do cabido da Bahia.

Vital Bizarria (1875-1947). Poeta espontâneo, cultivou de preferência o gênero trovas. Suas quadras e redondilhas aparecem com freqüência nas coletâneas literária.

(*) Verbete redigido pelo dr. José Bonifácio de Sousa, do Instituto do Ceará.

AROEIRA. — Sa. (da), do maciço da Uruburetama, na divisória das águas do Caxitoré e Aracatiaçu, no cordão de serras que fecha o horizonte de Irauçuba.

Para Paulino Nogueira (*Voc.*, 227), trata-se de "abreviatura de araroeira, vocábulo híbrido composto de *arara* e da terminação portuguêsa *eira*, com a significação de árvore: árvore da *arara*, porque é a árvore em que de preferência essa ave pousa e vive".

AROEIRA. — Rch. (da), nasce na sa. do mesmo nome, corre entre a sa. do Retiro e o ste. do Trigo, desembocando à m. dir. do curso superior do Mici, afl. do Aracatiaçu.

AROEIRA. — Rch. (da), afl. da m. esq. do Banabuiú, no qual desemboca um pouco acima de Morada Nova, vindo dos ste. das Furnas e Pedras Brancas.

AROEIRA. — Rch. (da), afl. da m. esq. do alto Caxitoré, nasce na parte setentrional da sa. da Quixaba.

AROEIRA. — Lug. à m. esq. do Acaraú, no dist. de Aranaú, com escola pública primária.

AROEIRA. — Praia (da), à m. dir. da entrada da baía de Camucim.

AROEIRAS. — Rch. (das), afl. da m. dir. do r. Canindé, no mun. dêste nome.

AROEIRAS. — Pov., no mun. de Aracati, à m. dir. do rch. das Imburanas. Possui escola pública e capela sob a invocação de N.S. do Perpétuo Socorro, subordinada à paróquia do Aracati. Abastecida d'água por poço profundo.

AROEIRAS. — Pov., com 100 habitações, no dist. de Justiniano de Serpa, mun. de Aquirás.

AROEIRAS DOS MORRINHOS. — Cór. (das), no mun. de Aracati. Nasce no lug. Quinderé, recebe os cór. Tanque e Quinderé, desemboca no Jaguaribe, pela m. esquerda. Perene e regularmente piscoso.

ARPOADORES. — Praia (dos), junto à foz do Jacarecanga, no mun. de Fortaleza. Até pouco tempo não passava de arraial de pescadores, hoje, porém, está invadido pelo casario urbano.

ARRAIAL. — Rch. (do), nasce na sa. da Ibiapaba, perto da v. de Mororó (ex-S. Gonçalo) e cascateando despeja-se à m. esq. do Jatobá, afl. do Acaraú.

ARRAIAL. — V. URUBURETAMA.

ARRAIAL DA TELHA. — Dist. do mun. de Tamboril, criado por Ato de 17-3-1882. Extinto posteriormente, tanto que já não figura na divisão administrativa para 1911.

ARRAIAL DE BAIXO. — Pov., com 60 habitações, mun. de Missão Velha.

ARRAIAL DE CIMA. — Pov., com 50 habitações, no mun. de Missão Velha.

ARRAIAL DE NOSSA SENHORA DO Ó. — Antigo nome de Icó.

ARRAIAL DE SANTA ISABEL. — Subúrbio da cid. de Aracoiaba, a que chamam também de Muamba, onde se encontra a estação ferroviária.

ARRAIAL DE S. JOSÉ DOS CARIRIS NOVOS. — Surgiu a partir de 1748, cresceu com os trabalhos de mineração do Morro Dourado e foi a semente da atual cid. de Missão Velha.

ARRAIAL DO VIDEO. — Dist. do mun. de S. Quitéria, criado por Ato de 28-1-1899. Extinto posteriormente, tanto que já não figura na divisão administrativa de 1911.

ARRIBITA. — Localidade do mun. de Sobral, com possibilidade para uma barragem, cuja construção foi insistentemente solicitada por ocasião da sêca de 1942. O local do aç. foi reconhecido pela IFOCS, em agôsto de 1916.

ARROJADO (Ex-TIMBAÚBA, ex-PAIANO). — Dist. e v. de igual nome, que pertence ao mun. e com. de Lavras da Mangabeira.

O núcleo distrital originou-se na faz. Timbaúba, quando da construção da parada ferroviária, que fica no km 477,406 da linha Fortaleza-Crato, a 242,330 m de alt. e a uma distância de 6 km do r. Salgado. A parada, hoje elevada à categoria de estação, foi inaugurada a 31-12-1922, sob o nome de Paiano, posteriormente mudado para Arrojado, homenagem à memória do ilustre engenheiro Miguel Arrojado Lisboa, que pelo Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1938, tornou-se extensivo ao distrito.

A v. tem 70 habitações para 141 existentes em todo o distrito, cuja população é de 780 hab., divididos em 379 na zona urbana e 401 na rural. É servida por uma agência postal de 4.ª classe. Havia em 1960 três escolas primárias, com 79 alunos.

ARRONCHES. — V. PARANGABA.

ARROZ. — Cór. (do), no mun. de Jaguaruana, desemboca na la. do Saco.

ARROZ. — Rch. (do), no mun. de S. Quitéria, vem do ste. dos Picos e desemboca à m. dir. do Jacurutu.

ARROZ. — Rch. ou cór. (do), afl. da m. esq. do Aracatimirim, em cuja confluência incidem os limites de Acaraú e Itapipoca.

ARROZ. — La. (do), pequena, temporária, na bacia do alto Coronzó, mun. de Cococi.

ARUARU. — V. URUARU (Morro e lagoa).

ARUARU. — Rch., no mun. de Morada Nova, afl. do Pirangi.

ARUARU (Ex-ESPÍRITO SANTO DO PIRANGI, ex-SÃO JOÃO DO PIRANGI, ex-PIRANGI). — Dist. e v. de igual nome, que pertence ao mun. e com. de Morada Nova.

Foi criado pela Lei n.º 1.169, de 17-8-1865, com os limites que fôssem marcados pela Câmara municipal, que os fixou a 9-3-1872. Porém o dist., antes de ser inaugurado, foi extinto pela Lei n.º 1.733, de 25-8-1876. Restaurado posteriormente com o nome de São João do Pirangi, passou pelo Dec-lei n.º 448, de 20-12-1938, a chamar-se sòmente Pirangi, por ser a sede distrital banhada pelo r. dêste nome. Pelo Dec.-lei n.º 1.114, de 30-12-1943, foi rebatizado com a denominação atual, que se prende a um rch. do distrito.

A sua pop. é de 4.683 hab., sendo 401 na zona urbana e 4.282 na rural. Dedica-se à lavoura e à criação. O dist. é bastante sêco. Em 1960 possuía 3 escolas primárias com 114 alunos.

A sede da v. não tem significação comercial e urbana. À m. esq. do Pirangi, cortada pela carroçável Morada Nova-Cristais.

Aruaru é nome de um peixe barrigudo.

ARVOREDO. — La. (do), na bacia do rch. Jucás, mun. de Crateús.

ASSARÉ. — La. (do), no mun. de Araripe.

ASSARÉ. — Mun. e cid.

ASPECTOS FÍSICOS

Situação. — Na zona fisiográfica denominada Sertão do Salgado e Alto Jaguaribe.

Limites. — A L, com os mun. de Cariús e Farias Brito; ao S, com Nova Olinda, Santana do Cariri, Potengi e Campos Sales; a O, com Campos Sales, Antonina do Norte e Saboeiro; ao N, com Saboeiro e Jucás.

Superfície. — 1.616 km².

Formação vertical. — Território bastante acidentado, com alt. superior a 400 metros. A constituição orográfica participa das extremas do planalto dos Inhamuns e das ramificações da sa. do Araripe, a O e S, respectivamente. A L, na linha fronteiriça, ergue-se a sa. das Palmeiras, seguida pela do Quincuncá, que se adentra pelo mun. e invade o vizinho de Farias Brito. No centro se destacam as sa. das Pombas e dos Araçás. A dos Bastiões flanqueia o r. do mesmo nome. O principal relêvo é o mo. do Pilar, com 425 metros.

Hidrografia. — As águas são drenadas pelo Bastiões, cuja bacia hidrográfica se amplia para L, já que no ocidente se acha contristada pela barreira da sa. homônima. Os rch. S. Miguel e S. Felipe, principalmente êste último, destacam-se dos demais. Não há lagoas permanentes e entre as temporárias merecem menção as de Periperi, Tabocas e das Pombas.

Solos. — Parte de sua área não se afasta das características dos tabuleiros criatórios dos Inhamuns. Porém a maioria das terras recomenda-se para a lavoura. Os vales, apesar de estreitos, são cobertos de aluviões férteis. Concentram o grosso da lavoura local, representada pelo algodão, gêneros alimentícios e regular quantidade de fumo. A sa. do Quincuncá é um celeiro nos anos de chuvas normais. Ao pé das ramificações do Araripe encontra-se a faixa canavieira, alimentando regular fabrico de rapadura e aguardente.

Vegetação. — A devastação dos recursos naturais é a mesma verificada em qualquer outro ponto do Estado. As matas

que outrora revestiam os vales e as serras pràticamente já não existem. Ainda se encontram, nos lugares de acesso difícil, pequeninas amostras do que ela foi. Predominam, por tôda parte, capoeiras mais ou menos degradadas.

Clima e salubridade. — Clima quente e sêco, com a máxima de 36°, mitigado pela altura e viração que costuma soprar à tarde e à noite. Estado sanitário bom e seria melhor se dispusesse de abastecimento d'água mais higiênico. É de 730 mm a queda pluviométrica média.

Aspectos Econômicos

Vias de comunicação. — A BR-24 atravessa o mun. na sua parte ocidental, correndo bem próxima da fronteira de Saboeiro. Por ela se faz o grosso dos transportes. Liga-se à cid. de Assaré por uma carroçável de 24 km, que galga a sa. de Ema, partindo de Tabuleiro. Diversas carroçáveis ligam o mun. aos circunvizinhos, sendo mais importante a que demanda o Cariri, via Farias Brito. O sistema rodoviário interno mede 248 km.

A viagem de Fortaleza a Assaré faz-se até Icó pela BR-13 e daí pela BR-24 até Tabuleiro, num percurso de 583 km, inclusive os 24 aludidos. Pode também ser feita pela RVC até Iguatu (416 km), seguindo-se pela BR-24 (124 km), num total de 540 km.

Pelas rodovias a distância com as cid. vizinhas é a seguinte:

Araripe	72 km
Campos Sales	93 "
Farias Brito	42 "
Jucás	70 "
Saboeiro	60 "
Santana do Cariri	73 "

Dispõe de um campo de pouso para pequenos aviões. A Agência dos Correios e Telégrafos é de 4.ª classe. A parte referente aos Correios foi criada a 21-10-1877.

Atividades econômicas. — A base da riqueza municipal está na lavoura e na pecuária, notadamente na primeira, que tem no algodão o seu principal produto. A safra, em 1960, foi avaliada em 2.300.000 kg de algodão em caroço, 50.000 sacas de farinha de mandioca, 15.000 sacas de goma de mandioca, 500.000 kg de rapadura, afora arroz em casca e aguardente.

O rebanho existente, em 1960, constava de 20.000 bovinos, 5.000 eqüinos, 8.000 asininos, 7.000 muares, 12.000 suínos, 42.000 ovinos, 64.000 caprinos, 120.500 aves domésticas. Houve uma produção de 2 milhões de litros de leite, 8.000 kg de queijo, 3.000 kg de manteiga e 774.000 dúzias de ovos.

A indústria extrativa, no setor vegetal, concorreu com um pouco mais de 3 milhões de cruzeiros de madeiras para fins industriais e domésticos; cêrca de 100.000 kg de sementes de oiticica e 500 kg de cêra de carnaúba. No setor animal, consta de um pouco de peles silvestres, no valor de ..... Cr$ 200.000,00, e mel e cêra de abelha calculados em ..... Cr$ 350.000,00. Não existem jazidas minerais dignas de nota. Funcionam algumas olarias e caieiras, atendendo ao pequeno mercado de materiais de construção.

Há uma fábrica de descaroçamento de algodão e pequenas instalações para rapadura, aguardente e farinha de mandioca.

A produção de energia elétrica é de 18.522 kwh.

Açudagem. — Existem 11 açudes, entre públicos e particulares, com capacidade superior a 7 milhões de metros cúbicos. Destacam-se, pelo volume, o Bangüê, com 3 milhões, e o Laranjeiras, com 1,5 milhão.

Comércio. — Pequeno. O de importação restrito às necessidades locais. Exporta produtos agrícolas para as cidades vizinhas, especialmente Iguatu. Às vêzes essas transações atingem a Mossoró e Campina Grande. Vende gado a Iguatu, Campina Grande e Recife. Em todo o mun. existem 130 estabelecimentos comerciais, 50 classificados no rol de grossistas. Não tem nenhum banco ou agência de crédito.

Finanças públicas. — A arrecadação federal, estadual e municipal no qüinqüênio 1956/60 foi a que se segue:

Receita Arrecadada

Anos	Federal Cr$	Estadual Cr$	Municipal Cr$
1956	84.317,10	2.937.497,00	1.059.999,30
1957	198.301,10	3.589.943,00	1.247.106,50
1958	228.140,90	3.900.407,60	1.483.928,90
1959	612.294,00	3.707.697,30	1.735.886,10
1960		9.145.431,40	

Aspectos Populacionais

O censo de 1960 acusou uma população de 23.219 hab., cuja distribuição distrital é a seguinte:

Distrito	Total	Urbana	Rural	Domicílios
ASSARÉ	6.716	2.419	4.297	1.351
Amaro	6.895	404	6.491	1.282
Aratama	2.949	173	2.776	502
Tarrafas	6.659	290	6.369	1.213
	23.219	3.286	19.933	4.348

Aspectos Culturais e Assistenciais

As suas primeiras escolas públicas foram criadas pelas Leis ns. 313, de 1-8-1844, e 606, de 8-11-1852. Porém o seu primeiro professor foi José Serafim, que no final do século 18, na fazenda de Alexandre da Silva Pereira, onde hoje está a cidade, lecionou rudimentos de leitura, escrita, latim e religião. Era afilhado e discípulo do frei Serafim da Penha, autor do manuscrito *Razão de Família,* continuado pelo seu pupilo, no qual faz genealogia e conta atabalhoadamente o povoamento local.

Em 1960 existiam 28 unidades escolares primárias, 5 estaduais e 23 municipais, com u'a matrícula efetiva de 1.030

alunos. Na sede do mun. encontravam-se 4 escolas estaduais com 292 alunos e 6 municipais com 200.

Não há assistência médico-sanitária e no que toca à social tem 3 Conferências de São Vicente de Paulo, que pouco podem realizar em face de seus minguados recursos.

Aspectos Urbanos

A cidade se levanta em uma chapada de 425 m de alt., na confluência dos rch. Boqueirãozinho e Cachoeira, circundada a oeste, sul e norte pelo aç. do Bangüê ou de Nossa Senhora. Dista de Fortaleza, em linha reta, 375 quilômetros. Suas coerdenadas geográficas são as seguintes: 6° 52'26" de lat. S e 39° 52'25" de Long. W. Gr.

O conjunto urbano consta de um pouco mais de 600 prédios, distribuídos entre 15 ruas e praças. Tudo muito simples, moldado na velha arquitetura sertaneja. Sobressai do casario chato e inestético a igreja de Nossa Senhora das Dores, numa pequena elevação ao norte da cidade. Dos logradouros públicos apenas 1 se encontra parcialmente pavimentado, e 10 são iluminados por 520 lâmpadas durante 4 horas. O número de ligações domiciliares é de 169. Até 1842 só existiam casas de taipa. Dêsse ano são as primeiras casas de tijolo, levantadas sob o impulso da construção da matriz, pertencentes ao padre Antônio Pereira, capitão Antônio Gonçalves de Alencar Tamiarana e d. Maria Isabel da Penha.

Aspectos Históricos

Nos primeiros anos de 1700 já se concediam sesmarias na ribeira do Bastiões, logo povoada por criadores. Alexandre da Silva Pereira, filho de um dêles, deslocou-se em 1775 da estância paterna para o local em que está Assaré, onde se situou com os seus escravos e gados.

Aí se cruzavam estradas que do Cariri demandavam os Inhamuns e Piauí e as que, vindo dêsses sertões pastoris, conduziam aos mercados da Paraíba e Pernambuco. Assaré tor-

nou-se pouso preferido pelos vaqueiros e boiadeiros, não só pela sua posição, sobretudo pela hospitalidade do proprietário, aliada à abundância de pastos e água para as manadas em trânsito. Apareceram moradores. Levantaram-se casebres de taipa que iam delineando o povoado. Sobreveio-lhe, entretanto, um golpe mortal. A sêca de 1790-93, chamada *sêca grande*, matou os gados das fazendas, muitos donos e vaqueiros, até as feras silvestres, despovoando os sertões. Correram anos para as boiadas se refazerem e jamais atingiram o vulto das anteriores. Assaré regrediu e padeceu as conseqüências da calamidade por longo tempo.

Formação administrativa. — Em 1842, Assaré foi alçado à condição de dist. de paz, tendo como juiz o capitão Antônio Gonçalves de Alencar Tamiarana. Pela Lei n.º 1.152, de 19-7-1865, foi criado o mun. de Assaré, desmembrado do de Saboeiro, e o povoado elevado à vila, com êsse mesmo nome. A instalação da vila deu-se a 11-1-1869. Com o desmembramento de Quixará (Dec. n.º 82, de 13-10-1890), de Campos Sales (Lei n.º 530, de 29-7-1899) e de Araripe (Lei n.º 798, de 11-8-1905), o mun. de Assaré sofreu grande corte em seu patrimônio territorial, tanto que, no quadro da divisão administrativa do Brasil para 1911, figura com o distrito-sede, apenas. Os Dec. ns. 193, de 20-5-1931, e 1.156, de 4-12-1933, relativos à divisão administrativa, conservaram o mun., que se compunha, pelo último diploma legal, de 6 distritos: Assaré, Amaro, Araras, Brejinho, Tarrafas e Xiquexique. Nos quadros da divisão territorial para 1936 e 1937, deixaram de figurar, respectivamente, os dist. de Xiquexique e Brejinho, transferidos para o mun. de Araripe. Pelo Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1938, conservou os 4 dist., porém o de Amaro perdeu parte de seu território em benefício do de Quincuncá, do mun. de Farias Brito, então Quixará. Por êste mesmo Dec., a vila de Assaré passou à categoria de cidade. O Dec.-lei n.º 1.114, de 30-11-1943, não alterou a estrutura distrital, porém mudou o nome da vila de Araras para Aratama. Pela Lei n.º 1.153, de 22-11-1951, foi criado o dist. de Altaneira, com partes do dist. de Amaro (Assaré), Quixará e Quincuncá (Quixará, atual Farias Brito),

elevado a mun. por Lei de 18-12-1958. Atualmente são 4 os seus dist.: Assaré, Amaro, Aratama e Tarrafas.

Formação judiciária — A Lei n.º 1.152, de 19-7-1865, que estabeleceu o mun., criou o têrmo judiciário, abrangendo os dist. de Assaré, Brejo Sêco e Poço da Pedra, incorporando-o à com. de Saboeiro. Pela Lei n.º 1.787, de 28-12-1878, a com. de Saboeiro passou a denominar-se com. de Assaré, tendo por sede a v. dêste nome. O Dec. n.º 196, de 5-6-1891, mantém a com. de Assaré, abrangendo Assaré, Araripe, Quixará, Saboeiro e Santana do Cariri. Porém, no ano seguinte, a Lei n.º 37, de 1-12-1892, reduziu a com. ao têrmo de Assaré. Nos quadros da divisão territorial datados de 31-12-1936 e 31-12-1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 169, de 31-3-1938, retificado pelo Dec. est. n.º 378, de 20-12-1938, o mun. de Assaré é têrmo judiciário da com. do mesmo nome, que abrange ainda Campos Sales e Santana do Cariri. Porém no quadro aprovado pelo Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1938, para vigorar no qüinqüênio de 1939-1943, a com. é formada pelos têrmos de Assaré, Araripe, Campos Sales, Quixará e Santanópole. Pelo Dec.-lei n.º 1.114, de 30-12-1943, perdeu os têrmos de Quixará e Santanópole para Crato. Comarca de 2.ª entrância pela Lei n.º 213, de 9-6-1948.

Formação religiosa. — A Lei n.º 124, de 26-8-1838, criou a freguesia de Santana do Brejo Grande, desmembrada da do Crato, com a denominação de Senhora Santana do Araripe. Essa disposição foi revogada pela Lei n.º 202, de 28-8-1840 e restabelecida pela de n.º 230, de 12-1-1841. Pela Lei n.º 520, de 4-12-1850, a sede da freguesia passou de Brejo Grande para Assaré, sob a invocação de N.S. das Dores, padroeira da capelinha levantada por Alexandre da Silva Pereira, a quem a freguesia deve o seu patrimônio, doado a 18-8-1838. Além da igreja-matriz, existem espalhados pela paróquia 9 templos.

TOPONÍMIA

Segundo Paulino Nogueira (*Voc.*, 228), Assaré é corr. de *içá*, estaca, e *eré*, partícula afirmativa, referindo-se a alguma estaca ali encontrada pelos índios e que lhes atraiu a atenção.

T. Sampaio o tem como corr. de *aça-ré*, a travessia diferente, o atalho. Pompeu Sobrinho levanta a hipótese de o nome ser tapuia, talvez do grupo tarairiú.

FILHOS ILUSTRES (*)

Antônio Alexandrino de Alencar, monsenhor (1843-1903). Exerceu o ministério sacerdotal em várias paróquias do Ceará e, por último, em Picos, no Piauí, onde faleceu, tendo deixado em tôdas elas traços inapagáveis de seu zêlo e capacidade administrativa. Foi deputado provincial.

Alexandre Montoril (*1893). Cirurgião-dentista, radicado no Estado do Amazonas, onde foi prefeito do município de Coari e deputado estadual em várias legislaturas. Passou depois a residir em Manaus, onde se dedica ao desenvolvimento do bairro São Francisco, por êle fundado.

Joaquim de Barros Alencar (1871-1957). Advogado e homem público, com larga fôlha de serviços prestados ao Estado do Amazonas, onde residiu por espaço de cinqüenta anos.

Manuel de Lima de Araújo, padre (1840-1894). Paroquiou várias freguesias, tendo falecido em Ibiapina, no exercício de suas funções. Teve assento na Assembléia, como deputado provincial.

Pedro Firmeza, (*1900). Bacharel em direito e homem público. Deputado estadual, deputado federal e interventor federal neste Estado, em todos êstes cargos deu mostras de sua probidade e aptidões. Exerce atualmente as funções de ministro do Tribunal de Contas do Estado da Guanabara.

Valdetrudes do Amarante Brandão. Oficial do Exército e de grande capacidade e merecimento. Possui vários cursos de especialização e é portador de condecorações de alto valor.

Vicente Soter de Alencar, monsenhor (1866...). Sacerdote de grandes virtudes e com larga fôlha de serviços prestados à Igreja. Na qualidade de vigário-geral, por várias vêzes regeu a Diocese de Crato.

(*) Verbete redigido pelo dr. José Bonifácio de Sousa, do Instituto do Ceará.

ASSARÉ DE OUTRORA...

Recordo, com saudade,
Apesar da distância... há tantos anos...
Fecho os olhos e vejo
As ruas pequeninas e a praça da igreja;
Teus arredores pitorescos, recantos de poesia,
Açude do Bangüê, riacho do Boqueirão,
Pedra de Fogo, Alto da Reza, Laranjeira...
— Assaré de vida simples e tradições cristãs,
Novenas de maio, missa do galo, festa da Padroeira.

Assaré de casas seculares,
De casarões enegrecidos do tempo de D. Pedro.

A tua cadeia velha inacabada,
Quadrada e feia, de muralhas grossas,
Construída nos dias maus de setenta e sete,
Tôda em ruínas, deteriorada,
Cheia de mata-pasto e assombrações,
Apareceu muitos anos nos meus sonhos
E sonhando eu via o que ouvira
A velha Genoveva contar:
Crimes assombrosos do passado,
Histórias fantásticas do outro mundo,
Coisas de arrepiar...

Assaré de mágicas manhãs de estio,
Dias nublados e tardes de invernia...

Quanta recordação, quanta saudade:
A chuva está caindo em profusão,
Os sapos cantando no riacho da Várzea
E na rua de baixo os grotões marulhando...

É melodiosa a cantilena da enxurrada que desce
Deixando esburacado o largo da Matriz.

Assaré de sol ardente e causticante,
Mas de belas noites consteladas
De luar de prata, luar de agôsto,
O luar mais bonito do sertão...
— Noite morna de lua cheia,
Gemidos de uma flauta, arpejos de um violão
E o seresteiro distante vem cantando
Com tristeza e emoção:
— Quando no Jardim das Oliveiras...
Cristo soluçava uma oração...

Guardo na lembrança, ainda me lembro:
Festas das Dores, festa de setembro...
Quanta simplicidade havia em tudo
E como eu achava tudo aquilo tão bonito:
Toque de música, tiro de roqueira,
O bimbalhar sonoro do sino
Nas salvas festivas da alvorada
Em honra da Padroeira.

E o dia inteiro pelas ruas
O zabumba da banda cabaçal,
Sonorizando o espaço e saturando a vila
Do passo colonial...

Ainda ressoam em meus ouvidos
Os cânticos litúrgicos
Do côro harmonioso
De tua igreja, branca, pequenina e pobre.

Sombras errantes do passado.
Visões encantadoras de minha meninice...

Assaré dos "adjuntos" e "vaquejadas",
Dos balões e fogueiras de S. João,
Dos "entrudos", "fandangos" e "farinhadas",
Sítio do Judas, sábado da aleluia;
Lapinhas de Belém, Noites de Natal...

Assaré dos "caretas" e do "bumba-chora",
Dos "desafios", do "maneiro-pau",
Assaré do meu tempo, Assaré de outrora...

Filgueira Sampaio.

ASSARÈZINHO. — Rch., afl. do Poço dos Cavalos, banha a cid. de Assaré.

ASSIS. — Pov., mun. de Crateús, com 45 habitações.

ASSUNÇÃO. — Sa. (da), trecho da sa. da Uruburetama, ao sul da cid. de Itapipoca. O acesso se faz por duas ladeiras íngremes, a do Mocambo e a dos Patos, sendo que esta passa pela v. de Arapari.

ASSUNÇÃO. — Dist. e v. de igual nome, que pertence ao mun. e com. de Itapipoca.

O território fica sôbre a Uruburetama, no trecho conhecido por sa. da Assunção, composto de morros e vales estreitos, constituídos de rochas misturadas com argila, onde se cultivam cana, algodão, mamona, cereais e frutas.

Tem 9.352 hab., 623 na zona urbana e 8.729 na rural, e 1.532 moradias.

Dist. por Ato de 27-1-1864, subordinado ao mun. e freg. de Imperatriz, mais tarde Itapipoca. As suas primeiras escolas públicas foram criadas pelo art. I da Lei n.º 1.176, de 29-8-1865, e art. II da de n.º 1.417, de 25-8-1871. Havia, em 1960, 7 escolas primárias com 211 alunos.

A v. situa-se em vale estreito, distante 12 km de Itapipoca, à qual se liga por carroçável. Conta umas 40 habitações, capela dedicada a N.S. da Assunção, escola pública e uma agência postal de 4.ª classe.

ASSUNÇÃO. — Pov. à m. dir. do rch. Vaca Brava, no mun. de Cedro, com 25 habitações.

ASSUNÇAO. — V. FORTALEZA DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇAO.

ATALHO. — Rch. (do), afl. da m. dir. do Acaraú, em tôda a sua extensão serve de limites entre Cariré e Sobral.

ATALHO. — La. (do), no mun. de Crateús.

ATEIRAS — Pov. à m. dir. do Pacoti, no mun. de Aquirás, com 100 habitações.

ATOLEIRO. — La. (do), com 5 ha aproximadamente, a cêrca de 2 km ao sul da sa. do Farias, mun. de Mombaça.

ATURURE. — Rch. constante da data de sesmaria concedida a João Luís da Rocha, pelo capitão-mor Gabriel da Silva Lago, em 17-8-1706. (D.S., v. 3, n.º 135, 6.)

AUÁ. — Pov., perto da cid. de Sobral, à margem da ferrovia.

AURORA (ExVENDA). — Mun. e cid.

Aspectos Físicos

Situação. — O mun. de Aurora está situado na Zona do Sertão do Salgado e Alto Jaguaribe, em sua extrema meridional, nas lindes com o Cariri.

Limites. — Ao S, com os mun. de Barro, Milagres e Missão Velha; a O, com o de Caririaçu; ao N, com os de Lavras da Mangabeira e Ipaumirim; a L, com o Estado da Paraíba.

Superfície. — Mede 736 km2.

Formação vertical. — É acidentado, mas de pouco relêvo. Pequenas serras o percorrem pelo centro e periferia, salientando-se as da Várzea Grande, Areia, Balanças, Cajuí, nos limites de Lavras da Mangabeira, Ipaumirim, Estado da Paraíba e Caririaçu, respectivamente. A sudeste da cid. encontram-se as do Coxá, Cantinhos, Defuntos, Lavagem, Croatá, Barracas, Negra. Colinas por todos os quadrantes, entremeadas de baixadas, formam o ondulado característico da paisagem.

Hidrografia. — O Salgado corta o mun. de S a N, banhando Aurora, que lhe fica à m. esquerda. Recebe afluentes de grande significado na vida econômica local, como os rch. Jenipapeiro de Cima, Juiz, Caiçara, Jenipapeiro de Baixo, Antas, Tipi e Bordão de Velho. Não tem lagoas de importância.

Solos. — Excelentes nos baixios, coroas e beiradas dos cursos d'água. Fora daí são secos, variáveis na constituição física, sem serem pobres quìmicamente.

Vegetação. — As matas desapareceram. Até mesmo as seculares e gigantescas oiticicas, antes de sua valorização industrial, foram impiedosamente destruídas, escapando poucas. Algumas madeiras de lei ainda são encontradas, como o pau-d'arco e, raramente, o cedro. Nas catingas há árvores para peças pequenas, lenha, carvão, cêrcas e objetos grosseiros de carpintaria. A pastagem é abundante à época das chuvas. A carnaúba existe nas várzeas do Salgado e riachos.

Clima e salubridade. — O comum do sertão: sêco e quente, variando a temperatura entre 28 e 35 graus. Precipitação pluviométrica média: 609 milímetros. Estado sanitário bom.

Aspectos Econômicos

Vias de comunicação. — A EFB tem duas estações no mun.: a da cid. e a da v. de Ingàzeiras. A de Aurora dista 516,450 km de Fortaleza e foi inaugurada a 7-9-1920. O mun. cuida de uma rêde de estradas de 95 km de extensão, que o atravessa em todos os sentidos e o comunica com os vizinhos. Liga-se à BR-13, que passa em Iara, por uma carroçável de 27 km, ficando por êsse itinerário a 526 km da Capital. Existe agência postal-telegráfica.

Açudagem. — Contam-se para mais de 200 aç. particulares, afora os açudecos que são às centenas. Durante anos o aç. Jitirana, na bacia do Bordão de Velho, gozou dos foros de maior reservatório particular do Ceará. O Salgado atravessa o território aurorense encaixado em um corredor de pedra, o que muito facilita a construção de barragens em seu leito.

Existem oito, vindo-se de baixo para cima: Passagem de Pedras, Santa Bárbara, Aurora, Várzea de Contas, Crioulos, Santa Cruz, Caiçara e Ingàzeiras. A reprêsa de cada uma delas, de 4 km no mínimo, com a profundidade de 5 a 10 m no máximo, chega até a jusante da seguinte, mantendo perene o rio, cujas águas retidas no leito fertilizam os terrenos ribeirinhos, sustentando vazantes, sítios e pomares num eterno verdor. Nessas águas vivem multidões de peixes.

Lavoura. — O mun. é essencialmente algodoeiro. A produção agrícola, em 1960, foi avaliada em Cr$ 57.310.000,00, sem incluir a oiticica e a cêra de carnaúba. O algodão concorreu com Cr$ 46.150.000,00. Em seguida vêm a cana e os mantimentos.

Uma das curiosidades de Aurora no âmbito rural são as cêrcas de pedra sêca. Encontram-se léguas e léguas de sítios e mangas de pastagens vedadas dêsse modo. A escassez de madeira que por ali cada vez mais se acentua guiou os homens ao aproveitamento do abundante material pedregoso que se alastra pelo solo, tanto na construção de barragens como na dêsses cercados.

Pecuária. — Em 1960 existiam 10.000 bovinos, 1.000 eqüinos, 2.200 asininos, 1.500 muares, 2.200 suínos, 8.000 ovinos, 5.000 caprinos, 80.000 aves domésticas.

Produção extrativa mineral. — Limitada à exploração de argila e calcário para materiais de construção e louça grosseira. No ste. ou sa. do Coxá existem afloramentos de cobre destituídos de importância econômica.

Produção de carne. — O total de gado abatido no qüinqüênio 1956/60 foi de 9.148 cabeças, sendo 2.391 bovinos, 2.281 suínos, 1.571 ovinos, 2.895 caprinos. O mercado de carne vem decrescendo de ano a ano. Em 1960 o número de bovinos abatidos foi da metade do de 1956 e baixou da casa de 500 para 200 em relação a 1959. Talvez a abundância de pescado explique êsse retraimento.

Produção de peixe. — O Departamento Estadual de Estatística registrou para Aurora, em 1960, uma produção de 10.800 kg de peixe. Esta cifra, entretanto, está muito longe

da realidade. As barragens do Salgado e de certos riachos criaram grandes recursos piscícolas. Basta dizer que na de nome Santa Bárbara, durante 90 dias consecutivos, pescaram, em média, 4.000 peixes por dia. Dessas barragens saem milhares de peixes para as feiras do Cariri, afora o consumo local.

Indústrias de transformação. — A principal é a dos produtos agrícolas, tendo à frente a do descaroçamento do algodão, seguida pela produção de rapadura, no valor de Cr$ .... 3.100.000,00. Nos demais setores a produção limita-se ao pequeno mercado interno.

Comércio. — Faz-se com Crato e Juàzeiro do Norte, e, principalmente, com Campina Grande e Recife. Poucas transações com Fortaleza. Vende gado em pé aos vizinhos e à Paraíba. Dispõe de uma Cooperativa de Crédito Agrícola Mista. Aos sábados há uma espécie de feira.

Finanças públicas. — Arrecadação do qüinqüênio 1956/60:

RECEITA ARRECADADA

Anos	Federal Cr$	Estadual Cr$	Municipal Cr$
1956	446.679,70	1.073.000,00	1.148.992,30
1957	406.181,10	1.927.000,00	1.370.112,60
1958	635.845,60	2.957.733,40	1.457.646,10
1959	1.227.589,60	4.267.797,50	1.496.379,30
1960	1.876.378,50	9.000.000,00	1.811.035,50

ASPECTOS POPULACIONAIS

Segundo o censo de 1960, a população é de 20.859 hab., distribuída pelos seguintes distritos:

	Total	Urbana	Rural	Domicílios
AURORA	15.231	3.622	11.609	2.760
Ingàzeiras	3.906	685	3.121	688
Tipi	1.822	199	1.623	354
	20.859	4.506	16.353	3.802

ASPECTOS CULTURAIS E ASSISTENCIAIS

A sua primeira escola primária, mista, foi criada por Ato de 1-1-1891. Em 1960 possuía 75 unidades escolares, sendo 13 estaduais, 59 municipais e 3 particulares, com u'a matrícula efetiva geral de 1.658 alunos: 388 nas primeiras, 1.117 nas segundas e 153 nas últimas.

Mantidos pelo Círculo Operário Católico funcionam na cidade o Ginásio Paroquial Senhor Menino Deus, fundado em 3-12-1960 e inaugurado a 7-3-1961, com mais de 200 alunos de ambos os sexos, e o Patronato São Vicente de Paulo, para trabalhos manuais.

No setor médico-sanitário assinala-se o Pôsto de Proteção à Maternidade e à Infância, a Maternidade Anayde Freire, mantidos por entidades particulares, e o Pôsto de Saúde Alencar Araripe, da Prefeitura Municipal. Cuidam da assistência social, dentro de seus reduzidos orçamentos, o Círculo Operário de Aurora, a Sociedade de São Vicente de Paulo, com 20 Conferências, a Associação Beneficente Aurorense, a Associação Pró-Melhoramento de Aurora e outras.

ASPECTOS URBANOS

A cid., situada à m. esq. do Salgado, a 265 m de alt., a 6° 56'37" de lat. S e 38° 58'21" de long. W. Gr., dista da Capital, em linha reta, 355 quilômetros.

Tem cêrca de 4.000 hab., mais de 1.000 prédios, dos quais 906 residenciais. Dos seus logradouros públicos, em número superior a 20, diversos são arborizados e pavimentados, destacando-se a Praça da Matriz e a avenida Joaquim Távora. O serviço de iluminação elétrica é precaríssimo.

Os arredores de Aurora, pelas barragens de águas claras e tranqüilas, marginadas de sombras convidativas, constituem o seu principal encanto. Há bucólicos passeios em canoas preguiçosas. Porém a Prefeitura, numa pudicícia fora do comum, talvez única, proibiu banhos a qualquer hora do dia, mesmo com roupas apropriadas. Só os madrugadores, pelas 4 horas da manhã, podem gozar da frescura envolvente daquelas águas.

ASPECTOS HISTÓRICOS

As raízes de Aurora mergulham na antiga fazenda do Logradouro, onde o cel. Francisco Xavier de Sousa, em 1837, cumprindo voto de sua mulher, d. Maria dos Santos Xavier, mandou edificar pequena capela consagrada ao Senhor Menino Deus, doando, ao mesmo tempo, 300 braças de terra para o seu patrimônio.

Vejamos o que João Brígido escreveu sôbre a fundação e o fundador de Aurora:

"A vila de *Aurora* primitivamente chamou-se *Venda*, povoação que foi fundada por Francisco Xavier de Sousa, filho dum português, que, abandonando-o ainda criança, no Aracati, foi morrer na vila de Campos de Goitacazes, um pouco antes de 1830.

Era o maior filante que o Aracati, até então, havia produzido. Pondo-se a caminho, para Campos, ali, obteve tôda fortuna do pai, enganando, com suas lábias, uma mulher, com quem êle vivera maritalmente.

Na volta, Xavier negociou, montou fazenda de plantar e disse a um amigo que ia fazer de suas terras uma povoação.

— Como? perguntou êste.

— Fàcilmente, respondeu Xavier. Mandarei estabelecer uma venda de bebidas, colocarei algumas mulheres da vida alegre e farei dizer uma missa aos domingos. A rapaziada acudirá e, dentro de pouco tempo, estará começada a povoação.

À direita de quem segue para o Crato edificou uma casa, meio-térrea e meio-sobrado, a qual ainda hoje existirá.

Xavier, fino tratante igualmente em política, chegou a ser coronel comandante superior da Guarda Nacional do Cariri e já estava encartado numa lista sêxtupla para senador, na administração de Morais Sarmento, quando morreu, em conseqüência de uma peixada, que glutonamente comera no Crato.

O lugar dêle foi preenchido pelo coronel Manuel de Barros Cavalcante.

Foi sogro de Antônio Cardoso e êste foi pai de Raimundo Cardoso, que ainda hoje faz bulha na política mofenta de Brejo dos Santos, Barbalha, etc.

Tendo apanhado da madrasta canhota tudo quanto seu pai deixara — dinheiro, pregos, etc., sob a promessa de lhe ficarem os escravos, Xavier abalou inesperadamente para o Rio e aí os vendeu.

Conhece-lhe perfeitamente tôda a crônica quem estas linhas escreve, pois que, com seu pai, mãe e irmão mais velho, que vivera em

Campos, logo após êle seguiu para o Rio, onde o encontraram a figurar de partidista exaltado de Pedro I.

Durante as noites das *Garrafadas* (março de 1831), todos, reunidamente, embarcaram para o norte, no paquête *Niger* (navio de guerra), que faria de correio e tinha por imediato o tenente Amazonas, futuro almirante.

A chegada a Pernambuco foi poucos dias antes de 7 de abril e, tomando casa no Recife a família indicada (Brígido), Xavier hospedou-se com esta, atraindo para o mesmo domicílio o seu correligionário Pinto Madeira, a quem já cogitava de trair, deixando-o no Cariri às mãos de seus algozes.

Francisco Xavier de Sousa morreu com o nome de Xavier das Flôres, de um sítio que adquirira, nas imediações de Missão Velha e Barbalha." (João Brígido, *Roteiro histórico*, RIC, 32 (1918), 180-182.)

Em 1908 o município foi brutalmente devastado por cangaceiros a mando dos celebérrimos chefetes políticos Domingos Furtado, de Milagres, e José Inácio, de Barro. É uma das páginas vergonhosas da política daquele tempo. Tomada a vila, os bandidos a mantiveram por alguns meses, cometendo tôda a sorte de crimes contra a vida, a honra e a fazenda dos moradores. Enquanto isso, sem nenhuma providência do govêrno, maltas de bandoleiros percorriam o município, matando, saqueando, queimando, estuprando, arrombando açudes, destruindo gados. Condoído de tanto sofrimento acudiu a favor das vítimas o bispo d. Joaquim José Vieira. Para defendê-las mandou o bispo-auxiliar d. Manuel Lopes e o padre Antônio Tabosa Braga. A posição hierárquica do primeiro aliada à palavra desassombrada e temida do segundo obrigaram os cangaceiros a retirar-se.

Formação administrativa. — Em 1863, por lei provincial, foi o pequenino arraial da Venda elevado a dist. de paz. Pela Lei n.º 2.047, de 10-11-1883, foi criado o mun. e a vila com sede na povoação da Venda, que passou a denominar-se Aurora. O território foi desmembrado do mun. de Lavras. Instalou-se a 30-5-1885 e foi supresso pela Lei n.º 2.111, de 12-12-1885 (art. 36) e restaurado pela de n.º 2.141, de 29-7-1889. Em divisão administrativa referente a 1911, o mun. se compõe apenas do distrito-sede. Pelo Dec. n.º 193, de 20-5-1931, foi novamente supresso, para ser restaurado pelo de n.º 1.156, de

4-12-1933, com os distritos de Aurora, Ingàzeiras e Boa Esperança. Pelo Dec.-lei n.º 448, de 20-12-1938, a vila passou à categoria de cidade. O Dec.-lei n.º 1.114, de 30-12-1943, mandou chamar Iara ao dist. de Boa Esperança, que, pela Lei n.º 1.153, de 22-11-1951, desmembrou-se do mun. para integrar-se no de Barro, criado por êste diploma legal.

Formação judiciária. — O têrmo judiciário foi criado com o mun., em 1883, pela Lei n.º 2.047, já citada. Supresso mais tarde, reapareceu com a restauração da comarca de Lavras, conforme a Lei n.º 403, de 23-9-1897. O art. 22 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição do Estado, de 23 de junho de 1947, transformou em comarcas todos os têrmos judiciários, situação que se efetivou pela Lei n.º 213, de 9-6-1948, que dispõe sôbre a Organização Judiciária do Estado. Em conseqüência passou a comarca de 1.ª entrância. Hoje é de 2.ª entrância.

Formação religiosa. — A capela do Senhor Menino Deus data de 1837 e, como vimos, foi mandada edificar pelo cel. Francisco Xavier de Sousa. Vem, em seguida, a de S. Benedito, levantada no bairro da Aurora Velha, à custa de esmolas recolhidas por um prêto chamado Benedito. Esta é posterior à da fazenda Logradouro. Data do Segundo Império, período anterior à Guerra do Paraguai, enquanto aquela é da Regência. Da capela de S. Benedito temos um quadro feito em 1859 pelo pintor José dos Reis Carvalho. (Renato Braga, *História da Comissão Científica de Exploração*, Imprensa Universitária do Ceará, 1962, prancha 28.)

Dos padres que prestaram assistência à capela do Senhor Menino Deus ficaram os seguintes nomes: Agostinho Afonso Ferreira, que em 1864 edificou o cemitério do povoado, Joaquim Maria da Silva, Francisco Tavares, Manuel Félix de Moura e, por último, Vicente Pinto Teixeira, filho da terra.

A freguesia foi criada por Provisão de d. Joaquim José Vieira, de 27-6-1863, com a denominação do Menino Deus de Aurora. O seus primeiro vigário foi o padre Vicente Pinto Teixeira, nomeado a 6 de julho, que tomou posse a 30 do mesmo mês e ano. No Livro do Tombo escrito nesse tempo,

diz que "a Matriz está situada no lugar mais central da vila, dispõe de patrimônio, imagens e alfaias, paramentos e ornamentos eclesiásticos, imagem do Menino Deus, Padroeiro da mesma, imagens do Coração de Jesus, N.S. das Dores, S. Vicente de Paulo, imagem do Senhor, de N.S. dos Remédios, existindo uma capela local de S. Benedito, além das de Boa Esperança e Malhada Funda".

Atualmente a freguesia não abrange todo o mun. de Aurora. Na parte oeste, a capela de Vazantes subordina-se à paróquia de Quitaus. Dentro de Aurora abrange as capelas de Ingàzeiras, Tipi, Malhada Funda e Bordão de Velho (Santa Vitória). Fora do mun. estende a sua autoridade às capelas de Iara e Cuncas, no mun. de Barro.

TOPONÍMIA

O cel. Francisco Xavier de Sousa, proprietário da fazenda Logradouro, pretendeu mudar-lhe o nome para *Xavierlinda*, e não *Xavielina*, como consta em trabalhos sôbre o assunto, abeberados em Antônio Bezerra, sempre exato, mas aqui vítima de êrro de revisão, conforme me parece. (Antônio Bezerra, *Algumas Origens do Ceará*, Fortaleza, 1918, 105 e 106.) A proposta de Xavier não encontrou ressonância junto ao arraial que repontava na fazenda com o nome de *Venda*. Provinha o apelido, segundo a tradição, de uma *venda* instalada à beira da estrada que do Icó demandava o Cariri. A mesma tradição, sem fundamento histórico, liga a denominação de *Aurora*, dada a um bairro de Venda, a uma mulher dêste nome, que seria a proprietária da referida casa de hospedagem. Pela Lei n.º 2.047, de 10-11-1883, o povoado foi erigido em vila com o nome de Vila d'Aurora, que por muito tempo existiu apenas oficialmente, preferindo os habitantes a denominação primitiva, só se conhecendo com o nome de Aurora o bairro que é hoje Aurora Velha.

FILHOS ILUSTRES (*)

Alberto Gonçalves Ferreira, Dom. Monge beneditino pertencente ao Mosteiro do Rio de Janeiro, onde se dedica à educação da juventude no famoso Ginásio São Bento.

Aldemir Martins (1922). Desenhista e decorador de renome nacional. Um dos pioneiros do movimento de renovação artística no Ceará. Em São Paulo, onde mantém atelier, também se dedica ao magistério de sua arte. É detentor de valiosos prêmios, conquistados em vários certames, inclusive na Bienal do Museu de Arte de São Paulo e na Bienal de Veneza.

Ari de Sá Cavalcante (1918). Professor e homem público. Exerce o magistério secundário e superior em Fortaleza, com brilho e proficiência. foi Secretário da Fazenda dêste Estado, e tem estudos especializados sôbre administração pública.

Cândido Ribeiro Neto (1911). Proprietário e chefe político em Aurora, sua terra natal, que o elegeu deputado à Assembléia Legislativa, na legislatura iniciada em 1958.

Francisco França, Pe. (1912). Sacerdote, pertence à Ordem dos Salvatorianos, na qual tem desenvolvido vasto apostolado e exercido importantes cargos administrativos. Ordenou-se em São Paulo, em 1941.

Hilário Leite Macedo, Dom (1911). Monge beneditino, portador de sólida cultura. Ordenou-se na Alemanha, em 1938. É diretor da Escola Popular, mantida pela Abadia de São Bento, do Rio de Janeiro, onde se acha radicado.

Januário Ribeiro Campos, Pe. (1898). Sacerdote, ordenado em 1925. Paroquiou Palma, Santa Quitéria, São Mateus e Iguatu. Atualmente exerce as funções de Delegado do Ensino junto à Secretaria de Educação e Cultura, dêste Estado, e a de professor catedrático de Latim do Ginásio Municipal de Fortaleza.

(*) Verbete redigido pelo dr. José Bonifácio de Sousa, do Instituto do Ceará.

AURORA (Antiga Venda)

À margem do Salgado instalou venda
De comida e bebida dona Aurora,
Que servia de oásis, rancho ou tenda
Ao viajante, acolhendo-o a qualquer hora.

Era a ribeira a que sulcava a senda
Do Litoral ao Cariri, outrora...
Vem depois uma igreja, uma vivenda,
Outra e mais outra e em povoação se enflora.

Não sei se o mais é tradição ou lenda:
Sei que foi vila e que é cidade agora
E a sua história é trágica e tremenda!...

É a terra de meu bêrço essa que (embora
Tivesse o nome mercantil de Venda),
Tem hoje o nome fúlgido de Aurora.

Serra Azul.

AVARAM. — Rch., consta da data de sesmaria concedida pelo capitão-mor Manuel Francês, em 16-12-1724, ao sargento-mor Francisco Ferreira Pedrosa. (D.S., v. 11, n.º 127, 200.)

AVENIDA. — Lug., no mun. de Iguatu.

AVINARÉ. — Mesmo que Rinaré, denominação primitiva do Banabuiú.

AXIXÁ. — Sa. (do), na bacia do Conceição, ao poente da junção das sa. das Vertentes e dos Bastiões.

AZÊDO. — Ôlho d'Água (do). — "Após duas horas de marcha, em rumo noroeste, paramos em uma várzea, onde se mostra uma pequena fonte mineral, cujas bôlhas se desfazendo à tona d'água, indicavam que ferviam continuamente. É uma fonte sulfurosa, a que o vulgo chama *Ôlho d'Água do Azêdo*.

Suas propriedades medicinais são bem conhecidas, e na circunvizinhança, se refere a inúmeros casos de cura de moléstias cutâneas.

Apesar de sabor em extremo ácido, notei pela freqüência de rastros em derredor, que o gado vacum se serve d'água sempre cristalina; sendo certo, porém, como me garantiu o companheiro, que o gado cavalar, em estado de gestação, aborta de ordinário pelo seu uso." (Antônio Bezerra, *Notas de Viagem ao Norte do Ceará*, 2.ª ed., Lisboa, 1915, 259.)

Fica no mun. de Tamboril.

AZIMIM. — Ou *Acimi*, lug. na sa. da Ibiapaba onde foi concedida uma data de sesmaria ao padre Bonifácio Manuel Antônio Lelau, pelo capitão-mor Luís da Mota Feo e Tôrres, em 1-10-1796. (D.S., v. 8, n.º 660, 149.) Consulte-se *Acimi*.

AZIOTA. — Ilha (da), no delta do Camucim, é a terceira a contar da foz. Coberta de mangue. Também conhecida por Ziota.

AZUL. — Sa., na parte nordeste do mun. de Quixadá, a uns 50 km a sueste da de Baturité, sêca, de encostas escarpadas, porém com o sopé cultivado de cereais, legumes e algodão.

"A vegetação que medra entre as pedras da serra, é de arbusto e árvores bem desenvolvidas. Ali se encontra o pau-d'arco, o cedro, a aroeira, o pau-branco, mais alguma madeira de lei e muita palmeira catolé. Diz-se que a tonalidade azulada, que de fato reveste a serra, vista de longe se deve ao catolé, cujas franças verde-escuras, à distância, dão ao conjunto o tom azulado." (Dom Antônio de Almeida Lustosa, *Notas a Lápis*, 278.)

...IVERSITÁRIA DO CEARÁ